MARCIA ELENITA FRANÇA NIEDERAUER

UNIVERSIDADE E UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS NA INTERNET: *INCLUSÕES E EXCLUSÕES NO ÂMBITO DA REPRESENTAÇÃO*

CAMPINAS,
2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

MARCIA ELENITA FRANÇA NIEDERAUER

UNIVERSIDADE E UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS NA INTERNET:

INCLUSÕES E EXCLUSÕES NO ÂMBITO DA REPRESENTAÇÃO

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha de Jesus Machado Maher

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Linguística Aplicada, na área de Multiculturalismo, Plurilinguísmo e Educação Bilíngue

CAMPINAS,
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

N552u

Niederauer, Marcia, 1970-
Universidade e universitários indígenas na internet: inclusões e exclusões no âmbito da representação / Marcia Elenita França Niederauer. -- Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Terezinha de Jesus Machado Maher.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Estudantes indígenas. 2. Ensino superior. 3. Internet. 4. Representação (Linguística). I. Maher, Terezinha de Jesus Machado, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: University and indigenous students on the internet: inclusions and exclusions in the field of representation.
Palavras-chave em inglês:
Indigenous students
Higher Education
Internet
Representation (Linguistic)
Área de concentração: Multiculturalismo, Plurilinguísmo e Educação Bilíngue
Titulação: Doutora em Linguística Aplicada.
Banca examinadora:
Terezinha de Jesus Machado Maher [Orientadora]
Marilda do Couto Cavalcanti
Gersem José dos Santos Luciano
José Jorge de Carvalho
Claudiomiro Vieira da Silva
Data da defesa: 25-02-2013
Programa de Pós-Graduação: Linguística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:

Terezinha de Jesus Machado Maher

Marilda do Couto Cavalcanti

Gersem José dos Santos Luciano

José Jorge de Carvalho

Claudiomiro Vieira da Silva

Stella Bortoni de figueiredo Ricardo

Marcelo El Khouri Buzato

Rita Gomes do Nascimento

IEL/UNICAMP
2013

Ao meu pai, Seu Zico, que nunca tomou café descafeinado, nunca comeu bife de soja, nem fumou cigarro light. Cerveja sem álcool, jamais. Esta tese é pra ti, pai, que, às vezes, foi bem chato e, muitas vezes, divertido. E que, sempre e essencialmente, foi incentivo, zelo, apoio, amor, amor e assim por diante. Até virar saudade.

Agradecimentos

Ao Bernardo, por ser tudo de bom, por me ensinar tanta coisa todo dia e por ter compreendido de forma tão madura a minha ausência durante o doutorado. Que bom que você é meu filho, Be. Ser sua mãe me faz querer ser uma pessoa mais legal;

À Léo (Eleonor), minha mãe, e ao Seu Zico (Ariovaldo), meu pai, pelo apoio, pelo amor, por tudo e mais um pouco;

Aos professores que participaram da banca examinadora, por aceitarem avaliar minha tese, pela leitura cuidadosa e pela generosidade. Prof. Gersem, obrigada também pela perspectiva lucidamente situada e perturbadoramente *situante* e pela contribuição delicada e crucial "no e para o debate". Prof. José Jorge, obrigada pelos comentários bem humorados, pelas sugestões entusiasmadas e pela "leitura envolvida". Prof. Cláudio, obrigada pela preocupação com este texto e por atribuir meus excessos à minha "paixão pela temática". Profa. Marilda, a sensibilidade e a compreensão em seu olhar e em suas palavras me fizeram ter vontade de levantar mais rápido quando tropecei. Meu super obrigada;

À professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, pela imprescindível contribuição nas etapas de qualificação do projeto e da tese. Às professoras Matilde Scaramucci e Raquel Fiad, pelas orientações enriquecedoras aos trabalhos de qualificação fora de área. Ao Cláudio e ao Miguel, funcionários do IEL, pela presteza, agilidade e bem-humorada seriedade. À Rose, pelas gentis orientações no dia da defesa da tese. Ao professor Sírio Possenti, que escreve como só ele e me possibilitou ver que é possível escrever textos da ciência como eu mesma;

À Elenita Rodrigues e à Adriana Sacramento, amigas que leram com carinho e cuidado meu projeto antes da seleção para o doutorado. Ao Claudinho, à Luanda, à Fernanda e ao Elias, amigas/os e colegas do IEL, pelo pouso, pelos debates, risadas, apoio e almoços no Bandeja's Grill (RU). À Rozana, amiga e colega da UnB, pelo apoio que fez toda a diferença. Ao Annibal, pela generosidade, pela sagacidade e pelos comentários singulares e fundamentais. À Ailana, à Cordélia, à Juliana, à Vivi Ramalho e, particularmente, à Janaína, amigas e colegas da UnB, por me ajudarem a entender um pouco da Análise do Discurso Crítica e pelo carinho. Ao Chiquinho livreiro, pelos livros e amizade. Ao Antonio De Bonis, por ter recuperado minha tese quando, sem querer, deletei todos os arquivos da pasta "Tese". À Lindaura, por ter cuidado da minha casa, pelo apoio e pelo carinho;

À D. Iracema, minha avó, e à D. Terezinha, minha sogra, por terem sido tão especiais, estado tão à frente e por terem rezado para eu entrar no doutorado e sair dele. À Janete, minha irmã, ao Marcone e ao João, meus irmãos, à Cleia e à Adélia, minhas cunhadas (meio irmãs), ao Rudan, meu cunhado, pelo carinho e por compreenderem, ou não, minha ausência. À Mariuza e à Gasparina, minhas tias, por torcerem por mim;

À Teca, minha orientadora, por ter acreditado no meu projeto inicial, por ter me apoiado no projeto final, por me incentivar a atravessar a rua, pelo bom senso, pelo bom-humor, pela humildade, pela liberdade e por algum puxão-de-orelha;

E agradeço, muito especialmente, aos meus alunos e alunas indígenas. Não tenham dúvidas de que eu aprendi muito mais com vocês do que vocês comigo.

Resumo

A pesquisa aqui descrita visou investigar a forma como o ingresso e a participação de alunos indígenas no ensino superior são representados pelo site da Universidade de Brasília, confrontando-a com a forma com que sites indígenas os apresentam. Essa investigação partiu do princípio de que é com base no sistema dominante de representação acerca de grupos minoritários que são formuladas políticas públicas voltadas para esses grupos, tais como as de cotas e de reserva de vagas no ensino superior. Outra premissa da qual esta pesquisa partiu é a de que a internet é um dos espaços cruciais dos embates contemporâneos em torno da representação. Para tanto, analiso um *corpus* formado por textos selecionados no portal UnB e em sites mantidos por universitários ou organizações civis indígenas, valendo-me primordialmente de categorias de análise propostas por Kress e van Leeuwen (2006), van Leeuwen (1997) e Thompson (2002). Por meio do paralelo entre os textos que formam o *corpus*, esta tese buscou examinar se a forma como a universidade representa esse grupo, cujo protagonismo fora historicamente inviabilizado na esfera de atividades acadêmicas, contribui para os esforços que povos indígenas e universidade têm empreendido, visando democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil e promover a pluralidade no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Estudantes indígenas; Ensino superior; Internet; Representação (Linguística)

Abstract

The research developed here aims to investigate how the entry and participation of Indigenous Students in higher education are represented by the official website of the University of Brasília and also by websites related to indigenous students. This research assumes that public policies for minorities, such as affirmative action in higher education, are based on the dominant system of representation, and, as well, that the internet is one of the main fields where contemporary struggles around representation are pursued. For this purpose, I analyze a corpus composed of texts from the website of the University of Brasilia and websites supported by indigenous students and civic organizations, taking into account primarily the analytical categories proposed by Kress and van Leeuwen (2006), van Leeuwen (1997) and Thompson (2002).Through the comparison between the texts of this corpus, this thesis seeks to examine if the way as the university represents this group, whose role was historically undermined in the sphere of academic activities, contributes indeed to the efforts that indigenous peoples and the university itself have undertaken in order to democratize the access to higher education in Brazil and to promote diversity in the academic sphere.

Keywords: Indigenous students; Higher Education; Internet; Representations (Linguistic)

Sumário

PÁGINA INICIAL: INTRODUÇÃO 1

1. PRIMEIRO POST UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS NA "MINHA" SALA DE AULA 13

1.1 *INTERAÇÃO ENTRE SABERES: UMA INTERFACE CHEIA DE MENSAGENS DE ERRO* **14**
OCORREU UM ERRO DURANTE A CHECAGEM DOS *SISTEMAS DE ARQUIVO* 14
NÃO É POSSÍVEL LOCALIZAR O ARQUIVO 17
NÃO HÁ ESPAÇO SUFICIENTE NO DISCO PARA EXCLUIR ARQUIVOS 19
A PÁGINA NÃO PODE SER EXIBIDA. CLIQUE EM ATUALIZAR 21
1.2 *EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: UMA INTERFACE NADA AMIGÁVEL* **27**
SEM ESPAÇO PARA INTERATIVIDADE 27

2. SEGUNDO POST: EU NA SALA DOS UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS 47

2.1 *PESQUISANDO O QUE PESQUISAR* **47**
2.2 *O PORQUÊ DE PESQUISAR REPRESENTAÇÃO: INTERFACE TEÓRICA* **51**
2.3 *A ABORDAGEM DA PESQUISA, SEUS FUNDAMENTOS, PROCESSOS, PROCEDIMENTOS E HORIZONTES: INTERFACE METODOLÓGICA* **67**
2.4 *UM PESQUISADOR INDÍGENA NA MINHA BANCA EXAMINADORA* **72**

3. TERCEIRO POST: UNIVERSIDADE E UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS NA WEB 77

3.1 *OS UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS* **80**
3.2 A UNIVERSIDADE **86**
3.3 OS DADOS **89**
3.4 *O CORPUS* **94**
3.5 *NOTÍCIAS E OUTROS RELATOS ON-LINE* **100**

4. QUARTO POST: NA ÁREA DE VISUALIZAÇÃO DA PÁGINA 107

4.1 *UM CAMPUS ENTRE PORTAIS, SITES E BLOGS* **107**
MISSÃO E VALORES 107
JORNALISTAS, FOTÓGRAFOS, UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS, SEUS LEITORES E SEUS PROPÓSITOS NO UNIVERSO ON-LINE 110
4.2 *LINKS, COMENTÁRIOS E OUTROS ENCONTROS ON-LINE* **115**
LINKS 118
ESPAÇO PARA INTERATIVIDADE 123

5. QUINTO POST: INGRESSO, REGRESSO E OUTRAS EXCLUSÕES 135

5.1 *ACESSO, INGRESSO E OUTRAS SINGULARIDADES* 136
5.2 *EGRESSOS, REGRESSOS E OUTROS PROJETOS* 160

6. SEXTO POST: PROTAGONISMO, PAUTAS E MAIS EXCLUSÕES 165

6.1 *PROTAGONISMO, PASSIVIDADE E OUTRAS PAUTAS* 168
6.2 *CONGRESSOS, PARTICIPANTES E OUTROS PROJETOS* 198

POSTAGENS FINAIS 225

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 237

ANEXOS 247

Página inicial: Introdução

Nas esferas sociais onde as "coisas" são decididas, a horizontalidade nas interlocuções está atrelada ao nível de formação escolar dos interlocutores. Em determinadas ocasiões, o *direito* de falar depende de um diploma universitário. Assim é que a inserção efetiva e autônoma dos povos indígenas no "universo complexo das políticas públicas" depende, em boa parte, de formação escolar e técnica adequada, o que significa dizer que a formação superior é uma condição, conforme aponta Baniwa (2010, p. 47), para o protagonismo dos povos indígenas em certos domínios sociais e políticos.

Se não ter um diploma de curso superior significa ser "excluído de postos importantes de controle e de poder do Estado [e] de produção de riqueza" (CARVALHO, 2006, p. 12), nada mais *natural* que se exigisse diretamente das instituições universitárias públicas, dada sua função social, conforme sustenta o autor, a tarefa de tomar a seu cargo medidas para enfrentar esse mecanismo de exclusão. No momento em que a demanda social pela democratização do conhecimento dito científico avança, a universidade pública é convocada a dar novas respostas à sociedade.

Nesta esteira, há mais ou menos uma década, têm sido formuladas políticas para promover o acesso e a permanência em universidades públicas, de grupos socioculturais historicamente impedidos de ingressar[1] no ensino superior. Ressalte-se o papel crucial desses grupos e de suas mobilizações para formulação dessas políticas. Aliada a projetos federais dessa natureza, a Universidade de Brasília (UnB, daqui em diante) adota, desde 2004, o sistema de reserva de vagas para alunos indígenas em cursos de graduação, conforme será discutido em algum detalhe no *quarto capítulo*. A implementação da política de cotas e reserva de vagas é, da perspectiva da Universidade, uma maneira de "compensar

[1] Costuma-se usar a expressão "grupos sub-representados" no ensino superior para se fazer referência a esses grupos. Não a utilizo por considerar que, de alguma forma, essa expressão naturaliza e minimiza a exclusão que outros grupos lhes impuseram.

experiências históricas negativas de discriminação, injustiças e opressões sofridas por minorias [...]" (CARVALHO, 2006, p. 39), juntando-se, assim, aos esforços empreendidos por esses grupos, excluídos do ensino superior, em torno de novas formas de ocupar espaços de poder no âmbito nacional. Da perspectiva de intelectuais e lideranças indígenas[2], por outro lado, ações afirmativas e políticas de cotas poucas vezes são definidas como compensação. Ao invés disso, trata-se da conquista de grupos minoritários, entre eles os povos indígenas – cuja presença tem sido decisiva – decorrente de sua mobilização histórica pelo direito à educação superior e pela promoção da igualdade de oportunidades, considerando a enorme diversidade da sociedade brasileira tem termos socioculturais e de suas diferenças em termos econômicos e de trajetória escolar (LUCIANO, 2011).

As reformulações empreendidas na UnB desde o ingresso de alunos indígenas, conforme veremos ao longo desta tese, parecem evidenciar que a Universidade tem tentado dar conta das demandas desses alunos e também que os universitários indígenas têm figurado como protagonistas no plano da formulação de diretrizes e no das ações em diversos episódios. Nesses planos, a UnB parece disposta a estabelecer diálogos menos assimétricos com alunos oriundos de grupos historicamente discriminados. Mas quanto ao plano da representação acerca desses episódios? Como é que a Universidade apresenta o ingresso e a participação dos alunos indígenas no ensino superior?

Por que razões se preocupar com a representação — do protagonismo dos alunos indígenas na esfera da universidade – se no plano da "realidade", esse protagonismo tem se efetivado? As razões são várias. Antes de mencioná-las, entretanto, é preciso registrar a noção de representação com a qual esta tese opera. Valendo-me das discussões de Silva (2006), compreendo representação como descrição daquilo que se entende por realidade. É a forma pela qual as "coisas" do mundo e os grupos que dele fazem parte são apresentados, definidos e ganham sentido. Processo que nada tem a ver com descrição "imparcial", "objetiva" ou "verdadeira" do mundo. Pelo contrário, descrever a realidade,

[2] Esclareço que, na versão deste trabalho utilizada na defesa da tese, este texto não contemplava a concepção indígena de ações afirmativas, cotas e reserva de vagas, perspectiva que foi inserida na versão definitiva a partir de questões absolutamente pertinentes levantadas pelo Prof. Dr. Gersem Luciano em sua arguição. (ver discussão na última seção do *segundo capítulo*)

ou, melhor dizendo, aquilo que se entende por realidade, é construí-la sob perspectivas bem específicas. Construção empreendida e sustentada no âmbito discursivo e vinculada, antes de qualquer outra coisa, à linguagem, seja verbal (escrita ou oral), não verbal ou imagética (HALL, 1997; FOUCAULT, 2008; SAID, 1990; SILVA, 2000; VAN LEEUWEN, 1997, entre outros).

Feitas estas considerações, apresento brevemente a seguir as razões – discutidas em detalhe no *segundo capítulo* – que me levam a colocar os sistemas de representação da universidade no centro das discussões sobre o ingresso e a participação de alunos indígenas no ensino superior. Primeiro, é com base em representações que, em larga medida, se formulam diretrizes, políticas e ações (SILVA, 2000). Segundo, é no campo da representação que diferentes grupos, constituindo-se mutuamente, travam confrontos em torno da produção de significados do mundo, de si e dos outros, pleiteando assumir o controle da representação de si (CARVALHO, 2002; HALL, 1997; SILVA, 2000; VAN LEEUWEN, 1997; WOODWARD, 2000, entre outros). Terceiro, apenas alguns detêm o poder de definir o que conta como real e de impor aos demais as *próprias* definições, isto é, o campo da representação está longe de ser um terreno equilibrado de forças (BOURDIEU, 1998; SILVA, 2006). Quarto, a representação fixa um conjunto de características que supostamente unem diversos indivíduos em torno de um grupo (SILVA, 2006) e estabelece os lugares e as ações que cabem a esse grupo na arena social e, dependendo do conjunto de características, dos lugares e das ações impostas aos diferentes grupos, a representação pode ampliar o espaço de ação de uns e reduzir o de outros (VAN LEEUWEN, 1997), podendo servir, portanto, para sustentar relações baseadas na discriminação e tentativas de silenciamento de determinados grupos (THOMPSON, 2002).

Um dos espaços cruciais dos embates contemporâneos em torno da representação é a internet[3]. Neste campo, conforme veremos no *terceiro capítulo*, instituições cujo poder e autoridade são amplamente reconhecidos social e historicamente, se autoapresentam sob ângulos que lhes possibilitem ampliar seu espaço de ação e, talvez, reduzir o espaço de outros. Neste sentido, pode-se dizer que a forma como determinado

[3] Nesta tese, os termos internet, *web* e campo *on-line* são empregados como sinônimos.

grupo é representado pelo site de uma universidade pode conferir visibilidade ao grupo e contribuir em suas lutas, ou contribuir para a exclusão de certos atores sociais e prejudicar seus esforços para assumir o protagonismo social e político. É sob esta perspectiva que entendo como cruciais pesquisas sobre as formas como universidades públicas representam grupos cujo protagonismo fora historicamente inviabilizado na esfera de atividades acadêmicas. Estudos que deveriam estar no centro das discussões sobre políticas e ações de inclusão social, nunca à margem delas.

Evito usar a palavra *inclusão* por entender que raramente aquele que é incluído é agente de sua inclusão. O incluído, em geral, é representado como beneficiário enfraquecido e passivo da inclusão operada por outro. Nunca se trata de incluir a si mesmo, nunca de assumir a agência dessa inclusão. Da mesma maneira que *permanência*, definida pelo dicionário Aulete digital[4], como "continuar a existir; manter-se em determinado lugar por certo tempo; insistir com persistência", parece não remeter à ideia de agência efetiva, de protagonismo. Daí minha preferência por *ingresso* e *participação*, palavras que, a meu ver, atribuem àquele que ingressa e participa a ação de ingressar e de participar. Quem ingressa e quem participa é protagonista de seu ingresso e de sua participação. Ainda em relação à palavra *inclusão*[5], ressalto que as críticas dos povos indígenas contra o emprego desse termo – que, no campo do direito e das políticas públicas, tem sido sinônimo de discriminação, de negação das diferenças e de exclusão sutil – conferiram força e peso à minha decisão em substituí-lo por *ingresso*.

Por outro lado, na *web* tem-se acesso também a discursos de grupos excluídos dessas instituições se autoapresentam sob ângulos que lhes possibilitem assumir o controle da representação de si, do seu mundo, dos outros e do mundo dos outros. Por meio de textos[6], ícones, links, fotografias, ilustrações, vídeos, áudios, animações, e tantas ferramentas mais, grupos distintos se enfrentam na construção de significados de tudo e de todo mundo. A *web* é, então, um espaço em que são veiculadas tanto representações

[4] Disponível em: www.aulete.com.br (CALDAS AULETE. Aulete Digital na internet).

[5] Cabe destacar que, até o momento da defesa desta tese, eu desconhecia as discussões sobre a palavra *inclusão* presentes na pauta dos povos indígenas, na qual são formuladas críticas ao termo bastante contundentes e envolvidas historicamente, indo muito além da análise da palavra em termos semânticos.

[6] Refiro-me a "texto verbal escrito".

formuladas pela universidade quanto aquelas propostas por universitários indígenas. É essa perspectiva que instaurou meu interesse em investigar não apenas a representação acerca dos alunos indígenas pelo site da Universidade, mas também as representações sobre participação de atores sociais indígenas no espaço acadêmico formuladas por sites indígenas.

Acreditando que um estudo sobre as representações acerca de alunos indígenas pela universidade não poderia negligenciar as representações sobre os povos indígenas com as quais a própria pesquisadora operou ao longo da pesquisa, dediquei o *primeiro capítulo* desta tese ao relato de situações[7] que evidenciam tais representações e a algumas reflexões sobre elas. Ao final deste capítulo, apresento, em linhas gerais, o contexto histórico, social e político da educação indígena, buscando abordar algumas das questões que, a meu ver, são quase matriciais da perspectiva a partir da qual a sociedade olha a participação indígena na esfera de atividades acadêmicas.

Assim, discutindo representações acerca do ingresso e da participação de universitários indígenas na universidade pelo site da universidade e por sites indígenas[8], esta tese buscou, em última análise, formular e interpretar[9], com alguma singularidade, questões que contribuam para a escolha dos caminhos a serem abertos e trilhados no terreno das políticas e ações para a participação social de grupos historicamente discriminados. Mais especificamente para a escolha das formas com que a universidade vai representar grupos que, no final das contas, ajudou a discriminar, a silenciar e a afastar do ensino superior.

É mister destacar, já de início, que busquei empreender esta pesquisa sem perder de vista que o contexto investigado é um espaço não mapeado e marcado pela complexidade de suas paisagens e pela transitoriedade e descontinuidade das trilhas aí

[7] Tenho atuado, na Universidade de Brasília, desde o segundo semestre de 2009, na disciplina *Leitura e Produção de Textos*, ficando responsável por turmas formadas exclusivamente por alunos indígenas.

[8] Ao mencionar "sites indígenas", refiro-me a sites e portais mantidos por organizações indígenas e a blogs mantidos por blogueiros indígenas.

[9] Citando Cavalcanti (2006, p. 243): É importante considerar que tanto a interpretação do/a pesquisador/a quanto a visão dos outros participantes da pesquisa são provisórias e que são apenas algumas "de muitas outras possíveis [...]". Quer dizer, uma tese de doutorado é uma versão de um acontecimento.

percorridas. Refiro-me aqui a duas paisagens: a do ingresso e participação de alunos indígenas na Universidade e a dos embates travados por grupos e organizações com distintos níveis de poder no campo *on-line*. No caso do ingresso e da participação de alunos indígenas no ensino superior público, raros são os caminhos seguros pelos quais universidade e universitários indígenas tenham percorrido tranquilamente em direção aos horizontes almejados. Boa parte do que aí se caminhou, com mais, ou com menos sucesso, é fruto de passos experimentais que se entrecruzaram de forma muitas vezes impresumível. Caminhada, diga-se de relance, em que nem mesmo os horizontes que se pretende alcançar parecem estar completamente nítidos para todos os que dela fazem parte. A novidade desse tema no Brasil, conforme pontuação perspicaz de Carvalho (2006, p. 117),

> permite que os esforços de compreensão da conjuntura abram caminhos para reflexões de maior alcance e abrangência. Ressalto o caráter sempre provisório, frágil e esquemático de qualquer análise de conjuntura e esclareço que falo de uma realidade que me pertence exclusivamente na condição de branco, condição essa cindida e problemática, como também o são as condições de negro e de indígena em nossa sociedade. Eis porque julgo importante a construção de uma aliança negro-branco-indígena que favoreça a explicitação dos problemas de nossas respectivas identidades para assim intensificar o combate à discriminação étnica e racial no país, tarefa que nos compete a todos, cada um a partir de sua condição específica.

Em relação às novas tecnologias de informação e de comunicação, importa sublinhar que, além de possibilitarem cenários múltiplos e também incertos, conforme destaca Heidi J. Figueroa Sarriera, em entrevista a Cabello *et al*. (2011, p. 111-12), o universo da *web* representa, em termos de pesquisa, inúmeros e variados desafios, que vão desde a busca de novos procedimentos metodológicos até a imprescindível revisão de conceitos e definições que, apesar de consensuais, parecem não dar conta dos estudos sobre a forma como sociedade e organizações interagem na internet.

As representações aqui estudadas inscrevem-se, portanto, em um terreno indiscutivelmente complexo, transitório e descontínuo. Daí universidade e universitários indígenas se ocuparem continuamente do desenho de novos caminhos e de incisivas

apresentações de si na *web*. Daí os diversos caminhos teóricos que entrecruzei na busca por ângulos que me permitissem olhar essas representações sem a pretensão da neutralidade e da objetividade e sem enquadrá-las em um recorte chapado, fosco, uniforme, imutável e pretensamente universal.

Para tanto, entrecruzei a perspectiva da Linguística Aplicada que situa linguagem e discurso no cerne de questões sociais e políticas (CAVALCANTI, 2006; FABRÍCIO, 2006; MOITA LOPES, 2006a, 2006b; PENNYCOOK, 2006) com teorizações empreendidas em diferentes campos do saber, quais sejam: perspectivas teóricas que se voltam para o estudo das identidades – concebidas como resultado de políticas de representação – de grupos, tais como os povos indígenas, cuja força (econômica e/ou bélica etc.), nos processos de colonização, não tinha o mesmo alcance, naquele momento, da força do colonizador (BHABHA, 1998; CARVALHO, 2006; CORNEJO-POLAR, 1996; SAID, 1990; SILVA, 2006, 2007); discussões sobre as tensões que marcam a forma como a escola, em seu formato ocidental, se relaciona com os povos indígenas; debates sobre a trajetória desses povos em direção à construção de uma educação escolar que lhes fizesse sentido e na qual assumissem o comando, e à formulação de projetos que dessem conta de suas demandas e a escolha de procedimentos por meio dos quais seus objetivos fossem alcançados (BANIWA, 2010; D'ANGELIS, 2006; GRUPIONI, 2006; COLLET, 2006; LUCIANO, 2011; MAHER, 1996; MUNDURUKU, 2012).

Percorri também debates sobre as novas funções sociais da universidade e a reconfiguração pela qual tem passado para dar conta das demandas sociais, especificamente as dos povos indígenas, por novas formas de ingresso e de participação no ensino superior (CARVALHO, 2006; GABRIEL, MOEHLECKE, 2006; MOEHLECKE, 2002; SOUSA SANTOS, 1999). Entrecruzamentos que apresento no *quarto capítulo*, que contempla pontos marcantes da trajetória da educação escolar indígena e sua paisagem social e política, que é onde esta investigação se inscreve. Entrecruzamentos que justificam a relevância social e política de pesquisas sobre a representação acerca de grupos excluídos de todos "os postos importantes de controle e de poder do Estado, de produção de riqueza" (CARVALHO, 2006, p. 12).

Procurei posicionar minha pesquisa nas perspectivas críticas de investigação da linguagem, o que significou assumir, primeiro, que os ângulos a partir dos quais os dados foram estudados não são supremos e, segundo, que a análise dos dados não é resultado de procedimentos rigorosamente imparciais e objetivos ou livres de tendências sociais, culturais ou políticas capazes de escanear a "realidade" e/ou apontar coisas imperceptíveis a olho nu. Daí a busca de fundamentos e procedimentos, conforme apresentada no *segundo capítulo* – em que discuto o panorama epistemológico e metodológico desta pesquisa, que se propõe agentiva e orientada pela ética (CAVALCANTI, 2006; FLICK, 2009; MOITA LOPES, 2006a, 2006b; PENNYCOOK, 2006) – que não oferecessem como único caminho de investigação a pasteurização e o congelamento do contexto de pesquisa para perscrutar todos o que dele fazem parte como objeto – objeto mesmo – de conhecimento. Quanto aos procedimentos interpretativos, lancei mão de categorias e modelos analíticos de Teorias Sociais do Discurso, especificamente, aquelas propostas por Kress e van Leeuwen (2006), para a análise dos textos multimodais, e as categorias apresentadas por Thompson (2002), para o estudo dos modos de operação da ideologia e por van Leeuwen (1997) para a análise da representação de atores sociais.

Para a construção do *corpus*, foram selecionados textos veiculados no portal[10] UnB (http://www.unb.br/), no portal Índios *Online* (http://www.indiosonline.net/) e no site do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep, daqui em diante) (http://www.cinep.org.br/?code=1.1) e nos blogs Maloca UnB (http://estudantesindigenasunb.blogspot.com.br/), Gãmeb.. Paiter (http://gasodasurui.blogspot.com.br/) e Arte e Identidade (http://arissanapataxo.blogspot.com.br/). O processo de geração de dados e a construção do *corpus* são discutidos no *segundo* e no *terceiro* c*apítulos*, em que apresento também o contexto que determinou os contornos do estudo, o foco da pesquisa, os ângulos explorados e a relação dos textos escolhidos para compor o *corpus*.

[10] Portal é entendido como um *site* – um endereço na internet – que, além de abrigar outros *sites*, reúne seções e serviços tais como: e-mail, notícias e ferramenta de busca. Como o interesse desta tese são as páginas de notícias dos portais e não os serviços que oferecem, emprego o termo *site* para me referir tanto a portal, quanto a *site* e *blog*.

Antes de explicitar a organização da tese, parecem-me necessárias algumas palavras sobre a forma escolhida para apresentá-la[11], haja vista que

> [...] uma das questões mais cruciais da pesquisa contemporânea é considerar a necessidade de ir além da tradição de apresentar resultados de pesquisa para os pares, como forma de legitimá-los. Para tal, são necessárias teorizações que dialoguem com o mundo contemporâneo, com as práticas sociais que as pessoas vivem, como também desenhos de pesquisa que considerem diretamente os interesses daqueles que trabalham, agem etc. no contexto de aplicação – uma dimensão que o campo da LA raramente contempla (MOITA LOPES, 2006a, p. 23).

Esta pesquisa estuda um contexto que envolve inúmeras pessoas e seus esforços por encontrar soluções para as demandas que lhes aparecem. Daí minha preocupação com a escrita e a organização deste trabalho que parte do princípio de que a escrita e a apresentação dos resultados de uma pesquisa são dimensões com fortes implicações para a avaliação que se faz dela, para a acessibilidade que possibilita, para a escolha de seus interlocutores, além das implicações sociais e políticas que têm para os grupos aí representados (FLICK, 2009; MOITA LOPES, 2006a).

Dito isto, convém registrar que qualquer reflexão que eu apresente nesta tese que pareça depreciação das ações empreendidas pelos atores sociais representados nos textos do portal UnB ou nos sites indígenas, nada mais é do que resultado de minha escrita inábil. Não que eu aí só tenha visto passos perspicazes e desprovidos de falhas. Não é isso. Mas o fato é que, como já mencionado, em um terreno árido, complexo e sem mapas, tropeços e descaminhos são parte constituinte da busca por direções acertadas. Busca que, ressalte-se, está sendo assumida por diferentes sujeitos que cada um, a seu modo, quer acertar a direção. Ainda que talvez não com os mesmos propósitos. Desmerecer qualquer esforço – exato ou cambiante – que vise ao êxito de tais políticas e ações definitivamente não é minha intenção.

[11] Em que pese seu papel crucial em pesquisa qualitativa, questões sobre as formas de apresentação do conhecimento, conforme critica Flick (2009), têm sido cada vez menos discutidas. Esta negligência se deve à ideia – equivocada – de que tal debate não tem significado resultados concretos e efetivos para a prática de pesquisa.

A organização dos seis capítulos que compõem esta tese, bem como o que deveria ganhar destaque em cada um deles é resultado do lugar que os processos de geração de dados, documentação, interpretação, diálogos teóricos e diálogos não teóricos ocuparam na trajetória da pesquisa. Esses processos foram marcados por idas, vindas e intervalos entre elas, daí que não me pareceu razoável apresentar esta tese de maneira rigorosamente linear e contínua. Em síntese: ainda que cada capítulo tenha um foco central, teorias, metodologias, interpretação de dados e experiências de diversas ordens perpassam, com mais ou menos ênfase, todas as seções da tese.

Nos dois capítulos finais apresento a análise do *corpus*, que se valeu primordialmente de categorias de análise propostas por Kress e van Leeuwen (2006), van Leeuwen (1997) e Thompson (2002). O *capítulo cinco* trata especificamente da análise da maneira como a exclusão dos povos indígenas do ensino superior é representada pelos textos que formam o *corpus*, bem como o modo como esses textos definem o ingresso de alunos indígenas na universidade em termos de mudanças que se pretende alcançar. No *sexto capítulo*, são sistematizadas as análises a respeito da representação acerca da participação indígena na esfera de atividades acadêmicas e do lugar que cada discurso – o dos sites indígenas e o do portal UnB – atribui aos participantes indígenas nessa esfera de ação.

Após a defesa de uma tese de doutorado, costuma-se voltar ao texto da tese basicamente para fazer alterações sugeridas (ou exigidas) pelos examinadores e poder, finalmente, entregar sua versão definitiva: um texto no qual pontos considerados "inadequados" pela banca examinadora da tese tenham sido "revisados", digamos assim. No texto definitivo da tese, de forma geral, não se menciona explicitamente que pontos (lacunas, excessos, incoerências, incorreções, falhas etc.) foram "revisados" pelo pesquisador a partir das questões propostas pela banca examinadora, que tampouco são mencionadas. Não falo de questões e equívocos "pequenos", pouco significativos em termos de densidade do processo investigativo. Falo de questões determinantes para as práticas de produção do conhecimento, para a ampliação e foco do olhar do pesquisar e para a coerência do texto com os propósitos – sejam acadêmico-científicos, sejam sociais –

da investigação. Por conceber o diálogo, estabelecido no momento da defesa desta tese, entre mim, meu texto e a banca examinadora como uma das etapas cruciais da trajetória desta pesquisa, decidi registrar algumas das questões, a meu ver, mais significativas desse diálogo. Este registro se deu por meio de notas de rodapé, de breves comentários ao longo do corpo do texto e do acréscimo de uma seção, no final do *segundo capítulo*.

Destaco, por fim, que a escolha do vocábulo *post* em lugar de *capítulo* tem a ver com o fato de o primeiro ser um termo amplamente utilizado no universo *on-line*, que é onde os dados desta pesquisas foram gerados. Trata-se, no entanto, de uma escolha com mais sonoridade do que conteúdo, mais a serviço do prazer do que da política. Daí seu emprego se limitar aos títulos dos capítulos. Ao longo do texto, no entanto, faço referência a *capítulos* considerando a definição disponível no dicionário Aulete digital (cf. nota 4): "Divisão de livro, lei, tratado etc.; cada uma das partes de um texto, consideradas como unidade".

1. Primeiro post universitários indígenas na "minha" sala de aula

Se o ato de representar, dito de modo bem direto, significa "definir o que conta como real" (SILVA, 2007, p. 65), parece-me bastante oportuno que uma tese que tenha como um de seus objetivos estudar as formas como alunos indígenas são representados pelo discurso da universidade inicie pelas representações sobre esses alunos com as quais a pesquisadora operou ao longo da pesquisa. É por aí que eu começo porque este foi o ponto de partida da minha trajetória de pesquisa. Antes, contudo, é necessário um breve esclarecimento.

Do ponto de vista desta pesquisa, o lugar e o posicionamento da pesquisadora em relação ao contexto pesquisado, as diversas interações estabelecidas nesse contexto e as mudanças pelas quais a pesquisa passa não são encarados como variáveis cuja interferência – ou contaminação, como alguns gostam de chamar – na investigação deve ser evitada. Pelo contrário, tudo isso foi assumido como parte do processo de pesquisa e, por isso, documentado, organizado, analisado e ativamente incorporado à tese. Ao longo desta pesquisa estabeleci inúmeras interações, por exemplo, que, mesmo de naturezas diversas[12], entrelaçaram-se umas às outras e se mostraram, cada uma a sua maneira, cruciais para a construção do lugar no qual esta pesquisa se situa e da perspectiva a partir da qual busca problematizar as questões de pesquisa. Daí a importância do registro dessas interações no *diário de pesquisa*, de onde, a propósito, foram selecionadas as *notas de campo* (fragmentos das interações documentadas no diário de pesquisa) inseridas nesta tese. Cumpre destacar que essas notas de campo não são, portanto, elementos decorativos ou meramente contextuais, pelo contrário, essas notas conferem unidade às diferentes etapas

[12] Naturezas diversas no sentido de que essas interações se deram em esferas de atividade diversas, em circunstâncias diversas, com interlocutores diversos etc. (Algumas dessas notas de campo foram extraídas do registro de longos diálogos com alunos indígenas, por exemplo, outras de breves comentários de alunos indígenas e de não indígenas, de explicações de colegas, de perguntas pontuais, de relatos e assim por diante).

da trajetória desta pesquisa e coerência aos caminhos e posicionamentos aí assumidos, além de terem oxigenado a interpretação dos dados e a reflexão que empreendi.

1.1 *Interação entre saberes: uma interface[13] cheia de mensagens de erro*

Ocorreu um erro durante a checagem* dos *sistemas de arquivo

No segundo semestre de 2009, fiquei responsável por ministrar o curso de Leitura e Produção Textual (LPT, daqui em diante) exclusivo para alunos indígenas da UnB. Até então, eu não tinha conhecimento algum sobre a presença desses alunos na Universidade, tampouco sobre o curso de LPT específico para o grupo. Certamente esta experiência seria um grande desafio. Minha prática docente até aquele momento restringia-se ao ensino de português a alunos estrangeiros e a alunos brasileiros não indígenas.

Em busca de orientações iniciais sobre o perfil do grupo e sobre os objetivos específicos da disciplina, procurei colegas que tivessem experiência com essa disciplina especificamente numa turma de alunos indígenas. Deparei-me com dois discursos que, embora empenhados, acredito, em contribuir para que os objetivos da política de ingresso da Universidade fossem alcançados, pareciam-me seguir por caminhos opostos. Segundo alguns, "os alunos indígenas não querem ser tratados como *indiozinhos*"[14] (**Notas de campo, 22-07-2009**), ou seja, a disciplina deveria ser ministrada a essa turma da mesma

[13] *Interface* tem aqui o sentido de área compartilhada por dois sistemas ou programas em que trocam dados, solicitações e respostas, conforme é entendida na rubrica da informática.

[14] Sugestão de um/a professor/a cuja experiência com os universitários indígenas o/a levou à conclusão de que os próprios alunos recusam abordagens diferentes daquelas adotadas para os outros universitários. Interpretei o uso da palavra "indiozinhos" como uma crítica a certas práticas pedagógicas que parecem "infantilizar" a figura dos alunos indígenas.

forma que vinha sendo ministrada a turma de alunos não indígena. Para outros, é preciso desenvolver metodologias próprias para as turmas indígenas em função de alguns lapsos em sua formação escolar. Se esses conselhos me foram úteis? Sim, serviram para que eu percebesse que essa disciplina era, em larga medida, trabalhada a partir das percepções particulares, digamos assim, que cada professor formulara acerca do grupo de alunos indígenas, aos quais, pareceu-me, ninguém perguntara diretamente o que eles próprios esperavam/queriam de uma disciplina encarregada de ensinar "leitura e produção textual" na universidade.

A lista de chamada, que recebi dias antes do início das aulas, foi a primeira surpresa. Nenhum Peri ou Poti. Nenhuma Iracema. Nada de Paraguaçú, Moema, ou Tainá. Talvez Galdino, Juruna, Raoni? Não, nenhum deles. Foi aí que os *meus prisioneiros indígenas*, aqueles que eu mantinha enclausurados em meu imaginário, começaram a me despovoar. Sem rastros para seguir, eu continuava *meio*[15]... perdida.

Deveria dizer a eles que não os trataria de forma diferenciada porque, afinal, são universitários como qualquer outro? Talvez fosse mais adequado dizer que associaria a proposta da disciplina às necessidades do grupo. Afinal, se não houvesse diferenças em relação aos outros alunos, eles não teriam sido matriculados[16] em uma turma exclusiva para o grupo indígena. Assinalo que até então, eu não sabia que a disponibilização de uma turma de LPT exclusiva para o grupo de alunos indígenas tinha sido uma reivindicação do próprio grupo. Assim como a criação de outras três disciplinas, chamadas de "disciplinas básicas de nivelamento": Química básica, Física Básica e Biologia Básica, todas restritas a esses universitários. De qualquer forma, isso poderia indicar que, em minha opinião, eles tinham

[15] Uma questão que dividiu a opinião da banca examinadora desta tese foi o uso de ironias. Para alguns examinadores, a ironia, enquanto elemento de humor, permitiu que eu me distanciasse um pouco do contexto investigado e alcançar, assim, mais lucidez na reflexão. Para esses, a ironia e os momentos de humor do texto diferenciam-no positivamente de outros textos do mesmo gênero. Outros examinadores, no entanto, consideraram que, em alguns momentos deste texto, a ironia, ao invés de destacar a ideia ou ilustrá-la, suspendeu o foco da discussão ou enfraqueceu o valor e o impacto de algumas das análises. Na revisão final, algumas das ironias apontadas como "excedentes" no texto foram apagadas, mas outras não, pois arrancá-las do meu texto faria dele menos meu. E aí eu é que ficaria enfraquecida.

[16] Até então, eu não sabia que a disponibilização de uma turma de LPT exclusiva para o grupo de alunos indígenas tinha sido uma reivindicação do próprio grupo. Assim como a criação de outras três disciplinas, chamadas de "disciplinas básicas de nivelamento": Química básica, Física Básica e Biologia Básica, todas restritas a esses universitários.

lacunas na formação escolar em comparação com os outros universitários? Para planejar um curso de LPT adequado ao grupo, seria preciso saber como eles viam a Universidade, como se viam inseridos nesta instituição e que expectativas tinham em relação à disciplina LPT, informações de que eu não dispunha.

Assim, na primeira aula, eu não sabia quem encontraria em sala. Talvez alunos com lábios furados, pintados, carregando seus livros e cadernos em bolsas de alguma fibra vegetal trançada. Ou quem? Confesso que senti vergonha de minha ignorância acerca dos povos indígenas brasileiros. Mas, de forma alguma, vou arcar com a responsabilidade integral por esta falta de conhecimento. Afinal, tudo o que eu aprendi sobre povos indígenas na escola me fez saber muito pouco sobre eles. E o pouco que eu sabia estava tudo errado. Ou melhor, a forma como a escola apresentou esses povos me levou a representações potencialmente muito desfavoráveis ao diálogo entre mim e esses alunos. Basicamente eu *sabia* que eles tinham alimentação, vestuários, crenças, costumes e religiões diferentes dos da sociedade não indígena. *Sabia* que suas habilidades mais evidentes estariam relacionadas a um profundo conhecimento sobre a natureza e interação com ela: infusões milagrosas, paciência inabalável, "instintos" que já perdemos (ou substituímos por novas tecnologias?), habilidades para a produção de artesanatos e outras coisas *naturais* assim, em harmonia transcendental com a fauna e a flora. Representações bem pouco sofisticadas.

Encontrei jovens indígenas vestindo calça jeans, tênis *All Star*, camisetas com frases em inglês, portando celular em mochilas de poliéster. Mas uma certeza eu tinha: o português era a segunda língua deles. Afinal de contas, eu fui designada para trabalhar com essa turma de LPT exatamente porque tinha experiência com ensino de português como segunda língua ou língua estrangeira. Outra surpresa: dos nove alunos, apenas um afirmou falar a língua tradicional de sua etnia. Ou seja, o português não era a segunda língua deles e sim a primeira. Sentenciei: não sou a única habitada por Potis e Iracemas nesta Universidade.

Logo percebi o abismo que havia entre os sujeitos indígenas sobre os quais eu estudei na escola – sujeitos não, que nos livros que eu lia só havia imagens sem qualquer

luminosidade ou movimento –, e aos quais assisti na televisão e aqueles com quem eu interagia nas aulas de LPT. Esse abismo, no qual eu caia vertiginosamente toda vez que entrava em sala de aula, é que deu início ao interesse em pesquisar *Quem são, de fato, esses universitários? Como veem a universidade e o que esperam dela?*

A ignorância indecorosa que me corroía me corroía mais ainda quando encontrava eco das mensagens de erro do meu "sistema operacional". E mensagens de erro e eco não faltavam!

Não é possível localizar o arquivo

Certa vez, conversando com meu filho, que tinha sete anos à época, sobre a turma de alunos indígenas, fui surpreendida com um interesse sem precedentes: "Mãe, um dia eu quero ir à sua aula, pra ver os seus índios. Posso?" Expliquei que não eram *meus índios*. Os indígenas não têm donos, assim como os não indígenas não o têm. Perguntei o porquê do interesse particular em assistir a uma aula nessa turma, já que nunca se interessara por nenhuma outra. "Ué, porque eu quero ver como eles são, como eles sentam, os brincos, os nomes, as penas" (**Notas de campo, 16-09-2009**). Todo aquele entusiasmo deu lugar a uma decepção impiedosa tão logo expliquei que os alunos indígenas da minha disciplina se sentam nas cadeiras, têm cadernos, têm nomes como os nossos, vestem-se com calças jeans, *shorts*, bermudas, saias, camisetas e as únicas penas que os adornam são possivelmente carregadas em suas almas.

Sampaio (2006, p. 167, são do autor os grifos em itálico)[17] tem razão: "as concepções a respeito de idéias como *diferença* e *especificidades culturais* indígenas" ideologicamente reproduzidas pela sociedade não indígena têm larga aplicação e "eficácia

[17] Este texto foi elaborado conforme o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, vigente a partir de 2009. As citações diretas, entretanto, mantêm a grafia original das obras consultadas. A propósito, não desconheço a tradição acadêmica de pospor *sic*. à citação que contenha supostas – e, em grande medida, imperceptíveis – inadequações de ordem linguística. Esclareço, entretanto, que não seguirei essa tradição.

simbólica bastante perceptível". Meu filho certamente aprendera a pensar os indígenas dessa forma na escola, como eu. E nas representações que a escola cria, como bem pontuado por Maher (2007, p. 260), não há espaço para um indígena "contemporâneo, que usa celular, que acessa a internet; o que se quer (e muito) é celebrar o índio autêntico (leia-se: o índio mumificado)". Mas não só a partir da escola que meu filho criara tais concepções dos povos indígenas. Lá em casa tem televisão. E tem internet... talvez ele tenha acessado o site da UnB... e aí não há dúvidas: penas, colares, corpos pintados e muitos rituais sagrados.

(PgUnB_7)

(PgUnB_2)

(PgUnB_10)

(PgUnB_5)

Figura 1[18]

Cabe destacar que ainda hoje, quando mais e mais pessoas dominam recursos de manipulação de imagens, a fotografia é concebida – e não apenas pelo senso comum –

[18] Estas fotografias foram extraídas de textos do portal UnB que compõem o *corpus* primário desta pesquisa e são analisadas no *sexto capítulo* desta tese. Sobre a página em que foram publicadas, data de acesso e outras informações, ver *seção (3.4)* do *terceiro capítulo*. Para informações sobre a autoria dessas fotografias, ver *anexos (13), (16), (18) e (21).*

como um registro do real. Um confiável espelho da realidade. Tanto é assim que, desde sua invenção, é usada "como prova judicial e como forma de identificação das pessoas", (BUITONI, 2011, p. 17), como forma de comprovação da veracidade dos dados de pesquisas científicas e como dispositivo de identificação de candidatos a serem devidamente beneficiados pelo sistema de cotas no ensino superior, conforme critica Carvalho (2006). Quer dizer, se tanta gente acredita que a fotografia registra fielmente acontecimentos[19] e pessoas, incluindo suas origens e fenótipos, por que meu filho desconfiaria das fotos? Até porque, primeiro, ele não frequenta a Universidade e, portanto, não tem oportunidade de ser colega de um indígena, ou dividir com um deles a mesa da biblioteca ou a do Restaurante Universitário, enfim, são talvez poucas as oportunidades de ele conceber os universitários indígenas sob outros ângulos que não os dos livros da escola, os da TV e os do site[20] da Universidade.

Mas não percamos de vista que o sujeito cuja representação sobre povos indígenas acabo de apresentar estava começando a vida escolar. Até chegar ao ensino superior, terá acesso a representações mais respeitosas dos povos indígenas e, portanto, oportunidade de vê-los sob outros ângulos. Será? Não é o que suscitam os trechos a seguir, nos quais os alunos de LPT relatam algumas de suas interações com colegas não indígenas na Universidade.

Não há espaço suficiente no disco para excluir arquivos

O primeiro exemplo que parece contrariar a expectativa de que as representações a respeito dos povos indígenas "evoluem" ao longo da vida escolar diz

[19] A diferenciação entre *fato* e *acontecimento* não interessa a este estudo, por isso, opto pelo uso do vocábulo *acontecimento*. Para uma discussão minuciosa e aprofundada, cf. CABRAL, Muniz Sodré de Araújo. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

[20] A verdade é que ele não costumava e não costuma acessar esse *site*. Não tem jogos, e quase não veicula vídeos.

respeito à resposta que uma das alunas deu a uma colega de graduação que perguntou como era sua comunidade indígena:

> Lá ninguém anda pelado, lá ninguém mora em oca, vive em oca, é casa de alvenaria. Tem os nossos costumes e tudo, tem as nossas crenças... [...] Aí eu falei pra ela: se acredita em tal, tal, tal coisa... Aí elas ficaram Ah, mas você vê que elas ficaram decepcionadas por ouvir aquilo, entendeu? Quando eu falei, elas [disseram que] ficaram decepcionadas Ah, por que não é daquele jeito? Eu falei: Porque vocês têm uma noção de índio de quinhentos anos atrás. Quinhentos anos se passaram. Eu falei com elas: As coisas mudaram. Aí ela falou: Você é índio mesmo? Você realmente é índia? (**Notas de campo, 16-03-2010**)

O segundo exemplo é de um aluno que ingressou na UnB na primeira turma que ingressou na UnB por meio de reserva de vagas. Segundo ele, ao afirmar sua identidade indígena em determinada ocasião, seus colegas não indígenas reagiram: "Ah, você não tem cara de índio, você é calvo." Para o aluno indígena, houve – e há constantemente – a necessidade de reconstruir todo o processo histórico pelo qual os povos indígenas do nordeste passaram. "Olha, não é porque eu não estou pintado, usando cocar, falando mim quer, que eu não sou índio. Aí as pessoas começam a te assimilar."

Mais um exemplo de que as representações acerca dos povos indígenas não se alteram muito ao longo da formação escolar:

> Teve um colega nosso que ele perguntou pra mim, no outro semestre, assim, muito gente boa e tal, ele disse assim: Deixa eu te fazer uma pergunta, você não vai ficar chateada, não? Eu falei: Não. Ele disse assim: Vocês fazem as mesmas disciplinas que a gente ou vocês, por serem indígenas, pegam algumas assim que vocês querem e sai fora do fluxo, entendeu? [...] Aí eu falei: Não, eu vou ter que fazer as mesmas disciplinas que o curso normal. Ah, tá, porque eu achei que você ia lá e pegava aquelas que você queria, que tinha um diferencial. Que eu ia pegar essa ou não. Eu disse: Não, eu tenho que ter o mesmo rendimento que qualquer aluno aqui do curso. Eu tenho que fazer todas as provas, e tenho que fazer tudo, né? (**Notas de campo, 16-03-2010**)

E, por fim, uma situação que me interessou de maneira particular. No primeiro semestre de 2010, convidei alguns universitários indígenas para participar da aula de uma

disciplina que eu ministrava no curso de Letras. A ideia era promover um círculo de discussão sobre educação indígena entre os alunos de tal disciplina, que não eram indígenas, e alunos indígenas da Universidade. Apesar de esse encontro ser planejado com antecedência, uma aluna não indígena, que chegou atrasada à aula, me disse, ao final: "Que engraçado, professora, eu cheguei e tomei um susto. Você não espera entrar na sala de aula e dar de cara com os índios sentados ali." Engraçado? Engraçado mesmo é que os alunos indígenas que "surpreendentemente" "estavam sentados ali" circulam nos mesmos espaços da Universidade em que a aluna surpresa circula. Sobre o *dom* indígena de ficar *invisível* eu não estudei na escola.

Não percamos de vista que as representações sobre indígenas que acabo de destacar são de estudantes não indígenas recém-ingressados na Universidade. Antes de concluírem o ensino superior, terão oportunidades de construir representações menos engessadas dos povos indígenas. Ou talvez não, conforme parecem revelar as representações que eu tinha em relação ao grupo de alunos indígenas, antes do início do semestre.

A página não pode ser exibida. Clique em atualizar

Revelador também o comentário, transcrito[21] a seguir, de um amigo, doutor em Ciências Sociais há mais de vinte anos, que, ao ler alguns textos divulgados no site de um jornal[22] *on-line* do Distrito Federal que selecionei por se constituírem de biografias de alguns universitários indígenas da UnB, me fez ouvir mais um eco para as representações com as quais eu operava: "Acho que estes índios não são muito significativos enquanto

[21] Ressalto que recebi permissão para transcrever e analisar a conversa que tive com meu amigo, desde que mantido o anonimato e destacado que ele não é professor de universidade alguma. O restante do diálogo não serve aos propósitos desta tese, mesmo merecendo a atenção de quem se interessa em analisar o discurso sob perspectiva crítica.

[22] Textos divulgados na seção "Eu estudante" do site www.correioweb.com.br Acesso em: 12 fev. 2011.

amostra. [...]. Procura outros sujeitos[23] de pesquisa enquanto é tempo [...]". Segundo ele, os universitários indígenas representados por tais textos não eram *típicos*, o que basicamente significava, na visão dele, que não eram suficientemente conscientes e politizados sobre as causas indígenas.

Parece-me que o discurso acima se articula à postura assumida por alguns responsáveis pela implementação de políticas indigenistas que, alerta Sampaio (2006), substituem certas relações binárias, do tipo "índio x branco, centro x periferia, dominador x dominado [...]" (MAHER, 2007, p. 90) por outras também binárias. Relações do tipo preguiçoso x trabalhador, primitivo x civilizado, atrasado x desenvolvido, em que os sujeitos indígenas estariam sempre no pólo negativo, são substituídas por relações como autenticidade cultural x degeneração da cultura (por colonialismo cultural, cultura de massa ou globalização); sabedoria milenar x futilidades e modismos; etnoconhecimentos x cientificismo estéril, em que os povos indígenas estariam sempre no pólo considerado favorável. Substituir os pólos dessas relações e localizar os povos indígenas em oposições favoráveis de forma alguma, segundo Sampaio (2006, p. 167-8), promove "o diálogo entre os grupos diferentes, apenas idealiza-os e estabelece uma má consciência de si mesmos".

Independentemente das polarizações, e é o que interessa aqui, as ações da universidade não podem ser orientadas por representações estanques e imovelmente situadas em posições opostas. Tampouco fixadas em um passado quase imemorial. Evidente está que o discurso empreendido por mim, pelos estudantes não indígenas – citados pelos universitários indígenas – e por meus colegas reafirma representações de povos indígenas construídas em relações de forças desiguais históricas que a sociedade não indígena estabeleceu com esses povos. Que tipo de representação sobre indígenas embasa essas vozes, que, de uma forma ou de outra, são anfitriãs desses alunos na Universidade? Que poder é este que tem a representação que é capaz de impedir que enxerguemos esses alunos nos corredores da Universidade? Representações, vale salientar, decisivas para as formas com que os alunos indígenas vão ocupar o espaço acadêmico. Eis uma das

[23] Às vezes eu tenho dúvidas em relação ao uso que determinados pesquisadores fazem da expressão "sujeito de pesquisa". Talvez ganhassem em precisão se optassem por "sujeitos à pesquisa". É só uma inquietação minha. E meu amigo não é pesquisador.

dimensões do cenário em que me lancei nesta investigação: o frescor e o mofado compondo o mesmo espaço.

Diante dessa nova configuração da universidade pública, os sujeitos que dela fazem parte, direta ou indiretamente, são convocados a buscar, com certa urgência, alternativas para resolver conflitos de ordens distintas e talvez novos para a instituição acadêmica. Possivelmente não haja melhor maneira de evidenciar, por ora, as tensões com as quais a universidade tem sido chamada a lidar do que incorporar a voz de alguém que vivenciou, registrou, problematizou e publicou tais tensões. Segue o relato[24] de Nascimento (2003, p. 54-5), aluna indígena da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat):

> Por conta da nossa pele mais clara, as etnias do Mato Grosso nos perguntavam se éramos índios mesmo e se morávamos em aldeias. Mesmo com a resposta afirmativa, continuavam com ar de dúvida, nos olhando dos pés à cabeça. O mesmo acontecia com os acadêmicos dos outros estados, como do Ceará, Paraíba, Bahia, Espírito Santo e Alagoas. E assim foi se criando uma certa animosidade, embora nós não quiséssemos isso; por outro lado, não podíamos forçá-los a nos respeitar enquanto povo indígena com sua história de contato e dominação, com mais de 200 anos, como é o caso dos Kaingáng da região Sul. Nos aliamos aos acadêmicos que se encontravam na mesma situação e dávamos força uns aos outros. Assim as aulas foram avançando.
>
> A coordenação, percebendo a situação, desenvolveu um trabalho com todas as turmas no auditório da UNEMAT, para debater o tema "Identidade indígena". Neste debate veio à tona o problema que estava acontecendo conosco. Os acadêmicos foram se revezando ao microfone para dizerem o que entendiam por identidade indígena, as respostas foram das mais variadas, desde a cor da pele, o cabelo, as línguas e também as canções e danças, enfim as práticas culturais.
>
> Foi nesta oportunidade que nós, acadêmicos dos outros estados, reagimos e também pudemos nos revezar ao microfone para dizer o que pensávamos sobre o que é identidade indígena. Colocamos que a identidade indígena não está só na pele, nos cabelos e na cor dos olhos, mas sim que se trata de um sentimento interno de se reconhecer enquanto indígena e ser reconhecido como tal por seu

[24] A extensão da citação e a forma direta de incorporá-la a este texto evidenciam sua importância para esta tese.

> grupo. Foi feita uma breve retrospectiva do contato, das violências físicas e culturais a que foram submetidos os povos do litoral, lembrando dos que habitavam essa região e foram extintos.
>
> Foi colocado também, com muita sutileza, o que representaram os povos indígenas do litoral para os povos do interior; que na época do suposto "descobrimento" do Brasil, servimos de proteção para que as frentes de expansão demorassem a chegar até eles, de maneira que os povos indígenas do Mato Grosso foram mais recentemente contactados, quando já havia uma política indigenista de proteção aos índios em pleno vigor. É claro que essa política indigenista não foi tão bem feitora, mas que o contato desses povos foi menos violento, disso temos certeza, eis porque eles têm hoje a sua cultura mais preservada que a nossa.
>
> Embora tenha havido muitas provocações, o resultado de todo esse debate foi positivo, pois as etnias do estado de Mato Grosso, conhecendo as nossas histórias, passaram a nos entender e respeitar como povos indígenas, com culturas, crenças e tradições próprios. É claro que as diferenças ainda continuaram, mas agora são tratadas com muito respeito por todos os acadêmicos do 3º Grau Indígena. Agora sabem que, diante da sociedade dominante, estamos no mesmo barco em busca de autonomia, para que sejamos realmente protagonistas das boas transformações de nossas comunidades.

Os indígenas que estavam distantes e de quem, portanto, nossa ignorância estava protegida, agora se sentam de frente para nós na sala de aula, estão na fila do restaurante universitário, na biblioteca estudando, nos corredores da universidade falando no celular, no ponto de ônibus com suas mochilas cheias de livros e xérox e são nossos amigos no *Facebook*. E compõem a banca examinadora de nossas teses de doutorado. E em todos esses espaços eles desafiam as representações historicamente construídas e politicamente sustentadas pela sociedade não indígena acerca dos povos indígenas. Mas, por mais concretos que sejam esses encontros no espaço da universidade, a presença física desses alunos parece não ser uma força capaz de desintegrar as representações sobre os povos indígenas construídas para, em última análise, inferiorizá-los e a subjugá-los?

As representações verticalmente impostas sobre os povos indígenas levam a efeito não "apenas" comentários e expectativas do tipo que relatei nesta seção, elas fragilizam o terreno pelo qual caminham aqueles que se lançam à formulação de novos projetos, que visem ao êxito do ingresso e da participação dos alunos indígenas na

universidade. Menciono, a seguir, algumas reformulações e vozes que me parecem reveladoras dessa caminhada bem intencionada e descontínua.

O primeiro exemplo é a *Proposta de Política Institucional de Acolhimento da Diversidade*, que nasceu, conforme já mencionado, de questões levantadas pelos universitários indígenas da Instituição. Entre os vários compromissos que a UnB aí assumira, dois interessam de forma particular a esta pesquisa: um, a implementação de mecanismos de capacitação e preparação ética da comunidade acadêmica para o convívio com a diferença. Dois, a criação de editais de fomento a pesquisas para levantamento de dados sobre a forma como a comunidade acadêmica vê os universitários negros, os estrangeiros, os indígenas, os oriundos das classes populares ou do campo, os portadores de necessidades especiais e os estudantes com diferentes orientações de gênero e sexualidade; pesquisas que indicassem medidas de solução a partir do levantamento do cotidiano desses alunos na UnB e das principais dificuldades que enfrentam neste espaço. Ainda com relação ao compromisso de fomentar tais pesquisas, a Universidade se comprometera com a "adoção de medidas pedagógicas e institucionais voltadas para a solução dos problemas identificados", a "organização, implantação, acompanhamento e avaliação das "medidas decorrentes das demandas dos estudantes apuradas no diagnóstico" (PROPOSTA..., 2010, p. 17).

O segundo exemplo é o diálogo, registrado por meio de notas de campo, entre dois professores, ao fim de uma das reuniões com professores e coordenadores responsáveis pela integração dos alunos indígenas na Universidade:

> - Esses alunos que estão abandonando os cursos estão voltando para suas comunidades com a sensação de fracasso. Tá errado. Não pode ser assim. Esse fracasso não é deles. Eu acho que, enquanto não tivermos condições de oferecer todos os meios necessários pra garantir a permanência deles na universidade, talvez tenhamos que desconstruir essa ideia de que só o diploma importa – disse a professora.
>
> - Mas não é o diploma, no final das contas, que importa? – questionou o professor.
>
> - Pra nós, sim. Talvez pra eles não.
>
> - Mas sem o diploma eles podem exercer a profissão?

> - Depende do que você entende por exercer a profissão. A gente tem que pensar que talvez na lógica das aldeias o diploma não faça diferença e a gente tá aqui incutindo na cabeça deles "diploma, diploma, diploma". Aí não tem ninguém que aguente.
>
> - Eu não penso assim. Eu acho que, se o diploma não importasse, eles não estavam aqui... debaixo desse fogo cruzado. (**Notas de campo, 17-03-2011**)

Por fim, menciono uma das orientações que as equipes responsáveis pela aplicação do vestibular para alunos indígenas receberam de um representante do Cespe/UnB, no treinamento[25] que antecedeu a viagem aos polos onde foram realizadas as provas e as entrevistas dos candidatos:

> Pessoal, veja bem, os candidatos devem entregar a documentação exigida no edital, como qualquer candidato de qualquer outro processo seletivo. Mas não esqueçam: vocês estarão lá [no polo] para ajudar com essa documentação. É para ajudar esses candidatos, não para atrapalhar ou pra dificultar mais ainda a vida deles. Imagina, o cara viaja cinco dias de barco pra fazer a prova e é impedido de entrar na sala porque não assinou aqui ou ali, porque não tirou cópia disso ou daquilo. (**Notas de campo, 11-06-2012**)

Considerando a orientação relatada na nota de campo acima, assim como a que a antecede, parece-me razoável dizer que, em várias instâncias, a UnB tem buscado (ou tem sido levada a) rever pontos de vista e práticas que parecem não dar conta da configuração atual da Universidade e suas funções sociais. Revisões nada triviais, uma vez que exigem a construção de corajosos caminhos em um terreno não mapeado. Digo "corajosos" porque qualquer diretriz ou procedimento que diga respeito a ações afirmativas no ensino superior – independente de ser acertado ou ainda por se acertar – pode ser estrategicamente transformado por quem é contrário à política de cotas e reserva de vagas (a mídia

[25] O seguinte trecho, extraído de um texto publicado no portal UnB, diz respeito a essa orientação: "A entrevista foi a forma que o Cespe/UnB encontrou para apreciar o real envolvimento do candidato com a comunidade indígena. Além disso, a prova documental não faz parte da cultura do indígena e pode resultar em inconsistências no preenchimento dos formulários exigidos. Essa solução foi implementada como recurso de inclusão social, explica Luiz Mário Couto, Coordenador de Provas Práticas do Cespe/UnB." Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=6869 . Acesso em: 24 jul. 2012.

principalmente) em um tema que polemiza negativamente os debates e ações que se empreende na universidade.

1.2 *Educação escolar indígena: uma interface nada amigável*

O estudo da representação exige que se atrele "significados construídos localmente a políticas, culturais, institucionais e históricas que situam essas práticas discursivas" (MOITA LOPES, 2002, p. 136). Se as políticas são formuladas com base na representação com as quais as instituições de poder operam, então, recuperar, ainda que muito superficialmente, a história das políticas de educação escolar voltadas para os povos indígenas é resgatar um pouco da forma como esses povos foram aí representadas. Dito de outro modo, pesquisar representações acerca do ingresso e da participação de universitários indígenas na universidade pelo site da universidade e por sites indígenas exige que se contemple, ainda que brevemente, a trajetória que os povos indígenas percorreram até chegar ao ensino superior. É de uma breve contextualização histórica, social e política da educação indígena que me ocupo nas próximas páginas.

Sem espaço para interatividade

Até a Constituição[26] de 1988, os povos indígenas eram considerados obstáculos[27] para o progresso e para os projetos de expansão territorial e econômica do

[26] Por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96, a Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito social.

Brasil. Nessa *lógica*[28], era – e ainda é (cf. nota 29) – preciso "integrar" (ainda não se falava em "incluir") os povos indígenas à chamada comunhão nacional, civilizá-los, salvá-los, apagar as diferenças culturais que representavam ou mesmo eliminá-los fisicamente (BANIWA, 2010). A educação escolar, por sua vez, representava uma das principais vias por meio das quais os povos indígenas participariam da nação brasileira. Essa participação significava subjugação desses povos – considerados carentes de evolução moral e tecnológica – à sociedade não indígena, – que se autorrepresentava[29] como culturalmente superior.

Convém abrir um breve parêntese para explicar minha escolha pela expressão "sociedade não indígena" em detrimento de "sociedade nacional". Considerando que "a

---

[27] É necessário reconhecer que, a despeito de várias conquistas dos povos indígenas e do vigor social de discursos sobre diversidade e diferença, parte da sociedade não indígena ainda continua encarando-os como empecilhos para o *progresso* do país. Exemplos deste posicionamento não faltam, limito-me a fazer referência a três textos, dois publicados na revista *Veja* e um, no jornal *Folha de São Paulo*. Em um deles, publicado em 02-05-2012, o autor Reinaldo Azevedo finaliza seu texto – uma crítica à decisão favorável do Superior Tribunal Federal (STF) aos pataxó hã hã hãe em relação à Reserva Indígena Caramuru/Catarina/Paraguaçu – dizendo: "O mesmo destino que se cumpriu em Raposa Serra do Sol se mostrará fatal nessa área da Bahia. Os fazendeiros terão de sair; a produção agrícola levará um tombo; o desemprego vai crescer; índios, brancos, mestiços e negros perderão seus empregos e povoarão alguma favela da cidade mais próxima. Em vez de o país produzir riquezas, vai aumentar o dispêndio com a assistência aos índios." Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/sem-surpresas-supremo-decide-que-area-de-conflito-na-bahia-e-uma-reserva-indigena/ Acesso em: 09 ago. 2012. O outro texto, publicado em 01-11-2012, que ganhou grande visibilidade na *web* em função das críticas que receberá nas redes sociais digitais, Leonardo Coutinho afirma: "Em sua percepção medieval do mundo, os religiosos do Cimi alimentam a cabeça dos índios da região com a ideia de que o objetivo deles é unir-se contra os brancos em uma grande "nação guarani". Ocorre que o território dessa "nação" coincide com a zona mais produtiva do agronegócio em Mato Grosso do Sul. O Cimi e algumas ONGs orientam os índios a invadir propriedades. A Funai também apoia o expansionismo selvagem". Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/titulo-falso-a-ilusao-de-um-paraiso Acesso em: 23 nov. 2012. E no outro, publicado em 19-11-2012, no jornal Folha de São Paulo, Luiz Felipe Pondé escreve: "Desejo que eles arrumem trabalho, paguem impostos como nós e deixem de ser dependentes do Estado. Sou contra parques temáticos culturais (reservas) que incentivam dependência estatal e vícios típicos de quem só tem direitos e nenhum dever. Adultos condenados a infância moral seguramente viram pessoas de mau-caráter com o Tempo". Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/1187356-guarani-kaiowa-de-boutique.shtml Acesso em: 23 nov. 2012.

[28] Fique dito que não desconheço a formalidade e as reservas à multimodalidade textual próprias da academia. Mas fique logo dito também que, em meu processo de produção textual, certos recursos de diagramação, tais como itálico, negrito e espaçamento interlexical, são portadores cruciais de sentido. Produzir um texto livre desses recursos, para mim, é como privá-lo de determinados sentidos. Dito isto, registro que, numa tentativa de me ajustar textualmente às normas dos gêneros acadêmicos, limito-me ao uso de itálico. Recurso que, neste texto, serve para marcar o caráter discutível (irônico talvez) do emprego de determinados vocábulos.

[29] O pretérito perfeito deveria acender uma luz laranja no texto, sinalizando a necessidade de interpretá-lo com cautela, pois o uso deste tempo verbal pode dar a entender equivocadamente que certas ações ficaram lá no passado.

condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos" (ANDERSON, 2008, p. 28, palavras isoladas por colchetes e grifo em itálico na obra consultada), evito a expressão "sociedade nacional" em contraposição à "sociedade indígena", por entender que a primeira exclui os povos indígenas dessa legitimidade política universal. Aliás, isto me lembra o comentário de uma aluna indígena após uma das minhas aulas de LPT exclusivas para estudantes indígenas: "Escrever este tipo de texto é difícil, professora, mas a gente é brasileira, não desiste nunca" (**Notas de campo, 27-10-2009**). Fecha o parêntese.

A "perspectiva da cidadania indígena (sujeitos coletivos de direitos universais e específicos), do protagonismo indígena (reconhecimento da capacidade civil) e da autonomia indígena (capacidade de pensamento e de auto-representação)", promovida pela Constituição Federal de 1988, conferiu, segundo Baniwa (2010, p. 36, palavras isoladas por parênteses no texto consultado), um novo espaço e uma nova função social à escola indígena. Sob este novo prisma, os povos indígenas viram nessa instituição um mecanismo a ser usado para valorizar as especificidades de cada grupo e fortalecê-los no enfrentamento à sociedade não indígena[30].

Em que pesem o interesse dos povos indígenas pelas questões educacionais, as várias conquistas políticas e legais neste campo, a elaboração de instrumentos legais normativos que garantem os direitos dos povos indígenas e os avanços de propostas de educação intercultural, o direito à educação indígena multilíngue e intercultural, por vários motivos, ainda é um discurso cuja ação está, digamos, *off-line*. A seguir, mencionarei alguns desses motivos.

Primeiro, a participação "incipiente, frágil e muitas vezes contraditória" dos povos indígenas na discussão, formulação e execução de políticas e ações educacionais dirigidas às suas comunidades (BANIWA, 2010, p. 37). O despreparo e a ineficiência do

[30] Em muitos casos, os povos indígenas "querem escola para se [enfrentar] o branco", como é o caso de povos do Acre e do Sudoeste do Amazonas (MAHER, 1996, p. 240, a palavra entre colchetes é inserção minha, utilizada em substituição a "defender-se", usada pela autora, palavra que pode ser entendida como "resguardar-se", "proteger-se", enquanto "enfrentar" implica assumir posicionamento mais agentivo, digamos assim).

Estado em operacionalizar essa participação, por um lado, e as diferenças entre o modo de operar dos povos indígenas e o do Estado, na instância político-administrativa, por outro, são obstáculos para a plena participação desses povos nos projetos educacionais indígenas. Segundo, a invisibilidade histórica das coletividades indígenas. Nas palavras de Baniwa (2010, p. 43): "É como se, no imaginário coletivo das pessoas, os povos indígenas existissem, mas não enquanto sujeitos e atores políticos dessa diversidade". Ou seja, o perfil democrático e pluriétnico que teoricamente caracteriza o Brasil não figura no âmbito das ações. Terceiro, a impossibilidade de se pensar em uma situação padrão ou universal para o contexto educacional indígena. Em função da diversidade[31] de realidades culturais, sociais e históricas dos grupos, segundo D'Angelis (2006), cada escola indígena é particularmente única. O resultado: "escolas mais, ou menos, indianizadas. Na esmagadora maioria dos casos [...], tentativas de 'tradução' da escola para o contexto indígena." (D'ANGELIS, 2006, p. 160, é do autor o grifo com aspas simples). Quarto, a falta de discussões amplas e profundas, no âmbito social e político, sobre os conceitos de cultura e de intercâmbio cultural, bem como a falta de documentação e avaliação das maneiras pelas quais as ideias de interculturalidade têm sido operacionalizadas. Collet (2006) sustenta que essa ausência de discussões dificulta a elaboração, implementação e alcance de metas estabelecidas para a educação indígena. Por fim, a forma hostil com que a diversidade e a diferença são concebidas e problematizadas socialmente. Essa hostilidade[32] afasta determinados grupos de postos importantes do poder e inviabiliza a ocupação democrática de espaços sociais e políticos.

[31] A distinção entre diversidade e diferença, estabelecida por Bhabha (2007, p. 63, são do autor os grifos em itálico), parece-me bastante oportuna: "[...] a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações *da* cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. A diversidade cultural é o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais pré-dados; mantida em um enquadramento temporal relativista, ela dá origem a noções liberais de multiculturalismo, de intercâmbio cultural ou da cultura da humanidade." Dessa forma, saliento que, nesta tese, busco empregar "diferença" e "diversidade" observando as considerações de Bhabha.

[32] A fala de uma personagem do desenho animado *As terríveis aventuras de Billy e Mandy* me pareceu irresistível aqui. Trata-se da consciência de Billy – um menino bobo e dotado de pouca inteligência – aconselhando-o a não ter medo daqueles que são diferentes: "Não devemos ter medo [deles]. Eles são apenas diferentes. Não é pra ter medo dos diferentes, é pra ter ódio deles! Qual é, o meu estilo de vida não serve pra você?" Considerando que a consciência do menino é igualmente boba e pouco inteligente, acredito que seu conselho seja uma crítica à forma de pensar e agir de determinadas pessoas.

Tenha-se em vista que a formulação e implementação de projetos sociais – os educacionais aí incluídos, óbvio – têm como pano de fundo as representações. Por um lado, é com base nas representações acerca de grupos minoritários que se estabelecem as diretrizes e ações que visam a possibilitar novos posicionamentos sociais e políticos a esses grupos. Por outro, o posicionamento assumido por grupos minoritários frente a instituições de poder depende das representações sobre essas instituições impostas a essas minorias.

No momento em que conceberam a escola como um mecanismo capaz de fortalecê-los na busca por novas formas de ocupar o espaço social e político (BANIWA, 2010), os povos indígenas passaram a se mobilizar para tomar para si a educação indígena formal. Segundo revela o estudo de Luciano (2011, p. 336), os povos indígenas, tais como os do Alto Rio Negro, que são o foco de sua pesquisa, concebem a escola como "um instrumento privilegiado de empoderamento técnico, acadêmico e político que os habilitem ao acesso e interação com o mundo moderno, a partir de relações menos assimétricas". Trata-se de uma das opções para

> construir e apropriar-se de conhecimentos que os ajudem a retomar a autonomia étnica e comunitária para o manejo do mundo, desta vez, no âmbito do Estado. Neste sentido, a escola é percebida como ferramenta para a conquista de espaço na sociedade e no mundo contemporâneo e também serve de ponte para o ingresso ou interação com a modernidade, pelo menos no plano prospectivo [...] (LUCIANO, 2011, p. 336).

Assim, o empenho das comunidades para tomar a si a responsabilidade pela escola indígena e a necessidade de professores indígenas habilitados para lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio determinaram, a princípio, a mobilização dos povos indígenas por educação superior (GABRIEL, MOEHLECKE, 2006). A implementação do sistema de reserva de vagas para alunos indígenas na universidade é um exemplo emblemático, acredito, não só dos esforços dos povos indígenas em torno da educação escolar indígena e não indígena, mas também dos avanços no campo da educação escolar brasileira.

Ressalte-se que a mobilização dos povos indígenas por ensino superior não decorreram unicamente do empenho desses povos para assumir suas escolas. A exigência quase que burocrática de formação superior, conforme discutido na *Introdução*, é um dos motivos do forte interesse desses povos por esse nível de ensino. Quer dizer, o empenho em ter parte em novos espaços sociais de poder, de estabelecer interlocuções menos assimétricas e de ter seus discursos incluídos na história, na academia, na mídia etc. foram e são outros motivos de suas mobilizações por ensino superior. A universidade deixa, portanto, de representar unicamente a produção e disseminação de conhecimentos científicos, para significar também uma resposta à mobilização de certos grupos em busca do acesso a bens (SOUSA SANTOS, 1999) que, até então, lhes eram inacessíveis.

Por falar em mídia, vale a pena lembrar o estudo, empreendido por Melo (2003), da representação sobre povos indígenas pela mídia de Pernambuco. Esse estudo revela o lugar do discurso indígena neste espaço de poder representado pelo texto jornalístico. Segundo Melo (2003, p. 15), o discurso jornalístico enfraquece o "sistema de valores do discurso do índio, sujeito que assume, assim, a condição de fonte passiva dentro do discurso jornalístico". Os povos indígenas figuram nestes textos como grupos que "precisam da tutela do Governo, que surge no papel oficial do poder constituído, no papel da Igreja, representando o discurso do poder". A autora aponta ainda que, em muitos dos textos jornalísticos, a voz do sujeito indígena é suprimida no discurso jornalístico.

> O índio não é sujeito de seu discurso e nem tem poder para construir sua própria história. Quem tem poder para fazer declarações e anúncios é a Funai, o Governo e a Igreja, reforçando o discurso oficial e retirando dos índios o direito de se agrupar e reagrupar, enfim, de organizar seu discurso e ocupar espaço na imprensa de modo a ser sujeito ativo e verbalizar seu discurso. Isso nos leva a concluir que o espaço midiático reproduz as relações sociais da sociedade, com a classe dominante mantendo a força de seu discurso na imprensa e os grupos subalternos se mantendo à margem (MELO, 2003, p. 15).

O debate sobre a importância e a premência da educação superior para povos indígenas ganha cada vez mais vigor. O Projeto de Lei 3627/2004, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas nas instituições públicas federais de educação superior para

estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, por exemplo, é um dos responsáveis pelo fortalecimento desse debate. A partir desse Projeto, várias universidades públicas brasileiras foram levadas a assumir[33] novas responsabilidades sociais e passaram a protagonizar diretrizes e ações voltadas à "inclusão de grupos sociais e étnico-raciais sub-representados na educação superior" (GABRIEL, MOEHLECKE, 2006, p. 1). As universidades estaduais do Paraná foram as primeiras instituições públicas de ensino superior no Brasil a oferecer vagas exclusivas para alunos indígenas em cursos regulares.

No âmbito federal, a Universidade de Brasília[34] tomou a dianteira, estabelecendo vagas suplementares exclusivas para alunos indígenas. Convém lembrar que o *Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial da UnB*, conforme assinala Carvalho (2006, p. 14-15), que "foi aprovado na íntegra no dia 6 de junho de 2003", é um documento com importante valor histórico, uma vez que se trata do "primeiro plano de inclusão étnica e racial no ensino superior que foi votado e aprovado autonomamente pelo Conselho Acadêmico de uma universidade brasileira, obedecendo apenas ao princípio da autonomia universitária". Desta forma, a UnB passou a ser a primeira universidade federal brasileira a aprovar cotas para negros e índios, após quase cem anos de ensino superior público no Brasil (CARVALHO, 2006). Vale destacar que

> o sistema de cotas não é nenhuma panacéia universal que resolverá definitivamente o problema da desigualdade racial do Brasil. Trata-se apenas de um mecanismo legal e legítimo, entre vários utilizados em muitos países do mundo, para compensar experiências históricas negativas de discriminação, injustiças e opressões sofridas por minorias, grupos étnicos ou mesmo povos inteiros" (CARVALHO, 2006, p. 39).

[33] Muitos autores dizem que a universidade foi levada a "repensar" suas responsabilidades sociais, outros, que a universidade "passou a refletir" sobre seus compromissos sociais. Optei por "foram levadas a assumir novas responsabilidades" porque não sei até que ponto se pode falar, nesse contexto, em "repensar" e em "refletir".

[34] A política de ações afirmativas adotada nas universidades estaduais paranaenses foi regida por uma lei estadual, assinada em 2001, que determinou a criação de três novas vagas em cursos regulares destinadas a estudantes indígenas. A política adotada pela UnB, estabelecida em convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) assinado em 12 de março de 2004, foi uma resolução de seu próprio Conselho Universitário.

As políticas de ações afirmativas na universidade estão embasadas no princípio de que educação superior é um direito de todos. Isso não significa universalização no acesso à universidade, mas sim "a possibilidade de que todos os segmentos da sociedade possam se ver nela representados" (GABRIEL; MOEHLECKE, 2006, p. 3). Saliente-se que o princípio de educação superior como direito é resultado, em boa medida, das lutas de grupos minoritários, entre os quais os povos indígenas são um dos mais atuantes, em torno da democratização do acesso a este nível de educação. Neste sentido, as palavras de Baniwa (2012, p. 1) são esclarecedoras:

> São inegáveis as conquistas e os avanços de inclusão social no campo das políticas públicas brasileiras nos últimos 20 anos, destacadamente no campo do acesso à educação superior por parte de segmentos sociais historicamente excluídos, como são os povos indígenas. A aprovação da Lei das Cotas é uma dessas importantes conquistas. [...] Trata-se de uma conquista histórica digna de comemoração enquanto um passo importante no processo de democratização do direito à educação superior no Brasil e na promoção da igualdade de oportunidade para todos os brasileiros, na sua grande diversidade sociocultural, econômica e trajetória escolar. [...] Os povos indígenas formam um dos segmentos sociais brasileiros que mais tem cobrado do Estado políticas de Ações Afirmativas com vistas a combater a histórica exclusão e desigualdade social, econômica e política. Acompanharam e participaram, em diferentes momentos e de diferentes modos da luta pela aprovação da "Lei das Cotas" e de outras iniciativas similares que tinham como objetivo a democratização de acesso ao ensino superior.

Os critérios que definem o público-alvo das políticas de ações afirmativas, segundo Moehlecke (2002, p. 208), são raciais/étnicos, sociais, ou ambos. A população indígena se enquadra em grupos "etno-raciais socialmente discriminados". O perfil do grupo a ser atendido e o contexto histórico e social determinam qual/quais desses aspectos deve(m) ser destacado(s).

Em 2001, a Unemat, em resposta à mobilização indígena em torno de cursos de formação para professores indígenas, implementou a primeira iniciativa política para garantir o acesso de alunos indígenas a universidades públicas, criando um curso de

licenciatura intercultural. Essa ação pioneira foi, conforme Silva e Horta (2010, p. 183), "resultado de discussões iniciadas no ano de 1997, envolvendo vários segmentos da sociedade civil, representantes indígenas e órgãos governamentais e não-governamentais". Em 2006, então, a primeira turma de professores indígenas se graduou, na Unemat, em Curso de Licenciatura Específica. Até 2012, conforme aponta Luciano (2012), estima-se que em torno de 10 mil alunos indígenas tenham ingressado no ensino superior. Vale ressaltar que, até 1997, conforme registra Carvalho (2006, p. 13), os povos indígenas eram absolutamente excluídos do ensino superior.

Conforme apontado anteriormente, a UnB, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai, daqui em diante), foi a primeira universidade federal a realizar vestibular com vagas específicas para candidatos indígenas. Segundo Bevilaqua (2005), o modelo de ações afirmativas proposto pela UnB influenciou as políticas de ações afirmativas de outras universidades federais, como as implementadas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

> Desde o momento em que a UnB adotou as cotas [...] a questão da exclusão racial não pôde mais ser naturalizada no nosso meio acadêmico. Todas as universidades públicas começam a ser pressionadas pelos movimentos negros e indígenas e pela frente anti-racista para posicionar-se diante do tema (CARVALHO, 2006, p. 13).

Atualmente a UnB oferece 21 vagas exclusivas para candidatos indígenas a cada ano. Nesse convênio, à UnB cabe o processo seletivo[35] e a assistência pedagógica aos universitários, à Funai, o apoio financeiro. Interessa sublinhar que o número de vagas para estudantes indígenas definido pelo Convênio Funai/FUB[36] é apresentado diferentemente pelos textos indígenas e pelos textos do portal UnB, conforme fica claro nos seguintes excertos:

[35] A prova do vestibular constitui-se de questões de língua portuguesa, de matemática e de uma redação.
[36] Fundação Universidade de Brasília.

1. [...] a Universidade de Brasília possui vagas para estudantes indígenas de todo Brasil, limitando-se em um numero de 10 vagas dividido em 5 cursos [**PgInd_8**]

2. A cada semestre, 10 estudantes têm vagas asseguradas pelo sistema de cotas [**PgUnB_6**]

No texto da PgInd_8, o número de vagas[37] é introduzido pelo verbo "limitar(-se)", o que implica dizer que se trata de um número restrito. Além disso, aí o processo que cabe à universidade é "possuir vagas" (cf. excerto 1). Por outro lado, no texto da PgUnB_6, o mesmo número é introduzido pela expressão "a cada semestre", que serve para enfatizar a regularidade do processo, e, diferentemente do texto indígena, a ênfase não está nas vagas, mas sim, nos "10 estudantes" que, por sua vez, "têm vagas *asseguradas*" (cf. excerto 2 PunB_6).

Os cursos da UnB nos quais são reservadas vagas para alunos indígenas são indicados pela Funai, que, por sua vez, deve tomar como base as demandas apontadas pelas comunidades e organizações indígenas. As Ciências da Saúde e as Ciências Agrárias são as áreas mais solicitadas. Atualmente são disponibilizadas vagas nos seguintes cursos[38]: Agronomia (1 vaga), Ciências Biológicas – Licenciatura/Bacharelado (1 vaga), Ciências Sociais (2 vagas), Enfermagem (2 vagas), Engenharia Florestal (1 vaga) e Medicina (2 vagas)[39].

[37] Cabe destacar o equívoco que se tem neste excerto em relação aos termos "cotas" e "vagas", conforme muito bem apontou o Prof. Dr. José Jorge de Carvalho, em sua arguição na ocasião de defesa desta tese. Vale destacar, neste sentido, que a UnB adotou o sistema de cotas para negros e o de reserva de vagas para indígenas, políticas detalhadas no *Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial* da Universidade. O que significa dizer que as discussões empreendidas no âmbito das políticas da universidade parecem não ser assimiladas, digamos assim, pela equipe responsável por divulgar notícias da Universidade para a opinião pública.

[38] Aos doze alunos do primeiro grupo que ingressou em 2005 por meio de transferência facultativa foram disponibilizados os seguintes cursos: Administração, Ciências da Computação, Ciências Sociais, Comunicação, Direito, Engenharia Florestal, Letras, Pedagogia e Relações Internacionais.

[39] Informação disponível em: http://www.cespe.unb.br/vestibular/vestunb_13_1_2_funai/ Acesso em: 11 jan. 2013.

Para se inscrever no vestibular indígena, o candidato deve encaminhar à UnB: ficha de inscrição, cópias de documentos pessoais e declarações[40] que o identifiquem como membro de determinada comunidade ou organização indígena. A homologação da inscrição do candidato depende da avaliação desta documentação pelo Comitê Gestor do Convênio Funai/FUB. A partir da seleção de 2/2012, os candidatos foram submetidos a entrevistas[41], visando apreciar seu envolvimento com a comunidade indígena, a qual pertencer (ou declara pertencer) e seu conhecimento sobre a realidade dessa comunidade, conforme explica Luiz Mário Couto, Coordenador de Provas Práticas do Cespe/UnB em texto (cf. nota **Erro! Indicador não definido.**) divulgado no portal UnB.

Das 129 instituições que adotam algum sistema de reserva de vagas na seleção dos alunos, 52 adotam cotas para negros e 67 para povos indígenas. De acordo com Carvalho (2012)[42]. Para ele, há, de maneira geral, pouca resistência às cotas para os povos indígenas em função de se tratar de uma pequena parcela da população.

Cabe lembrar que, para fugir da discriminação, famílias inteiras passaram um longo tempo tentando se esquivar do pertencimento a grupos historicamente discriminados e mantidos longe de certos bens e serviços, como é o caso de alguns grupos indígenas. Para serem beneficiados pelas políticas de ações afirmativas, no entanto, os candidatos devem autodeclarar seu pertencimento a um povo indígena. Ou seja, o pertencimento que era motivo de exclusão social passa a ser condição para a inscrição em políticas e ações para a inclusão social. Quer dizer, aquilo que era preciso negar há alguns anos deve agora ser assumido e valorizado. Tão valorizado que os mesmos sujeitos que discriminavam os povos

---

[40] A saber: a) declaração de auto-reconhecimento do candidato, na qual deverá identificar o povo e/ou a comunidade indígena a qual pertence, bem como sua relação detalhada com a aldeia; b) exposição de motivos que o levaram a escolher o curso para o qual concorre; c) declaração de compromisso de que irá contribuir com atividades na área do curso escolhido junto a seu povo e/ou comunidade; d) documento de indicação e reconhecimento de seu povo, comunidade ou de uma organização indígena com assinatura, obrigatoriamente, de 5 lideranças reconhecidas por seu povo indígena. Mais informações sobre o processo seletivo estão disponíveis em: http://www.cespe.unb.br/vestibular/CONVENIOFUNAI_UNB2010/arquivos/COMUNICADO_DE_ABERTURA_2010_ALTERADO.PDF. Acesso em: 14 abr. 2011.

[41] A este respeito, cf. texto disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=6718 Acesso em: 24 jul. 2012.

[42] Informação disponível em: http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=6270 Acesso em: 15 dez. 2012.

indígenas, tais como aqueles que chamavam (chamam) seus vizinhos indígenas de "pé-rachado", são os mesmos que agora, depois da implementação do sistema de reserva de vagas para indígenas na UnB, passaram a se considerar "pé-rachado" e a chamar seus vizinhos de "parentes", conforme relatou-me uma aluna indígena (**Notas de campo, 04-12-2011**). Parece incontestável a complexidade desse movimento.

Atualmente há mais de 60 alunos indígenas na UnB, representando mais de 20 etnias. A maioria, como já dito, é estudante de cursos das Ciências da Saúde ou das Ciências Agrárias. Mas há graduandos indígenas em outras áreas também, cujo ingresso nesta universidade se deu por meio de transferência de outras instituições.

A mudança de "funções sociais, políticas, econômicas, epistemológicas [e] simbólicas manifestas e/ou latentes", historicamente atribuídas à universidade, conforme apontam Gabriel e Moehlecke (2006, p. 2, a palavra isolada por colchetes é inserção minha), tem provocado tensões no mundo acadêmico e exigido que a universidade se ocupe de conflitos internos. Essas mudanças implicam a construção (conflituosa) de uma nova identidade frente à sociedade e à própria academia. Todos os que fazem parte dessa construção são levados a (re)pensar tanto os seus papéis sociais quanto os da universidade. Mas o impacto das cotas vai além disso, força os acadêmicos brasileiros, conforme observação singular de Carvalho (2006, p. 14), a pensarem sua condição branca excludente e permite estabelecer, pela primeira vez na nossa academia, "uma frente que inclua brancos, negros e indígenas pensando juntos como promover a igualdade étnica e racial no país".

Nesse sentido, Sousa Santos (1999) assinala que um dos conflitos pelos quais a universidade tem passado é a crise de legitimidade, fruto, em grande medida, das lutas pelos direitos sociais e econômicos, particularmente o direito à educação. O autor (1999) considera que a universidade moderna visava a produzir conhecimento superior e elitista para ministrá-lo a um restrito grupo de jovens supostamente "superiores e elitistas". Cabe destacar que indígenas não faziam parte desse grupo, nem como alunos, que dirá como produtores desses conhecimentos ou membros de bancas que avaliam essa produção de conhecimento. A essa instituição *nobremente* distante de determinados setores da sociedade cabia ditar leis com muita autoridade.

> A crise de legitimidade ocorre [...] no momento em que se torna socialmente visível que a educação *superior* e a *alta* cultura são prerrogativas das classes superiores, altas. Quando a procura de educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se, satisfazendo-a. Por isso, a sua função tradicional de produzir conhecimentos e de os transmitir a um grupo social restrito e homogêneo, quer em termos das suas origens sociais, quer em termos dos seus destinos profissionais e de modo a impedir a sua queda de status, passa a ser duplicada [pela função] de produzir conhecimentos a camadas sociais muito amplas e heterogêneas e com vista a promover a sua ascensão social (SOUSA SANTOS, 1999, p. 183, são do autor os grifos em itálico, a palavra isolada por colchetes é inserção minha).

O ingresso na universidade, dito mais uma vez, pode possibilitar ocupações de novos espaços sociais de poder. Aliás, o ingresso no ensino superior, por si só, corresponde, a princípio, à ocupação de um espaço social de poder: o da universidade. Ocupação que depende crucialmente da desconstrução do absolutismo acadêmico, isto é, de a comunidade acadêmica não indígena respeitar o conhecimento construído por grupos até pouco tempo excluídos da esfera de atividade acadêmica. Essa desconstrução, no entanto, parece nunca ter feito parte dos projetos de universidade brasileira. Baniwa (2010) argumenta que a desqualificação histórica dos saberes indígenas em detrimento de outro saber que se julga superior e absoluto gerou (e gera) enormes dificuldades para o diálogo respeitoso com os povos indígenas. Assim, parece inquestionável que a responsabilidade social da universidade não se encerra na promoção de alternativas para o ingresso de grupos minoritários ao ensino superior. Para que o acesso a conhecimentos ditos qualificados ganhem forma no âmbito das ações, das "concretizações" sociais fora da universidade, é fundamental possibilitar que esses universitários ocupem o espaço acadêmico, ou seja, que sejam respeitados como produtores de conhecimento científico.

Os povos indígenas, assim como tantos outros grupos que lutaram em condições desiguais, nos processos de colonização europeia, nunca foram vistos como produtores de conhecimento/saber. Eram, ao invés disso, os próprios objetos de conhecimento dos invasores europeus. Nas palavras de Silva (2007, p. 128), a conexão saber-poder

> aparece de forma bastante óbvia ao longo de toda a história da dominação colonial europeia. O saber e o conhecimento estiveram estreitamente ligados aos objetivos de poder das potências coloniais européias desde o seu início. [...] O Outro colonial tornava-se, na sua estranheza e no seu exotismo, um importante ponto de referência para a definição e redefinição do próprio sujeito imperial. [...] O impulso que deu origem à ciência moderna está ligado, em grande parte, ao conhecimento produzido no contexto dos interesses de exploração econômica do empreendimento colonial.

Silva (2007, p. 128) ressalta que a dominação colonial, em termos epistemológicos e culturais, não se limitava "à produção de conhecimento sobre o sujeito colonizado e seu ambiente", nem à sua exterminação e subjugação física, era preciso se afirmar culturalmente. Para isso, impor certos conhecimentos aos grupos que se pretendia enfraquecer e converter-lhes as visões de mundo era essencial.

Nos confrontos em torno das políticas e ações voltadas para a educação escolar indígena, os conhecimentos/saberes desses povos e os da sociedade não indígena não têm o mesmo "valor". É evidente nos currículos escolares e nos materiais didáticos que os conhecimentos tradicionais de povos indígenas não são considerados suficientemente nobres, sérios, para ganharem voz (e imagem) na escola. Assim, no processo escolar, quer no ensino superior, quer nos níveis de ensino que o antecedem, são impostos conceitos que, embora possam ser significativos para outros grupos, nem sempre fazem sentido, como conhecimento elevado, para alunos indígenas.

Universidade, para o mundo ocidental, é sinônimo de produção e disseminação de conhecimento científico, que, por sua vez, é o saber *elevado*, a verdade[43] difícil de questionar ou mesmo inquestionável. Esta deferência ao conhecimento científico, apesar de já não representar tão bem o discurso acadêmico, está sempre permeando-o. Em que medida, porém, essa perspectiva do saber dito científico é compartilhada pelos povos indígenas? É preciso considerar que o que conta para a sociedade não indígena como conhecimento elevado, digno de orientar a vida humana e de ser venerado nos bancos

[43] A propósito, as palavras de Roberto Aguiar, ex-reitor *pro tempore* da UnB, em 2008, fazem bastante sentido aqui: "Ser dono da verdade é fazer ideologia, não é fazer ciência". Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=6557 Acesso em: 10 mai. 2012.

escolares não é necessariamente o mesmo que conta para os povos indígenas como superior e digno de ser seguido ou celebrado. Nos termos de Baniwa (2010, p. 45):

> O que para a academia ocidental pode ser uma heresia total, pode ser uma base epistemológica, religiosa e moral fundamental para garantir o bem viver das pessoas dos grupos ou de outras ciências humanas. Nesse sentido, o diálogo deve começar fundamentalmente entre os saberes, entre as ciências e não entre as disciplinas que foram personalizadas e endeusadas pelo ocidente europeu. Tudo isso deve ser objeto de discussão junto à escola e às universidades.

Slater (1998), citado por Costa (2009), sustenta a necessidade de reflexão sobre o lugar de enunciação dos produtores pós-coloniais (cf. *segundo capítulo*) de conhecimento em relação aos cânones teóricos ocidentais. Isto implica problematizar quem são os sujeitos do conhecimento, para quem falam e como teorizam. Mas antes disso, problematizar, conforme ressalta Cavalcanti (2006), quem define o que é e como se faz pesquisa. Eu acrescentaria ainda: quem é convidado para compor as bancas que avaliam os conhecimentos produzidos? A meu ver, uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado que trate de questões indígenas, por exemplo, deveria ter pelo menos um pesquisador indígena na banca examinadora. Questões como essas provavelmente encaminhariam evidências sobre a ausência de sujeitos indígenas tanto em posições de produtores de conhecimento acadêmico quanto em posições de interlocutores de quem produz conhecimento. Nesse sentido, Cavalcanti (2006) critica a forma como a academia reage frente a pesquisas empreendidas por grupos minoritários. A citação abaixo, emblemática, a meu ver, diz respeito a algumas dessas reações, presenciadas pela autora:

> Uma primeira reação que me ocorre é a de condescendência por parte da academia, que, no Brasil, vê muito raramente pesquisadores provenientes de contextos minoritários, e quando os vê, talvez como parte de outro universo, logo os inviabiliza. Por exemplo, já ouvi o seguinte: "Ah, que trabalho bonito! Mas eles [os professores indígenas] estão fazendo pesquisa mesmo?". O professor indígena está fazendo pesquisa, sim, por mais que isso incomode a academia que teima em me perguntar se eles realmente conhecem técnicas de pesquisa (CAVALCANTI, 2006, p. 250, são da autora os grifos com aspas, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas).

A academia sempre pareceu *disposta* a manter representações depreciativas de determinados grupos, tais como os indígenas. Dada sua atual configuração, é chegado o momento de a universidade olhar criticamente para si, buscando identificar o que/a quem tem negado ou silenciado e o que/a quem tem valorizado ao longo de sua construção histórica e sociocultural.

Gabriel e Moehlecke (2006, p. 5) salientam a necessidade de se "considerar as contribuições que esse novo sujeito social pode trazer para a universidade em termos de outro olhar sobre a instituição, de uma re-significação do seu papel na sociedade." Esse olhar não diz respeito somente a conhecimentos "tradicionais". É neste sentido que Gabriel e Moehlecke (2006, p. 5) alertam: "Há que se buscar estratégias políticas, epistemológicas e pedagógicas" que permitam que esses sujeitos também protagonizem a produção de conhecimentos socialmente legitimados. Democratizar o acesso à universidade precisa ser sinônimo de democratizar o estabelecimento de metas, de métodos e de teorias que façam sentido na busca por posicionamentos sociais e políticos mais horizontais empreendida por grupos minoritários. Neste sentido, cabe a observação de Carvalho (2006, p. 13), que assinala:

> O debate das cotas politiza, portanto, o espaço acadêmico e exige um posicionamento claro de todos os que dele participam. Já não é mais possível invocar o argumento da neutralidade científica ou do desconhecimento. E posicionamento implica não somente em reconhecer-se como um indivíduo que pertence a algum grupo étnico ou racial, mas também passar a ver o mundo a partir do lugar em que se vive. Diante de [um] quadro de racismo tão evidente, ou somos coniventes com a sua reprodução, ou nos engajamos em alguma atividade dirigida a combatê-lo.

Baniwa (2010, p. 45) ressalta que os povos indígenas estão constantemente sujeitos a padrões de referência totalmente diferentes daqueles estabelecidos em suas culturas. Padrões que vão desde a alimentação, a língua até critérios para avaliar a qualidade de vida, que resultam em índices tais como os "de desenvolvimento humano e os índices de qualidade do ensino." Nesse sentido, contesta o autor, caberiam questões como: "O que é desenvolvimento humano para um Yanomâmi? O que é qualidade de ensino ou de

educação para um Baniwa? O que é um ideal de vida para um jovem Guarani?" No mesmo rumo, acrescento: O que representa a universidade para um Pataxó? Quais são as metas – coletivas e pessoais – de um Wapixana em relação ao ensino superior?

O comentário que ouvi, em determinada ocasião na Universidade, de uma representante do Movimento Indígena parece revelador nesse sentido: "A gente está percebendo que os nossos alunos estão sendo preparados para o mercado de trabalho. Não era isso que a gente tinha pensado". Parece razoável assegurar, portanto, que os objetivos dos povos indígenas em relação ao ensino superior não são iguais aos dos grupos não indígenas. Isso implica reconhecer que as metas gerais das políticas de inclusão não devem guiar a implementação de ações afirmativas específicas para povos indígenas. Isso também implica que o imaginário[44] de educação pública do tipo mercado-consumidor é impróprio para a educação indígena em qualquer nível. Em síntese, a implementação de ações afirmativas equivocadamente orientada pode resultar em prejuízos para as metas estabelecidas pelo governo, pelos órgãos indigenistas e pelas comunidades indígenas.

A seção anterior teve como foco a apresentação de alguns momentos da trajetória escolar indígena que precede o ensino superior. Esta seção direcionou o olhar para alguns trechos já percorridos pelos povos indígenas na universidade. Trajetórias que revelam um passado e um presente de discriminação, de lutas, de conquistas, de discriminação novamente, de novas lutas e de novas conquistas na educação formal dos povos indígenas. Para finalizar esta seção, um pouquinho do futuro.

Quando "os povos indígenas não dispunham de técnicos, profissionais e especialistas" da própria comunidade que os representassem nos moldes exigidos pelo Estado, eram-lhes designados assessores não indígenas (BANIWA, 2010, p. 42). As relações que aí estabeleceram levaram os povos indígenas a acreditar que somente os assessores não indígenas detinham (e detêm) os conhecimentos necessários para a defesa dos interesses indígenas. E pior, a desconfiar de sua capacidade de desenvolver tais conhecimentos. Mas o contexto atual é outro: a cada semestre ingressam no ensino superior

[44] De acordo com Diaz e Alonso (1998), citados por Collet (2006), o imaginário mercado-consumidor tem substituído o imaginário Estado-cidadania, que caracteriza o ideal de instrução pública.

centenas de alunos indígenas. Segundo Baniwa (2010), em que pese a inabilidade dos cursos universitários, tanto na preparação e qualificação dos jovens indígenas, quanto na criação de oportunidades que possibilitem experiências necessárias para o exercício de determinadas tarefas na esfera social e política, todos os anos são formados, em nível superior, muitos jovens indígenas, a princípio, habilitados para interlocuções com a sociedade não indígena em âmbito regional e nacional.

O diploma de graduação, entretanto, não tem garantido a ocupação de novos espaços sociais ou políticos aos egressos indígenas do ensino superior, nem mesmo na interlocução com o Estado, conforme alerta Baniwa (2010). Apesar do número significativo de profissionais indígenas graduados, as oportunidades e os espaços estratégicos, no âmbito interno do movimento indígena e no âmbito das políticas públicas, continuam sendo ocupados por profissionais não indígenas, especialmente ligados a Organizações Não Governamentais (ONGs, daqui em diante) indigenistas, na maioria das vezes com apoio das próprias comunidades indígenas (BANIWA, 2010). Por conta da resistência, seja de assessores não indígenas, seja de grupos indígenas, em romper determinadas relações de dependência e de cumplicidade,

> os acadêmicos e profissionais indígenas sofrem dupla exclusão ou discriminação. São percebidos como ameaças tanto aos postos de lideranças indígenas, quanto aos postos de assessorias e consultorias para questões indígenas entre os dirigentes e equipes técnicas das ONGs. Em função disso, são excluídos dos processos de discussões, de espaços de tomadas de decisões e dos espaços de execução das ações e das políticas (BANIWA, 2010, p. 41-2).

Ou seja, não basta possibilitar um diploma de ensino superior a jovens indígenas. Para o protagonismo efetivo, é absolutamente imperial o rompimento[45] das diferentes formas de tutela e de colonização. Se esses jovens não puderem atuar na defesa dos interesses de suas comunidades, alguns argumentos que sustentam a mobilização do movimento indígena por formação superior podem, em certa medida, ser percebidos como

[45] Isso não implica dizer que seria viável ou mesmo desejável, atualmente, que os grupos indígenas renunciassem completamente todas as parcerias, alianças e assessorias (BANIWA, 2010).

questionáveis. Nessa direção, Baniwa (2010, p. 42-3) indaga: os jovens indígenas estariam sendo formados "para assessorar os brancos, os governos, os empresários?".

Estariam sendo formados para a própria academia, quer dizer, para dedicarem-se à ciência? Isso seria ocupar um espaço social de poder, o que não seria mal. Mas para ser cientista, nos moldes ocidentais, parece ser *preciso* ter determinados *atributos*, digamos assim, étnicos, raciais e de gênero/sexo. Não é à toa que cientistas reconhecidos internacionalmente, ícones da ciência, são, na grande maioria, brancos e do sexo masculino. Qualquer levantamento da produção acadêmica brasileira pode evidenciar este "perfil". Carvalho (2006, p. 43) sugere: "dadas as dimensões geográfica e populacional e a diversidade racial e étnica do Brasil, talvez nossas universidades estejam entre as que mais praticam segregação racial em todo o mundo". Sob esta perspectiva, é razoável dizer que a trilha que conduz os universitários indígenas ao espaço acadêmico é – recuperando o título desse subitem – nada "amigável": ela é árida e vai requer muita perseverança para ser socialmente legitimada.

Mecanismos para o ingresso de alunos indígenas no ensino superior e medidas, pedagógicas e financeiras, que garantam sua permanência na universidade são fundamentais para a participação desses grupos no espaço acadêmico. Por outro lado, é preciso reconhecer que tais esforços não asseguram a democratização do conhecimento, nem o fortalecimento de grupos historicamente afastados desse espaço. Contribuir para os esforços que os povos indígenas empreendem em busca de novos posicionamentos sociais e políticos requer que a universidade considere a singularidade histórica, social, política e cultural desses alunos. Singularidade que diz respeito também à forma de conceber o ensino superior e às funções que as comunidades indígenas atribuem à universidade.

Problematizar questões sobre as representações sobre universitários indígenas com as quais a universidade opera é o início de um processo que permitirá formular diretrizes e ações mais efetivas em direção às novas funções sociais da universidade, especificamente àquelas voltadas à participação de grupos minoritários que compõem a nação.

2. Segundo post: eu na sala dos universitários indígenas

2.1 *Pesquisando o que pesquisar*

Minha proposta inicial de pesquisa era investigar as identidades dos alunos indígenas e a representação de universidade com a qual operavam. Justificativa: a Universidade – leia-se: eu e muita gente na universidade – sabe quase nada dos alunos indígenas da Instituição e de suas "realidades", conforme tentei mostrar no *capítulo anterior*. Objetivo: tentar produzir conhecimento necessário (sobre esses alunos) – entre parênteses por motivos de vergonha – para que a Universidade estabelecesse relações de maior respeito à diversidade, neste caso, representada pelos alunos indígenas. Nesta proposta, os dados seriam gerados por meio de *(a)* entrevistas com o grupo de universitários indígenas, *(b)* textos veiculados no portal UnB nos quais a voz desses universitários figurasse em discurso direto e; *(c)* textos de natureza autobiográfica produzidos por esses alunos na disciplina LPT, conforme descrevi no *capítulo anterior*.

Tendo finalizado o projeto que seria submetido à qualificação, busquei compartilhá-lo com alguns alunos indígenas, já que seriam eles os participantes da pesquisa. Por motivos de desencontro de horários, o projeto foi discutido com apenas um deles. Em 28 de outubro de 2010, então, reuni-me com esse universitário para que lêssemos o projeto e ele pudesse se posicionar em relação à minha proposta de pesquisa. Em determinado momento da reunião, entrou na sala em que estávamos, espaço conquistado pelo grupo de alunos indígenas e ao qual eles chamam de *salinha*, uma outra pesquisadora da Instituição. Motivo: coletar dados para sua tese, cujos participantes de pesquisa eram também os alunos indígenas da UnB. Em breve conversa, ela mencionou que um dos

universitários indígenas havia comentado que, às vezes, não sabia se tinha ingressado na Universidade para estudar, ou se para ser estudado, tamanho era o número de pessoas querendo fazer pesquisa sobre "indígenas na Universidade". A relação entre universidade e povos indígenas parece estar marcada pela sujeição desses a *objetos* de pesquisa daquela.

Esse comentário – que, na verdade, é uma crítica – parecia fazer todo o sentido. Acendeu-se aí uma luzinha laranja no percurso de pesquisa que eu iniciara. A luzinha laranja começou a dar lugar à vermelha ainda nesta ocasião. Mais precisamente quando o aluno[46] com quem eu discutia o projeto me alertou:

> O pessoal [...] só vê a gente com aquele estereótipo, né. Só daquele jeito. Eles não veem que já se passou muito tempo. Muitos de nós já são doutores, né. [...] Mas o pessoal não tá nem aí porque essa sociedade tem essa tendência. E as escolas também não são diferentes. Elas vão colocar [o índio] de um jeito que já não é a verdade, né. Toda vez, toda vez. [...] Já mudou tudo. É que eu acho que o Brasil não tem interesse nenhum em mostrar isso. (**Notas de campo, 28-10-2010**)

Esta crítica, que é direcionada à forma como a sociedade "mostra" os povos indígenas, direcionada, portanto, à representação, certamente se aplicava também à universidade. Quer dizer, eu achava que estava de um lado, o lado dos universitários indígenas, mas estava de outro. Ou nem de um lado e nem de outro. Ou correndo de um lado para outro com uma *ficha de identificação* na mão. E já sob a luzinha vermelha, pensei: será que precisamos fazer pesquisa para ver que eles não são os indígenas[47] de 500 anos atrás? Sob esta luzinha vermelha fiquei parada algum tempo. Cabe lembrar que as pesquisas com grupos sociais devem ser empreendidas de forma a evitar quaisquer danos aos participantes, devem ser realizadas não em função delas mesmas, mas sim com vistas a trazer algum benefício aos participantes do contexto investigado, devem respeitar as decisões dos participantes e o significado que conferem à proposta de investigação

[46] Ressalto que o universitário em questão não apenas autorizou a transcrição deste segmento, como ressaltou a importância de mencioná-lo em minha tese.

[47] Há, no interior dos estudos da linguagem, a orientação de que a palavra "indígena" seja utilizada como adjetivo e não como substantivo. Considerando, entretanto, que tal palavra é utilizada tanto como substantivo quanto como adjetivo em textos escritos por pesquisadores indígenas, opto por não seguir essa orientação.

(CAVALCANTI, 2006; FLICK, 2009; MOITA LOPES, 2006b; entre outros). A única certeza que eu tinha era a de que eu queria que minha pesquisa gerasse discussões que contribuíssem para o êxito da política de reserva de vagas para alunos indígenas na UnB. A única não, porque eu tive outra certeza, a de que Herbert Blumer (1969), citado por Flick (2009, p. 21), estava certo, pelo menos em relação a mim: "A postura inicial do cientista social [...] quase sempre carece de familiaridade com aquilo que de fato ocorre na esfera da vida que ele se propõe a estudar". A propósito, inúmeros estudiosos situam a Linguística Aplicada no domínio das Ciências Sociais, entre eles Cavalcanti (2006). Mas eu já não sabia se meu estudo sobre a identidade desses alunos serviria ao meu propósito, tampouco a representação sobre universidade com a qual eles operariam.

Em 12 de dezembro de 2010, acessei uma entrevista[48] de Slavoj Žižek, na qual ele critica a noção de "tolerância multicultural", sugerindo, de forma bastante ácida, que os multiculturalistas, quando visitam lugares como Sarajevo, cidade considerada multicultural, normalmente dizem coisas como: "Oh, eu quero entender como tu és diferente". Para este filósofo esloveno, o fundamental a ser compreendido é que as pessoas de lugares como esse não se veem como diferentes, para elas, "coisas diferentes lhes aconteceram". O Ocidente concebe determinados grupos como diferentes para tornar toleráveis esses acontecimentos a eles impostos, tal como a guerra. E, por fim, Žižek se opõe fortemente à ideologia de que "temos que nos entender uns aos outros" para nos respeitar. Para ele, o mundo é demasiado complexo, não podemos entender todos os grupos que aí coexistem. Daí a importância de um código de conduta que nos leve a respeitar e sermos respeitados por aqueles que não entendemos e que não nos entendem.

Foi associando as críticas dos alunos indígenas acima mencionadas com a de Slavoj Žižek, que me dei conta de que investigar a identidade dos universitários indígenas soava como uma tentativa de produzir sentido deles no contexto acadêmico. Quer dizer, em que medida "conhecer" as identidades desses alunos e a forma como concebem a

[48] Disponível em: http://pt.euronews.net/2008/09/12/euronews-talks-films-and-balkans-with-slavoj-zizek/ Acesso em: 12 dez. 2010.

universidade iria contribuir para alterar a forma como a universidade os vê ou não vê, ou como os "mostra"?

Comecei a não ver mais sentido, em termos sociais e éticos, em um estudo das identidades desses alunos executado por um membro externo ao grupo indígena. Por que tentar "compreender" a identidade dos indígenas enquanto alunos da universidade ou, em outras palavras, por que a necessidade de saber quem eles são/estão sendo? Para respeitá-los? Para saber de que forma a universidade deve se reconfigurar para possibilitar que esse grupo alcance suas metas? Não. O que precisava ser discutido, ou melhor, o que cabia a mim discutir, era – e é – o significado que a Universidade atribui a esses alunos. Estudar a representação sobre eles, dito de outra forma. Foi aí que se acendeu a luzinha verde. E foi aí que tudo começou de novo... Era isso que pretendia, pelo menos naquele momento: pesquisar a forma como a Universidade representa os universitários indígenas.

Antes de aprofundar a discussão sobre a relevância de estudos sobre representação, acredito ser interessante pontuar uma implicação que incidiu de imediato na condução da pesquisa em função da mudança de foco: geração de dados. Para isso, seria preciso definir o que ou quem representaria a universidade. Professores? Alunos não indígenas? Técnicos? Representantes da administração da UnB? Todos eles? Nada me pareceu mais interessante e acessível do que a *velha* e boa internet. Os motivos eu explico.

Primeiro, por meio de suas páginas na internet, as universidades divulgam publicamente textos (notícias) sobre a instituição que, em última análise, são representações sobre a própria universidade, sobre os indivíduos e grupos que dela fazem parte e os papéis que aí desempenham. O que significa dizer que se trata de notícias sobre o que e/ou quem, na visão de quem gerencia o site da universidade, deve ser apresentado publicamente.

Segundo, os textos veiculados no portal UnB entrecruzam explicitamente vozes atribuídas a atores sociais que, *a priori*, participaram do acontecimento noticiado ou que ocupem posições de prestígio na Instituição ou em organizações governamentais. Nos textos do portal UnB que compõem o *corpus*, por exemplo, há vozes atribuídas a professores da Universidade, a coordenadores, a representantes da Funai, a representantes do Ministério da Educação (MEC, daqui em diante), a universitários não indígenas, a

universitários indígenas, entre outras. Razão que me pareceu suficiente para conceber esses textos como fonte de geração de dados para minha pesquisa, uma vez que a forma como são aí articuladas as vozes atribuídas a esses diferentes atores sociais diz muito a respeito da maneira como os textos do portal UnB representam o ingresso e participação indígena na universidade.

Parto do princípio de que, no universo da *web*, da mesma forma que a universidade busca maneiras particulares de se apresentar, indivíduos e grupos de diferentes naturezas e tamanhos e com diferentes níveis de poder e de recursos se empenham na apresentação de si. Nesse universo, grupos cuja voz fora historicamente abafada se comunicam, se autoapresentam, questionam paradigmas, dogmas, valores e mostram seus pontos de vista dos acontecimentos (CABELLO *et al*., 2012; GOMES SEGUEL, 2003, 2011; MOITA LOPES, 2010; THOMPSON, 2008, entre outros). Trata-se, portanto, de um dos espaços mais importantes dos embates em torno da representação (THOMPSON, 2008). Ou seja, as chamadas novas tecnologias não são "meras ferramentas, pelo contrário, podem ajudar a transformar nossa maneira de estar no mundo", conforme argumenta Heidi J. Figueroa Sarriera, defendendo a importância de se estudar questões sociais a partir do uso que diferentes grupos fazem dos recursos da *web* (CABELLO *et al*., 2011, p. 112). Quer dizer, por que motivos restringir o foco do estudo às formas como o portal da Universidade representa o ingresso e a participação de universitários indígenas na universidade se a *web* possibilita um horizonte muito mais amplo? Daí meu interesse em investigar também a forma como os universitários indígenas representam seu ingresso e sua participação na universidade em seus sites.

2.2 *O porquê de pesquisar representação: interface teórica*

Representação é uma questão que interessa a vários campos do saber, entre eles: sociologia, filosofia, antropologia, teoria literária, linguística, psicologia e linguística aplicada, e, por isso, pode ser entendida a partir de várias perspectivas. No campo filosófico, por exemplo, opõem-se dois pontos de vista:

> de um lado, aquele pelo qual a existência de uma "realidade ontológica" seria dissimulada pelas "falsas aparências do mundo sensível", de outro, aquele pelo qual, entre a realidade ontológica, sempre presente como proposição, e o sujeito se encontra a "tela da construção de um real" como significação do mundo (BAUDRILLARD, 1972 *apud* CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2004, p. 432, são dos autores os grifos com aspas).

No campo das ciências sociais, no qual tem recebido muita atenção, representação é entendida de dois modos: como delegação, ou como descrição. Silva (2006) assinala que a concepção de representação como delegação diz respeito a situações em que o poder de ação de um indivíduo ou de um grupo é conferido a outro, que passa a representá-lo no sentido de "falar" em seu nome. Como exemplo dessa concepção temos as práticas tutelares ou semitutelares[49] da política indigenista, nas quais um assessor, especialista ou ONG não indígena, conforme pontuado na seção anterior, é indicado para falar em nome de uma comunidade, de um povo ou de uma organização indígena, decidir por ela, enfim, representá-la.

A outra maneira de compreender representação é tomá-la no sentido de descrição. Sob essa concepção, são problematizadas as formas pelas quais os diferentes grupos são discursivamente inscritos social e culturalmente (SILVA, 2006). Ainda que a ligação entre as duas dimensões de representação seja indissolúvel, esta tese tem como foco específico de investigação a representação na qualidade de descrição.

Sob esse foco, a representação é encarada como marca linguística material, como linguagem – verbal, não verbal ou imagética. E entendida como uma produção totalmente dependente da "ativa mobilização de um repertório de recursos semióticos,

[49] Nos termos de Baniwa (2010).

retóricos [e] estilísticos" (SILVA, 2006, p. 54, a palavra isolada por colchetes é inserção minha). Toda representação, então, vincula-se, primeiro, à linguagem, depois, à cultura, às instituições e ao "ambiente político do representador" (SARUP, 1996 *apud* CAVALCANTI, 2006, p. 240). Isso confere um papel central aos estudos de linguagens nas pesquisas sobre representação.

Alinhada às referências da LA comprometida social e politicamente, partilho da ideia de que a linguagem, ao mesmo tempo em que é social, histórica e culturalmente constituída, constitui a vida social e cultural. Nesse sentido, os indivíduos, como seres de linguagem, é que dão forma a e são formados por essas práticas (CAVALCANTI, 2006; KLEIMAN, 1998, MOITA LOPES, 2006a, entre outros).

Nesta ótica, a língua não representa um suposto mundo pré-existente ao e independente do discurso. Pelo contrário, a realidade, ou melhor, aquilo que é assumido como realidade é fruto de construções discursivas. Cabe ressaltar, então, que o discurso, conforme Foucault (2008, p. 55), não é apenas um conjunto de signos, mas sim práticas que sistematicamente dão forma aos objetos de que falam. Para ele, é no discurso e a partir de regras sociais que as "coisas do mundo" passam a existir de forma significativa e se tornam objeto de conhecimento. A representação, então, "é uma questão claramente discursiva e é possível distinguir diferentes discursos, que podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 25).

Fique claro que, na concepção de Foucault, dizer que as "coisas" do mundo não têm significado fora do discurso e assumir linguagem e "realidade" como construções discursivas não equivale a dizer que não haja um mundo concreto fora da linguagem. Ninguém duvida da existência da bolinha de papel que nos atinge a cabeça. Mas em termos sociais, culturais e históricos, os sentidos que a linguagem cria, "embora de natureza diferente, não são menos reais, em efeitos, que a pedra [ou a bolinha de papel] que nos atinge a cabeça" (SILVA, 2006, p. 44, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas). Nesse sentido, conforme exemplifica o autor:

> Um discurso sobre a AIDS, [...], que construa a doença como um castigo divino para perversões sexuais é tão "real" quanto o próprio

> vírus HIV, embora se trate, ontologicamente, de "realidades" diferentes. É exatamente esse tipo de "realidade" que se torna objeto das análises culturais centradas na noção de representação (SILVA, 2006, p. 42, são do autor os grifos com aspas).

Por outro lado, conceber as dimensões linguística e física como discursivas significa recusar a separação entre linguagem e ação (FOUCAULT, 2008), ainda que justificada por fins de operacionalização analítica. Deixo claro, assim, que parto da ideia, tão bem registrada por Fabrício (2006, p. 50), de que "práticas discursivas, teorias e realidade social" são inseparáveis, e que qualquer forma de "atribuição de sentido à existência de coisas, eventos e experiência ocorre necessariamente no âmbito linguístico-semântico".

Assim como as "coisas do mundo", os sujeitos e seus grupos também são entendidos como produto de construções discursivas, pois é nas práticas discursivas que ganham significado. Essas práticas produzem sujeitos específicos – a professora universitária, o aluno universitário, o jovem indígena, a pesquisadora contemporânea etc. – que, ao assumirem essas posições que o discurso constrói, submetem-se ao seu significado e passam a falar a partir desses lugares/posições (FOUCAULT, 2008; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000, entre outros). Em outras palavras, o discurso cria sujeitos, lugares/posições para eles e, conforme sintetiza Hall (1997, p. 45)[50]:

> define e produz os objetos de nosso conhecimento; governa o modo com que um assunto pode ser significativamente falado e fundamentado; influencia a maneira como as ideias são colocadas nas práticas e usadas para regular o comportamento dos outros; define modos aceitáveis e inteligíveis de falar e/ou escrever sobre certos assuntos e como se comportar, excluindo determinados modos de falar, escrever e comportar-se em certos temas ou construir conhecimento sobre eles.

De forma que a maneira de conceber hoje o ensino superior delimita as políticas educacionais, as ações voltadas ao ingresso e à permanência dos alunos na universidade, define também os grupos, digamos, bem-vindos à academia. As representações, portanto,

[50] As traduções das citações retiradas de obras em língua estrangeira são de minha responsabilidade, exceto aquelas já publicadas em língua portuguesa assinaladas nas referências bibliográficas.

legitimam práticas sociais e modos de estar no mundo, podendo servir para sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2002). É sob este enfoque que se entende que o discurso pode ofuscar a agência de certos grupos e promover a de outros dependendo dos posicionamentos que a eles indicam (VAN LEEUWEN, 1997).

O Estudo sobre as *Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar*[51] ilustra de forma marcante o posicionamento que determinados discursos têm criado para o aluno indígena: "lugar de índio é no mato", "índio não precisa de coisas dos brancos", entre outras (MAZZON, 2009, p. 70-1). No momento em que a criança ou o jovem indígena, nesse caso, assume tal posição e com ela passa a se identificar, torna-se seu sujeito. Quer dizer, a posição dos sujeitos, suas representações, sua agência e suas escolhas são determinadas pelas próprias representações a que estão sujeitos e às quais se submetem, seja porque não há escolha, seja porque submeter-se, às vezes e temporariamente, é uma estratégia bastante eficaz quando se luta contra um grupo cujas armas são mais potentes.

Investir num curso universitário significa também investir em construções identitárias próprias de aluno universitário. Como já dito, essas construções, que começam muito antes de seu ingresso na universidade (NORTON, 1995, 2000), são empreendidas pelo grupo em suas disputas sociais e políticas no plano das representações. Isso implica considerar que o investimento que os jovens indígenas fazem em relação à identidade de aluno universitário não tem as mesmas bases, isto é, representações, dos investimentos que jovens não indígenas fazem na direção dessas construções identitárias.

Tudo isso diz respeito aos efeitos sociais reais dessas construções discursivas (CUCHE, 2002; HALL, 1997; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000). Na medida em que são as representações sobre grupos minoritários que determinam as políticas e ações voltadas a esses grupos, as demandas políticas deveriam ser formuladas com base nas

[51] O *Estudo sobre as Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar* foi realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a partir do convênio firmado em junho de 2008 com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). "O estudo buscou analisar a incidência de preconceito e discriminação nas escolas públicas – estaduais e municipais, [...] e sua influencia no acesso, na permanência, na trajetória e no desempenho escolar dos estudantes, de forma a subsidiar a formulação de políticas e estratégias de ação que promovam, a médio e longo prazos, a redução das desigualdades em termos de resultados educacionais, do respeito e da própria educação para a diversidade" (BRASIL, 2010, p.4).

condições dessas construções discursivas e em seus efeitos sociais e não naquilo que se supõe "verdadeiro". Essa questão justifica, assim, investigações sobre a arena social e política em que se desenvolvem e se tentam impor certas representações. É nesse sentido que não se deve encarar, conforme ressalta Crimp (1992), citado por Silva (2006), as representações de determinados grupos simplesmente como falsas, às quais uma suposta imagem verdadeira deveria ser oposta.

Por meio do discurso, certos assuntos se tornam evidentes e outros são "apagados". No Brasil, a ideia de exclusão social é um exemplo de tema social e político "apagado". Schwarcz (2008, p. 17) assinala que a noção de exclusão social é, de certa forma, recente em nossos noticiários, e nunca figurou em nossa "imaginação nacional". Nesse sentido, grupos situados, sistemática e confortavelmente, em posições de poder percebem o acesso ao ensino superior como uma questão de mérito pessoal e não como um privilégio social e político historicamente concedido ao grupo do qual faz parte. Utilizando essa lógica para construir seu argumento contra as políticas de ações afirmativas, assinala Baniwa (2010, p. 38), esses grupos afirmam que a implementação de cotas e reserva de vagas em universidades públicas "é privilégio e fere o princípio universal do direito de acesso ao ensino superior". Não percamos de vista que tanto a ausência de discussões sobre exclusão social quanto a resistência às cotas e à reserva de vagas se dão, na verdade, por razões sociais, econômicas e políticas.

A propósito, muitos dos conflitos vividos atualmente, justificados a partir de conceitos como o de etnia e compreendidos como problemas culturais e de tolerância não passam de questões que envolvem basicamente opressão e dominação (MEY, 1998). Não se pode esquecer, conforme aponta Moita Lopes (2006b), que todas as esferas da vida social contemporânea são regidas pela economia, pelo mercado. Isso implica que, em vez da intolerância, deveríamos centrar a atenção sobre o choque de interesses econômicos e políticos que subjazem esses conflitos.

Os confrontos em torno da definição não apenas da forma que o mundo deve ter, mas também de como as pessoas e os grupos devem ser são travados no campo da representação. É nesse campo que os grupos, constituindo-se mutuamente, tentam impor

aos demais os *próprios* significados que produzem do mundo, de si e de outros grupos (BOURDIEU, 1998; SILVA, 2006). Isso implica considerá-la como uma relação social e política, cujo caráter é instável, indeterminado e relacional.

Mesmo classificações como geografia, raça, sexualidade, etnia, nação – aparentemente predeterminadas – têm de ser produzidas por meio de alguma forma de representação para que façam sentido aos grupos. Desse modo, aquilo que os diversos indivíduos de um grupo "têm em comum é resultado de um processo de criação de símbolos, de imagens, de memórias, de narrativas, de mitos que 'cimentam' [sua] unidade [...], que definem sua identidade" (SILVA, 2006, p. 47, é do autor o grifo com aspas simples, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas).

Essas disputas travadas na arena da representação, no entanto, estão longe de ser um processo discursivo equilibrado de forças. Somente os que dispõem de "autoridade conferida pelo poder", conforme destaca Bourdieu (1980), citado por Cuche (2002, p. 186), têm o poder simbólico de impor suas definições e categorias de mundo, de si e dos outros. De modo que, por meio da representação, grupos em posição de dominação impõem a outros, situadamente subordinados, identidades caracterizadas, por exemplo, pela inferioridade, incapacidade cognitiva, desleixo em relação aos estudos, privilégios sociais[52] etc. Ou seja, a representação "é por excelência o lugar do controle [e] do exercício do poder [...]" (CARVALHO, 2002, p. 16, a palavra isolada por colchetes é inserção minha). Lugar em que a *capacidade* de fazer e desfazer grupos não é horizontal. Isso implica assumir que representação e relações de poder são fortemente entrelaçadas.

Os espaços sociais de poder que os grupos ocupam e as representações que elaboram de si mesmos são construídos na arena das representações. Isso implica que a superação de relações de poder historicamente desiguais passa necessariamente por identificar os grupos cuja "autoridade" lhes permite impor suas representações acerca de grupos minoritários. Afinal, suas definições de mundo, de si e dos outros determinam, em

[52] Conforme evidencia o *Estudo sobre as Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar* (BRASIL, 2010) em relação às representações acerca de alunos indígenas construídas no Brasil.

alguma medida, o que esses grupos minoritários poderão se tornar, os lugares que poderão ocupar e a forma como poderão representar a si próprios.

Sob a noção de discurso como prática social, os processos de pesquisa passaram a ser concebidos como práticas discursivas que incidem social e politicamente. Decorre dessa concepção a preocupação das perspectivas críticas com os impactos sociais e políticos de suas teorizações. Isso significa ter consciência que a força política dos conhecimentos que produz pode servir a interesses de grupos posicionados em lugares assimetricamente opostos na arena social e política. Nesse sentido, as teorizações críticas encaminham projetos cujos resultados possam se reverter em conquistas para grupos historicamente discriminados e excluídos de espaços sociais de poder, buscando, assim, fortalecê-los[53] (CAVALCANTI, 2006; FABRÍCIO, 2006; MAGALHÃES, 2006; MOITA LOPES, 2006a; PENNYCOOK, 2006, entre outros estudiosos).

Sem dúvida os discursos da ciência estão entre aqueles que têm autoridade para impor suas definições e categorias de mundo. Imposições que têm, conforme discutido, efeitos sociais e políticos bastante reais. Sob essa orientação, a LA, de acordo com Fabrício (2006), ao reconhecer que produzir conhecimento é construir a vida social, assumiu a natureza inerentemente social e política de suas práticas discursivas e reposicionou suas formas de estudar a linguagem. Nessa nova perspectiva, chamada crítica[54], o eixo da LA é deslocado de suas agendas exclusivamente intelectuais para o "desenvolvimento de uma

[53] Há teóricos, a exemplo de Magalhães (2004), que empregam a palavra "empoderamento". Opto por "fortalecimento" porque não considero que a pesquisa aqui proposta seja capaz de conceder poder a um grupo. Primeiro, porque o empoderamento efetivo de grupos minoritários, conforme contesta Maher (2007, p. 257), é um processo bem mais complexo do que, em geral, é concebido. Processo que, segundo a autora, depende de três ações concomitantes: a politização desses grupos, a criação de legislações que os favoreçam e a educação de seu entorno em termos de respeito à diversidade e reflexão sobre as diferenças. Segundo, porque não acredito que o poder esteja somente de um lado, mesmo que este lado tenha em mãos uma tese de doutorado com seu nome completo, enquanto o outro grupo é o dos sem-poder-nenhum (FOUCAULT, 2007). Dito isso, destaco que opto pelo uso de "fortalecimento", palavra sugerida por Maher (2007) em substituição a "empoderamento".

[54] Esse reposicionamento da LA é discutido com mais detalhe na próxima seção.

agenda política, de uma *agenda transformadora/intervencionista*[55] e de uma *agenda ética*" (*op.cit*., p. 49, são da autora os grifos em itálico).

O eixo inovador da LA comprometida com questões sociais e políticas trouxe-lhe novos desafios, exigindo seu empenho na desconstrução de inúmeros princípios já estabelecidos e na consequente construção de novas referências teóricas e metodológicas, de modo que se alinhassem a seus projetos contemporâneos. Sobre essa questão, a formulação de Pennycook (2006, p. 82, é do autor o grifo com aspas) é bastante oportuna:

> [A LA] se baseia em uma abordagem transgressiva da teoria e da disciplinaridade. Aqui "transgressivo" se refere à necessidade crucial de ter instrumentos tanto políticos como epistemológicos para transgredir as fronteiras do pensamento e da política tradicionais. Qualquer projeto crítico necessita tanto de uma agenda política crítica como de uma preparação para questionar os conceitos com os quais ela lida. De Fanon e de Foucault. A teoria transgressiva assinala a intenção de transgredir, política e teoricamente, os limites do pensamento e da ação tradicionais, não somente entrando em território proibido, mas tentando pensar o que não deveria ser pensado, fazer o que não deveria ser feito.

Nessa busca por novos interlocutores, essa vertente da LA não presta obediência a procedimentos impostos *a priori* por questões de subserviência disciplinar. Ao invés disso, busca interlocutores sem se preocupar se incomoda as formas academicamente acreditadas de produzir conhecimento, superando fronteiras institucionais que segregam as áreas do conhecimento e derrubando as paredes mofadas que separam teoria e prática. É nesse sentido que Pennycook (2006, p. 73) fala de transgressão: "atravessar fronteiras proibidas" e talvez derrubar algumas das cercas disciplinares. Desse diálogo "sem fronteiras" decorrem a pluralidade de saberes e o entrecruzamento de procedimentos metodológicos que caracterizam as teorizações de uma LA comprometida com questões de ordem social e política.

[55] O vocábulo "intervencionismo", tanto na rubrica da economia quanto na da política, refere-se a interferências governamentais, isto é, realizadas verticalmente a partir da posição soberana do Estado. Dou preferência, assim, a "agência".

Essas fronteiras ultrapassadas têm representado inúmeros ganhos para a LA. Além das inovações metodológicas, o diálogo com outros campos do saber possibilitou novas questões de pesquisa, tais como representação, identidade, desigualdade social, entre outras (PENNYCOOK, 2006), novos ângulos de interpretação para suas questões e novos objetivos de pesquisa, de maneira que não mais busca diligenciar soluções (MOITA LOPES, 2006a) ou formular diagnósticos de "problemas de comunicação", mas sim problematizar questões sociais como forma de ação política.

Na busca por novos interlocutores, a LA tem encontrado parcerias bastante profícuas. Assim, além da Análise de Discurso Crítica (ADC, daqui em diante), os Estudos Culturais e os estudos Pós-Coloniais são exemplos dessas parcerias. Perspectivas que buscam estudar identidades coletivas, tais como os grupos étnicos, concebendo-as como fruto de sistemas de representação impostos desde o início dos processos de colonização. Sistemas que se valem de narrativas e de imagens para criar um conjunto de valores e características, em geral exóticas, supostamente compartilhados pelo grupo representado.

Assim, como a LA, a ADC, os Estudos Culturais e as teorizações Pós-Coloniais se lançam ao diálogo com outras áreas do saber. A seguir, alguns dos principais pontos de intersecção teórica e metodológica entre tal vertente da LA e essas três áreas do saber. Trata-se de pontos que, a meu ver, tornam essas teorias sociais especialmente sedutoras para as pesquisas em LA crítica e me levaram a acreditar em sua contribuição para os propósitos desta tese.

O primeiro ponto de intersecção diz respeito à centralidade que os estudos sobre representação têm nessas teorizações sociais. Aí são enfatizadas as estreitas conexões que o objeto de estudo – concebido como um processo de construção social – mantém com a produção de representações, que, a propósito, são problematizadas no terreno das relações de poder. Cabe salientar que as investigações pós-coloniais se interessam, de forma particular, pelas tensões entre as representações de instituições posicionadas em espaços de dominação e as representações de grupos historicamente afastados dessas instituições.

O interesse por questões sociais de gênero, de raça, de etnia e de sexualidade, sempre consideradas a partir das relações de poder é outro ponto comum entre os estudos

empreendidos pela LA crítica, ADC, Estudos Culturais e estudos Pós-Coloniais. Dado o foco desta tese, importa ressaltar que os estudos Pós-Coloniais particularmente reconhecem a importância do papel "das populações e tradições indígenas na formação de uma modernidade pós-colonial" (COSTA, 2009, p. 74). É desnecessário dizer, a esta altura, que vários princípios dos estudos Pós-Coloniais são fundamentais para esta tese.

Segundo ponto, a ênfase ao papel da linguagem e ao discurso em suas análises da construção social da representação. A ADC, os Estudos Culturais e os estudos Pós-Coloniais, ao contrário de outras perspectivas teóricas, abordam a representação a partir de uma concepção materialista, o que significa se debruçar sobre objetos linguísticos, sobre o "discurso, a linguagem, o significante, e não [sobre] a imagem mental, a idéia, o significado" (SILVA, 2007, p. 127). Ou seja, busca-se analisar, conforme explicita Said (1990, p. 32-3), "os estilos, as figuras de linguagem, os cenários, os mecanismos narrativos, as circunstâncias históricas e sociais, e não a correção da representação, nem a sua fidelidade a algum grande original".

E, por fim, o caráter político, agentivo e ético que orienta as escolhas teóricas e metodológicas dessas áreas do saber. As pesquisas feitas sob o enfoque dos Estudos Culturais, dos estudos Pós-Coloniais e da ADC não se consideram e nem pretendem ser neutras ou imparciais. Pelo contrário, buscando participar ativamente dos debates sociais e agir na vida política e social, essas pesquisas se posicionam abertamente em favor de grupos em desvantagem nas relações de poder, ocupando-se de criticar contextos em que sistematicamente alguns grupos são situados em lugares privilegiados. Assim, aliadas a metodologias de análise agentivas, essas teorizações buscam ser uma via possível de superação de certas condições sociais e políticas. Esse foco exige do pesquisador diretrizes e ações sociais que não separem questões de conhecimento de questões de poder e de política. Em relação às questões de ética, vale salientar que não se trata de uma ética individualista ou imediatista. "É uma responsabilidade para o futuro" (SOUSA SANTOS, 2000 *apud* CAVALCANTI, 2006, p. 250). A seguir, neste texto, tratarei de discussões de grande relevância para esta tese, empreendidas por essas teorias sociais.

Em que pese a ausência notória de determinados grupos no espaço acadêmico, a sociedade não indígena em geral e a academia em particular pouco discutem sobre a exclusão operada pela universidade. O que se via, até pouco tempo na universidade eram alunos e professores/pesquisadores que muito se pareciam – e se pareceriam – em termos sociais, econômicos e culturais. Entre eles eram raros alunos, professores e pesquisadores indígenas. A propósito, conforme discutido na seção anterior, os povos indígenas sempre foram subordinadamente situados na academia.

Chakrabarty (1992), citado por Costa (2009, p. 72), assinala a necessidade "de provincianização da Europa e de problematização das outras histórias/narrativas", que historicamente têm sido tratadas de forma periférica pelas universidades europeias. Considerando que o conceito pós-colonial depende do lugar[56] de enunciação ao qual se dirige, pode-se dizer que as universidades brasileiras, mesmo não estando na Europa Central, mantêm um legado colonialista, tanto pelo perfil dos que a elas têm acesso, quanto pelo conhecimento que produzem, pelas vozes que legitimam e, como ficará evidente na análise dos dados, pela forma como seus sites apresentam à sociedade o ingresso e a participação indígena na esfera de atividades acadêmicas.

Isso implica que as universidades brasileiras também precisam de projetos para inscrever na(s) história(s) da universidade narrativas/saberes de grupos que até então só eram representados pela voz da própria academia. Precisam de projetos que contribuam para os esforços empreendidos por grupos cujo protagonismo têm sido historicamente marginalizado em espaços intelectuais. Projetos que têm tudo a ver com a perspectiva da LA a qual esta investigação se inscreve, conforme pontua Moita Lopes (2006a, p. 23): para uma área aplicada que pretende agir socialmente, é essencial buscar abrir espaço para visões alternativas, ouvir outras vozes que possam revigorar nossa vida social ou vê-la compreendida por outras histórias. Para isso, acrescenta Young (2003 *apud* COSTA, 2009),

[56] Faz-se necessário salientar que a noção de lugar, na crítica pós-colonial, diz respeito mais ao lugar de enunciação epistemológico, cultural e político, entre outros, do que propriamente a uma localização geográfica (FRANKENBERG, MANI, 1996 *apud* COSTA, 2009).

parte-se primordialmente do lugar de enunciação do sujeito situado em lugares considerados periféricos do poder e das experiências que aí vivencia.

Ainda que a ADC, os estudos Pós-Coloniais e os Estudos Culturais compartilhem vários princípios, o diálogo entre essas teorizações não converge em todas as direções, concepções e pressupostos. Da perspectiva desta tese, importa ressaltar que, enquanto as análises dos Estudos Culturais e dos estudos Pós-Coloniais buscam problematizar as relações de poder que subjazem ao processo de representação, sem aspirar ao restabelecimento de uma verdade existente fora da representação (SILVA, 2006), alguns teóricos da ADC, a exemplo de Fairclough e de van Dijk, propõem-se a descrever/desvendar *realidades*, digamos, *distorcidas* pelo discurso.

Sob esse ponto de vista, ao supostamente possibilitar acesso à realidade descortinada, as teorias permitiriam novos posicionamentos sociais e políticos a quem, grosso modo, não vê os "objetos" ideológicos nitidamente. Deixo claro que, alinhada à proposta dos Estudos Culturais e dos Pós-Coloniais, esta tese não teve a pretensão de descortinar representações ocultas ou realidades ideologicamente embaçadas. Minha proposta de pesquisa não visou a um olhar supremo sobre as questões de investigação, nem servir de lentes corretivas para supostas visões desfocadas. Ao invés disso, busquei articular um novo ponto de vista sobre as representações de participantes indígenas produzidas e sustentadas no dia-a-dia, *on-line* e *off-line*, da academia.

Outro ponto de desencontro entre essas teorias sociais que merece alguma atenção nesta tese diz respeito ao emprego do conceito de ideologia. Silva (2007) salienta que esse conceito tem perdido espaço nos Estudos Culturais desde a década de 80, que, desde então, têm buscado recusar abordagens centralizadas e polarizadas de poder. Ao passo que, para alguns estudiosos do discurso, a noção de ideologia faz todo o sentido em pesquisas sobre representação. Segundo van Dijk (1992), a ADC se dedica a pesquisar as estruturas do discurso – semânticas e sintáticas, o léxico, os atos de linguagem etc. – por meio das quais o viés ideológico sistematicamente se manifesta. Em suas análises da construção discursiva de representações racistas e sexistas – seus atuais interesses de investigação – van Dijk (1992) tem operado com o conceito de ideologia, inserido em seu

modelo sociocognitivo de análise. Para van Dijk (1992), a construção de representações ideológicas é verticalmente unidirecional, ou seja, unicamente de cima (elite) para baixo, e provocada exclusivamente por um grupo: a elite. Assim, a concepção de ideologia a partir da qual van Dijk (1992) desenvolve suas investigações está muito próxima, parece-me, àquela da qual os Estudos Culturais e os estudos Pós-Coloniais procuram se afastar.

Esta maneira de conceber ideologia, no entanto, não é a única entre os teóricos da ADC que operam com essa noção. Thompson (2002, p. 76), por exemplo, entende que "estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação". Mas para isso, é imprescindível levar em conta que os fenômenos simbólicos "são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação". Dessa forma, salienta o autor (*op.cit.*), "podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação".

No modelo de análise proposto por Thompson (2002, p. 75-6), a análise da ideologia está primeiramente interessada pelas "maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder", pelas "maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve [...] para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder". A noção de ideologia, rigorosamente delimitada conceitualmente, conforme a proposta de Thompson (2002), mostrou-se bastante produtiva para a interpretação dos dados desta pesquisa.

Parecem incontestáveis a complexidade do contexto de investigação, a natureza conflitante, ambígua, transitória, descontínua, viva e expressiva das práticas discursivas focalizadas nesta tese e a pluralidade de perspectivas articuladas nas páginas analisadas, reveladas no entrecruzamento de vozes atribuídas a diferentes atores sociais, que, por sua vez, são formadas por múltiplas outras vozes. Neste sentido, parece-me oportuno assinalar também que, na argumentação de que a mistura de culturas e de identidades é uma característica típica da pós-modernidade, especialmente em contextos pós-coloniais, os Estudos Culturais e os estudos Pós-Coloniais operam fortemente com os conceitos de

hibridez, mestiçagem, heterogeneidade e transculturação. Pelas razões que apresento a seguir, optei por não incorporá-los a esta tese, ainda que esses termos – tão caros aos Estudos Culturais e aos estudos Pós-Coloniais – pudessem ser usados para caracterizar o contexto de investigação e os participantes da pesquisa. Primeiro, esses termos, que, segundo Kaliman (2000), foram concebidos com a finalidade de dar conta das características de contextos pós-coloniais, apontam um conjunto de traços, tais como diversidade e conflito cultural, que supostamente caracterizam a América Latina, mas que, em última análise, não são e nunca foram exclusivos da pós-colonialidade, conforme instiga Trajano Filho (2010). Além disso,

> as limitações conceituais dos conceitos de *mestizaje*, transculturação e hibridização [...] vêm de uma aceitação a priori de que as categorias válidas para compreender a América Latina são, primeiramente, a cultura europeia e, depois, o outro da cultura europeia. Não é difícil traçar as raízes dessa idéia na origem eurocêntrica – e, acima de tudo, na ilusão da homogeneidade da cultura europeia (KALIMAN, 2000, p. 29, é do autor o grifo em itálico).

Segundo, supondo que a diversidade de lugares e de experiências fosse a característica fundamental, e diferencial, do contexto investigado, as múltiplas vozes e múltiplos olhares resultantes dessa diversidade, mesmo parecendo antagônicos e vindos de épocas distintas, podem, conforme argumenta Cornejo-Polar (1996), conviver no indivíduo ou no grupo de forma harmoniosa no agora e no aqui. É nesse sentido que, como objeto de estudo, essa heterogeneidade e hibridez só fazem sentido se assim forem percebidas por aqueles que supostamente as vivem (KALIMAN, 2000).

Por fim, acredito que, em certos estudos, esses conceitos conferem um tom exótico a grupos que nada têm a ganhar com essa suposta exoticidade. Em razão dessas discussões, optei por não conceber, *a priori*, hibridez, mestiçagem e transculturação como características definidoras e exclusivas do contexto em questão. Penso também que a ausência desses termos evitou, de certa forma, que a pesquisa se enredasse em tramas conceituais capazes de limitar os pontos de vista ou que assumissem a direção daquilo que deveria ser problematizado.

Muitos estudos acerca da representação sobre grupos minoritários, principalmente aqueles situados nos estudos Pós-Coloniais, olham o cenário de pesquisa e as relações estabelecidas entre diferentes grupos a partir do ângulo do binarismo "dominação x resistência". Aliás, relações que quase sempre são entendidas como lutas de um grupo contra outro – que é sempre o mesmo. Por entender que estudar as formas como universidade e universitários indígenas representam a si mesmos e o/a outro/a no campo *on-line*, situando-as em pólos binários como esse, seria, no mínimo, empreender uma investigação inexpressiva, não assumi essa perspectiva em minha pesquisa. Até porque, primeiro, buscar traços distintivos nessas representações, conforme fica evidente no capítulo de análise dos dados, seria muita estreiteza e; segundo, nenhum ângulo que estreite o já estreito olhar do pesquisador serve para estudar fenômenos sociais no universo da *web*. Seria quase como tentar entender o movimento das hemácias olhando por um furinho no dedão do pé.

Enfim, os alunos indígenas estão na universidade. É fato! Mas é fato também que o ingresso na universidade não garante as mudanças sociais e políticas a que as comunidades e organizações indígenas e as políticas de ações afirmativas aspiram. Essas mudanças dependem, em larga escala, das representações que a universidade tem construído acerca dos alunos indígenas. Representações que podem ofuscar a agência desses novos alunos de uma forma muito real e contundente.

Considerando os desafios e a complexidade das questões que investiguei, busquei aportes teóricos a partir dos quais – ou seja, partir deles – fosse possível refletir sobre as construções de representação em termos locais, temporais e situacionais. Reflexões talvez experimentais, descontínuas, interlineares e fragmentadas. Talvez imprecisas, indecisas e imprevisíveis. Mas totalmente comprometidas com aqueles para quem direcionei meu olhar e minha interlocução primeira nesta pesquisa: a comunidade acadêmica indígena e a não indígena.

Problematizar as representações produzidas e mantidas pela universidade acerca dos povos indígenas pode ser o início de um processo capaz de possibilitar, acredito, novos

projetos de academia e de sociedade. Busquei, dessa forma, teorizar[57] a questão da representação sobre universitários indígenas construídas pelo portal UnB e suas tensões em relação à representação acerca de si que esses alunos propõem em sites indígenas, entendendo a teorização como forma de agir no mundo, de "produzir o acontecer" (HATHERLY, 2006) e, sob perspectiva crítica, como uma forma de conferir visibilidade a processos sócio-históricos que não costumam entrar nas pautas acadêmicas ou políticas. Refletir sobre nossos tempos e sobre modos mais horizontais de ocupar os espaços sociais de poder "parece ser imperioso em uma área aplicada, que, em última análise, quer [agir] na ou falar à prática social" (MOITA LOPES, 2006a, p. 23, a palavra isolada por colchetes é inserção minha). Assim, espero que as reflexões decorrentes desta investigação possam contribuir para que o investimento do governo, das universidades e dos povos e organizações indígenas não seja em vão.

2.3 *A abordagem da pesquisa, seus fundamentos, processos, procedimentos e horizontes: interface metodológica*

No momento em que a língua deixou de ser considerada um instrumento cuja única função seria transmitir informações ou expressar o pensamento, e passou a ser compreendida como constitutiva da e constituída pela vida social, abriram-se novos horizontes para os estudos da linguagem. Algumas das reformulações epistemológicas contemporâneas da Linguística Aplicada foram discutidas, em certo detalhe, na *Interface teórica*, assim, esta seção se ocupará tão-somente dos recentes reposicionamentos metodológicos da perspectiva crítica da LA.

[57] "Teorizar" no sentido de "expor ou explicar por meio de teoria(s); tratar (um assunto) teoricamente; *reduzir* a teoria(s)", conforme definição disponível no dicionário Houaiss (é meu o grifo em itálico). Mas antes de qualquer definição, porém, importa sublinhar que parto do princípio de que teorizar é construir a história – ou melhor, um trecho de outras histórias –, é escrever projetos de sociedade.

Os linguistas aplicados, ao conceberem linguagem como prática social, reorientaram todos os passos de suas trajetórias investigativas. Das questões de pesquisa à publicação dos resultados, da geração e interpretação de dados à organização do *corpus*, todos os momentos da abordagem metodológica passaram a ser concebidos como formas de ação no mundo social. Sob a concepção de práticas sociais, os princípios metodológicos ganharam novos e importantes papéis no processo de investigação, passaram a ser teorizados sob ângulos até então negligenciados e escolhidos sob a luz de aspectos sociais, políticos e éticos. Recentemente os procedimentos metodológicos e a base conceitual têm sido compreendidos como construções sociais que devem ser empreendidas pelo pesquisador em conjunto com os outros participantes da pesquisa (CAVALCANTI, 2006). Isso implica que não são fundamentos pré-estabelecidos unilateralmente e imutáveis, que vão a campo e voltam intactos.

A LA crítica tem buscado interlocuções que permitam a formulação de procedimentos agentivos, pautados por princípios éticos e que deem conta de seus projetos contemporâneos e de seu compromisso social e político. Por um lado, porque os princípios metodológicos com os quais a LA tradicionalmente operava não davam conta desse princípio epistemológico, dada a complexidade em teorizar questões de linguagem e vida social dos novos interesses de investigação. Por outro, porque tais princípios se mostraram, não poucas vezes, incompatíveis tanto com os compromissos sociais e políticos das pesquisas, como com o perfil agentivo e ético que os projetos da vertente crítica da LA propunham a assumir.

A perspectiva crítica da LA busca encaminhar projetos que, em última instância, contribuam para o fortalecimento de grupos historicamente impedidos de ocupar determinadas posições de poder. Todos os momentos do processo investigativo são entendidos como tendo implicações sociais e políticas. Quer dizer, os princípios e procedimentos metodológicos, cujas implicações éticas e políticas são nevrálgicas, devem estar a favor dos objetivos do projeto, que são sociais e políticos. Isso implica, então, que esses procedimentos não podem estar contra os esforços que os participantes da pesquisa empreendem em torno de novos posicionamentos sociais e políticos. Sobre isso, Cavalcanti

(2006) teceu considerações fundamentais. De acordo com a autora, ao longo do processo de pesquisa com grupos minoritários, tais como este que figura em primeiro plano desta tese, o linguista aplicado se depara com questões teóricas e metodológicas cruciais para os compromissos sociais, políticos e éticos assumidos com os grupos. Esses questionamentos, assinala Cavalcanti (2006, p. 234, a palavra isolada por colchetes é inserção minha),

> envolvem desde a descrição da metodologia, a análise dos dados e a divulgação dos resultados, [e] remetem principalmente à necessidade de reflexão sobre conceitos, tanto teóricos como metodológicos, usados de forma naturalizada no dia-a-dia do trabalho de investigação. Em relação à metodologia, remetem também às implicações de um fazer naturalizado das transcrições de áudio e vídeo, das decisões sobre a apresentação dessas transcrições, das traduções dos dados para outros idiomas, das decisões na divulgação de resultados da pesquisa [...].

Cavalcanti (2006, p. 234, é da autora o grifo com aspas simples) pontua que procedimentos e conceitos que concebem grupos minoritários "como 'objetos' de pesquisa e não como agentes pensantes" são incoerentes com as lutas desses grupos por novas formas de ocupar o espaço social de poder. Portanto, sua adoção em pesquisas nesses contextos, finaliza a autora, é injustificável. Um parêntese: foi com orgulho que ouvi, na defesa desta tese, os comentários elogiosos do Prof. Dr. José Jorge de Carvalho ao posicionamento socialmente responsável e amadurecido da LA em relação a pesquisas com grupos minoritários, que estaria à frente, conforme destacou o Professor, de inúmeros outros campos do saber que trabalham com esses grupos.

Nesse sentido, é preciso conceber explicitamente os princípios e procedimentos metodológicos como construções ativas das quais fazem parte o pesquisador e os participantes da pesquisa. São eles que, social e politicamente situados, conferem sentido às práticas de investigação e produzem conhecimento (BARRETO FILHO, 1999; CAVALCANTI, 2006; TALMY, RICHARDS, 2010). Em outros termos, as concepções teóricas e metodológicas com os quais os linguistas aplicados trabalham são atualizadas – e não há razão, *a priori*, para pensar que não são – pelos participantes durante a trajetória investigativa. E deveriam ser atualizadas também pelos pesquisadores.

Assim, tão crucial quanto – e talvez mais difícil do que – ultrapassar fronteiras disciplinares academicamente estabelecidas (PENNYCOOK, 2006), é arrebentar os arames farpados que os pesquisadores levam a campo para *proteger* seus conceitos e práticas de pesquisa das indomáveis[58] releituras conceituais e metodológicas empreendidas pelos participantes de pesquisa. A propósito, não estou certa do lugar ocupado pelos conhecimentos dos grupos minoritários – caso ocupem algum – nesse "diálogo com outros campos do conhecimento". Talvez – só talvez – entenda-se por "outros campos do conhecimento", todos os outros campos do conhecimento menos os de grupos historicamente afastados dos campos acadêmicos. Mas dessa discussão me ocupo no *sexto capítulo*. Associando essa perspectiva à noção de que os fundamentos e procedimentos metodológicos têm implicações não só epistemológicas, mas também sociais, políticas e éticas, justifico o lugar de destaque que a abordagem metodológica ocupou na pesquisa que empreendi.

A natureza ambígua, transitória, desordenada e descontínua, viva e expressiva do contexto em que estas representações são construídas exige abordagens metodológicas capazes de problematizá-las sob vários ângulos. Na instância metodológica, isso implica buscar formas de refletir e interpretá-las que contemplem e valorizem a complexidade de seus movimentos. Essa complexidade deve ser estudada em termos locais, temporais e situacionais (GEERTZ, 1997) e não enquadrada em um recorte chapado, fosco e pretensamente universal como se fosse uma realidade imutável e uniforme. De modo que o olhar científico, típico das grandes narrativas universais, que congela o sujeito ou o grupo "observado" para perscrutá-lo apenas como objeto de conhecimento, não condiz com as demandas teóricas e metodológicas de perspectivas críticas de investigação. Tampouco sondagens estatísticas sozinhas – que, de forma geral, percebem somente o que é homogêneo – podem captar elementos tão plurais e possibilitar articulá-los sem mutilações. Neste sentido, Bhabha (2007) defende que as conclusões monolíticas, cabais e aparentemente unissonantes devem dar lugar a considerações indeterminadas e contingentes.

[58] Este adjetivo, a meu ver, porta sentido metafórico importante a respeito da relação que, *de vez em quando*, a academia estabelece com grupos minoritários. Esta não é, portanto, uma escolha lexical despretensiosa.

De acordo com Flick (2009, p. 23), dada a complexidade de suas questões de investigação, as pesquisas qualitativas centram-se *(a)* na coerência entre o tema a ser investigado e a escolha de teorias e procedimentos metodológicos; *(b)* no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; *(c)* nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e, *(d)* na variedade de abordagens e procedimentos de investigação. Tudo isso implica estabelecer planejamentos maleáveis de forma que possam ser ajustados de acordo com as demandas e possibilidades evidenciadas ao longo do processo de investigação. Ou seja, a pesquisa qualitativa, por possibilitar, entre outras coisas, a adoção pragmática de princípios metodológicos e representar uma alternativa para escapar de filiações metodológicas restritivas (FLICK, 2009), é de particular relevância ao estudo de representações sob o foco de construções discursivas.

Essas perspectivas e escolhas, fique claro, não são neutras ou imparciais. Em vez disso, são social, política e historicamente orientadas. Foco que compreende o pesquisador e seus procedimentos metodológicos como partes inerentes e decisivas do processo investigativo. Jamais elementos indiferentes ao/para o contexto pesquisado. Por isso, devem ser crucialmente levados em conta em todos os momentos da pesquisa. Nas subseções seguintes, descreverei sucintamente os princípios adotados para geração, documentação e interpretação dos dados. Ressalto que a escolha dos procedimentos metodológicos para geração e documentação de dados valeu-se da discussão sobre pesquisa qualitativa proposta por Flick (2009). O que decorre dessa perspectiva é que, apesar da escolha cuidadosa da abordagem metodológica, considerada a partir das questões e objetivos desta tese, tanto os procedimentos de geração, documentação e interpretação de dados – dos quais me ocupo a seguir – quanto as perspectivas teóricas sofreram ajustes ao longo da pesquisa.

Fazendo um parêntese: esta investigação, do início ao fim foi uma jornada cujas trilhas, mapas e roteiros de viagem se mostravam, de tempos em tempos, perecíveis, exigindo incessantemente construções, manutenções ou desconstruções. Definir o foco da pesquisa, definir os participantes da pesquisa, investir-me no papel de pesquisadora,

selecionar material, organizá-los, gerar dados, documentá-los, interpretá-los, dialogar com diferentes conhecimentos, escrever a tese, apagar a tese, voltar a escrevê-la, defendê-la para uma banca de pesquisadores e assim por diante, cada um desses processos implicou idas e vindas. Cada um desses processos parecia reconfigurar espaços e me fazer ocupar alguns dos quais *a priori* não seriam meus. Talvez porque tudo fosse mesmo uma coisa só. Mas o fato é que, apesar de serem perturbadores estes movimentos – que, por vezes, temi fossem aleatórios ou me levassem a becos sem saída – eles encheram de significado e vivacidade (e alguma apreensão) minha trajetória investigativa. Fecha o parêntese. E, com este parêntese, fecho esta seção e abro a próxima, incluída nesta tese posteriormente à sua defesa, conforme explico a seguir.

2.4 *Um pesquisador indígena na minha banca examinadora*

Esta breve, extemporânea e importante seção foi acrescentada à tese pelas seguintes razões: primeiro, para ilustrar o quanto a trajetória desta tese, do início à entrega de sua versão definitiva, exigiu-me, conforme dito, incessantes construções, manutenções ou desconstruções. Segundo, para registrar que as experiências que relatei na *seção (1.1*) do *primeiro capítulo* – a partir das quais pude ter alguma clareza da visão estreita (enviesada e equivocada, por que não dizer) com que eu concebia os povos indígenas e da forma desrespeitosa e repleta de soberba com que a sociedade não indígena se relaciona com esses povos – não foram suficientes para ampliar irreversivelmente minha visão nem fazer com que eu me esquivasse inteiramente do discurso tutelar. Terceiro, para destacar o quanto este trabalho de pesquisa ganhou em peso, força e consistência ao ser avaliado por um pesquisador indígena, cujo olhar oxigenou o debate teórico, os conceitos empregados, as descrições do contexto e as reflexões decorrentes da análise de dados e trouxe à tona discursos decantados nesta tese aos quais eu acreditava me opor, levando-me a pensar em

minha condição enquanto parte de um grupo que se coloca em posição de quem tem poder de apontar as causas e as soluções de questões indígenas. Em síntese, um olhar que expandiu os horizontes da teorização que busquei empreender nesta tese.

Destaco que, ao indicar os membros da banca[59] examinadora desta tese, senti que muitos dos princípios que orientaram este processo de investigação não se sustentariam se não houvesse pelo menos um examinador indígena nessa banca. Quer dizer, da perspectiva assumida nesta pesquisa, pareceu-me pouco justificável indicar uma banca formada exclusivamente por examinadores não indígenas para avaliar uma tese – defendida por uma pesquisadora também não indígena – que trata do protagonismo indígena na esfera de atividades acadêmicas e da forma como esse protagonismo é invisibilizado no âmbito da representação. Isto seria argumentar em favor da desconstrução do absolutismo acadêmico, acreditando que seu ponto de vista é superior, e do diálogo respeitoso com os intelectuais indígenas, mantendo-os à distância das principais práticas de produção e divulgação do conhecimento acadêmico.

Acredito (ou quero acreditar) que, ao longo da pesquisa, fui percebendo o quanto era arrogante, digamos assim, o posicionamento que eu assumira principalmente na fase inicial da trajetória investigativa, e fui buscando – talvez nem sempre com êxito – assumir perspectivas menos estreitas. Nessa busca, como já dito, por vezes eu achava que estava do lado dos universitários indígenas, mas estava de outro. Ou nem de um lado e nem de outro. Ou correndo de um lado para outro. Mas, depois de muitas (muitas mesmo) leituras, reflexões, análises de dados, conversas com alunos indígenas, páginas e páginas escritas, impressas, lidas, reescritas, deletadas e escritas novamente – ah, e muitas noites em claro (um clichê fundamental aqui) – comecei a acreditar que encontrara/construíra meu lugar no contexto investigado, enquanto pesquisadora que buscava desenvolver uma tese agentiva e orientada pela ética, e a acreditar também que conseguira marcar linearmente este lugar em meu texto, esquivando-me totalmente de discursos tutelares e soberbos. E fui acreditando nisto até o dia da defesa da tese, quando, ao ser arguida pelo Prof. Dr. Gersem

[59] Cumpre enfatizar que, apesar de essa seção destacar particularmente a arguição do examinador indígena, o diálogo com cada um dos membros da banca examinadora contribuiu sobremaneira para esta tese, conforme anunciado na *Introdução*.

Luciano, percebi que eu continuava discursivamente correndo de um lado para outro, que eu assumira, em alguns momentos desta tese, pontos de vista que criticava em outros.

Na *seção (2.3)* deste *capítulo*, destaquei, citando Cavalcanti (2006, p. 234), a necessidade de se levar em conta que determinados conceitos e definições, "usados de forma naturalizada no dia-a-dia do trabalho de investigação", podem ir em direção oposta às lutas do grupo com as quais nossa pesquisa busca contribuir. Por outro lado, emprego palavras e definições inconciliáveis com o discurso indígena e parto de pontos de vista excludentes e contrários às lutas empreendidas pelos povos indígenas, conforme ficará claro a seguir.

No *sexto capítulo*, classifiquei o emprego recorrente, nos textos do portal UnB analisados, do verbo *reivindicar*, entre outros, como desfavorável à participação indígena na esfera de atividades acadêmicas, uma vez que situa os alunos indígenas no lugar de quem "reclama", de quem "pede", ou seja, o lugar da passividade e de quem necessita de proteção e amparo. Por outro, no *primeiro* e no *segundo capítulos* da tese, eu empregava tais verbos talvez com mais recorrência do que os textos que critiquei na análise de dados, alguns dos quais foram substituídos por verbos tais como "mobilizar-se".

Outra palavra que se mostrou incoerente com a perspectiva que eu tentara assumir nesta tese foi "subjugação/subjugar". Quer dizer, por um lado, eu argumentava que a representação se dá em lutas históricas de poder, nas quais os grupos têm forças desiguais, o que significa dizer que não se trata de ser subjugado, mas sim de lutar com ferramentas de menor alcance e de ter que implementar distintas estratégias de luta, de sobrevivência, entre as quais a submissão – dadas as circunstâncias históricas – poderia ser vista como uma dessas estratégias. Por outro lado, "subjugar" – palavra que eu empregava para fazer referência às lutas entre povos indígenas e sociedade não indígena – significa, segundo o dicionário Aulete digital (cf. nota 4), "dominar pela força; exercer domínio sobre" e aí, o "subjugado" é aquele que tão-somente foi dominado.

Outro ponto a ser destacado: critiquei as políticas e ações voltadas para a educação escolar indígena, os currículos escolares e os materiais didáticos por não contemplarem os pontos de vista indígena e por imporem conceitos que não fazem sentido

para alunos indígenas. Não me dei conta, no entanto, de que, em minha tese, eu também impunha conceitos academicamente absolutistas. Um deles foi o conceito de ação afirmativa no qual a pesquisa se apoiava: um mecanismo para compensar, reparar ou corrigir situações históricas de discriminação, injustiça e opressão imposta a determinado grupo. Mesmo tendo ressaltado, citando Carvalho (2006, p. 13), que ações afirmativas é um tema que politiza "o espaço acadêmico e exige um posicionamento claro de todos os que dele participam, [não sendo] mais possível invocar o argumento da neutralidade científica ou do desconhecimento", assumi uma noção de ação afirmativa que desconsidera totalmente a mobilização ativa dos grupos minoritários, em particular dos povos indígenas, pelo acesso democrático à educação superior. Quer dizer, ao mesmo tempo em que argumentava em favor da desconstrução do absolutismo acadêmico, assumia exclusivamente a visão acadêmica não indígena para definir um dos conceitos fundamentais do contexto de pesquisa. Em relação a esse conceito, transcrevo, a seguir, um trecho do debate arrojado empreendido pelo Prof. Dr. Gersem Luciano na ocasião da defesa desta tese e o faço por considerá-lo absolutamente crucial para a teorização que proponho.

> As próprias teorias são, às vezes, um pouco armadilhas e nos prendem a conceitos que, às vezes, não dão conta da realidade mais complexa, mais ampla e mais totalizante. Por exemplo, você define ações afirmativas, cotas, vagas como ações, políticas ou atitudes compensatórias. Esta visão, que é acadêmica, é bastante difundida e é uma definição possível, mas não é a única. Na perspectiva indígena, por outro lado, ações afirmativas é muito mais do que compensação histórica, de injustiças etc., até porque, conforme apontam vários pesquisadores indígenas que ampliam essa discussão de políticas de ação afirmativa, essa noção de compensação faz parte muito mais do discurso de quem se sente culpado por injustiças, nesse caso, a sociedade não indígena e os governos. Poucas vezes, no discurso indígena, ações afirmativas ou políticas de cotas são definidas como compensação. Ao invés disso, são definidas como direito, como conquista. Opor-se ao discurso da compensação significa dizer algo como "não estamos interessados com o que fizeram ou deixaram de fazer. Não queremos nos situar como vítimas que estão sendo recompensadas pela tragédia que os outros cometeram. Trata-se de uma conquista."

Estas foram algumas das revisões feitas na versão definitiva desta tese decorrentes da arguição da banca examinadora. Houve várias outras, de diferentes naturezas e implicações, algumas das quais são apontadas em nota de rodapé ao longo deste texto, mas que não serão abordadas basicamente por limitações de tempo e dos propósitos deste trabalho. Espero que esta seção possa contribuir para a ampliação da interface teórica

e epistemológica das pesquisas com grupos minoritários e da interface social, política e ética dos olhares que se cruzam (ou deveriam se cruzar) nos debates empreendidos na esfera de atividades acadêmicas.

3. Terceiro post: universidade e universitários indígenas na web

As páginas da internet "são uma forma oportuna de comunicação" entre indivíduos e entre eles e as organizações (FLICK, 2009, p. 251). Ao contrário dos meios de comunicação de massa, em que um fala para muitos, que assistem calados, e da comunicação via telefone ou cartas, em que um fala e um ou pouco mais que isso ouve/lê e responde/comenta/pergunta, na *web* "muitos falam com muitos" e muitos respondem/comentam/perguntam (DIZARD, 2000, p. 23). Tanto é assim que telefone, carta convencional, mídia impressa e televisiva perderam espaço significativo para a internet, que é hoje, para um número cada vez maior de pessoas, o principal veículo de comunicação não só entre indivíduos, mas entre as instituições públicas ou privadas e a sociedade.

A *web* é um espaço não apenas moldado pela mudança constante nas tecnologias, mas é também, conforme explica Tim Berners-Lee, um dos pais da internet, um ambiente moldado coletivamente, tanto por parte de indivíduos e instituições concretas, quanto por parte de um conjunto difuso composto por todos os usuários desta rede (CABELLO *et al*., 2012). Aí o fluxo de informação é significativamente mais intenso, as fontes de informação e a audiência são infinitamente maiores e a diversidade dos conteúdos abordados é irrestrita.

Trata-se de um espaço complexo de fluxo de informação no qual indivíduos, grupos e organizações informam acontecimentos locais que podem ser visualizados em escala planetária e quase que sem restrições temporais (THOMPSON, 2008). Na *web* é possível acompanhar, em "tempo real", eventos que acontecem do outro lado do mundo, ou acessar hoje eventos ocorridos há muitas décadas... aqui ao lado ou do outro lado do mundo. Por este ângulo, é razoável dizer que os textos veiculados na internet são documentos históricos, uma vez que cada um desses textos registra, sob um ponto de vista distinto, um pedacinho da história de todos. Não se pode ignorar, portanto, o poder de

alcance daquilo que se veicula na internet, suporte em que nosso "campo da visão", nas palavras de Thompson (2008), é ampliado espacialmente e alargado temporalmente.

Mas não se trata de descrever ou narrar, imparcial e objetivamente, o mundo "real". Pelo contrário, o que se acessa nas páginas da *web* é o que cada grupo escolheu registrar como "real". Estar *on-line* não é apenas levar ao conhecimento dos outros aspectos da vida social, cultural e política. Estar *on-line* se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam (THOMPSON, 2008, p. 37). Trata-se da construção de significados que, como bem assinala Thompson (2008), tomam parte das representações de mundo – processos que, há algumas décadas, se davam localmente. Estes processos de construção de significado são inéditos e irreversíveis e multiplicam exponencialmente os temas da agenda de discussão e as formas de abordá-los. Em síntese,

> [a] tela do computador deixa de ser somente um local onde se busca informação e passa a ser principalmente um lugar de construção, de disputa, de contestação de significados. Ou seja, passa a ser um espaço de encontros múltiplos com outros atores sociais, aumentando e transformando nossos repertórios de sentidos infinitamente [...] (MOITA LOPES, 2010, p. 398, a palavra isolada por colchete é inserção minha).

Aí textos, gráficos, ícones, links, fotografias, ilustrações, vídeos, áudios, animações e tantos recursos mais são mobilizados por indivíduos, grupos e organizações de várias naturezas que procuram ser vistos e ouvidos. Para isso, indivíduos, grupos e organizações selecionam ângulos que lhes sejam favoráveis e buscam oferecer descrições de si e de suas atividades. Em síntese, mais do que informar e comunicar, indivíduos, grupos e instituições usam, como já dito, a internet em busca de visibilidade – que, em última análise, pode significar um grande passo em direção ao "direito" de sobrepor suas representações sobre si às de outros.

A *web* possibilita cenários múltiplos e incertos, conforme destaca Heidi J. Figueroa Sarriera, em entrevista a Cabello *et al*. (2011). Era de se esperar, portanto, que a disputa pelo controle de sua representação assumisse tal importância na internet. Não surpreende que aí indivíduos, grupos e organizações de diferentes naturezas e tamanhos, e

com distintos níveis de poder e de recursos para atingir seus objetivos busquem maneiras particulares de se apresentar e de tornar presente a outros seu protagonismo em determinadas esferas de ação.

Aí discursos de grupos historicamente discriminados podem pôr em xeque os discursos oficiais, desestabilizar velhas narrativas, incomodar formas tradicionais de apresentar a "realidade", tirar a nitidez de representações verticalmente impostas. Grupos cujo protagonismo fora historicamente invisibilizado criam sites (portais, blogs etc.) e aí registram suas versões dos acontecimentos, nos quais seu protagonismo está incontornavelmente visível. Visibilidade capaz de desestabilizar discursos oficiais e velhas narrativas, oxigenar as decantadas perspectivas de instituições socialmente prestigiadas, incomodar formas tradicionalmente acreditadas de pensar e inaugurar, conforme expõe Moita Lopes (2010, p. 401),

> um novo panorama para nossas narrativas de vida e sobre como podemos alterá-las [...]. Um mundo de incertezas sobre quem somos ou pelo menos um mundo de possibilidades em relação a quem podemos ser passa a ser a inspiração para muitos que vêem os limites que orientavam nossas vidas no passado serem questionados [...].

Tudo isso oxigena as decantadas perspectivas e formas de ver o mundo das instituições socialmente prestigiadas e da sociedade em geral. É sob este prisma que observações como a de Heide J. Figueroa Sarrira fazem todo sentido: "as chamadas novas tecnologias não são meras ferramentas, pelo contrário, podem ajudar a transformar nossa maneira de estar no mundo", daí a responsabilidade que educadores e pesquisadores devem assumir, buscando levantar questões e pensar sobre estas transformações às quais diferentes grupos se lançam no universo *on-line* (CABELLO *et al*., 2011, p. 112). Estas discussões colocam os sites institucionais, pessoais ou aqueles mantidos por organizações civis entre as principais fontes para o estudo da forma como diferentes discursos descrevem/apresentam – representam, portanto – uma dada esfera de atividade humana e aí situam os diversos grupos que dela fazem parte.

3.1 *Os Universitários Indígenas*

Os universitários indígenas, da mesma forma que boa parte dos universitários não indígenas, se lançam no universo da *web*, criando blogs, perfis em redes sociais virtuais, colaborando com sites e portais mantidos, neste caso, por grupos indígenas que estão em outras universidades ou mesmo fora da esfera acadêmica.

Parto do princípio de que a escrita, seja *on-line*, seja *off-line*, "é imbuída de agência" (BAZERMAN, 2006, p. 11) e que se escreve, como tão bem nos fala a poetiza Ana Hatherly, não só "porque algo aconteceu ou acontece", mas sobretudo para "produzir o acontecer". Sob esse princípio é razoável dizer que esses universitários, ao escreverem sobre si no campo *on-line* e sobre sua participação na universidade, agem em diversos âmbitos: acadêmico, social, político, cultural e histórico. Convém ressaltar que, ainda que muito antes do surgimento da Internet os movimentos indígenas já fossem bastante fortes, importa sublinhar que o número de pessoas que uma página da *web* pode alcançar, amplia de modo inimaginável as possibilidades de repercussão do que aí é divulgado. Poder de alcance que não é ignorado pelos internautas, como revela o excerto 10 (cf. p. 111), extraído da página *Quem somos*[60] do portal Índios *Online*.

A história de um grupo, os traços que unem indivíduos em torno desse grupo, as relações que estabelece com outros, suas identidades, os projetos de sociedade e de universidade com os quais operam e a realidade desse grupo, ou melhor, aquilo que é assumido como sua realidade, tudo é produzido e sustentado no âmbito discursivo e vinculado, antes de qualquer outra coisa, à linguagem (HALL, 1997; FOUCAULT, 2008; SAID, 1990; SILVA, 2000; WOODWARD, 2000, entre outros). Nesta linha de raciocínio, escrever textos sobre a vida na universidade e publicá-los na *web* implica inúmeras ações.

[60] Disponível em: http://www.indiosonline.net/quem-somos/ Acesso em: 28 mai. 2012.

Primeiro, a internet tem figurado entre os principais meios utilizados pela comunidade acadêmica para apresentar o conhecimento que produz, além de ser atualmente o principal meio de comunicação entre a universidade e a sociedade. Aliás, é interessante sublinhar as palavras do secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) Augusto Cesar Gadelha (*apud*. RIGHETTI, 2010, p. 14): "A internet surgiu como uma rede acadêmica, a sociedade e nem o governo imaginavam a importância que a rede mundial de computadores teria um dia". Destaque-se, neste sentido, que, no Brasil, "a área acadêmica era a vanguarda da rede" (RIGHETTI, 2010, p. 11). Neste modo de ver, parece-me bastante razoável dizer que os universitários indígenas, ao escreverem textos que tratem de sua vida na universidade e divulgá-los no universo *on-line*, mesmo que não nos gêneros da ciência – são relatos predominantemente pessoais os textos que acessei nos sites mantidos por universitários indígenas – inscrevem sua participação nesse universo bastante valorizado na esfera da academia, que é a *web*.

Segundo, a escrita pessoal, pode contribuir para tornar real a presença do aluno no mundo social (BAZERMAN, 2006). Aliás, convém registrar que a presença física desses alunos na Universidade parece não ser capaz de desintegrar representações sobre os indígenas construídas para mantê-los longe de determinados espaços sociais, como o da universidade pública. Exemplo disso é o comentário da aluna não indígena ao deparar com três universitários indígenas em sua sala de aula, conforme relatado na *seção (1.1)* do *primeiro capítulo*: "Que engraçado, professora, eu cheguei e tomei um susto. Você não espera entrar na sala de aula e dar de cara com os índios sentados ali." Quer dizer, mesmo sabendo que há alunos indígenas na Universidade, mesmo sabendo que alguns deles estariam na aula em questão, mesmo circulando nos mesmos espaços da Universidade em que esses universitários circulam, a aluna tomou "um susto" porque *surpreendentemente* "os índios estavam sentados ali". Assustador mesmo, eu diria, é o poder que a representação tem em determinar o que, quem e como nossos olhos enxergam aqueles que nos rodeiam no mundo "real".

A propósito, celebrando a possibilidade de cruzar fronteiras disciplinares, cito[61] Albert Einstein – ícone[62] do fazer científico: "é mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito". Trata-se, por um lado, de exercer a capacidade de refletir sobre a própria vida, sobre o lugar que se ocupa e que se tem sistematicamente ocupado (aqui, ali e lá) no mundo social e refletir sobre o lugar que outros grupos ocupam e que vêm ocupando (aqui, ali e lá). E, por outro, de chamar a atenção dos grupos que têm controlado os processos de sua representação para a notória disparidade entre suas formas de representar os povos indígenas e as formas como esses povos se representam a si mesmos. Reflexões que podem ser um passo decisivo para reconfigurar não só o seu lugar, mas o lugar dos outros e o lugar daqueles que não são outros, mas não estão aqui.

Terceiro, investir em um curso superior – processo que inicia muito antes do ingresso na universidade, conforme já comentado – é investir em identidades de aluno universitário (NORTON, 1995, 2000). Se o sistema dominante de representação acerca da vida acadêmica serve para motivar uns e desmotivar outros, escrever e reescrever novos discursos sobre universidade significa inscrever representações capazes de reconfigurar as definições de quem entra, ou deveria entrar, e quem não entra, ou não deveria entrar no ensino superior. É possibilitar que determinados grupos, cujo investimento na construção de identidades próprias de atividades acadêmicas fora historicamente enfraquecido, passem a investir nessas construções.

Quarto, escrever sobre seu ingresso e participação no ensino superior público é registrar na *web* a (sua) história com a universidade, ainda que, talvez, suas versões não ganhem o mesmo status da versão que a instituição aí registrará. Em função do suporte onde são veiculados, a internet, esses textos continuarão circulando por muito tempo, para não dizer *para sempre* – que parece tempo demais. Quer dizer, ainda que os atores sociais que hoje escrevem nesses sites percam visibilidade na *web* ao longo do tempo, suas

[61] Disponível em: http://pensador.uol.com.br/frases_de_albert_einstein/ Acesso em: 19 mar. 2011. Não posso garantir que Albert Einstein seja o autor deste pensamento, pois, da mesma forma que qualquer outro *site* especializado em listas de citações, o da UOL também não fornece dados que indiquem a fonte original onde a citação foi coletada para que os usuários possam consultá-la.

[62] Ícone não é só em sentido figurado, mas também na rubrica da informática, que usa sua imagem na *web* como *link* para testes que se propõem a medir o quociente de inteligência dos usuários da rede.

histórias ficarão aí documentadas[63] (a menos, claro, que eles mesmos as retirem de circulação). São documentos históricos – datados, inclusive – escritos por indivíduos e grupos que fazem parte da história, mas cuja perspectiva é solenemente recusada pela história oficial, por não estarem situados no lugar daqueles que tradicionalmente determinam a versão a ser oficializada – que sempre era a sua.

E, por fim, esses textos contribuem, como já discutido, para a criação de um espaço capaz de reconfigurar as relações sociais de poder. (BAZERMAN, 2006; CABEZAS, 2011; MOITA LOPES, 2010; entre outros). É investir-se no exercício do poder de inscrever socialmente questões a serem repensadas por todos, tomando a seu cargo a responsabilidade por mudanças sociais bem amplas. Aí as relações de poder têm a possibilidade de se alterar rapidamente, dramaticamente e tomar rumos insuspeitáveis. Resultado: novas possibilidades de projetos de sociedade e avanços sociais e políticos significativos. O excerto abaixo é um dos exemplos que revela que os universitários indígenas estão a par desse poder:

> 3. Nós estudantes indígenas da UnB, estamos bastante convictos de que se conseguimos esse projeto [a construção de um centro de convivência indígena na UnB], servirá de uma ponte para outras instituições do Brasil, pois sabemos que o maior desafio não é as vagas mas sim o acompanhamento do estudante dentro da universidade.
>
> Vale lembrar que a representatividade indígena também está incluída dentro do projeto, perfil do Arquiteto Juracy que já fez projeto em outras localizações do Brasil, como a Casa de Cultura na comunidade Tukano, Balaio, na terra indígena do Alto Rio Negro-AM, especificamente em São Gabriel da Cachoeira-AM, entre outros.
>
> Para ser concluído o projeto na UnB, precisamos de apoio que depende de nós estudantes e principalmente do movimento indígena de todo o Brasil. Junte-se a nós…!!!! [**PgInd_8**, a explicação separada por colchetes é inserção minha]

Ou seja, o excerto 3 é uma evidência de que esses alunos têm noção de que, ao divulgar sua participação na universidade e suas conquistas neste espaço, poderão ter impactos em outras universidades.

[63] A este respeito, a frase do personagem *Ferb*, no desenho animado *Pheneas & Ferb*, me parece singularmente interessante aqui: "A fama é passageira, mas a internet é para sempre".

Assim, no campo *on-line*, temos acesso tanto a discursos de organizações cujo poder e autoridade são amplamente reconhecidos social e historicamente, quanto a discursos de grupos excluídos dessas organizações, ainda que não com a mesma visibilidade. Se, até pouco tempo, setores governamentais e grupos bem específicos – e bem pequenos também – detinham quase que sozinhos o poder de escolha daquilo que deveria constar na representação da universidade, com o advento da internet, esse poder já não se concentra da mesma forma. Por meio de sites, perfis em redes sociais e fóruns de discussão, alunos, universitários ou não, trocam experiências e inscrevem coletivamente suas representações sobre si e sobre organizações historicamente recusadas a seus grupos. Essa disseminação, mesmo que incipiente, do poder de representar explica e justifica, acredito[64], a análise de sites mantidos por universitários indígenas.

Acredito ser oportuno registrar que a perspectiva, digamos, otimista que os autores aqui mencionados assumem – e eu também – frente aos impactos da internet no mundo social não é consenso entre os teóricos sociais. O sociólogo Zygmunt Bauman (2005), por exemplo, ao discutir a relação da identidade e das novas tecnologias de comunicação, revela várias ressalvas quanto ao papel dessas tecnologias no modo contemporâneo de construir significados, relações, valores e crenças. A meu ver, no entanto, parte de suas críticas decorre de uma dificuldade em perceber (aceitar) que muitos (muitos mesmo) conceitos usados para analisar as relações sociais fora da internet não são aplicáveis ao estudo das formas de se relacionar na *web*. Quer dizer, inúmeros conceitos há bastante tempo tidos como relativamente consensuais parecem não dar conta dos novos atores sociais que moldam o campo *on-line* e as atividades que aí desenvolvem. Por isso, estudar aspectos sociais na *web* implica, antes de qualquer coisa, questionamentos a respeito de conceitos, de naturezas diversas, tradicionalmente usados para pensar a sociedade, tal como a noção de ação política e de leitor, interlocutor, receptor, audiência, enfim, de internauta.

[64] Toda vez que eu disser que "acredito", significa que eu, como Ana Hatherly (2006), acredito no crer. Mas certeza, certeza... Nesse sentido, as palavras de Umberto Eco (1976, p. 224) são bálsamo para mim: "a incerteza tornou-se um critério essencial para a compreensão do mundo".

Em síntese, trata-se de um espaço em que atores políticos transitórios[65] surgem inesperadamente com muita força e podem desaparecer em um clique. Atores cujos compromissos políticos têm contornos pouco nítidos e, por isso, não se enquadram nas categorias, organizações e instituições social e politicamente decantadas (LASÉN, MARTÍNEZ DE ALBENIZ, 2008). Da mesma forma que não cabem em qualquer hierarquia formal as "redes de influenciadores-chave", nos termos do consultor de *e-government*, Luís Vidigal[66], cuja capacidade de mobilização de comportamentos nas redes sociais virtuais é indiscutível. É nesta direção que Heidi J. Figueroa Sarriera afirma, em entrevista a Cabello *et al*. (2011, p. 112): estudar as novas formas de pensar decorrentes das novas tecnologias exige "criatividade e um profundo questionamento aos modos de vida". As práticas empreendidas no campo *on-line*, como quaisquer práticas empreendidas *off-line*, são construções sociais, históricas e culturais. Não seria razoável, portanto, estudar o mundo social na *web*, tentando enquadrá-lo em formas rígidas nas quais, muito possivelmente, esse mundo não caiba.

Esta tese parte, então, do princípio de que, no campo *on-line*, grupos em sistemática desvantagem nos confrontos pelo poder sobrepõem suas representações, ainda que transitória e efemeramente, às representações impostas verticalmente por grupos acostumados a controlar sozinhos os processos de representação. Isso não significa dizer que a internet seja um espaço em que todos têm força suficiente para sobrepor suas representações de si às de outros ou tirar totalmente o brilho de representações polarizadas de quem está há muito tempo no controle dos processos de representação. Ainda que, na *web*, um acontecimento seja apresentado à luz de diversos grupos, alguns grupos são lanternas, talvez muitas e talvez potentes, outros são encarados e se encaram como farol, mesmo sendo lanternas. E há também, conforme assinalou o Prof. Dr. José Jorge de

[65] Exemplo recente disto é o caso de uma estudante de 13 anos que, por meio de um perfil no *Facebook* em que divulga os problemas de infraestrutura da escola em que estuda, chamou a atenção de mais de 64 mil usuários dessa rede social, da mídia televisiva e impressa e de autoridades políticas de sua cidade (Florianópolis/SC).

[66] Entrevista disponível em: http://www.computerworld.com.pt/2012/07/16/pessoas-querem-amigos-empresas-preferem-clientes/ Acesso: em 17 ago. 2012.

Carvalho, na defesa desta tese, lembrando o enorme poder de controle e de censura da internet, aqueles que são lanternas, mas cuja luz é totalmente apagada do universo da *web*.

3.2 A Universidade

Por vários motivos, nem todos de mesma natureza, mas todos entrelaçados, os portais e sites mantidos por universidades públicas parecem figurar entre os farois. Quer dizer, têm um enorme poder de colocar em evidência uns e ofuscar outros. Primeiro, pela posição[67] que ocupam em buscadores globais, que são determinantes para o volume de acesso de um site. Segundo, pela capacidade de investimento financeiro na manutenção do site. E, por fim, e é o que mais interessa a esta tese, pela autoridade histórica que a sociedade atribui ao discurso da academia. Autoridade que é transposta para os textos produzidos no interior da instituição, independentemente de o autor ser um intelectual, um jornalista, um publicitário, ou um relações públicas, e divulgados em seu *web* site. Daí a ampla e ostensiva repercussão das representações aí veiculadas.

Estes são alguns dos fatores que determinam o poder que o site de uma universidade pública tem de impor suas representações acerca da própria instituição, de seu mundo, dos outros e do mundo dos outros. Representações que determinam, em boa medida, o investimento que diferentes grupos fazem na construção de identidades de aluno universitário, em suas disputas sociais e políticas no campo das representações. É aí que são oferecidos os recursos simbólicos para a construção que cada grupo empreenderá, influenciando-se mutuamente, em torno de identidades próprias da esfera da universidade. Construção que começa muito antes do ingresso efetivo do aluno no ensino superior

[67] Segundo a Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Site), o volume de outros *sites* e "a quantidade de ligações *(links)* apontando para um *site* e a importância dos *sites* que apontam para ele definem em que posição ele ficará no buscador." Acesso em: 10 set. 2012.

(NORTON, 1995, 2000). Fique claro que esses recursos que a representação oferece servem para definir quem entra, ou deveria entrar, e quem não entra, ou não deveria entrar no ensino superior. Em outras palavras, a forma como a vida acadêmica, a universidade e os grupos que a compõem são apresentados à sociedade incidem de forma vigorosa no investimento que grupos distintos empreenderão na construção de identidades próprias dessa esfera de atividade. Incluem-se aí, como já dito, recursos que servem para evitar que determinados grupos invistam nessas identidades.

Os portais e sites mantidos por universidades públicas parecem figurar entre os faróis, cujo poder de iluminar sua versão da "realidade" é significativamente maior do que o de qualquer grupo e de inúmeras organizações. O principal motivo dessa visibilidade parece ser a autoridade da qual a universidade pública desfruta, e que decorre do seu prestígio histórico, social e político, faz com que os textos veiculados em seu portal, de a Universidade ser sinônimo de produção e disseminação de conhecimento científico, entendido como saber *elevado*, fruto de evidências empíricas e de reflexão sistemática e rigorosa. Daí o conteúdo dos textos da ciência ser encarado por muitos como *a verdade*. Prestígio que, em larga medida, é transferido a qualquer outro texto que uma universidade veicule em seu site, independentemente de o autor ser um intelectual, um jornalista, um publicitário, ou um relações públicas. Textos que pressupõem descrições neutras e objetivas do mundo acadêmico e do mundo dos outros. Até porque, são textos que, em geral, apresentam estatísticas – e ninguém duvida das estatísticas, daí o papel importante delas na produção de notícias (MARCONDES FILHO, 2009) –, fotografias – e, em geral, não se costuma duvidar que uma fotografia registre (com bastante fidelidade) o mundo *real* (BUITONI, 2011) – e outros conteúdos que, em última análise, todos gostam de listar na rubrica "ciência".

Prestígio responsável pela construção de representações vigorosas acerca de si, do seu mundo, que incluem representações das pessoas que dela fazem parte e da ciência, dos outros e do mundo dos outros. São representações como estas que, em última análise, conferem à academia autoridade e poder de sobra para impor representações acerca de muita coisa e de muita gente. Estes são alguns dos fatores que determinam o poder que o

portal de uma universidade tem de impor suas representações sobre a universidade, sobre seu mundo, sobre os outros e sobre o mundo dos outros. Daí a ampla e ostensiva repercussão das representações aí veiculadas. Daí o poder de transformação social que se atribui aos portais das universidades. "A universidade tem autoridade para promover a necessária visibilidade [dos] grupos [indígenas] no âmbito das instituições públicas" (BANIWA, 2010, p. 44, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas). O portal da universidade parece-me um lugar singularmente estratégico para isso. "Havendo vontade coletiva, os meios de comunicação e a tecnologia da informação são instrumentos capazes de criar oportunidades para a construção de modelos de sociedades pluriculturais interessantes" (BANIWA, 2010, p. 45). Em outras palavras, ao representarem os grupos que constituem a universidade, esses textos têm força suficiente para conferir visibilidade a um grupo e contribuir para suas lutas. Da mesma forma que são capazes de contribuir para a exclusão social dos atores sociais ou prejudicar seus esforços para assumir o protagonismo social e político.

Ao acessarem as notícias que uma instituição divulga de si, os internautas atualizam suas visões quanto aos acontecimentos que aí supostamente se dão. A produção de uma notícia se dá levando-se em conta normas, valores, objetivos e interesses que a instituição supõe compartilhar com seus pares mais imediatos e, de forma mais ampla, com a sociedade em geral. Monteiro (2003, p. 151) avalia que aquilo que se lê, ou vê, em notícias sobre uma instituição cria uma visibilidade exterior relacionada ao que a instituição tornou público, assim, ao noticiar um acontecimento, a instituição busca ordenar a experiência pública, a realidade pública, com informações de si que considera relevantes para sua imagem perante a sociedade.

O site de notícias de uma universidade é muito mais do que um suporte de relatos e descrições dos acontecimentos ocorridos em seu interior. É um espaço privilegiado de poder, onde o órgão responsável pela comunicação da instituição com a comunidade acadêmica e com a comunidade externa à academia, ao relatar e descrever, age social e politicamente e, com intenções nem sempre transparentes, demarca os espaços a serem ocupados, define os atores sociais que ocupam (ou devem ocupar... ocuparão) os

diferentes espaços e estabelece um roteiro com instruções para que cada ator execute a função que lhe "cabe".

"Registrar as rotinas institucionais e, ao mesmo tempo, [...] a informação necessária para a legitimação da maneira como as coisas são feitas nessas rotinas" é, segundo Flick (2009, p. 234-5), a finalidade dos documentos produzidos em uma instituição. Acredito que esta seja também, ainda que se trate de rotinas de outra ordem, a finalidade dos textos que uma universidade divulga na internet, que funcionam como registro de práticas que legitimam a forma como as coisas são feitas na instituição.

As páginas da *web* são, portanto, documentos que registram, quase que para sempre, a história da universidade e o papel que diferentes grupos tiveram – "ter" no sentido de assumir o lugar estabelecido pelo discurso – na construção dessa história, digo, da história que a universidade escolheu registrar, oficializar, eternizar. Sob este foco, parecem-me incontornáveis perguntas tais como: Que lugares essas histórias têm criado para os diversos personagens que a constroem no presente? Quem é protagonista? Quem é coadjuvante? Quem é antagonista? Quem é figurante? Que histórias seu portal na internet vai contar às gerações futuras? Questões que busco discutir a partir da análise dos dados. A propósito, a próxima seção trata exatamente dos dados que formam o *corpus* de análise e do caminho percorrido para gerá-los.

3.3 Os dados

Antes de apresentar o *corpus*, importa salientar que, alinhada a concepções qualitativas de pesquisa, conforme discutido na seção anterior, os dados desta pesquisa são entendidos não como descrições fiéis de alguma realidade, mas sim como construções de versões específicas sobre acontecimentos do mundo social. Versões que reuni, sob uma

perspectiva particular, para os objetivos desta pesquisa. Dito de outra forma, aqui não são analisados acontecimentos, mas descrições de alguns acontecimentos.

Analisar páginas da internet é, sem dúvida, e por vários motivos, um desafio. Um deles é a permanente atualização, modificação, desaparecimento e reaparecimento das páginas na *web*[68] (FLICK, 2009). Além disso, a não linearidade dessas páginas exige que sejam tomadas decisões, tais como as que Flick (2009, p. 250-1) aponta:

> [...] que tipo de texto precisa ser analisado – uma *homepage* única, uma página da *Web* isolada, ou a totalidade de uma página com suas conexões a outras páginas relacionadas? Onde devemos começar? Se partirmos de uma noção de seqüencialidade [...], precisaremos de um começo de um texto, de uma estrutura mais ou menos linear e de uma ideia sobre o fim de um texto. Mas qual é o começo de uma página da *Web*? Ou, ainda além disso: Quais são os critérios para a seleção de uma página para a pesquisa, e quais são os critérios para a seleção de uma página para começar a análise. Uma seqüencialidade potencial pode ser indicada pelo menu principal de uma página da *Web* e logo continuar pelos *menus* subordinados. Mas, diferentemente de um texto escrito, não se trata de uma ordem fixa. Os usuários podem selecionar qual das páginas subordinadas eles irão acessar a seguir, e assim por diante (são do autor os grifos em itálico).

Minha pesquisa não passou incólume aos desafios decorrentes da dinamicidade do universo cibernético. Ao longo da seleção de textos no portal UnB, áreas, seções e páginas nos quais os textos selecionados eram veiculados foram redefinidas[69], renomeadas, fundidas ou desapareceram, por vezes, sem deixar "vestígios". Por outro lado, textos que já não estão disponíveis nesse portal podem ser acessados por meio de buscadores como o *Google*. Outro desafio foi ter que descartar textos, tanto do portal UnB quanto de sites indígenas, que se enquadravam nos critérios de seleção, mas aos quais tive acesso quando a análise dos dados já se encontrava em fase final. Isto posto, passo a descrever o processo de geração de dados.

---

[68] Daí a necessidade, conforme alerta Flick (2009), de sempre mencionarmos a data de acesso a uma página ao tratá-la como dado.

[69] Por exemplo, a seção *noticias/bcopauta* atualmente recebe o nome de *Pesquisas*. A seção *unbagencia/releases* passou a ser chamada *noticias/unbagencia*. As entrevistas, que eram divulgadas na seção *Entrevistas*, atualmente são veiculadas na seção *noticias/unbagencia*.

Para a seleção de textos no portal UnB, procedi da seguinte maneira:

I. Na ferramenta de busca da página inicial (*homepage*) desse portal, foram digitadas, entre os dias 17 e 30 de novembro de 2011, as palavras-chave "indígena", "índio" e "índia" (tanto no singular quanto no plural), considerando que os textos que versassem sobre universitários indígenas apresentariam necessariamente pelo menos uma ocorrência de um desses três itens lexicais. A partir dessa busca obtive uma lista de inúmeros textos veiculados sobretudo na página *Notícias* do portal UnB.

II. A escolha dos textos a serem selecionados nessa lista valeu-se, primeiro, da página em que foram veiculados[70] no portal e, segundo, do ano de sua publicação – entre 2004 (ano em que o convênio Funai/FUB fora assinado) e 2011. A partir desses critérios de seleção, obtive um conjunto de ***116 textos***, que foram organizados conforme as seções específicas em que cada um fora veiculado na página da agência de notícias do portal UnB (*Notícias – Últimas*, *Artigos* e *Entrevistas – Divulgação Científica*, *Serviços* e *UnB Clipping*) e a data de sua postagem nesse portal.

Sob o foco de interesse desta investigação, foram analisadas as diferentes seções da página da agência de notícias da UnB em que esses 116 textos foram veiculados. Nessa análise, os textos publicados na seção *Últimas* (*Notícias*) se mostraram os mais interessantes para fins de composição do *corpus*[71]. Uma vez que esses textos abordam

[70] Textos publicados em páginas destinadas à esclarecimentos gerais sobre formas de ingresso na UnB foram descartadas, mesmo tendo sido listadas pela ferramenta de busca.

[71] A seção *Artigos*, em que foram listados 06 textos, é dedicada a divulgar "artigos de professores e pesquisadores da UnB sobre temas variados". Convém destacar que, dos 06 artigos listados nesta seção, nenhum é de autoria de pesquisador/a indígena. Foram listados 02 textos na subseção *Entrevistas*, que fazia parte da seção *Notícias*, mas, ao que parece, foi retirada do portal. A seção *Divulgação Científica* é constituída de uma única subseção: *Pesquisas*, cujo objetivo é a divulgação de matérias sobre pesquisas desenvolvidas na UnB. Nessa seção, foram listados 06 textos, dos quais 01 foi escrito por uma estagiária

diretamente acontecimentos realizados na UnB, dos quais participaram tanto a comunidade acadêmica não indígena, quanto a acadêmica indígena. *Últimas* – seção destinada a divulgar notícias atuais que envolvam a UnB, seus professores/pesquisadores e alunos. O principal objetivo dessa seção é a divulgação de eventos promovidos pela Universidade, podendo também tratar de um acontecimento do qual o reitor, os professores/pesquisadores e alunos tenham participado fora do âmbito da UnB. Em *Últimas* (*Notícias*) foram listados ***45 textos***, dos quais ***10*** compõem o ***corpus primário***, conforme justifico adiante, e ***8***, o ***corpus ampliado***.

Uma vez determinado o conjunto de 45 textos potencialmente produtivos para a composição do *corpus*, parti em busca de textos escritos por universitários indígenas que versassem sobre os mesmos eventos divulgados nos textos pré-selecionados no portal UnB. Para tanto, lancei mão do *Google* – que, aliás, é uma ferramenta que "pode ser útil para encontrar páginas da *web* sobre o assunto que se pretende investigar", desde que se tenha palavras-chave adequadas para essa busca (FLICK, 2009, p. 250) – e deparei com inúmeras páginas entre as quais algumas de autoria de universitários indígenas (de graduação ou de pós-graduação) que participaram desses eventos. Foi com base na análise das páginas listadas por essa ferramenta que selecionei os sites indígenas que serviram de fonte para geração de dados sobre a forma como alunos indígenas (de graduação ou de pós-graduação) representam seu ingresso e participação na universidade, a saber: portal Índios *Online*, site do Cinep, blog Maloca UnB, blog Arte e Identidade e blog Gãmeb.. Paiter.

Tendo definido os sites indígenas que serviriam para a geração de dados, passei à seleção dos textos que comporiam, juntamente com os textos selecionados no portal UnB, o *corpus* desta pesquisa. Para tanto, procedi da seguinte maneira:

---

indígena, estudante do curso de Jornalismo na UnB. Vale destacar também que 02 desses textos se referem a pesquisas realizadas por pesquisadores indígenas. Na subseção *UnB Clipping*, da seção *Serviços*, são divulgadas notícias sobre a UnB veiculadas na mídia nacional. Nessa seção foram listados 58 textos. Em função de esses textos não serem de autoria da Agência de notícias da UnB, as páginas listadas em *UnB Clipping* foram descartadas do *corpus* desta pesquisa.

I. No portal Índios *Online* – foi digitada, na ferramenta de busca, em 11 de janeiro de 2012, a palavra-chave "UnB". A partir dessa busca obtive uma lista de 58 textos[72], todos veiculados por esse portal. A autoria foi o primeiro critério utilizado para selecionar os textos divulgados no portal Índios *Online*: alunos indígenas da UnB. Assim, foram selecionados apenas os textos produzidos por alunos da UnB, totalizando ***36 textos***, dos quais ***06*** compõem o *corpus* primário e ***01*** o *corpus* ampliado.

II. No blog Maloca UnB – que entre os três blogs selecionados é o único mantido por alunos da UnB – acessei, em 12 de janeiro de 2012, todos os textos publicados até a data e selecionei aqueles que tratam dos mesmos acontecimentos divulgados nos textos pré-selecionados no portal UnB, haja vista que o critério da autoria não coube para o blog Maloca UnB, pois todos os autores dos textos aí divulgados eram alunos da UnB. Escolha que representou um conjunto de ***10 textos***.

III. Foram selecionadas, entre os dias 12 e 13 de janeiro de 2012, também ***02 textos*** veiculados no site do Cinep, sendo que 01 deles compõe o *corpus* primário e 01, o ampliado, ***01*** no blog Arte e Identidade e ***01*** no blog Gãmeb.. Paiter, escolha que se deu em função de, entre todas as páginas listadas pelo *Google*, os textos aí veiculados terem sido escritos por indígenas que participaram de um dos eventos divulgados nos textos do portal UnB: *I Congresso brasileiro de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas*, totalizando ***03 textos***.

Para determinar o recorte dos textos a partir dos quais foram gerados os dados que constituem o *corpus* primário de análise, estabeleci um paralelo entre os temas abordados nos textos. Esse paralelo indicou a relevância, para os fins desta investigação, de

[72] Na verdade, foram listados 59 textos, 02 deles, entretanto, foram postados duas vezes.

três eventos realizados na Universidade: *(1)* I Congresso brasileiro de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas; *(2)* reuniões de representantes dos universitários indígenas da UnB com representantes da reitoria da Universidade para a construção de um espaço de convivência indígena e; *(3)* I Semana Indígena na UnB. A partir desse paralelo, foram selecionados ***10 textos*** do portal UnB e ***11 textos*** de sites mantidos por universitários/as indígenas ou por organizações indígenas para comporem o *corpus* primário. *Corpus* que contempla tanto a perspectiva de pesquisadores e universitários indígenas, quanto a da Universidade em relação aos mesmos eventos/acontecimentos.

Haja vista a natureza do suporte em que tais textos foram publicados e as formulações padronizadas das páginas onde esses textos se veiculavam, pareceu-me importante contemplar alguns dos aspectos que estudiosos da internet apontam como cruciais para a análise de sites tais como os que focalizo nesta pesquisa, entre os quais estão os espaços específicos para descrições de si: *missão* e *valores* da instituição/organização de sites institucionais – critério apontado por Barboza *et al*. (2000) para a análise de *web* sites governamentais – e os espaços para autoapresentações (*Quem sou eu*/ *Quem somos nós*) de blogs e sites de entidade/organização da sociedade civil – aspecto sugerido por Penteado *et al*. (2009) para a análise de blogs de política. A relevância de elementos como esse determinou a inclusão de textos que não haviam sido previstos no início da geração de dados.

3.4 *O corpus*

A busca de textos e a análise exploratória resultaram na constituição e organização do seguinte *corpus*, apresentado conforme o tema e a data da publicação eletrônica:

Tema (I): I Congresso brasileiro de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas

Para a análise da forma como esse Congresso fora representado pelo portal UnB e por sites indígenas, foram selecionados 06 textos do portal UnB, 01 do site do Cinep, 01 do portal Índios *Online* e 02 textos de blogs mantidos por universitários indígenas, a saber: Arte e Identidade e Gãmeb.. Paiter.

Título do texto/Anexo	**Fonte**	**Data de postagem**	**Sigla para referência**
I Congresso brasileiro de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas – Confira a programação / Anexo 1	Portal Índios *Online*	27-05-2009	PgInd_1
Pesquisadores indígenas se reúnem na UnB / Anexo 12	Portal UnB	04-06-2009	PgUnB_1
Educação indígena significa a emancipação dos povos / Anexo 13	Portal UnB	14-07-2009	PgUnB_2
UnB vira aldeia para receber indígenas / Anexo 14	Portal UnB	15-07-2009	PgUnB_3
Indígenas reclamam do preconceito na universidade / Anexo 15	Portal UnB	15-07-2009	PgUnB_4
I Congresso brasileiro de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas / Anexo 2	Site Cinep	-	PgInd_2
Índios querem universidades nas suas regiões / Anexo 16	Portal UnB	17-07-2009	PgUnB_5
Um campus que faz orgulho a seu fundador / Anexo 17	Portal UnB	17-07-2009	PgUnB_6
Universitários indígenas Surui Paiter participam do Congresso brasileiro de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas em Brasília / Anexo 3	Blog Gãmeb.. Paiter	21-07-2009	PgInd_3
I Congresso de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas / Anexo 4	Blog Arte e Identidade	26-07-2009	PgInd_4

Tema (II): Reuniões entre representantes dos alunos indígenas da UnB e representantes da reitoria da Universidade

Para a análise da forma como essas reuniões foram representadas pelo portal UnB e pelos sites de universitários indígenas da UnB, foram selecionados 02 textos do portal UnB, 04 do portal Índios *Online* e 01 do blog Maloca UnB.

Título do texto/Anexo	**Fonte**	**Data de postagem**	**Sigla para referência**
Indígenas são recebidos pelo chefe de gabinete da UnB / Anexo 5	Portal Índios *Online*	12-06-2009	PgInd_5
Alunos indígenas pedem maior assistência / Anexo 18	Portal UnB	22-06-2009	PgUnB_7
Encontro do Reitor da Universidade de Brasília (UnB) e Estudantes Indígenas / Anexo 6	Portal Índios *Online*	23-06-2009	PgInd_6
Encontro Reitor e estudantes da Universidade de Brasília / Anexo 7	Blog Maloca UnB	18-08-2009	PgInd_7
Projeto Maloca na UnB – A luta continua... / Anexo 8	Portal Índios *Online*	21-08-2009	PgInd_8
Indígenas terão centro de convivência / Anexo 19	Portal UnB	23-10-2009	PgUnB_8
Centro de convivência Indígena na Universidade de Brasília – Maloca UnB / Anexo 9	Portal Índios *Online*	24-10-2009	PgInd_9

Tema (III): *I Semana Indígena* da UnB

Para a análise da forma como esse evento fora representado pelo portal UnB e pelos sites de universitários indígenas da UnB, foram selecionados 02 textos do portal UnB, 01 veiculado no blog Maloca UnB e 01 divulgado no portal Índios *Online*.

Título do texto/Anexo	**Fonte**	**Data de postagem**	**Sigla para referência**

Semana Indígena na UnB – Programação / Anexo 10	Blog Maloca UnB	12-07-2010	PgInd_10
Semana Indígena promove integração entre estudantes / Anexo 20	Portal UnB	10-08-2010	PgUnB_9
Tradição indígena ensina comunidade acadêmica a lidar com diferenças / Anexo 21	Portal UnB	11-08-2010	PgUnB_10
Semana Indígena na UnB – 2 dias para marcar a UNB / Anexo 11	Portal Índios *Online*	12-08-2010	PgInd_11

No quadro, a seguir, são apresentados os links dos textos que compõem o *corpus* primário e a data de acesso.

***Corpus* primário**	**Disponível em / Acesso em**
PgInd_1	http://www.indiosonline.net/i_congresso_brasileiro_de_academicos_pes/ Acesso em: 11 jan. 2012
PgInd_2	http://www.cinep.org.br/index.php/page?code=3.1.1 Acesso em: 12 jan. 2012
PgInd_3	http://gasodasurui.blogspot.com.br/2009/07/universitarios-da-etnia-paiter-de.html Acesso em: 13 jan. 2012
PgInd_4	http://arissanapataxo.blogspot.com.br/2009/07/i-congresso-de-academicos-pesquisadores.html Acesso em: 13 jan. 2012
PgInd_5	http://www.indiosonline.net/indigenas_sao_recebidos_pelo_chefe_de_ga/ Acesso em: 11 jan. 2012
PgInd_6	http://www.indiosonline.net/encontro_do_reitor_da_universidade_de_br/ Acesso em: 11 jan. 2012
PgInd_7	http://estudantesindigenasunb.blogspot.com.br/search?updated-max=2009-09-17T11:20:00-07:00&max-results=7 Acesso em: 12 jan. 2012
PgInd_8	http://www.indiosonline.net/projeto-maloca-na-unb-a-luta-continua/ Acesso em: 11 jan. 2012
PgInd_9	http://www.indiosonline.net/centro-de-convivencia-indigena-na-universidade-de-brasilia-maloca-unb/ Acesso em: 11 jan. 2012
PgInd_10	http://estudantesindigenasunb.blogspot.com.br/ Acesso em: 12 jan. 2012
PgInd_11	http://www.indiosonline.net/semana-indigena-na-unb-2-dias-para-marcar-a-unb/ Acesso em: 11 jan. 2012

PgUnB_1	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1788 Acesso em: 17 nov. 2011
PgUnB_2	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1982 Acesso em: 17 nov. 2011
PgUnB_3	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1988 Acesso em: 18 nov. 2011
PgUnB_4	http://www.unb.br/noticias/unbagencia.php?id=1985 Acesso em: 18 nov. 2011
PgUnB_5	Comentárhttp://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=2007 Acesso em: 17 nov. 2011
PgUnB_6	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=2014 Acesso em: 21 nov. 2011
PgUnB_7	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1860 Acesso em: 18 nov. 2011
PgUnB_8	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=2510 Acesso em: 18 nov. 2011
PgUnB_9	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=3716 Acesso em: 21 nov. 2011
PgUnB_10	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=3721 Acesso em: 21 nov. 2011

Os dados gerados a partir das páginas da *web* acima descritas constituem o *corpus* primário de análise, que é constituído, portanto, de ***10 textos*** divulgados no portal UnB e ***11 textos*** publicados em sites indígenas, totalizando, assim, ***21 textos***. Porém, determinadas páginas dos sites onde esses dados foram gerados, mesmo não contemplando o foco desta pesquisa, mostraram-se fundamentais para a compreensão das condições de produção dos textos do *corpus* primário. São trazidos para a análise, portanto, fragmentos desses textos, que dizem respeito à apresentação dos responsáveis pelo site, da instituição/organização à qual o site pertence e à divulgação dos propósitos do site. O quadro, a seguir, apresenta esses textos. Cumpre esclarecer que o link dessas seções/páginas e a data de acesso são apresentadas em nota de rodapé à medida que são analisadas.

Seção/Página	**Site**
Seção *Missão* – Página *UnB*	
Seção *O que é* – Página *Sobre a Instituição*	

Seção *Criação* – Página *Principais Capítulos*	Portal UnB
Seção *Redemocratização* – Página *Principais Capítulos*	
Página *Identidade Visual*	
Seção *Inovações* – Página *Principais Capítulos*	
Seção *Missão* – Página *Secretaria de Comunicação*	
Página *Quem somos nós*	Portal Índios *Online*
Página *Quem somos nós*	Site do Cinep
Página *Quem sou eu*	Blog Maloca UnB
Página *Quem sou eu*	Blog Arte e Identidade
Página *Quem sou eu*	Blog Gãmeb.. Paiter

Considerando a relevância de inúmeros textos veiculados no portal UnB para a discussão a que me proponho, optou-se por contemplar um *corpus* ampliado, que resultou em um conjunto de ***10 textos***, dos quais ***08*** foram produzidos pela agência de notícias da UnB, ***01*** escrito por alunos indígenas da UnB e ***01*** Relatório produzido pelo Cinep. Os textos que compõem esse *corpus* ampliado foram selecionados por tratarem do tema da inclusão de alunos indígenas no ensino superior e/ou por seu potencial em complementar os dados para a análise da representação sobre o diálogo que a universidade tem estabelecido com os povos indígenas e reforçar as análises feitas com base nos textos do *corpus* primário.

Título	**Sigla para referência**	**Data de postagem**
Índios na universidade	PgC.Amp_1/UnB	11-03-2004
Prioridade para indígenas	PgC.Amp_2/UnB	18-10-2004
Acesso e permanência ainda difíceis	PgC.Amp_3/UnB	01-12-2006
UnB forma primeira aluna indígena	PgC.Amp_4/UnB	22-03-2010
Índios e especialistas discutem impacto de Belo Monte	PgC.Amp_5/UnB	04-02-2011
Ciência e tradição unem-se contra usina de Belo Monte	PgC.Amp_6/UnB	07-02-2011
UnB debate política de diversidade	PgC.Amp_7/UnB	15-03-2011

Seminário discute direito de consulta prévia a indígenas	PgC.Amp_8/UnB	10-10-2011
Manifesto Indígena – Universidade de Brasília	PgC.Amp_1/Ind	03-10-2009
I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas - Relatório	PgC.Amp_2/Ind	2009

No quadro, a seguir, são apresentados os links dos textos que compõem o *corpus* ampliado e a data de acesso.

***Corpus* ampliado**	**Disponível em / Acesso em**
PgC.Amp_1/UnB	http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0304-13.htm / Acesso em: 25 nov. 2011
PgC.Amp_2/UnB	http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag1004-23.htm / Acesso em: 30 nov. 2011
PgC.Amp_3/UnB	http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag1206-03.htm / Acesso em: 18 nov. 2011
PgC.Amp_4/UnB	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=4586 / Acesso em: 29 nov. 2011
PgC.Amp_5/UnB	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=3074 / Acesso em: 30 nov. 2011
PgC.Amp_6/UnB	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=4592 / Acesso em: 18 nov. 2011
PgC.Amp_7/UnB	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=4729 / Acesso em: 30 nov. 2011
PgC.Amp_8/UnB	http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=5785 / Acesso em: 20 nov. 2011
PgC.Amp_1/Ind	http://www.indiosonline.net/manifesto-indigena-universidade-de-brasilia/ / Acesso em: 11 jan. 2012
PgC.Amp_2/Ind	http://www.cinep.org.br/uploads/1%20cursos-eventos%20link.pdf / Acesso em: 12 abr. 2011

3.5 *Notícias e outros relatos on-line*

Nesta seção, discuto aspectos específicos da produção e circulação dos textos analisados e as circunstâncias sociais e institucionais que podem ter influenciado a produção desses textos.

Os sites que veiculam os textos analisados podem ser classificados como site institucional (portal UnB), blogs independentes (blog Maloca UnB, blog Arte e Identidade e blog Gãmeb.. Paiter) e sites ou portais de entidade/organização da sociedade civil (portal Índios *Online* e site do Cinep). Ainda que os textos que formam o *corpus* circulem em distintas esferas de atividades e que, em termos composicionais, apresentem (supõe-se) diferentes graus de complexidade, todos eles documentam experiências humanas temporalmente situadas.

Outra característica que, em alguma medida, é compartilhada pelos textos que formam o *corpus* é a proximidade, em termos de tempo, entre o acontecimento e a divulgação do texto que documenta esse acontecimento. Isto é, da mesma maneira que as notícias devem divulgar acontecimentos ocorridos há poucos dias da data de sua publicação ou que ocorrerão em intervalo de tempo relativamente próximo, dois traços marcantes dos blogs pessoais, conforme revela Komesu (2004, p. 115), é a data de postagem dos textos e a "simultaneidade temporal entre o que é escrito e o que é vinculado na rede".

Em termos mais específicos, os textos selecionados no portal UnB são classificados como notícias, como o próprio nome da seção a que se vinculam. Esse gênero, considerado por alguns como a matéria-prima do jornalismo, estaria, *a priori*, a serviço de informar, de relatar um acontecimento social ou institucionalmente relevante. Para Marcondes Filho (2009, p. 273),

> produzir uma notícia é transformar um fato pessoal ou social em algo de interesse genérico. Geralmente seu tema é algo específico, que interessa a uma ou mais pessoas, a algum grupo, empresa ou organização política, mas ele se mascara como assunto de interesse público para ganhar ares de objetividade. [...] [A notícia] jamais é neutra, imparcial ou objetiva; ao contrário, ela entra na disputa política, econômica ou ideológica maior. (a palavra isolada por colchetes é inserção minha)

Sobre a produção desse gênero jornalístico, o autor esclarece:

> A produção da notícia deve ser compreendida em um quadro que inclui práticas institucionais e os valores que regem a estrutura social. Essas práticas e esses valores acabam por definir os critérios de noticiabilidade, que são os requisitos exigidos de um fato para que este se eleve a acontecimento jornalístico, considerando as características próprias dos fatos e sua realização com as demais notícias e os veículos concorrentes. A atualidade, o ineditismo, a notoriedade dos sujeitos envolvidos e a relevância pública são exemplos gerais de critérios de noticiabilidade (MARCONDES FILHO, 2009, p. 275).

Convém assinalar que, ao publicar, *on-line* ou *off-line*, acontecimentos internos, a universidade presta contas[73] à sociedade, mas, por outro lado, expõe-se à opinião pública. A este respeito, Monteiro (2003) destaca que é com base no que a universidade divulga de si, que a sociedade vai analisar e julgar, considerando seus próprios interesses e necessidades, as políticas, as ações e o papel social da instituição e, só aí poderá se aliar ou não a esses projetos. O seguinte trecho, extraído da página da Secom, na seção[74] intitulada *Missão*, lê-se: "Cabe à Secom divulgar o papel social da UnB". Daí as notícias publicadas, no portal UnB, divulgando o reconhecimento social da instituição, os prêmios que a instituição recebeu, as atividades dos grupos que dela fazem parte e o reconhecimento que recebem não só na esfera de atividades acadêmicas, mas também em organizações de grande prestígio social.

Se a finalidade das notícias publicadas no site de uma universidade é, então, o enaltecimento público da instituição, a valorização de sua identidade e de seus projetos frente à sociedade, nada mais natural, digamos assim, que esse site seja gerenciado pelo setor responsável pela *comunicação institucional* da universidade. A este respeito, cabem alguns esclarecimentos que me parecem cruciais para a compreensão das circunstâncias de produção dos textos do portal UnB selecionados para análise nesta tese.

---

[73] Tanto é assim que na página inicial do portal UnB, por exemplo, encontram-se três *links* relacionados explicitamente a função de prestar contas à sociedade: *Transparência Pública*, *Processos de contas anuais* e *Transparência UnB*. Ressalto que *links* dessa natureza são apresentados na página inicial das 52 universidades federais que acessei.

[74] Disponível em: http://www.secom.unb.br/missao.php Acesso em: 14 set. 2011.

De acordo com Kunsch (2003), o objetivo primeiro da comunicação institucional[75] é apresentar publicamente a instituição de forma a construir ou a reforçar determinada identidade perante a opinião pública e/ou a algum segmento particular da sociedade com o qual essa instituição pretende estabelecer relações de confiança e de credibilidade. Para tanto, a comunicação institucional busca associar o nome da instituição a conceitos social e culturalmente valorizados, articular e enfatizar "aspectos relacionados com a missão, a visão, os valores e a filosofia" da instituição, bem como afirmar seu compromisso social e seu *singular* protagonismo político-social (KUNSCH, 2003, p. 165).

Quanto aos blogs, cabe assinalar que esta ferramenta fora concebida, em sua origem, conforme resume Komesu (2004, p. 111), visando possibilitar que usuários com poucos conhecimentos em computação publicassem textos no universo *on-line*. "A facilidade para a edição, atualização e manutenção dos textos em rede foram – e são – os principais atributos para o sucesso e a difusão dessa ferramenta de auto-expressão". Se, em sua origem, os blogs podiam ser definidos como "diários pessoais na rede; uma escrita autobiográfica com observações diárias [...], agendas, anotações, em geral muito praticados pelos adolescentes na forma de diários participativos" (MARCUSCHI, 2004, p. 29), atualmente essa definição não se aplica. Hoje são encontrados blogs mantidos por grupos de diversas naturezas e com distintos propósitos.

Partindo da noção de gêneros do discurso, Primo (2008, p. 2) identificou 16 diferentes gêneros de blogs. Para tanto, o autor levou em conta as seguintes condições de produção[76]: "número de redatores (e suas relações) e o impacto de condicionamentos profissionais, além do estilo dos textos (reflexivos ou simplesmente informativos)". Considerando a proposta de Primo (2008), pode-se dizer que os blogs Arte e Identidade e

[75] Segundo Kunsch (2003), a *comunicação institucional* é parte da *comunicação organizacional*.

[76] Para Primo (2008, p. 7), "a criação de um blog/espaço não determina necessariamente se ele será mantido de forma individual ou coletiva, tampouco se servirá a interesses lúdicos ou comerciais. Ao se instalar um blog/programa em um servidor ou passar a se utilizar um serviço gratuito [...] não se está subscrevendo um compromisso com este ou aquele estilo literário. Logo, definições que caracterizem blogs, por exemplo, por produção individual, de tom confessional, por uma determinada faixa etária, não passam de postulados generalistas. São, portanto, visões essencialistas que, no fundo, servem apenas a intenções normativas (que visam impor como blogs "deveriam" ser) ou a críticas fáceis (como "blogs nunca tem credibilidade") (são do autor os grifos com aspas).

Gãmeb.. Paiter se enquadram na definição de blog pessoal, gênero que, segundo este estudioso, é uma produção individual que tem como principais motivações o prazer do autor em se expressar e interagir. Para o autor,

> não se pode aceitar a proposta de que estes blogs se caracterizam necessariamente pela espontaneidade e sinceridade. Trata-se de outro postulado que busca encontrar uma certa "essência" do blogar. Um blog pessoal pode ser assinado pela identidade fictícia de um blogueiro (o chamado "*fake*"), constar de histórias ficcionais, rumores, piadas ou até mesmo funcionar como um repositório de informações encontradas em outros sites (PRIMO, 2008, p. 7, são do autor os grifos com aspas e em itálico).

De acordo com essa mesma proposta, o Maloca UnB pode ser considerado um *blog grupal informativo*, uma vez que o grupo de alunos utiliza-o "para a divulgação de informações e notícias sobre interesses compartilhados [e o] material publicado pode ser de autoria do próprio grupo (notas sobre lançamentos e eventos) ou reprodução de *releases* e material jornalístico encontrado em outras publicações [...]" (PRIMO, 2008, p. 10, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas).

> Os blogs grupais são aqueles produzidos por pelo menos duas pessoas. O foco se volta para temas de interesse do grupo. A publicação dos posts pode tanto ser individual, onde cada participante escreve seus textos em separado, quanto assinada por todos os participantes. Como blogs/programa permitem o cadastro de diferentes autores em um mesmo blog, a assinatura do post identifica quem o redigiu a partir do *login* utilizado. A criação de um perfil coletivo pode identificar se o texto é de autoria de todo o grupo. O consenso, contudo, não pode ser necessariamente esperado de um blog grupal. Ou seja, os sucessivos posts podem contradizer-se entre si. Nestes casos, o blog/espaço serve para o registro das opiniões individuais de cada membro do grupo. Estes respondem por suas perspectivas pessoais, sem preocupação com o desenvolvimento planejado de uma imagem do grupo [...]. Por outro lado, certos grupos preferem manifestar uma imagem de coesão. [...] Um grupo pode se formado em virtude de uma amizade, laços familiares, interesses comuns [...], filiação compartilhada (colegas de curso, por exemplo), e de outras razões que aproximam as pessoas. [...] o que mais importa em um blog grupal é o convívio dos participantes e a troca de informações (PRIMO, 2008, p. 9).

Conquistar visibilidade pela internet é conseguir um tipo de presença ou de reconhecimento no âmbito público. Isto explica "a luta para ser visto e ouvido, e a luta para fazer com que os outros vejam e ouçam, [terem se tornado] uma parte inseparável dos conflitos sociais e políticos de nosso tempo" (THOMPSON, 2008, p. 37, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas).

Assim, da mesma forma que os usuários de redes sociais virtuais elaboram seus perfis nessas redes, as organizações públicas criam seus sites e, mais recentemente, também seus perfis em redes sociais. Aliás, levantamentos[77] recentes revelam que a rede social virtual *Facebook* tem recebido mais visitas do que o maior mecanismo de busca do mundo, o *Google*. Não é à toa que tem sido cada vez mais comum a página inicial das universidades apresentar links não apenas para notícias sobre a instituição na mídia em geral, mas também links[78] pedindo que os internautas sigam o perfil da universidade em determinada rede social virtual. A título de curiosidade, destaco que, em 09 de setembro de 2012, acessei a página inicial de 52 universidades federais brasileiras e verifiquei que 26 delas apresentavam, já nessa página, link para o(s) perfil(is) que a instituição mantinha (e mantém) em redes sociais, entre as quais *Twitter* parece ser a preferida. Tudo isso revela a importância de se ter visibilidade no universo da *web*, de se estar presente nesta "vitrine virtual"[79].

Neste capítulo busquei, inicialmente, explicitar os processos de geração de dados, de constituição e de organização do *corpus* de análise e, por fim, discutir as circunstâncias sociais e institucionais que, acredito, subjazem a produção e a circulação dos textos que formam o *corpus* e, portanto, ocupam papel central para a interpretação dos dados desta pesquisa. Com base no que foi discutido, é razoável dizer que o tipo de site no

[77] Não faço referência aqui a números, nem apresento os *links* das páginas em que consultei levantamentos dessa natureza. O motivo é um só: esses levantamentos estarão absolutamente obsoletos amanhã, o que significaria agregar perecibilidade ao meu texto. Então, para informações atualizadas, acesse *Google*.

[78] Estes "pedidos" podem vir sob o título *Siga nosso perfil no Twitter/Orkut/Facebook/*etc., ou simplesmente sob o ícone da rede social onde o perfil da instituição é mantido. Convém ressaltar que o portal Índios *Online* também apresenta *link Siga nosso Twitter*.

[79] A este respeito, o Prof. José Jorge de Carvalho, em sua arguição a esta tese, alertou sobre a relevância de se pesquisar o papel que as universidades públicas conferem a redes privadas, tais como Twitter e Facebook, ao manterem aí um perfil institucional.

qual são veiculados os textos que compõem o *corpus* (portal, site e blog) revela, em linhas gerais, que as circunstâncias – sociais, econômicas e políticas – às quais a produção desses textos está submetida são bastante distintas. Circunstâncias que têm implicações tanto para a visibilidade desses textos e, consequentemente, das representações acerca da universidade aí sustentadas, quanto para a forma como determinado acontecimento (ou prática social) e os grupos nele envolvidos serão representados por esses sites.

4. Quarto post: na área de visualização da página

Neste capítulo, apresento a análise dos sites por meio dos quais os dados foram gerados, focalizando: *(a)* a biografia dos responsáveis pelo site, a forma como os propósitos do site são definidos, as indicações dos principais leitores e, no caso do portal UnB e do site do Cinep, a *missão* e os *valores* da instituição/organização e; *(b)* links dos textos analisados e os espaços para interatividade. Para tanto, parti das orientações de Fairclough (2001), para a análise de textos, e das formulações de Primo (2008) para o estudo de *gêneros de blog*, buscando contemplar também alguns dos aspectos sugeridos por Barboza *et al*. (2000) para a análise de *web* sites governamentais e alguns dos critérios que Penteado *et al*. (2009) propõem para a análise de blogs de política.

4.1 *Um campus entre portais, sites e blogs*

Missão e valores

Em relação a sites institucionais, cabe lembrar que a comunicação institucional, conforme discutido anteriormente, busca articular e enfatizar "aspectos relacionados com a missão, a visão, os valores e a filosofia" da instituição (KUNSCH, 2003, p. 165). Daí a importância que as páginas nas quais são apresentadas a *missão* e os *valores* da instituição devem ter, segundo Barboza *et al*. (2000), em pesquisas sobre sites institucionais, tais como

o portal UnB. Estas considerações justificam, portanto, os excertos que apresento a seguir, referentes a *Missão* e *Valores*[80] da UnB:

> 4. Missão: Produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável.
> Valores:
> Ética e respeito à diversidade.
> Autonomia institucional com transparência e responsabilidade social.
> Busca permanente de excelência.
> Universalidade do acesso.
> Respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças.
> Preservação e valorização da vida. [**seção *Missão da UnB* – página *UnB***]

Considerando que a página da qual foi extraído o excerto acima não está tão evidente no portal UnB como as páginas da seção *O que é*, pareceu-me razoável apresentar também os textos dessa seção, cujo conteúdo, aliás, mantém estreita ligação com os *valores* e a *missão* acima mencionados, conforme revelam os excertos, a seguir.

O compromisso da Universidade em relação ao "respeito às diferenças" e "respeito à diversidade" é afirmado inúmeras vezes, a exemplo dos excertos apresentados abaixo:

> 5. A Universidade de Brasília é uma instituição idealizada para combinar o rigor da ciência com a ousadia da arte. A produção de conhecimento na UnB obedece ao modelo tridimensional de ensino, pesquisa e extensão, o que favorece a uma formação universitária de qualidade, respeitosa com todas as formas de saber e comprometida com a cidadania. [**seção *O que é* – página *Sobre a Instituição***]

> 6. A Universidade de Brasília foi fundada com a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. [**seção *Criação* – página *Principais Capítulos***]

[80] Atualmente *Missão* e *Valores* são vinculados a outra página do portal e encontram-se dispostos de maneira graficamente distinta, o texto, entretanto, permanece inalterado. Cf. http://www.unb.br/transparencia_unb/unb Acesso em: 01 ago. 2012.

Um atributo declarado com muita frequência nos textos do portal UnB analisados é o "pioneirismo". A propósito, a natureza vanguardista parece estar na base da construção da identidade da UnB desde sua fundação. Os excertos, a seguir, selecionados nas páginas[81] dedicadas à divulgação da história da UnB, são reveladores, neste sentido:

> 7. O início da década de 1980 foi marcado pelo processo de redemocratização da UnB. [...] A Universidade viu-se diante do desafio de se libertar do conservadorismo e retomar o status de instituição de vanguarda. [**seção *Redemocratização* – página *Principais Capítulos***]

> 8. A expressão Universidade de Brasília e a sigla UnB [...] evocam uma instituição calcada no pioneirismo. [**página *Identidade Visual***]

> 9. A Universidade de Brasília investe em projetos e ideias comprometidas com a crítica social e a reflexão. Muitas de suas experiências têm fomentado o debate nacional sobre temas polêmicos da realidade brasileira. Uma delas foi a criação, em 2003, de cotas no vestibular para inserir negros e indígenas na Universidade e ajudar a corrigir séculos de exclusão racial. [**seção *Inovações* – página *Principais Capítulos***]

Por falar em polêmica, é interessante que, enquanto que, para a UnB, encarregar-se de uma proposta polêmica, como a implementação de cotas para alunos indígenas, pressupõe ser vanguardista, servindo de modelo a outras instituições de ensino superior, para alunos indígenas, a "natureza" polêmica das cotas implica ser rejeitado, conforme o depoimento[82] de um jovem indígena, recém-aprovado na UnB, em que afirma estar "preparado para alguma rejeição, já que o assunto cotas e reservas de vagas é polêmico". Ele diz ainda acreditar que "a forma de superar a desconfiança é demonstrando ter mérito e capacidade". E finaliza: "Já enfrentei preconceito em outras situações, mas não me abala".

[81] Disponível em: http://www.unb.br/sobre Acesso em: 18 abr. 2012.

[82] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6043&catid=206 Acesso em: 12 mar. 2010.

Jornalistas, fotógrafos, universitários indígenas, seus leitores e seus propósitos no universo on-line

Quanto aos autores dos textos que formam o *corpus*, note-se que os textos selecionados no portal UnB são de autoria de jornalistas[83], na maioria dos casos, formados pela própria Universidade, e fotógrafos. Vale destacar que a equipe[84] que compõe as diferentes áreas[85] da Secom/UnB é formada de jornalistas, publicitários, relações públicas, programadores visuais e profissionais da comunicação audiovisual. A estes profissionais, junta-se uma revisora de texto. Ressalto também que essa Secretaria já teve como estagiária a primeira aluna indígena a se formar pela UnB, cuja formatura, em Comunicação Social, ocorreu em 2010.

As páginas "Quem sou eu/Quem somos [nós]", características de blogs e de sites mantidos por organizações civis, são espaços em que os responsáveis pelos sites apresentam a si mesmos, explicitam os objetivos do site e também os usuários a quem seus textos, *a priori*, se destinam. Sob este prisma, pareceu-me bastante razoável buscar nesse espaço subsídios para descrever os autores dos textos selecionados nos blogs indígenas, no portal Índios Online e no site do Cinep. A propósito, essas páginas, segundo Penteado *et al*.

[83] Todos os textos indicam o nome e o e-mail do jornalista da agência de notícias da UnB responsável pela produção do texto em questão e o nome dos fotógrafos.

[84] A equipe da Secom/UnB é composta atualmente por 32 profissionais, dos quais 21 são formados em Jornalismo, 03 em Relações Públicas, 03 em Publicidade, 03 em Programação Visual, 01 em Comunicação Audiovisual e 01 em Letras. A esses profissionais juntam-se 04 estagiários, dos quais 03 são alunos da Faculdade de Comunicação da UnB.

[85] Considerando que os textos selecionados no portal UnB são de responsabilidade de uma das áreas da Secretaria de Comunicação da Instituição, cabe destacar que, segundo Kunsch (2003), diferentes áreas devem ser contempladas na comunicação institucional: relações públicas, marketing (social e cultural), jornalismo, assessoria de imprensa, identidade corporativa, editoração multimídia e propaganda institucional. Essas áreas são contempladas na estrutura da Secom/UnB, haja vista os *Editorias* que a compõem: de comunicação interna, de assessoria de imprensa, da Revista Darcy, do portal UnB, de Ciência, de comunidade, UnB Hoje, de desenvolvimento da *web*, fotografia, revisão de texto e de apoio.

(2009), são elementos cruciais para qualquer estudo que envolva textos veiculados em blogs.

Dito isto, apresento, a seguir, um conjunto de excertos selecionados nos textos da página *Quem somos [nós]/Quem sou eu/Sobre mim* dos sites indígenas aqui estudados. Aí são focalizadas a autoapresentação dos responsáveis pelo site e a apresentação dos leitores a quem se dirigem os textos aí divulgados.

Os autores dos textos selecionados no portal Índios Online são, como já anunciado anteriormente, alunos da UnB. Mas eles não são os únicos que divulgam seus textos por meio desse portal, conforme revela o excerto, a seguir, selecionado na página *Quem somos nós* (http://www.indiosonline.net/quem-somos/) do portal Índios *Online*.

> 10. ÍNDIOS ON LINE é um canal de diálogo, encontro e troca. Um portal de diálogo intercultural, que valoriza a diversidade, facilitando a informação e a comunicação para vários povos indígenas e para a sociedade em forma geral. Nos conectamos à internet em [nossas] próprias aldeias,Casas, Lan Houses, Escolas e Universidades realizando uma aliança de estudo e trabalho em beneficio de nossas comunidades e do mundo. [...]
>
> ÍNDIOS ON-LINE é uma rede composta por índios voluntários que buscam os desenvolvimentos humano, cultural, social e econômico de suas nações ao tempo que benefícios para todos os seres vivos sem distinção de nacionalidade, raça, cor, crenças. [...]
>
> Em cada povo indígena que hoje participa do projeto, existem índios jovens e adultos, homens e mulheres, que com maior ou menor freqüência se linkam ao projeto para, desde seus talentos, buscar melhorias para suas comunidades e para o Planeta. [...]
>
> Atualmente a rede tem uma gestão compartilhada entre quatro povos indígenas totalizando cinco gestores: Alex Makuxi de Roraima, Patrícia Pankararu de Pernnabuco, Nhenety Kariri-Xocó de Alagoas e Fábio Titiah e Yonana Pataxo hã hã hãe da Bahia . (são dos autores as palavras isoladas por parênteses, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas) [**seção *Quem somos nós* – portal Índios Online**]

> 11. São instâncias de deliberação do Cinep:
>
> • Assembléia Geral: constituída por seus associados.
>
> • Conselho Fiscal: composto por seis lideranças do movimento indígena nacional, sendo três titulares e três suplentes.
>
> • Coordenação Executiva: composta por um diretor presidente, um diretor de projetos e uma diretora administrativa.

A entidade conta ainda com um corpo administrativo e operacional composto por um secretário executivo, um assessor de relações institucionais, um assessor administrativo, um secretário técnico administrativo, um assessor técnico contábil e um assistente.

MISSÃO DO CINEP

Articular pesquisadores, lideranças e universitários indígenas no Brasil visando fortalecer as organizações indígenas para a defesa dos seus direitos. [**seção *Quem somos* – site do Cinep**]

12. Olá caros parentes[86], somos os estudantes indígenas da universidade de Brasília, e criamos esse espaço para compartilhar nossas caminhadas na cidade de Brasília. Espero que todos possam comentar e sugerir algo dentro de nosso blog... Sucesso para todos!!! Até irandé [**seção *Quem sou eu* – blog Maloca UnB**]

13. Amigos, Contatos Profissionais e conhecer pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo.Também divulgar e mostrar o meu trabalho junto com meu povo através da Associação Indigena Metareilá. [**seção *Sobre mim* – blog Gãmeb.. Paiter**]

14. Graduada em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes – UFBA [**página *Quem sou eu* do blog Arte e Identidade**]

O primeiro aspecto a ser observado em relação à autoria dos textos indígenas é a natureza colaborativa dos autores, que dispersa ou apaga a autoria individual dos textos. Neste sentido, os excertos 10 e 12 são reveladores. Em sites como o portal Índios Online e os blogs indígenas aqui estudados, conforme assinala Moita Lopes (2010, p. 400), são as "afinidades comuns que orientam as ações dos participantes, ou seja, seus propósitos de ações comuns".

> Ao desprezar [...] o lugar sagrado do produtor/autor e ao prestigiar a ação conjunta em espaços de afinidades, qualquer usuário na Web 2.0 pode, potencialmente, operar do ponto de vista pragmático com a possibilidade de agenciamento, de atuar politicamente e de ser, portanto, um ativista político, ou seja, de defender seus pontos de

[86] Este "é o termo utilizado por todos os grupos indígenas para referir-se à afinidade fundamental que reconhecem entre si" (CARVALHO, 2006, p. 136).

> vistas ou de agir no mundo para transformá-lo de uma forma ilimitada e ampliada (MOITA LOPES, 2010, p. 400).

Os autores do blog Maloca UnB são alunos indígenas que ingressaram na UnB em diferentes anos e cursam diferentes cursos. Ao final dos textos, antecedendo a seção *Comentários*, os autores responsáveis pelo blog elencam os nomes dos membros da equipe que escreve o texto. Os nomes, em geral, são seguidos do e-mail dos autores. Os autores dos textos selecionados nos blogs Arte e Identidade e Gãmeb.. Paiter são alunos de graduação, mas não da UnB. Convém observar que os autores dos textos dos sites indígenas analisados, diferentemente dos autores dos textos escritos pela agência de notícias da UnB, não são especialistas na área da tecnologia da informação ou da informática, tampouco na área de comunicação social. O excerto, a seguir, é categórico a este respeito.

> 15. Buscamos voluntários para traduções, assistência técnica em informática, apoio de divulgação e articulação. [**seção *Quem somos nós* – portal Índios Online**]

Nesta mesma direção, note-se que os blogs Maloca UnB, Arte e Identidade e Gãmeb.. Paiter seguem a estrutura do *Blogger*, um serviço do *Google* que, de acordo com a Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Blogger): "[...] oferece ferramentas para edição e gerenciamento de blogs, [...] indicado para usuários que nunca tenham criado um blog, ou que não tenham muito familiaridade com a tecnologia".

Quanto aos leitores/usuários dos sites selecionados, importa salientar que todas as páginas analisadas são públicas, o que significa dizer que o acesso aos textos que compõem o *corpus* é público. Quer dizer, *a priori*, qualquer internauta poderá acessar tais textos. Isso não significa dizer que os textos publicados nesses sites não tenham sido escritos para um grupo de leitores/usuários específico.

No excerto abaixo, são definidos os leitores aos quais, da perspectiva da Secom, são dirigidos os textos que essa Secretaria divulga no portal UnB: comunidade interna[87] e externa à Instituição, bem como a imprensa em geral.

> 16. A SECOM é responsável por informar a comunidade interna e externa sobre a produção científica e cultural da universidade, por divulgar de forma transparente os atos da administração e por zelar pela imagem de austeridade e de responsabilidade ética, intelectual e administrativa da UnB. [**seção *Missão* – página da *Secretaria de Comunicação***]

Sobre o volume de acesso ao portal UnB, vale destacar a carta[88] aos professores da UnB, divulgada no site da Reitoria em 20 de julho de 2012: "Hoje o Portal da UnB tem média de 1,3 milhão de acessos mensais, nossa página de notícias é a mais acessada do sistema www.unb.br e nosso site o mais visitado de todas as universidades federais brasileiras". Considerando essas informações, que aqui assumo como verdadeiras, parece-me bastante razoável acreditar que os textos produzidos e divulgados pelo portal UnB têm alcance bastante significativo em termos de construção de representação.

A análise das páginas *Quem sou eu*/*Quem somos nós* dos sites indígenas me permite dizer que o portal Índios *Online*[89] se dirige tantos aos povos indígenas quanto à sociedade não indígena (nacional e internacional). O blog Maloca UnB institui como seus interlocutores os "parentes", conforme mencionado na descrição do grupo, ou seja, comunidades indígenas (cf. excerto 12). O autor do blog Gãmeb.. Paiter[90] institui como seus interlocutores: seus amigos, profissionais de sua área ou de áreas afins e "pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo", conforme descreve na seção *Sobre mim* (cf. excerto 13). Quanto ao site do Cinep[91], é razoável dizer que o público-alvo seja profissionais,

---

[87] De acordo com informações verbais obtidas em reunião com membros da equipe responsável pela Secom/UnB, a comunidade acadêmica, incluindo os servidores técnicos da Universidade, são os principais usuários (leitores) dos textos veiculados no portal dessa Instituição.

[88] Disponível em: http://www.unb.br/administracao/reitoria/reitor_da_unb/cartas_aos_professores/carta49 Acesso em: 17 ago. 2012.

[89] Disponível em: http://www.indiosonline.net/quem-somos/ Acesso em: 07 jun. 2012.

[90] Disponível em: http://www.blogger.com/profile/16809424942051116334 Acesso em: 12 ago. 2012.

[91] Disponível em: http://www.cinep.org.br/?code=1.1 Acesso em: 11 jun. 2012.

lideranças, pesquisadores e universitários indígenas das diferentes regiões do país, bem como entidades e organizações indígenas. Registro que não encontrei indicações do público a quem o blog Arte e Identidade se dirige.

4.2 *Links, comentários e outros encontros on-line*

Mesmo que o texto escrito seja o elemento central de boa parte das páginas da *web* (PRIMO, 2008), a maioria delas articula vários conteúdos multimídia, indo, portanto, muito além dos recursos da linguagem verbal escrita (FLICK, 2009). Aí, conforme apontei no *terceiro capítulo*, são explorados diversos elementos de conteúdo, – que podem ser estáticos (texto escrito, fotografia, ilustração sem movimento etc.) ou dinâmicos (vídeo, áudio e animação[92]), segundo a enciclopédia virtual Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Multim%C3%A9dia). Além disso, as páginas da *web* podem articular elementos como links, janelas *pop-up*, espaço para interatividade etc. Em que pese esta pesquisa situe o texto escrito no cerne da análise dos dados, alguns dos elementos articulados nas páginas que veiculam tais textos foram contemplados na análise, uma vez que, conforme assinala Flick (2009, p. 234), não se deve

> pressupor parte alguma de nenhum documento como arbitrária, mas sim partir do pressuposto etnometodológico da existência de uma ordenação em todos os pontos. Isso deve incluir, também, o modo como o documento é constituído. As questões relativas ao *layout* ou a formulações padronizadas ou usadas de praxe naquele tipo específico de documento [...] fazem parte do dispositivo comunicativo 'documento', e não devem ser negligenciadas. (é do autor o grifo em itálico)

[92] Nenhuma das páginas que compõem o *corpus* primário ou o ampliado apresenta animação ou áudio desvinculado de vídeo.

As páginas dos sites indígenas analisadas apresentam: fotografias, ilustrações, vídeos, links e espaços para interatividade, conforme o quadro a seguir:

SIGLA PARA REFERÊNCIA	FONTE	LINK	ESPAÇO PARA INTERATIVIDADE	VÍDEO OU ÁUDIO	FOTOGRAFIA OU ILUSTRAÇÃO
PgInd_1	Índios *Online*		X		
PgInd_2	Cinep	X			X
PgInd_3	Gãmeb.. Paiter		X		X
PgInd_4	Arte e Identidade		X		X
PgInd_5	Índios *Online*		X	X	
PgInd_6	Índios *Online*	X	X	X	X
PgInd_7	Maloca UnB		X		X
PgInd_8	Índios *Online*		X		X
PgInd_9	Índios *Online*	X	X		X
PgInd_10	Maloca UnB		X		X[93]
PgInd_11	Índios *Online*	X	X		X

As páginas do portal UnB que compõem o *corpus* primário apresentam: fotografias e ilustrações, conforme o quadro a seguir:

SIGLA PARA REFERÊNCIA	FONTE	LINK	ESPAÇO PARA INTERATIVIDADE	VÍDEO OU ÁUDIO	FOTOGRAFIA OU ILUSTRAÇÃO
PgUnB_1	Portal UnB				
PgUnB_2					X
PgUnB_3					X
PgUnB_4					X
PgUnB_5					

[93] A fotografia da PgInd_10, que foi usada no cartaz de divulgação da *Semana Indígena da UnB*, sofreu uma modificação evidente em termos de saturação das cores, ainda assim é considerada, para fins de análise, uma fotografia.

PgUnB_6					X
PgUnB_7					X
PgUnB_8					
PgUnB_9					X

Apesar de haver vídeos nas páginas selecionadas no portal Índios *Online* e no blog Maloca UnB, por motivos de limitação de tempo, de espaço e também da impossibilidade de estabelecer um paralelo com vídeos veiculados no portal UnB, essa mídia não foi contemplada na análise. As ilustrações inseridas nos textos também foram elementos excluídos uma vez que não contemplam diretamente os atores sociais e a instituição que interessam a esta investigação. Analiso, portanto, textos escritos, fotografias, links e espaço para interatividade.

Ainda que os vídeos veiculados em sites indígenas não tenham sido analisados, fazem-se mister dois registros: um, a importância conferida a este tipo de mídia nos sites indígenas, conforme parece revelar o comentário abaixo, inserido por uma das gestoras do portal Índios *Online*:

> 17. Potyra Tê Tupinambá disse:
> 24 de outubro de 2009 às 9:35
> Luiz, [autor do texto postado na PgInd_9]
> [...]
> É uma felicidade enorme ver que vc [Luiz] que foi um dos selecionados para celulares indígenas vem cumprindo com o seu compromisso assumido ao receber o celular. Gostaria de ver vídeos também… vc tem alguma dificuldade? Se tiver nos contate!!!
> gestao-indiosonline@googlegroups.com
> Aqui é Potyra Tê Tupinambá, sou umas das Gestoras da Rede Índios on Line, juntamente com outros 7 parentes. [**comentário à PgInd_9**, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas]

Dois, que o portal UnB, por inúmeros motivos[94], raramente veicula vídeos e áudios. Independentemente dos motivos, importa sublinhar que um blog, como o Maloca

[94] De acordo com editores da agência de notícias da UnB, a primazia pelo texto verbal e, em segundo lugar, pela fotografia se dá basicamente pelos seguintes motivos: o perfil dos editores de jornalismo dessa

UnB, mantido por um grupo relativamente pequeno de alunos universitários permite-lhes veicular mídias dinâmicas, enquanto que o portal de uma universidade federal precisa se limitar a mídias estáticas. É por estas e outras que a *web* é de fato um espaço com grande potencial para perturbar, por diferentes razões e de diferentes maneiras, a assimetria de determinadas relações históricas.

Links

Nesta seção, articulando a proposta de Penteado *et al*. (2009) para análise de blogs de política e a de Barboza *et al*. (2000) para análise de sites governamentais, analiso os links apresentados nas páginas que compõem o *corpus* primário e o ampliado.

É necessário destacar que empreendi a análise de links, assim como a do espaço para interatividade, buscando, antes aprender sobre esses elementos e chamar atenção, no campo da LA, para o papel que tais conteúdos cumprem no cenário da *web* do que contribuir efetivamente para os campos do saber que estudam esses elementos. Não há, portanto, qualquer pretensão de analisá-los à exaustão. Até porque seria muita ambição da minha parte, haja vista a escassez dos meus conhecimentos sobre o funcionamento desses recursos da *web*.

Secretaria, cuja experiência com o jornalismo impresso os leva a dar preferência ao texto verbal escrito e à fotografia nas matérias publicadas na *web*; o perfil dos principais usuários do portal, a comunidade acadêmica, que privilegia o texto verbal escrito; a infra-estrutura da Universidade em termos de capacidade de armazenar, processar e trafegar dados em sua rede de comunicação, que limita a inserção de vídeos e outros recursos interativos próprios da multimodalidade do universo on-line. Além disso, a natureza dos acontecimentos que os jornalistas da agência de notícias da UnB cobrem no âmbito da Universidade é distinta daquelas cobertas em matérias veiculadas em outras agências de notícias. Trata-se, em geral, de palestras orais, o que implica dizer que as matérias sobre eventos acadêmicos são escritas com base na exposição oral do/a palestrante, nos debates orais entre ele/ela e o público (em geral, altamente especializado), em registros fotográficos do evento e, em alguns casos, em breve entrevista que o/a jornalista faz ao/à palestrante (informação verbal).

Uma das características peculiares dos textos publicados na *web* é a referência explícita frequente a outros textos (ou páginas) da rede, o que permite-lhes conectar-se a um grande número de sites. Essa vinculação explícita de textos, segundo Mitra e Cohen (1999 *apud* FLICK, 2009, p. 249), "é cada vez mais complementada pela vinculação implícita de textos, que fica visível quando se usa uma ferramenta de busca, pelo grande número de links que são produzidos como consequência dessa pesquisa".

Por dois motivos, o link, segundo Mielniczuk (1998), é o elemento inovador dos textos da *web*: primeiro, devido à sua capacidade de potencializar a não linearidade do texto e sua intertextualidade e, segundo, devido à forma inovadora de organizar e formatar a multimodalidade do texto *on-line*[95]. Com base em autores que discutem a natureza do link em textos da *web*, Mielniczuk (1998) explica que os links podem ser *intertextuais* – aqueles que direcionam o usuário a textos/páginas veiculados em outros sites – ou *intratextuais* – links que dão acesso a textos/páginas veiculados no mesmo sistema ou site.

Os links inseridos em um texto da *web* indicam explicitamente os textos, também indexados à *web*, com os quais o primeiro dialoga. Mas não é só isso, a meu ver, um texto da *web* pode dialogar com inúmeros outros, mas só alguns destes diálogos "merecem" ser solenizados em forma de link e tornados públicos. No caso de blogs, Penteado *et al*. (2009, p. 168) destacam:

> Os links para outros sítios são importantes pois permitem que os usuários tenham acesso a outras informações, como também possibilita ao autor fazer referência a outros acontecimentos, indicar leituras e distintas fontes de informações por meio das conexões da rede de computadores. [...] dentro da cultura dos *blogs* é muito comum os "blogueiros" referenciarem-se, criando um debate que ultrapassa os limites do *blog* e envolve um amplo número de participantes. (são dos autores os grifos em itálico e o uso de aspas)

Nenhum dos textos produzidos pela agência de notícias da UnB que compõem o *corpus* primário apresenta link e, dos 16 textos do portal UnB que formam o *corpus* ampliado, apenas 4 incorporam esse elemento, nenhum deles, no entanto, dirige o

[95] Fique claro que a não linearidade, a intertextualidade e a multimodalidade não são características exclusivas dos textos veiculados no universo *on-line*.

internauta a sites indígenas, mesmo quando se trata de sites de organizações parceiras da UnB na promoção de eventos acadêmicos. Parece-me oportuno acrescentar que um texto[96] publicado no portal UnB, anunciando a realização do *51º Congresso da UNE*[97], apresenta um link *intertextual*, precedido pelo enunciado *Informações pelo site: http://www.une.org.br/*, que dá acesso ao site da União Nacional de Estudantes (UNE, daqui em diante), entidade promotora do evento. Curiosamente, nenhum dos textos que a agência de notícias da UnB divulgou a respeito do *I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas*, evento promovido pelo Cinep, apresenta links que dirijam o internauta para páginas desse Centro.

De maneira geral, os links inseridos nos textos selecionados no portal UnB costumam remeter o internauta a páginas do próprio portal, quer dizer, independentemente do tema da matéria trata-se de uma prática, digamos, regular da agência de notícias da UnB. Talvez se pudesse dizer que a ausência de links para sites indígenas seja mais uma evidência de que o diálogo que alunos indígenas e Universidade têm buscado estabelecer – pelo menos em instâncias administrativas, como veremos na análise apresentada nos capítulos seguintes – ainda não é considerado *interessante* para os propósitos dessa agência de notícias, ou pelo menos não o suficiente para ser "materializado" em links.

Um parêntese me parece oportuno neste momento – em 2010, a UnB implementou uma disciplina chamada "Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais". Trata-se de uma disciplina oferecida a alunos de graduação e ministrada por especialistas (lideranças indígenas e quilombolas, artesãos etc.) cujo conhecimento não veio dos bancos da universidade, mas sim de suas comunidades, seus pais e avós. A partir dessa disciplina, busca-se promover novos diálogos no âmibto acadêmico, de forma a enriquecer a maneira de pensar da academia e fazer justiça aos saberes desenvolvidos fora do universo acadêmico. Apesar da importância que uma disciplina como essa pode representar para a universidade em termos de entrelaçamento e respeito a "diversas formas de saber", sua

[96] Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1821 Acesso em: 18 jun.2010.

[97] A propósito, esse texto sobre o *Congresso da UNE* não faz referência alguma ao *Congresso Indígena*, enquanto que o texto sobre o evento indígena anuncia ao seu final: "O Congresso dos Pesquisadores Indígenas acontece simultaneamente ao *51º Congresso da União Nacional dos Estudantes* (UNE), também na UnB".

implementação não fez parte das pautas da agência de notícias da UnB, haja vista que não há textos sobre a disciplina produzidos por essa agência. Sua divulgação limitou-se a *clippings*[98], isto é, a veiculação de notícias divulgadas geralmente em outros sites. Este é um exemplo de que o ponto de vista da agência de notícias da UnB não necessariamente é o ponto de vista dos professores – ou, melhor dizendo, de todos os professores – da UnB. Mas isso mostra também que nem todos os diálogos que se estabelecem no campus, e que, de fato, me parecem diálogos respeitosos com "diferentes formas de saber", são encarados pela agência de notícias como nobres, digamos assim, para serem amplamente divulgados. – Fecha-se aqui este parêntese.

No portal Índios *Online* e o blog Maloca UnB são encontrados links intertextuais, que remetem o leitor a páginas externas ao portal ou blog, especificamente a textos do portal UnB. Discuto a seguir aqueles que apresentam links cuja natureza e função se mostraram relevantes para o foco desta pesquisa:

18. Mais informações são encontradas no portal da UnB:
http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1860 [**PgInd_6**]

19. Repercussão:
Tradição indígena ensina comunidade acadêmica a lidar com diferenças
Primeira Semana Indígena da Universidade é marcada pela integração entre universitários
http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=3721 [**PgInd_11**]

Os links inseridos nos dois textos do portal Índios Online indicam páginas veiculadas no portal UnB cujos textos abordam o mesmo acontecimento. O texto *Encontro do Reitor da Universidade de Brasília (UnB) e Estudantes Indígenas* (cf. excerto 18 – PgInd_6) apresenta, ao seu final, um link, precedido pelo enunciado "Mais informações são encontradas no portal UnB", que remete o leitor diretamente ao texto *Alunos indígenas*

[98] Cf. Texto "Xamãs, artesãos e mestres da cultura popular serão professores da UnB" Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=68393 Acesso em: 17 abr. 2011.

pedem maior assistência (PgUnB_7), veiculado no portal UnB no dia anterior. Apesar do enunciado que precede o link, sua função não parece ser a complementação de informações, uma vez que o texto ao qual o leitor é dirigido não apresenta informações que não tenham sido contempladas na PgInd_6. A função desse link possivelmente seja comprovar o que o site indígena noticia.

O texto *Semana Indígena na UnB – 2 dias para marcar a UNB* (cf. excerto 19 – PgInd_11), por sua vez, explicita, ao final e sob a indicação "repercussão", o título dos dois textos sobre o evento, divulgados pelo portal UnB, nos dias anteriores: *Tradição indígena ensina comunidade acadêmica a lidar com diferenças* (PgUnB_10), cujo link é apresentado abaixo, e *Semana Indígena promove integração entre estudantes* (PgUnB_9). Em relação à palavra escolhida para introduzir o link – "repercussão" –, vale conferir a definição do verbo "repercutir", segundo o Dicionário Aulete Digital (cf. nota 4): "impressionar, ter consequências, causar comentários". Com base nessa definição, talvez possa se dizer que, da perspectiva dos alunos indígenas responsáveis pelo texto da PgInd_11 (cf. excerto 19), o fato de a *Semana Indígena* ter sido divulgada no portal UnB é uma indicação de que o evento teve impacto nessa Universidade.

Quer dizer, se os autores desses textos veiculados no portal Índios Online direcionam seus leitores para páginas do portal UnB que divulgam tais eventos, sem fazer qualquer tipo de crítica ou ressalva, é porque, da perspectiva dos autores dos textos indígenas, primeiro, essas notícias do portal UnB conferem credibilidade ao acontecimento por eles relatado e, segundo, a forma como a agência de notícias da UnB apresenta o acontecimento não traz prejuízos à imagem do grupo perante a comunidade indígena, que, *a priori*, é o principal público desses sites.

Importa ressaltar que o texto divulgado na PgInd_6 aproxima-se, em vários aspectos, do texto da PgUnB_7 e remete o leitor à página do portal UnB, por meio de um link, ao mesmo tempo em que apresenta uma perspectiva do evento claramente distinta daquela assumida na PgUnB_7. Esses diferentes movimentos – aproximação e afastamento – do texto indígena em relação ao do portal UnB reforça dois princípios adotados nesta investigação: primeiro, de que seria estreiteza olhar o cenário de pesquisa e as relações

estabelecidas entre o grupo de alunos indígenas e a universidade a partir do ângulo do binarismo "dominação x resistência" e, segundo, de que não se trata de desvendar representações ocultas e/ou ideologicamente embaçadas aos olhos de quem, supostamente, não consegue distinguir representações favoráveis acerca de si das desfavoráveis.

Espaço para interatividade

O universo da internet possibilita novos campos de comunicação, de interação e de ação (THOMPSON, 2008). Na arena virtual dos blogs, por exemplo, criam-se "fóruns virtuais para debates [...] e novos mecanismos para a ação política" (PENTEADO *et al*., 2009, p. 161). Aí, o espaço para interatividade é um dos principais recursos oferecidos nessa arena. Para Penteado *et al*. (2009, p. 168-9),

> essa nova forma de comunicação carrega em si a possibilidade de participação de diferentes indivíduos, ainda que se mantenham espacialmente distantes. O ciberespaço pode unir os diferentes atores políticos em uma ágora virtual em que as opiniões são filtradas pelos leitores e multiplicam-se em significados e conseqüências. Trata-se aqui não de examinar as possibilidades do meio de comunicação, mas de criar ferramentas para buscar avaliar as possibilidades de participação que determinado *blog* oferece. Parte-se, portanto, do reconhecimento que a interação na internet é limitada, mas, dentro das possibilidades que o meio oferece, podem-se verificar as barreiras que são criadas para a participação e o incentivo feito pelo "blogueiro" à interação com os internautas. (são dos autores os grifos em itálico e os com aspas)

Segundo a Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog)[99], a criação de programas de comentários em blogs "significou uma democratização da publicação, consequentemente reduzindo as barreiras para que leitores se tornassem escritores". Esta possibilidade de interação de um usuário, por meio de comentários, com o autor e com

[99] Acesso em: 06 nov. 2012.

outros usuários é um aspecto particularmente importante de muitos blogs. A este respeito, Komesu (2004, p. 117) assinala que uma das principais características dos blogs é a interatividade, ou seja, da "possibilidade de contato entre o usuário e outros usuários, na utilização de ferramentas que impulsionam a comunicação de maneira veloz, com a eliminação de barreiras geográficas". A autora acrescenta: "Os *blogs* são redigidos para que as histórias pessoais sejam compartilhadas abertamente" (KOMESU, 2004, p. 117).

Note-se que, ao final da página inicial do portal UnB, há um link sob o rótulo *Comentários do leitor*, a partir do qual o usuário será dirigido a uma página que apresenta uma lista de links. Cada link dá acesso a "um comentário" de "um leitor". Aí não se pode interagir com quem postou o comentário. Além da seção *Comentários do leitor*, o portal UnB apresenta, ao final de cada página de notícias, um link rotulado como *Perguntas frequentes*, que dá acesso à seguinte lista: *Formas de ingresso*; *Graduação*; *Pós-Graduação* e *Concursos* (Cespe). Aí, o usuário poderá ler as perguntas e as respostas – mas não poderá fazer novas perguntas, que dirá responder algo. Quer dizer, não há espaço para interatividade no portal UnB, isto é, um espaço no qual os usuários possam interagir entre si, debatendo questões específicas dos textos aí publicados.

No caso do portal Índios *Online*, é apresentado, na página inicial, o link *Acesse nosso chat* e, abaixo de cada texto, há espaço para interatividade cujo título é *Deixe uma resposta*. A propósito, o nome "completo" desse portal é "Índios *Online* – um canal de diálogo". No site do Cinep, é disponibilizado um e-mail para os leitores que quiserem entrar em contato com os responsáveis por este Centro, mas não apresenta espaço para interatividade nos moldes do site Índios Online. O que é compreensível, haja vista que não se trata de um site voltado para a interação, mas sim, informação, tanto isso é verdade que parece não haver aí profissionais exclusivamente encarregados pela manutenção e alimentação do site. Nos blogs selecionados nesta pesquisa, após cada texto, há o espaço *Postar comentário*, uma caixa para interatividade típica da estrutura do *Blogger* (site da Google que administra blogs). Cumpre dizer que, segundo a Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Blogger)[100], esses blogs "incluem uma barra de navegação [...]

[100] Acesso em: 06 nov. 2012.

que não pode ser removida através de alguma opção da interface do Blogger", o que significa dizer que o espaço para interatividade dos blogs aqui analisados não é uma escolha dos blogueiros, mas sim uma imposição resultante da estrutura desses sites. Por outro lado, formulações como as que se seguem parecem indicar o papel central que a interação ocupa nesses sites:

> 20. Espero que *todos possam comentar e sugerir algo* dentro de nosso blog... Sucesso para todos!! [**seção *Quem sou eu* do blog Maloca UnB**]

> 21. Para ser concluído o projeto na UnB, precisamos de apoio que depende de nós estudantes e principalmente do movimento indígena de todo o Brasil. Junte-se a nós…!!!! [**PgInd_8**]

O excerto 20 não deixa dúvidas sobre o objetivo dos autores em relação à interação no universo *on-line*. Quando ao excerto 21 (PgInd_8), pode-se dizer que, ao finalizar o texto com a formulação "Junte-se a nós...!!!!", o blogueiro busca incentivar a participação dos internautas. Quer dizer, independentemente de o espaço para interatividade fazer parte da estrutura dos blogs, a interação (seja com os povos indígenas, seja com a sociedade não indígena) parece figurar entre os principais propósitos dos autores dos textos indígenas analisados.

Em síntese, enquanto um portal abre espaço sob o título *Deixe uma resposta*, e os blogs sob o título *Postar comentário*, o portal UnB, por sua vez, o abre sob *Perguntas frequentes*. Pode-se dizer que o portal Índios *Online* levanta questões, por isso, abre espaço para respostas, e abre espaço para diálogo, pois para enviar "respostas", o internauta deve clicar em *Enviar comentário*. Os blogs abrem espaço para diálogo. E o portal da Universidade tem respostas e também as perguntas dos usuários. Apesar de o espaço para *Perguntas frequentes* ser padrão da funcionalidade de sites institucionais, este breve paralelo não deixa de ser interessante.

Apresento, a seguir, a lista dos textos que formam o *corpus* primário aos quais os leitores postaram comentários[101].

Título do texto/Sigla	Fonte	Sigla	Número de comentários
I Congresso brasileiro de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas – Confira a programação	Portal Índios *Online*	PgInd_1	08
Universitários indígenas Surui Paiter participam do Congresso [...]	Blog Gãmeb... Paiter	PgInd_3	01
I Congresso de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas	Blog Arte e Identidade	PgInd_4	04
Indígenas são recebidos pelo chefe de gabinete da UnB	Portal Índios *Online*	PgInd_5	05
Projeto Maloca na UnB – A luta continua...	Portal Índios *Online*	PgInd_8	01
Centro de convivência Indígena na Universidade de Brasília – Maloca UnB	Portal Índios *Online*	PgInd_9	06

Ao todo, foram inseridos 25 comentários, dos quais 20 correspondem aos textos publicados no portal Índios *Online*. Todos os comentários à PgInd_4 são de natureza *dispersiva*, ou seja, ignoram o tema do texto ao qual o comentário é inserido, referindo-se a outro assunto e encaminhando seu conteúdo em outra direção (PENTEADO *et al*., 2009). Nestes casos, os leitores tecem elogios a respeito do trabalho artístico da *blogueira*, não tendo, portanto, qualquer ligação com o tema do texto, que é o *Congresso Indígena*. Em função dessa natureza, esses comentários foram desconsiderados na análise.

Apresento, a seguir, excertos representativos do conjunto de comentários analisados.

Na PgInd_1, cujo propósito é a divulgação do *Congresso Indígena*, foram postados 08 comentários, entre eles:

[101] Os comentários à PgInd_11 não foram considerados na análise por terem sido postados após o encerramento da geração de dados.

22. Leandro José da Cruz disse:

28 de maio de 2009 às 13:26

TENHO ESTUDADO SOBRE A HITÓRIA E A CULTURA DO INDIO BRASILEIRO NA FACULDADE ONDE ESTUDO, E POSSO LHES DIZER QUE, A CADA NOVA DESCOBERTA QUE TENHO FEITO, TENHO FICADO CADA VEZ MAIS SURPREENDIDO COM A REALIDADE ATUAL DO ÍNDIO QUE ATÉ ENTÃO EU DESCONHECIA. FICO FELIZ EM SABER QUE A POPULAÇÃO INDIGINA TEM ENCONTRADO MEIOS DE SE IMPOR DIANTE DA SOCIEDADE, SE ARTICULANDO NO MEIO POLÍTICO, UNIVERSITÁRIO E ABRINDO ESPAÇO NA INTERNET PARA AQUELES QUE QUEREM APRENDER SOBRE SUA CULTURA.

23. Iannuzy Tapajos Mota - Povo Tapajó - Território Cobra Grande - Santarém Para disse:

23 de junho de 2009 às 21:59

É muito bom compartilhar os nossos conhecimentos com os parentes de diversas etnias e culturas, quero parabenizar a iniciativas dessas entidades por serem parceiras e proporcionarem oportunidades de nós mostrarmos os nossos conhecimentos tradicionais específicos dentro de cada área que nós atuamos. E dizer que esse evento, vem trazer mais força, união, enriquecimento e valorização no nosso movimento.

Na PgInd_3, cujo propósito é o relato da participação de um grupo de universitários indígenas no *Congresso Indígena*, foi postado o comentário a seguir:

24. o estudo e o futuro disse:

9 de dezembro de 2009 06:38

E necessário citar, também que estamos em busca de direitos sociais e culturais presentes entre os povos indígenas. Além do mais, [...] esse congresso tem como base reconhecer os objetivos de cada acadêmico indígena de várias etnias das regiões do Brasil, na qual estavam presentes.

Entre os comentários postados na PgInd_5, cuja finalidade é o relato da reunião entre representantes dos universitários indígenas da UnB e representantes da reitoria da Universidade, tem-se:

25. Luiz Tukano disse:

16 de junho de 2009 às 16:07

A idéia é essa…….ter um espaço para que vários povos de todos os lugares do Brasil e do mundo possam visitar até mesmo realizar encontros culturais e técnicos. Agradecemos o apoio de todos!

26. elianepotiguara disse:

19 de junho de 2009 às 0:58

É muito bonito ver jovens determinados como essa equipe, tomando o destino em suas mãos, parabéns. Vocês são os nossos líderes e porta-vozes legítimos. Eliane Potiguara

Entre os comentários postados nas PgInd_8 e PgInd_9, que divulgam a reunião dos universitários indígenas da UnB e o reitor da Universidade em que foi apresentado e aprovado o projeto para a construção do centro de convivência indígena na UnB, tem-se:

27. Irembé Potiguara disse:

23 de agosto de 2009 às 12:47

Parabénsss meninos, esperamos que consigam executar esse projeto que será de grande importância para todos nós.

28. Irembé Potiguara disse:

24 de outubro de 2009 às 14:42

Pessoal como sempre não posso deixar de comentar suas matérias, não só em nome de Luizinho como Potyra bem lembrou, mas como de todos os outros, Poran e Kaimbé que juntos formam uma equipe muito massa. Nossa rede está muito feliz por estar com vocês fazendo parte e sendo sempre atuantes. Abraço forte e esperamos estar vendo ao vivo este projeto tão sonhado!!!

29. Akanawã Baênã Titiáh disse:

24 de outubro de 2009 às 15:11

Uma residência indígena estudantil já está sendo construída na Bahia em Feira de Santana, foi através de uma Emenda Parlamentar do Deputado Luis Alberto do movimento Negro.

30. mateus terena disse:

4 de novembro de 2009 às 7:02

cordialmente alunos indígenas da UnB,

em nome do movimento e estudantes indígenas brasileiros, gostaria parabenizar e compartilhar os trabalho de alunos indígenas da UnB, onde vem encarando a realidade enfrentadas pelos mesmos dentro da universidade. No caso a construção da maloca indígena é de grande relevância não só para os alunos indígenas, mais sim, busca de aproximação de diversidades culturais na comunidade acadêmica. Este trabalho, não pode ser esquecido, tem quer sempre lembrado com lideranças tradicionais num determinado discussões do movimento indígena, pq nesse será o canal para fortalecimento da unidade sobre a discussão da política indigenista.Onde tbem surgira grande lideres intelectuais indígenas.

agradeço

A análise do conteúdo desse espaço para interatividade me permite dizer que a maioria dos comentários tem como principais propósitos: *(a)* parabenizar os alunos indígenas pelo protagonismo na universidade, por suas conquistas nessa esfera de atividade ou pela disponibilidade em divulgá-las na internet e (b) torcer pela concretização dos projetos dos alunos indígenas na universidade. Em menor número, têm-se comentários que buscam (c) acrescentar novas informações aos dados divulgados nos textos; (d) fortalecer o discurso da luta e do protagonismo indígena (sem, no entanto, tecer elogios aos autores dos textos) e, por fim, comentários de leitores não indígenas, cujo objetivo é (e) registrar que, por meio do acesso a sites indígenas, a forma como a sociedade não indígena vê os povos indígenas pode ser atualizada.

Comentários a respeito do papel que a internet cumpre em relação à representação dos povos indígenas, a exemplo do excerto 22 da PgInd_1, corroboram a ideia, discutida na *seção (3.1)* do *terceiro capítulo*, de que, por meio de sites, perfis em redes sociais e fóruns de discussão, grupos historicamente discriminados e silenciados (indivíduos que fazem parte desses grupos) inscrevem coletivamente suas representações sobre si e sobre organizações historicamente recusadas a seus grupos, desestabilizando representações hegemônicas. A análise parece revelar também o papel da internet na criação de oportunidades singulares para a reinvenção social, política e cultural de identidades de grupos minoritários, como já dito. Fica bastante evidente que, por meio do espaço para interatividade, indivíduos se encontram e estabelecem coletivamente a história

e o conjunto de traços que conferem coesão ao seu grupo e que, ressalte-se, sempre foram definidos por grupos não indígenas.

Além da construção de traços e histórias, escrever sobre suas experiências pessoais na esfera de atividade acadêmica possibilita ao grupo asseverar seus interesses e objetivos comuns em relação ao ensino superior, como revela o excerto 24 da PgInd_1: "E necessário citar, também que estamos em busca de direitos sociais e culturais presentes entre os povos indígenas. Além do mais através desse congresso tem como base reconhecer os objetivos de cada acadêmico indígena de várias etnias das regiões do Brasil, na qual estavam presentes". Ao longo da análise dos dados, fica evidente, como será possível conferir mais adiante, que, por meio dos textos que escrevem e veiculam na *web*, os universitários indígenas estabelecem narrativas, demandas e objetivos comuns.

No texto da PgInd_7 (cf. excerto 31, p. 140), por exemplo, os autores deixam explícito, já no início do texto, que propuseram "uma reunião com o reitor" por observarem que "muitas universidades não se [preocuparem] com a permanência dos alunos indígenas" (a palavra separada por colchetes é inserção minha). O interessante é que não há menção direta à UnB, mas sim a "muitas universidades", o que me permite considerar que não se trata de uma pauta apenas local, pelo contrário, as demandas são estabelecidas em níveis muito mais amplos e as pautas visam a mudanças coletivas, indo, portanto, muito além do campus onde, provavelmente, os autores do texto o escreveram. Neste sentido, Thompson (2008) assinala: essas novas fontes de informação tomam parte das representações de mundo que, há algumas décadas, eram construídas localmente. Da mesma forma que, ao registrarem na *web* as experiências do grupo indígena na universidade, esses alunos tornam *real* a presença e o protagonismo indígena nessa esfera de atividade.

Parabenizar os autores dos textos pelas conquistas na esfera acadêmica e afirmá-los como futuras lideranças indígenas é outro propósito dos comentários que merece destaque. Quer dizer, ao divulgarem suas demandas, lutas e conquistas na internet – sobretudo se o local de divulgação já tiver conquistado alguma visibilidade na *web*, como é o caso do portal Índios *Online* – os universitários indígenas não apenas registram sua caminhada no universo acadêmico, mas projetam-se como (possíveis) futuras lideranças

indígenas, na medida em que documentam seu protagonismo em uma esfera de bastante prestígio social, como a da universidade. Protagonismo que pode ser confirmado pelos textos que a própria universidade publica em seu portal, contestado ou ainda invisibilizado. Até porque é bastante comum, nos textos de alunos indígenas, a referência, por meio de links, a páginas da universidade, conforme já discutido. Tudo isso tem implicações para a construção de identidades, que aí são projetadas, afirmadas ou rejeitadas. Mas isso é tema para pesquisas futuras.

Assinalo ainda o fato de os autores dos textos também postarem no espaço para interatividade, respondendo ou complementando os comentários dos leitores, revela sua disposição para compartilhar o espaço do portal ou blog com os internautas, uma característica que tem tudo a ver com a dinâmica da *web*, esse ambiente moldado coletivamente (CABELLO *et al*., 2012), conforme discutido no *terceiro capítulo*.

Por último, convém assinalar que os textos publicados no portal Índios *Online* apresentam número significativamente maior de comentários do que aqueles publicados nos blogs analisados. Haja vista que os autores e os temas sobre os quais escrevem nesse portal são os mesmos dos textos analisados no blog Maloca UnB, aos quais não foram postados comentários, fica evidente o quanto o local de publicação de um texto *on-line* é determinante para o número de acessos e, consequentemente, para a visibilidade do texto. Isto é, um portal da internet que possua credibilidade, como é o portal Índios *Online*, garante maior visibilidade ao texto e aos autores do que um blog independente, como os que analiso nesta tese. Nesta linha de raciocínio, os textos publicados no portal de uma universidade pública têm visibilidade e credibilidade bem garantidas.

A análise desses comentários postados nas páginas indígenas selecionadas revela que a interação de internautas indígenas entre si e entre internautas não indígenas possibilita novos posicionamentos sociais a grupos cuja representação acerca de si foi historicamente inviabilizada nos espaços de poder. Quer dizer, no universo on-line, indivíduos se encontram e estabelecem coletivamente a história e o conjunto de traços que conferem coesão ao grupo a que pertencem – conjunto de traços e história que, ressalte-se,

sempre foram definidos por grupos não indígenas – ao mesmo tempo em que proporcionam à sociedade não indígena novos pontos de vista a respeito dos povos indígenas.

As análises empreendidas neste capítulo me permitem algumas formulações. A primeira diz respeito aos autores dos textos do *corpus*. Fica evidente que os autores dos textos do portal UnB são profissionais da área de Comunicação Social, o que significa dizer que são especialistas em encontrar ângulos favoráveis de uma Instituição. Profissionais que têm conhecimentos bastante específicos a respeito da construção da identidade de instituições públicas. Além disto, dispõem de apoio técnico para o uso de ferramentas capazes de garantir visibilidade aos textos. Ao contrário dos autores dos textos indígenas aqui analisados, conforme revelou a análise de suas biografias (cf. excerto 15 – pg. 113), que são estudantes universitários de diversas áreas – talvez seja interessante dizer que não há, entre eles, alunos de comunicação social. Em relação aos leitores, a análise revela que os textos veiculados nos sites indígenas, de forma geral, são dirigidos, prioritariamente, a internautas indígenas, mas, em função de serem públicos, usuários não indígenas também têm acesso a eles, o que me pareceu um dado bastante relevante em termos do alcance das questões levantadas nesses sites. Os textos selecionados no portal UnB, por sua vez, são direcionados a um leitor, digamos, geral, que não está necessariamente na esfera de atividade acadêmica. Parece-me também que esses textos visam, em alguma medida, atrair a atenção de assessorias de imprensa de outras organizações, de maneira a ampliar o poder de alcance do texto. A respeito do volume de acesso dos sites, considerando o número informado pelo portal UnB (1,3 milhão de acessos mensais), fica bastante evidente que nenhum dos outros sites aqui estudados tem essa visibilidade.

Quanto aos links e ao espaço para interatividade, analisados mais em termos do diálogo que estes elementos representam, pode-se dizer que as páginas indígenas, sobretudo aquelas que veiculam textos de alunos da UnB, dialogam tanto com as páginas do portal da Universidade, por meio dos links que aí inserem, quanto com outros internautas, que postam comentários aos textos. Convém acrescentar que, quando esses alunos escrevem sobre acontecimentos dos quais participaram na Universidade e inserem aí um link que direciona o leitor a uma página do portal UnB que trata do mesmo acontecimento, eles

inscrevem-se entre aqueles que agem nessa esfera e que, por meio da escrita, representam a Universidade. Os textos do portal UnB que tratam desses acontecimentos, por outro lado, não apresentam links que direcionem o leitor a sites indígenas, ainda que sejam sites de organizações com as quais a Universidade tenha estabelecido parceria para a realização de eventos. Espaço para interatividade também não é oferecido pelo portal UnB. Em síntese, trata-se de espaços com propostas bastante distintas em termos de diálogos que promovem e que divulgam.

5. Quinto post: ingresso, regresso e outras exclusões

Neste capítulo, o objetivo é apresentar a análise do modo como os textos que formam o *corpus* representam a exclusão dos povos indígenas do ensino superior e o ingresso de alunos indígenas na universidade.

Considerando que o órgão responsável pelo portal UnB é a Secretaria de Comunicação da Instituição, parece-me razoável reiterar que um dos principais objetivos de uma Secretaria desta natureza, conforme discutido no *quarto capítulo*, é noticiar acontecimentos ocorridos na Universidade que possam servir para representar a concretização da *missão*, dos *valores* e da identidade que se quer afirmar para a instituição. Entre os inúmeros atributos afirmados, neste sentido, em relação à UnB, alguns se destacam nos textos selecionados no portal dessa Universidade, a saber: "ética e respeito à diversidade", "respeito [...] às diferenças", "entrelaçar as diversas formas de saber", "ajudar a corrigir séculos de exclusão [étnico-]racial", ser "respeitosa com todas as formas de saber", ser uma "instituição de vanguarda" e "calcada no pioneirismo". Importa esclarecer que não foram os atributos que orientaram a análise dos textos selecionados no portal UnB, mas sim a análise desses textos revelou o papel central que tais *valores* e *missão* têm na produção das matérias sobre o ingresso e a participação indígena na UnB.

Já de início cabe destacar que as análises da representação acerca do ingresso e da participação de alunos indígenas na Universidade pelos textos que formam o *corpus* de pesquisa apontaram para a relevância de serem contempladas também as representações acerca da exclusão dos povos indígenas do ensino superior e a maneira como esses textos definem o ingresso de alunos indígenas no ensino superior em termos de mudanças sociais que se pretende alcançar.

Outra observação central diz respeito aos procedimentos empregados para a análise do *corpus*, que foi empreendida a partir da ADC, disciplina que encaminha

categorias e modelos analíticos que se mostraram capazes de atender aos interesses, objetivos e demandas metodológicas desta investigação. Assim, a interpretação dos dados se valeu, particularmente, das propostas de análise de Fairclough (2001), Kress e van Leeuwen (1996), van Leeuwen (1997) e Thompson (2002). Cumpre dizer que, em função de eu não encontrar respaldo, nas categorias acima mencionadas, para a análise de alguns recursos de linguagem que me pareceram singularmente interessantes, recorri a discussões de estudiosos da linguagem que não se vinculam à ADC, quais sejam: Ilari (2003) e Koch (2008). Ressalto que essas categorias e modelos de análise foram empregados na medida em que se mostraram produtivos e coerentes em relação ao *corpus* e que, nesta tese, nenhum deles recebeu lugar de destaque ou determinou a seleção do *corpus*, o que, aliás, seria algo como produzir uma massa disforme de dados que correspondessem aos ingredientes pré-estabelecidos na receita para, então, derramá-los em forminhas que dariam forma interessante a essa massa de pesquisa. Enorme estreiteza, portanto.

5.1 *Acesso, ingresso e outras singularidades*

Nesta seção, apresento, então, a análise da representação acerca da exclusão dos povos indígenas do ensino superior – ou mais especificamente, acerca dos agentes dessa exclusão – pelo portal UnB e por sites indígenas. Para tanto, a análise focaliza não apenas fatores que incidem sobre o ingresso de alunos indígenas na universidade, mas também os aspectos que têm implicações para sua participação no ensino superior, ou "permanência", para usar o termo utilizado nos textos do portal UnB analisados.

As categorias propostas por Thompson (2002) para o estudo dos modos de operação da ideologia se mostraram bastante produtivas para a análise da forma como a exclusão dos povos indígenas é representada pelos textos do portal UnB selecionados. Thompson (2002, p. 80) identifica cinco modos gerais por meio dos quais a ideologia pode

operar e aponta algumas das maneiras pelas quais esses modos podem estar associados, em circunstâncias particulares, a estratégias de construção simbólica. À medida que as análises forem sendo apresentadas, as categorias utilizadas para analisar os dados serão definidas. Fazem-se necessários, no entanto, alguns esclarecimentos acerca dessa proposta.

A análise da ideologia proposta por Thompson (2002, p. 75-6) "está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas[102] se entrecruzam com relações de poder, [...] nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder". Para Thompson (2002), estudar ideologia é estudar as maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer (criar ativamente e instituir) e sustentar (manter e reproduzir) relações de dominação por meio de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas. Fenômenos simbólicos "são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. [...] podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação [...]" (THOMPSON, 2002, p. 76). Ou seja, o que determina se certa estratégia de construção simbólica é ideológica, ou não, é o fato de essa forma, construída por meio dessa estratégia, estar servindo, em determinadas circunstâncias, para estabelecer ou manter relações de dominação.

A articulação de outros textos (vozes) é uma propriedade inerente aos textos (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2004; FAIRCLOUGH, 2001; entre outros). Essas vozes podem ser inseridas sem qualquer demarcação aparente, confundindo-se com a voz do autor que as insere, ou podem estar perceptíveis na materialidade do discurso, isto é, explicitamente demarcadas no texto. Uma das formas de inserção explícita de uma voz atribuída a outro em um texto é o *relato direto*, conforme terminologia de Fairclough (2003), que se dá por meio de discurso direto[103], que é claramente marcado

[102] Thompson (2002, p. 79) entende *formas simbólicas* como "um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos".

[103] A propósito, a noção gramatical de *discurso direto* foi significativamente ampliada na análise do discurso e tem sido estudada sob diversos pontos de vista, tais como o de *heterogeneidade mostrada* (AUTHIER-REVUZ, 2004), o de *intertextualidade manifesta* (FAIRCLOUGH, 2001), entre outros. Aí as diferentes

tipograficamente (geralmente por aspas ou itálico) e associado a alguma oração de relato ou verbo introdutor, recursos que estabelecem limites claros entre a voz citada e o texto que o cita. Por meio do relato direto, o texto alega estar reproduzindo fielmente, inclusive nas mesmas palavras, algo que de fato tenha sido dito ou escrito pelo sujeito citado. Ao inserir explicitamente determinada voz, o texto pode assimilá-la, contradizê-la, ecoá-la (ironicamente ou não) etc. (FAIRCLOUGH, 2001).

O relato direto, que pode ser entendido também, na acepção mais comum, como citação literal, é um recurso bastante empregado em textos jornalísticos a fim de imprimir confiabilidade, objetividade, imparcialidade e aparência de verdade à notícia, uma vez que, ao desempenharem o papel de testemunhas do que aconteceu, essas vozes inseridas no texto permitem que o jornalista se coloque como aquele que se limita a descrever, narrar ou apresentar a "realidade" (MARCONDES FILHO, 2009). Isso não significa, no entanto, que se trate de um relato de fato imparcial e "verdadeiro". Muito pelo contrário, cada uma das vozes articuladas em uma notícia cumpre aí propósitos bem definidos, ainda que não explícitos.

No caso dos textos selecionados no portal UnB, são entrecruzadas vozes atribuídas a atores sociais que, *a priori*, teriam participado dos acontecimentos noticiados (pesquisadores indígenas e não indígenas, alunos universitários indígenas e não indígenas, professores da UnB, profissionais e representantes da reitoria), assim como incluírem vozes atribuídas a representantes de instituições que ocupam posição de prestígio no âmbito governamental (representantes do MEC e da Funai, por exemplo). Entre essas inúmeras vozes articuladas nos textos do portal UnB por meio de relato direto, aquelas atribuídas a participantes indígenas merecem particular atenção nesta tese. Motivo: a inserção dessas vozes por meio de relato direto poderia suscitar, em alguns leitores, a seguinte pergunta: por que as vozes indígenas citadas nos textos do portal UnB não são analisadas enquanto *perspectiva indígena*?

---

formas de inserir a voz do outro no texto – entre elas a citação das palavras supostamente usadas pelo sujeito citado delimitadas por aspas – são colocadas no centro dos estudos do discurso.

Pensando nesta possível questão é que acrescento à discussão algumas observações sobre o emprego do relato direto em textos jornalísticos. Segundo Marcondes Filho (2009), o jornalista seleciona fragmentos da voz de determinado ator social que interessam à sua pauta, seja para endossar o posicionamento do jornalista e/ou o do veículo de comunicação ao qual se vincula, seja para criticar a voz desse ator social. Marcondes Filho (2009, p. 274) alerta, neste sentido, que "[...] todas as afirmações, declarações, todos os testemunhos são necessariamente pessoais e subjetivos. O que varia é o grau e a amplitude da deformação". Isto implica considerar que, na análise das vozes inseridas em um texto por meio de relato direto, é imprescindível que se leve em conta que elas não foram escolhidas ao acaso ou sem propósitos específicos, nem foram inseridas na notícia tal qual foram enunciadas pelos atores sociais (ou "fonte", no jargão jornalístico), tampouco representam a voz de todos os participantes do acontecimento.

Em outras palavras, a inserção de uma voz por meio de relato direto de forma alguma é garantia da fidelidade do jornalista ao que disseram aqueles que são representados em textos jornalísticos. E, ainda que fossem fieis, deve-se levar em conta que se trata de fragmentos de um texto (oral ou escrito) selecionados e aí articulados conforme os propósitos do jornalista, que raras vezes são se assemelham aos propósitos daquele que é citado. Quer dizer, ainda que as vozes atribuídas a participantes indígenas inseridas por meio de relato direto nos textos do portal UnB sejam, de fato, vozes indígenas e que tenham sido retextualizadas na notícia de maneira, digamos, fiel ao que o participante indígena representado tenha proferido, deve-se partir do princípio de que os autores dos textos do portal UnB analisados, buscando zelar e reforçar a identidade da UnB perante a sociedade, que é uma de suas tarefas, conforme discutido no *segundo capítulo*, selecionaram criteriosamente os excertos das vozes indígenas citadas nessas notícias e articularam-nas de forma que correspondessem às suas pautas. Assim é que as vozes atribuídas a participantes indígenas por meio de relato direto nos textos do portal UnB são concebidas como fazendo parte da *perspectiva do portal UnB*.

Dito isto, apresento, a seguir, dois excertos representativos da *perspectiva indígena* acerca da exclusão dos povos indígenas do ensino superior.

31. Hoje em dia se observa muitos programas de inserção de estudantes indígenas nas Universidades, porém muitas delas não se preocupam com a permanência do mesmo. Dessa forma muitos estudantes acabam por abandonar seus cursos, pois possuem dificuldades em seguir o fluxo, problemas sociais, financeiros, entre diversos outros problemas.

As reivindicações dos estudantes foram: acompanhamento pedagógico, socio-psicológico para os aluno, moradia da Casa do Estudante, Restaurante Universitário, livros, local de convivência para os estudantes (uma espécie de centro acadêmico) [**PgInd_7**]

32. Como era de se esperar a demanda de estudantes dentro da Universidade vem aumentando a cada ano, e através da convivência dos estudantes no dia-a-dia, vem se observando que algumas coisas poderiam obter condições melhores, exemplo: monitorias, assistência pedagógica, aulas de reforço, informática entre outros, que são processos básicos para que o aluno tenha um bom rendimento dentro da universidade [**PgInd_8**]

Note-se que a primeira dificuldade mencionada no excerto 31 da PgInd_7 é "seguir o fluxo" e a primeira reivindicação da lista apresentada no texto desta página é "acompanhamento pedagógico", da mesma forma que "monitorias, assistência pedagógica, aulas de reforço, informática" são as demandas apresentadas no excerto 32 da PgInd_8. Da perspectiva indígena, então, trata-se de conferir visibilidade a demandas decorrentes da situação desfavorável da educação formal indígena nos níveis que precedem o ensino superior, enquanto uma das responsáveis pela exclusão dos povos indígenas da universidade.

No que tange à educação escolar para os povos indígenas, é razoável revisar, em breves linhas, algumas questões. Em que pesem os inúmeros avanços conquistados pelos povos indígenas no tocante à educação escolar formal, as condições de funcionamento das escolas indígenas ainda são inquestionavelmente desfavoráveis. O que se tem em muitas comunidades, conforme indica Grupioni (2006), são escolas caracterizadas por parcos recursos pedagógicos e didáticos, calendários, programas e

materiais incoerentes com as crenças indígenas, operando unicamente no idioma nacional e menosprezando os conhecimentos tradicionais do grupo.

Quer dizer, este é o cenário da educação escolar indígena. Cenário do qual resulta, *a priori*, a dificuldade que os alunos indígenas – como qualquer outro aluno cuja escola tenha este mesmo cenário – enfrentam, pelo menos nos primeiros semestres, em uma universidade pública. A análise dos textos produzidos pelos universitários indígenas me permite dizer que esses alunos parecem ter bastante clareza dessa injustiça e dos fatores que determinam seu sucesso ou insucesso na universidade.

Outro aspecto frequentemente apontado por participantes indígenas como um obstáculo à sua permanência na universidade é a falta de apoio financeiro, conforme revelam os excertos abaixo.

> 33. [...] muitos estudantes acabam por abandonar seus cursos, pois possuem dificuldades em seguir o fluxo, problemas sociais, financeiros, entre diversos outros problemas. [**PgInd_7**]

> 34. Os acadêmicos indígenas fizeram também colocações em relação à sua condição de estudante indígena, necessitando de apoio financeiro [GT "comidas" – **PgC.Amp_2/Ind**]

> 35. Que o governo federal, através do MEC, crie uma bolsa de estudo universitário indígena direcionada diretamente ao estudante, através de "cartão" para garantir a permanência [...] Criação e implementação de condições de permanência dos acadêmicos indígenas nas instituições de ensino superior públicas e privadas tais como: recursos para moradia, transporte, equipamentos, material didático [...] [encaminhamentos do GT "educação" – **PgC.Amp_2/Ind**]

As dificuldades mencionadas nos excertos acima convergem para os resultados apontados por um levantamento, de caráter preliminar, realizado pelo Cinep, da situação econômica e social de acesso e de permanência de estudantes indígenas no ensino superior no Brasil. A maioria dos questionários analisados nesse estudo exploratório, cujos dados

foram coletados entre 2005 e 2008 em diversas regiões do país, aponta dificuldades financeiras (compra de material didático, textos, alimentação e moradia) como um dos principais entraves para a permanência de universitários indígenas no ensino superior (CINEP, 2010). Cabe destacar ainda a lista de propostas para assegurar o ingresso e a permanência de alunos indígenas no ensino superior apresentada pelo Cinep a partir das sugestões dos universitários indígenas que colaboraram com a pesquisa:

> a criação de programas de manutenção para os estudantes [...] (**bolsas de estudo**), a consolidação de uma política pública para ingresso e permanência no ensino superior (abertura de maior número de vagas para indígenas nas universidades federais e a consolidação do sistema de reserva de vagas nos casos já existentes); a criação de programas de estágio remunerado e pesquisa para os estudantes indígenas, como forma de **melhorar seu desempenho**, adquirir experiência e receber um salário; a criação **de núcleos de apoio dentro das universidades, de acompanhamento pedagógico, psicológico e social dos alunos indígenas** (CINEP, 2010, p. 257, são meus os grifos em negrito).

Os resultados obtidos nesse levantamento corroboram as análises dos excertos acima, revelando, portanto, que boa parte das dificuldades enfrentadas pelos universitários indígenas na universidade decorre da falta de apoio financeiro e da precariedade da educação formal para os povos indígenas.

Antes de avançar a análise do conjunto de excertos representativos da perspectiva do portal UnB acerca da exclusão dos povos indígenas do ensino superior, um excerto merece destaque.

> 36. INCLUSÃO FACILITADA – [...] O convênio faz parte do *Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial da UnB*. "Verificou-se a crescente parcela de indígenas, assim como de negros e pessoas de baixa renda, que não têm acesso ao ensino médio e superior de qualidade", justifica o vice-reitor da UnB, Timothy Mulholland [**PgC.Amp_1/UnB**]

O destaque dado ao excerto 36 da PgC.Amp_1/UnB diz respeito ao emprego do verbo "verificar(-se)", uma vez que, neste contexto, pode significar, conforme o Dicionário Aulete digital (cf. nota 4), "provar ou investigar a verdade de (constatar)"; "realizar teste com (examinar, conferir)". A partir dessas descrições semânticas, pode-se dizer, primeiro, que, da perspectiva acadêmica, as políticas para contribuir com o ingresso de alunos indígenas na universidade é fruto exclusivamente de a própria universidade ter constatado ou conferido (talvez por meio de pesquisas ou de reflexões teóricas) "a crescente parcela de indígenas [...] que não têm acesso ao ensino médio e superior de qualidade". Segundo, opera-se aí uma série de apagamentos de forma que a situação, que é resultado de sistemáticas relações sociais de discriminação, é *naturalizada*, ou seja, concebida como um acontecimento natural (THOMPSON, 2002). Na voz atribuída ao vice-reitor da UnB (cf. excerto 36), apaga-se o caráter histórico da ausência – "crescente parcela", aliás, mereceria ser discutida em maior detalhe, mas não o será por pura falta de tempo – de participantes indígenas na esfera de atividades acadêmicas; apagam-se as discriminações, as tentativas de silenciamento e de exclusão dos povos indígenas nessa esfera social; apaga-se também todo um conjunto de ações empreendidas pelos povos indígenas (e não só deles, mas de outros grupos minoritários também) em torno de sua inserção no universo da academia e da formulação de políticas para o ingresso de alunos indígenas no ensino superior. Tudo isso é ofuscado, só não o fato, digamos assim, de a academia ter "verificado" a existência da "crescente parcela desses povos que não tem acesso" à universidade.

A respeito desse excerto 36, cabem duas observações. Primeira, segundo o Cinep (2010, p. 205), apesar de a comunidade acadêmica ter conferido alguma visibilidade às discussões sobre a exclusão de indígenas no ensino superior no momento em que foram implementadas políticas de cota ou de reserva de vagas para os povos indígenas na universidade, a demanda por ensino superior já estava na pauta indígena há bastante tempo, o que pode ser comprovado pelo número de alunos indígenas que buscavam formação em faculdades privadas, independentemente dessa política. Segunda observação, a adoção da política de cotas ou de reserva de vagas implica, nas palavras esclarecedoras de Carvalho (2006, p. 13), que a exclusão étnica e racial já não pode ser tratada de forma naturalizada,

no meio acadêmico, ou sob "o argumento da neutralidade científica ou do desconhecimento".

A seguir, proponho excertos que me parecem reveladores da forma como os textos do portal UnB analisados abordam a situação desfavorável da educação escolar indígena para os povos indígenas.

> 37. [...] Gersem [Baniwa] denunciou a situação precária em que se encontra a educação dos índios. "[...] o ensino médio enfrenta a falta de professores e de oferta", afirmou.
>
> [...] Dados do Ministério da Educação (MEC) mostram que [...]. O ensino médio, porta de entrada para a graduação superior, conta com apenas 7 mil alunos. Já o ensino fundamental agrega 180 mil crianças indígenas.
>
> O secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, André Lázaro, reconhece a deficiência no modelo. "É um círculo vicioso: a falha no ensino médio prejudica a acesso às universidades, que por sua vez dificulta a formação de docentes para as escolas". Para ele, a voz do índio deve ser a primeira na transformação. "Começamos a trabalhar com a singularidade das etnias e não mais por divisão no estado. Isso vai facilitar a aproximação de programas de apoio", destacou [**PgUnB_2**]

Em relação à educação escolar para os povos indígenas, a análise do excerto acima revela uma série de estratégias para ocultar ou redistribuir a responsabilidade pela situação desfavorável dessa educação. Em "a falha no ensino médio prejudica o acesso às universidades" (cf. excerto 37 – PgUnB_2), por exemplo, por meio da *nominalização*, são apagados os responsáveis por esta falha e os prejudicados por ela. Neste excerto, "modelo", falha", "acesso" etc. são representados como "acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que [a] produza" (THOMPSON, 2002, p. 88). Quer dizer, ninguém é explicitamente vinculado, no texto, ao "círculo vicioso[104]", ao "modelo" deficiente, à "falha no ensino médio". Segundo Hodge e Kress (1993), a *nominalização* é um recurso que serve

[104] Considerando a explicação oferecida pelo Dicionário Aulete Digital para "círculo vicioso", na rubrica da lógica – "Falha da sequência lógica na demonstração da verdade de uma proposição, por depender da verdade de uma segunda proposição que, por sua vez, só pode ser demonstrada pela verdade da primeira proposição" – acredito que não seria fora de propósito dizer que se tem, no raciocínio construído nesse excerto selecionado na PgUnB_2, um bom exemplo de "círculo vicioso".

para enfatizar o estado e o caráter abstrato, ao invés de destacar o processo e sua concretude.

Da mesma forma que cabe ao "acesso prejudicado" a responsabilidade por dificultar "a formação de docentes para as escolas". E, finalizando o raciocínio construído no excerto 37, tem-se – curiosamente, diga-se de passagem – "a voz do índio" que "deve ser a primeira na transformação" e "a singularidade das etnias" que dificulta "a aproximação de programas de apoio" como as fontes dos problemas da educação formal indígena. Ao contrário das causas abstratas e, digamos, "inesperadas" (em termos da progressão das ideias) disseminadas no parágrafo que insere a voz atribuída ao representante do MEC, na voz atribuída a Gersem Baniwa, as causas da situação precária da educação escolar indígena são pontuais e bem concretas: "falta de professores e de oferta" (cf. excerto 37 – PgUnB_2).

Em relação ao enunciado "a voz do índio deve ser a primeira na transformação", apresento, a seguir, um excerto que me parece revelador neste sentido.

> 38. Se os índios não dominarem as técnicas de produção e transmissão de conhecimento, eles serão eternamente representados pela voz dos brancos. E para alcançar a autonomia de pensamento há um único caminho: a educação. A colocação feita por Teresinha Pereira da Silva, durante a abertura do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores, e Profissionais Indígenas, [...], resume o objetivo do encontro realizado na Universidade de Brasília. [**PgUnB_2**]

Parece-me evidente que, por meio da voz atribuída à participante Teresinha, o texto da PgUnB_2 responsabiliza os próprios povos indígenas por essa suposta falta de domínio de "técnicas de produção e transmissão de conhecimento" e pelo investimento insuficiente na educação escolar indígena (cf. excerto 38). Isso significa eximir a universidade de qualquer responsabilidade quanto à educação escolar indígena, redistribuir a responsabilidade ou ocultar a agência que caberia à universidade. Há nessa voz também um alerta aos indígenas sobre a importância da educação ou sobre a necessidade de alcançarem autonomia de pensamento por meio da educação. Ou seja, dizer "a voz do índio

deve ser a primeira na transformação" (cf. excerto 37 – PgUnB_2) significa dizer que deve ser a primeira a ser transformada. Se minha interpretação estiver correta, pode-se considerar que a voz atribuída ao participante André Lázaro (representante do MEC) (cf. excerto 37) faz eco à voz atribuída à participante indígena Teresinha (cf. excerto 38), na medida em que ambas responsabilizam os povos indígenas por sua exclusão do ensino superior.

Dito isto, apresento, a seguir, excertos representativos da forma como os textos do portal UnB analisados tratam a questão da falta de apoio financeiro enquanto fator determinante, de acordo com a perspectiva dos textos indígenas, da exclusão dos povos indígenas do ensino superior.

> 39. Munido de estatísticas, Gersem [Baniwa] denunciou a situação precária em que se encontra a educação dos índios. "Um terço dos alunos indígenas das universidades não contam com apoio do Estado. [...]" [...]
>
> Dados do Ministério da Educação (MEC) mostram que há cerca de 6 mil indígenas no ensino superior brasileiro. Desses, 961 contam com bolsas em faculdades particulares, pelo Prouni. Cerca de mil recebem a bolsa em universidades públicas por meio de convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e outros 1,6 mil professores indígenas recebem ajuda do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind). [...]
>
> [...]
>
> PROTESTO E CULTURA – Apesar dos esforços do governo federal, um protesto dos alunos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia, chamava a atenção para a falta de apoio para os 15 indígenas da instituição. "Tudo que temos vem da universidade que já passa dificuldades para nos manter. Procuramos a Funai e secretaria de Educação, mas não somos ouvidos", reclamou o tuxá Dorival Vieira, estudante de História [**PgUnB_2**]

> 40. Cunha [Luiz Otávio Pinheiro da Cunha, antropólogo da Coordenação-Geral de Documentação da Funai] lamenta ainda que, apesar de a Funai financiar os estudos em instituições particulares de inúmeros indígenas, ainda existem muitas reclamações por parte das comunidades. [**PgC.Amp_2/UnB**]

No que diz respeito às dificuldades de ordem financeira, vale destacar a forma como o protesto realizado por um grupo de alunos indígenas durante o *Congresso Indígena* é apresentado pelo texto da PgUnB_2 (cf. excerto 39). O operador argumentativo "apesar

de", associado ao pressuposto (KOCH, 2008) de que o governo federal empreende esforços evidenciam que o portal UnB assume a posição do governo federal, defendendo-o e tirando a coerência da ação dos alunos que protestaram e também a da fala de Baniwa. Trata-se de uma forma de desautorizar as vozes indígenas que protestam a este respeito. Algo semelhante ocorre no excerto 40 (PgC.Amp_2/UnB), em que o verbo "lamentar" – que pressupõe ser verdade aquilo que se "lamenta" (KOCH, 2008) – e "apesar de" – operador argumentativo que contrapõe "argumentos orientados para conclusões contrárias" (KOCH, 2008, p. 35) – resulta em uma formulação do tipo: todos sabem que a Funai tem apoiado financeiramente os universitários indígenas, mas, ao contrário do que era de se esperar, infelizmente eles continuam reclamando pela falta de apoio financeiro. A propósito, a análise do *corpus* revelou a alta frequência com que os textos do portal UnB atribuem aos participantes indígenas a ação de "reclamar", como ficará evidente mais adiante.

Ainda em relação ao excerto 39 da PgUnB_2, importa enfatizar que o parágrafo introduzido por "Dados do Ministério da Educação (MEC)", bem como os outros dois que se seguem, parecem uma tentativa de contrapor o posicionamento do participante indígena Gersem Baniwa. Aí é empregado, inclusive, o mesmo verbo usado na voz atribuída a esse participante: "contar (com)", mas sem a partícula de negação. Quer dizer, na voz atribuída a Baniwa, apresentada em relato direto, lê-se: "Um terço dos alunos indígenas das universidades *não contam* com apoio do Estado [...], afirmou [Baniwa]" e, no parágrafo seguinte, em que são apresentados "dados do MEC", tem-se: dos "cerca de 6 mil indígenas no ensino superior brasileiro [...] 961 *contam* com bolsas em faculdades particulares [...]. Cerca de mil recebem a bolsa em universidades públicas [...] e outros 1,6 mil professores indígenas recebem ajuda do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind)" (são meus os grifos em itálico). Ou seja, a apresentação destes dados, da forma como fora feita, não parece sustentar a afirmação de Baniwa – mesmo que, na verdade, os números aí expostos nada mais sejam do que a comprovação daquilo que fora apontado pelo participante indígena – mas sim para tentar contradizer a afirmação desse participante.

Além de se tratar de uma "fonte" (voz) que ocupa posição de prestígio, por ser uma voz do governo, a voz do MEC é apresentada por meio da *autonomização do enunciado* (VAN LEEUWEN, 1997), uma escolha representacional capaz de conferir autoridade impessoal à informação apresentada. Some-se a isso o fato de o parágrafo ser repleto de números (supostamente oficiais), o que agrega ainda mais objetividade e credibilidade às informações. Aliás, vale lembrar que "quantidades, números, estatísticas, independentemente se a pessoa entende ou não do contexto a que se referem, são notícia. O valor informativo aumenta quando se adicionam comparativos. [...]" em um texto jornalístico (MARCONDES FILHO, 2009, p. 274). Ou seja, não bastasse a autoridade que tem a voz do MEC, o texto (cf. excerto 37 – PgUnB_2) a insere por meio de inúmeros recursos capazes de lhe conferir ainda mais poder. Minha questão é: com que propósito esse texto apresenta essa voz de forma a parecer que "contradiz" a voz atribuída ao pesquisador indígena que aponta a falta de apoio financeiro aos estudantes indígenas?

E, falando em números, vale conferir o excerto abaixo.

> 41. "Vamos acolher todas as propostas e tentar incluí-las no orçamento do Plano Plurianual da Funai", afirmou o presidente da [Funai], Márcio Meira, [...]. Segundo ele, no ano passado, a verba total do órgão no ano passado foi de R$ 6 milhões [**PgUnB_5**]

A maneira descontextualizada como é apresentado o valor (R$ 6 milhões), no excerto 41 da PgUnB_5, é outro recurso que parece servir para contradizer a reivindicação dos debatedores indígenas a respeito da necessidade de aumentar a verba para a educação indígena. Cabe lembrar a observação do notável jornalista Aloysio Biondi[105] (2000): "Os brasileiros sempre se impressionam com cifras que falam em 'milhões' [...]".

Abaixo, incluo outro excerto singularmente representativo da perspectiva a partir da qual os textos do portal UnB abordam a questão da exclusão dos povos indígenas do ensino superior.

[105] Cf. BIONDI, Aloysio. Mentira e caradurismo ou a imprensa no reinado FHC. *In*: **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Editora Casa Amarela, ed. 41, ago. p. 8-9, 2000, p.8-9.

42. REALIDADES DISTINTAS – [...] Desde 2003, a [Universidade Estadual do Oeste do Paraná] reserva três vagas semestrais para os estudantes indígenas. No entanto, dos 18 que ingressaram, apenas dois permaneceram. Os demais desistiram por motivos como problemas financeiros, familiares e dificuldade em acompanhar disciplinas. "O aluno não continua porque as realidades são muito diferentes. Além disso, a maioria escolhe cursos em áreas como medicina, enfermagem e odontologia, que são muito difíceis", explica a professora da Unioeste Elizabeth Maria Lazzarotto.

DIFÍCIL INGRESSO - O problema da formação superior das comunidades indígenas não se restringe à permanência. Embora universidades tenham políticas de cotas para a entrada delas, muitos candidatos não conseguem entrar por não atingirem a nota de corte dos vestibulares. Essa é a realidade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Ela implantou o sistema de cotas em 2005, mas o número de estudantes indígenas que ingressaram representa apenas 18% do total de vagas oferecidas [...]. A quantidade de inscrições, por sua vez, nem sequer ultrapassou a de vagas oferecidas. Além disso, [dos 16 que ingressaram na UFT em 2006], dois alunos desistiram dos cursos por conta de problemas pessoais. [**PgC.Amp_3/UnB**]

Note-se que aí são excluídos os motivos pelos quais muitos alunos indígenas não atingem "a nota de corte dos vestibulares", têm "dificuldade em acompanhar disciplinas" e não têm sucesso em cursos "muito difíceis" (cf. excerto 42 – PgC.Amp_3/UnB). A este respeito, convém assinalar que, além de não explicar o porquê de os alunos não terem sucesso em cursos "muito difíceis", a voz atribuída à professora Elizabeth parece conferir a responsabilidade pelo insucesso no ensino superior – como o fazem tantas outras vozes articuladas nos textos do portal UnB (cf. excertos 37 e 38) – aos próprios alunos indígenas, que escolhem cursos "muito difíceis" (para eles[106]). A este respeito, Carvalho (2006, p. 23) faz uma avaliação crucial:

> [É] como se alguém, independente das dificuldades que enfrentou, no momento final da competição aberta e feroz, fosse equiparado aos seus concorrentes de melhor sorte social. Universalizou-se apenas a concorrência, mas não as condições para competir. Não se equaciona mérito de trajetória, somente conta o suposto mérito da aprovação no concurso. Nenhuma avaliação do esforço da travessia, e uma fixação cega, não problematizada, na ordem de chegada.

[106] Fique bem claro que, no discurso do portal UnB, os cursos em questão são "muito difíceis" para os estudantes indígenas.

Neste mesmo texto, pode-se observar outra estratégia recorrente nos textos do portal UnB, que serve para eliminar ou ofuscar o caráter sócio-histórico de um fenômeno representado: a *naturalização*, uma das estratégias da *reificação*. Por meio da *naturalização*, "um estado de coisas que é uma criação social e histórica" é apresentado como "um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais" (THOMPSON, 2002, p. 88). É neste sentido que entendo a menção a "problemas [...] familiares" e "problemas pessoais" (cf. excerto 42 – PgC.Amp_3/UnB) para justificar a dificuldade de ingresso e de permanência de alunos indígenas no ensino superior. Trata-se de elencar "problemas" que servem não apenas para ofuscar relações históricas de forças desiguais impostas aos povos indígenas, mas também para atribuir aos alunos, em última análise, boa parte da responsabilidade pelo insucesso no ensino superior.

Note-se que o emprego de operadores argumentativos "embora" e "mas" (KOCH, 2008) ("*Embora* universidades tenham políticas de cotas [...], muitos candidatos não conseguem entrar [...]. A UFT implantou o sistema de cotas [...], *mas* o número de estudantes indígenas que ingressaram representa apenas 18% do total de vagas oferecidas"), no excerto 42 (PgC.Amp_3/UnB), reforçam a ideia de que as universidades estão fazendo sua parte (abrir vagas para alunos indígenas), esses alunos é que não dão conta de "entrar" ou de permanecer no ensino superior.

A *dissimulação* por *eufemização* – uma estratégia empregada para representar situações decorrentes de injustiças sociais de maneira a não suscitar valorações negativas (THOMPSON, 2002) – é outra estratégia frequentemente empregada nos textos do portal UnB para "explicar" as razões da "ausência" ou da evasão dos alunos indígenas no ensino superior. O excerto 42 (PgC.Amp_3/UnB) é modelar neste sentido, que, ao mencionar "realidades distintas" e "as realidades são muito diferentes", opera um *eufemismo*.

Outra questão apontada como desfavorável pela perspectiva dos textos indígenas é a necessidade de os alunos indígenas terem que deixar suas comunidades para dar continuidade aos estudos, situação que em geral decorre da falta de escolas de ensino médio (e mesmo fundamental) nas comunidades indígenas. A este propósito, são

esclarecedores os problemas apontados pelos estudantes indígenas durante os níveis de educação que precedem ao ensino superior, conforme estudo realizado pelo Cinep.

> [...] no caso da Região Norte foram destacados os [problemas] de tipo financeiro e as dificuldades de compreensão e domínio da língua portuguesa. Na Região Sul, a grande maioria [dos universitários indígenas] salientou tanto problemas de tipo econômico quanto situações de preconceito, apontando para uma difícil convivência com colegas não indígenas. Muitos também se referiram à barreira linguística, à dificuldade com o português. Já na Região Nordeste, foram enfatizadas as dificuldades financeiras e também de deslocamento e transporte até os estabelecimentos de ensino, sendo que na época em que fizeram seus estudos de ensino fundamental ainda havia pouquíssima oferta escolar nas aldeias. No caso dos estudantes de Brasília, de forma distinta do que se observa em outras regiões, os estudantes salientaram mais as dificuldades pedagógicas do que as econômicas. [...] Os [estudantes indígenas] que afirmaram não ter sentido dificuldades [durante seus estudos nos níveis que antecedem ao superior] estudaram todos na cidade (CINEP, 2010, p. 253-4, as palavras isoladas por colchetes são inserções minhas).

O excerto, abaixo, revela a forma como a questão de os alunos indígenas terem que deixar suas comunidades para dar continuidade aos estudos é abordada nos textos do portal UnB analisados:

> 43. O rapaz [Sidney Monzila] é da tribo Umutina, uma aldeia de 450 pessoas, no município de Barra do Bugres, em Mato Grosso. Aos 12 anos, foi à cidade terminar o ensino fundamental. Quando a faculdade Unicen de Cuiabá passou a oferecer bolsas de estudo para indígenas, Sidney e seu primo deixaram a tribo e aproveitaram a oportunidade. [**PgUnB_1**]

No primeiro parágrafo do texto da PgUnB_1 (cf. excerto 43), a trajetória escolar do estudante indígena em questão é *naturalizada*, o que implica, como dito, eliminar ou ofuscar o caráter sócio-histórico do fenômeno representado. Neste exemplo, a "ida" de um menino de 12 anos à cidade, o que significou abandonar sua comunidade, para estudar é apresentada como algo "natural", "normal". O texto não menciona o provável motivo pelo qual ele precisou deixar sua aldeia aos 12 anos: a falta de escola em sua aldeia.

Ele “foi à cidade terminar o ensino fundamental”. Simples assim. “Natural” assim. Trata-se de uma perspectiva oposta à perspectiva dos textos indígenas, como revelam os resultados do levantamento realizado pelo Cinep (2010), a partir do qual pode-se dizer que sair da comunidade para dar continuidade à educação nos níveis fundamental e médio não é o que desejam os alunos indígenas. Este ponto de vista contrapõe-se à *naturalização* da saída de Sidney Monzila, em PgUnB_1 (cf. excerto 43).

Além da *naturalização* das condições sociais claramente desfavoráveis nas quais os alunos indígenas se encontram e que necessariamente incidem sobre seu ingresso e participação no ensino superior público, os textos do portal UnB recorrem à *narrativização* dos processos de exclusão do ensino superior impostos aos povos indígenas brasileiros. O excerto exibido a seguir é contundente a este respeito.

> 44. FORMAÇÃO INTELECTUAL - Ponto alto na manhã de abertura do congresso, a palestra do pesquisador e representante do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep), Gersem Baniwa, traçou um perfil histórico da educação indígena no Brasil. “A colonização portuguesa trouxe, além do genocídio, um atraso muito grande na formação intelectual dos povos”, afirmou. “A presença de índios no Ensino Superior vem de cinco anos para cá. Muito recente se comparada a países vizinhos, como a Venezuela, colonizada por espanhóis”, completou
>
> O filósofo ressaltou o caráter elitista que acompanhou o acesso às universidades nos últimos séculos. “Sempre tivemos um modelo europeu, excludente. Pouco a pouco essa realidade começa a mudar e chegar às classes menos favorecidas”, afirmou. [**PgUnB_2**]

A *narrativização*, segundo Thompson (2002, p. 83), é a estratégia a partir da qual exigências são inseridas em histórias – contadas tanto pelas crônicas oficiais como pelas pessoas ao longo de suas vidas – sobre “o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável”. O enunciado “caráter elitista que acompanhou o acesso às universidades nos últimos séculos”, extraído, *a priori*, da conferência do antropólogo Gersem Baniwa, é uma forma de justificar a exclusão dos povos indígenas do ensino superior, eximindo as universidades da responsabilidade pela situação atual da educação indígena no Brasil. Aí responsabiliza-se, mesmo que indiretamente – se é que se pode falar

em “indiretamente” aqui – a Europa. Ou seja, a responsável pela exclusão dos povos indígenas no ensino superior é a colonização portuguesa.

A respeito do excerto 44, é necessário destacar um dos aspectos mais instigantes, digamos assim, do texto da PgUnB_2: a relação entre o título da palestra de abertura e o trecho dessa palestra inserido no texto do portal UnB. O título da palestra do participante indígena Gersem Baniwa era “O ensino superior indígena no Brasil contemporâneo: desafios atuais e perspectivas futuras” (cf. PgInd_1 e PgInd_4), que indicaria, *a priori*, que o foco da conferência seria “presente e futuro” da educação indígena no Brasil, ou seja, a situação atual e as perspectivas dos povos indígenas em termos de ingresso e de participação no ensino superior e não um “histórico da educação indígena”. Mas, no texto do portal UnB, o trecho “cirurgicamente” escolhido para mencionar essa palestra é exatamente o que responsabiliza a “colonização portuguesa” pelo atraso “na formação intelectual dos povos” e destacar o papel que a “colonização portuguesa” assumiu nesse histórico (cf. excerto 44). A isso somam-se as menções a “caráter elitista que acompanhou o acesso às universidades nos últimos séculos” e a “sempre tivemos um modelo europeu, excludente”, que reforçam a ideia de que o foco da conferência de abertura do pesquisador indígena, anunciado no parágrafo anterior, foi “traçar um perfil histórico da educação indígena no Brasil”. Trata-se, portanto, da exclusão da pauta indígena, exclusão que ficará evidente à medida que as análises forem sendo apresentadas. Parece-me oportuno um parêntese: nenhum dos cinco textos do portal UnB analisados apresenta o título dessa palestra. Aliás, nem a programação do *Congresso Indígena* é divulgada nos textos do portal UnB, seja no corpo da notícia, seja por meio de um link para outra página.

Em síntese, da perspectiva dos textos do portal UnB, relações históricas de forças desiguais são apresentadas como reflexo de algum determinismo histórico indelével ou como algo “natural”, críticas à insuficiência de apoio são contestadas e a responsabilidade pela “ausência” de indígenas no ensino superior é, em última análise, dos próprios alunos indígenas.

À parte a situação desfavorável das escolas indígenas e dos problemas financeiros, pela perspectiva dos textos indígenas, a discriminação[107] e o preconceito são também apontados como obstáculos para a permanência de alunos indígenas na universidade, conforme revela o estudo realizado pelo Cinep (2010) citado anteriormente e também o excerto abaixo.

45. Manifesto Indígena - Universidade de Brasília [título]

Figura 2

Faixa tema: Não ao preconceito! unB é Multicultural. Local: ICC/Sul. UnB.

A Universidade de Brasília obteve um novo olhar sobre a questão indígena na universidade. Ontem no dia 02/10/2009, foi realizado o primeiro manifesto indígena dentro da Universidade. Os estudantes indígenas da UnB, juntamente com os vários movimentos indígenas como Santuário dos Pajés, Associação dos Povos Indígenas do Cerrado, Núcleo de Ação e Estudos Indigenistas- UnB Álvaro Tukano e demais colaboradores.

[...] O tema abordado por todos era: NÃO AO PRECONCEITO! UNB É MULTICULTURAL. [**PgC.Amp_1/Ind**]

Este manifesto promovido por um grupo de estudantes da UnB na Universidade parece não deixar dúvidas de que a comunidade acadêmica indígena enfrenta, na esfera da universidade, preconceito por parte da comunidade acadêmica não indígena.

[107] A este respeito, cabe a observação da socióloga Luciana Jaccoud, durante o Seminário *Racismo, igualdade e políticas públicas*, realizado na UnB em 2011, que assinalou: "as políticas sociais não visam a combater o racismo e a discriminação". [**Notas de campo, 30-03-2011**].

Acredito não ser sem propósito registrar a ausência de notícias, no portal UnB, sobre esse protesto promovido por alunos indígenas da Universidade. Os excertos que exibo a seguir revelam outras formas por meio das quais os textos do portal UnB ofuscam ou mesmo apagam o "preconceito" ao qual os participantes indígenas se referem.

> 46. DEBATE – Na hora do almoço foi a vez dos estudantes debaterem o tema *Ações afirmativas e cotas no contexto indígena*. Foram discutidos temas como o preconceito, além da inclusão de temáticas que reflitam a realidade desses estudantes na universidade. [**PgUnB_10**]

> 47. Indígenas reclamam do preconceito na universidade [título]
>
> Estudantes, bacharéis e pesquisadores dizem que o meio acadêmico ainda tem dificuldades para aceitar a presença de índios [linha-fina]
>
> No primeiro dia de debates do 1º Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas, a polêmica do preconceito não foi deixada de lado. Estudantes e pesquisadores contaram como foi a difícil adaptação da vida na aldeia para o ambiente universitário. [**PgUnB_4**]

Sobre o excerto 46 (PgUnB_10), cabem alguns comentários: primeiro, a atenuação do "preconceito", uma vez que não foi discutido o preconceito ou o "tema preconceito" , mas sim "temas como o preconceito", segundo, a diluição dos temas do debate decorrente da vagueza com que o texto as menciona ("temáticas que reflitam a realidade desses estudantes na universidade"). Quer dizer, tanto as "temáticas" quanto a "realidade" a que o debate se referiria são apresentadas de maneira que fiquem pouco visíveis no texto. O texto mantém essa realidade "a uma distância confortável do leitor", conforme palavras de van Leeuwen (1997, p. 218), uma vez que são apresentados como "temas de discussão", ações afirmativas, cotas[108] no contexto indígena, preconceito e realidade dos estudantes [indígenas] deixam de ser tratados como fenômenos concretos e passam para o nível da abstração.

[108] Ver nota 37 sobre a confusão entre "cota" e "reserva de vagas".

Além disso, os atores que enfrentam[109] o preconceito na universidade são excluídos por *encobrimento*, ou seja, estão pouco visíveis na materialidade do discurso. Pelo contexto, sabe-se que os atores que enfrentam o preconceito são os estudantes indígenas, mas nesse parágrafo, essa informação é apagada, o que resulta, em termos discursivos, no enfraquecimento da vinculação entre o preconceito e aquele que o enfrenta. Por outro lado, os atores sociais que praticam o preconceito (os preconceituosos, portanto) são excluídos do texto por *supressão*, uma exclusão que não permite ao leitor recuperar os agentes desse preconceito, uma vez que não há qualquer menção a eles no texto. Em síntese, o texto da PgUnB_10 (cf. excerto 46) não permite que o leitor identifique o grupo preconceituoso e coloca em segundo plano aqueles que enfrentam esse preconceito. Na mesma direção está o excerto 47 (PgUnB_4), em que os atores sociais responsáveis pelo preconceito contra os universitários indígenas são excluídos tanto no título, quanto na linha-fina do texto e, já no primeiro parágrafo, opera-se uma inversão entre "preconceito" e "adaptação" dos indígenas ao ambiente acadêmico. Quer dizer a responsabilidade é dos indígenas, que não se adaptam à esfera de atividades acadêmicas.

Pode-se dizer, com base na análise dos textos indígenas, que a "dificuldade de adaptação cultural" enfrentada pelos universitários indígenas tem a ver com a discriminação, o preconceito e a exclusão que enfrentam na universidade. Mas "adaptação cultural" parece ter outro significado e ocupar outro lugar nos textos do portal UnB, conforme parecem revelar os excertos a seguir.

> 48. Pela peculiaridade cultural e social dos alunos, muitos vindos de outras unidades da Federação, a parceria entre as instituições [...] prevê os benefícios e estímulos para garantir a permanência dos calouros durante o período acadêmico. [**PgUnB_7**]

> 49. REFORÇO – A assessora de Diversidade da UnB, Deborah Santos, ressalta a importância da Maloca para o desenvolvimento acadêmico dos alunos. "Por virem de uma realidade diferente, em muitos casos há um choque cultural que dificulta a

[109] Apesar de van Leeuwen (1997) falar em "sofrer preconceito", opto por "enfrentar preconceito", conforme expliquei na nota 101.

integração com a comunidade e a absorção do conteúdo em sala de aula. Nesse espaço [Centro de Convivência Indígena], pioneiro no país, eles poderão ter aulas de reforço e acompanhamento pedagógico adequado", comentou. [**PgUnB_8**]

50. Segundo [a decana de Ensino de Graduação, Márcia Abrahão], a ambientação dos alunos indígenas e o choque de cultura são desafios que ainda precisam ser contornados. [**PgC.Amp_4/UnB**]

Note-se que o fato de ter vindo de outra unidade da federação implica "peculiaridade cultural e social" (cf. excerto 48 – PgUnB_7). Em função da *peculiaridade* dos alunos indígenas, o convênio prevê benefícios e estímulos para garantir a permanência deles na Universidade. Ou seja, eles não permanecem na universidade por motivos de suas *peculiaridades*. Convém esclarecer que menção à "peculiaridade cultural e social"[110] serve para *naturalizar* as dificuldades resultantes dessa suposta peculiaridade e minimizar, ou dissimular, nos termos de Thompson (2002), por meio de *eufemismo*, a responsabilidade da instituição, enquanto parte do governo federal, pela situação desfavorável dos alunos indígenas. O mesmo ocorre no enunciado "por virem de uma realidade diferente" (cf. excerto 49 – PgUnB_8), em que a responsabilidade é *dissimulada* por meio da *eufemização* (THOMPSON, 2002), da mesma forma que "Realidades distintas", intertítulo do texto da PgC.Amp_3/UnB (cf. excerto 42).

Parece-me crucial tentar compreender o raciocínio construído nos textos da PgUnB_7 e da PgUnB_8: os alunos indígenas vêm de uma "realidade diferente", essa "realidade diferente" é responsável pelo "choque cultural", que, por sua vez, "dificulta a integração com a comunidade e a absorção do conteúdo em sala de aula". Para resolver esses problemas, a Universidade ofereceria "aulas de reforço e acompanhamento pedagógico adequado" (cf. excerto 49 – PgUnB_8). Esta mesma linha de raciocínio pode ser seguida no texto da PgUnB_7: os alunos indígenas não permanecem na universidade

[110] Diga-se, de relance, que, por mais que tenha instigado minha curiosidade, discutir os possíveis significados da expressão "peculiaridade cultural e social" não foi possível nesta tese. De todo modo, é preciso registrar que até o dia em que li o texto da PgUnB_7, nunca tinha ouvido falar em "peculiaridade social".

por motivos de suas "peculiaridades culturais e sociais" (cf. excerto 48 – PgUnB_7) e, por isso, o convênio Funai/FUB prevê benefícios e estímulos a eles.

Trata-se de um raciocínio que, por inúmeras razões, padece de coerência. Primeiro, em que medida "aulas de reforço e acompanhamento pedagógico adequado" (cf. excerto 49 – PgUnB_8) podem resolver o suposto "choque cultural" e a decorrente dificuldade de "integração com a comunidade"? Segundo, que tipo de "benefícios e estímulos" são oferecidos a esses alunos para compensar suas "peculiaridades culturais e sociais" (cf. excerto 48 – PgUnB_7)?

E, por fim, dizer que a "peculiaridade cultural e social" e o "choque cultural" – origens, portanto, das dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas na Universidade – decorrem de eles terem vindo de outras unidades da Federação é um raciocínio que parece ignorar o fato de que mais de 20% dos universitários brasileiros estudam em uma universidade localizada fora de seus estados de origem – e não há razão, *a priori*, para pensarmos que o mesmo não ocorre com os alunos não indígenas da UnB. Se é assim – e é – por que razões somente a "peculiaridade cultural e social" dos alunos indígenas é um obstáculo para o sucesso na universidade? A relação de causalidade que esse discurso cria, portanto, é impossível de ser estabelecida racionalmente. Acredito que os excertos acima não deixam dúvidas sobre a recorrência com que os textos do portal UnB atribuem os problemas da educação escolar indígena, em qualquer nível de educação, à "singularidade das etnias" (cf. excerto 37 – pg. 144 – PgUnB_2), à "peculiaridade cultural e social" (cf. excerto 48), ao "choque cultural" (cf. excerto 49) ou "choque de cultura" (cf. excerto 50).

Se, do ponto de vista do portal UnB, as dificuldades dos alunos indígenas na universidade decorrem, em boa medida, das diferenças entre as culturas desses povos e as da comunidade acadêmica, é razoável incluir pelo menos um excerto que trate dessa diversidade. Até porque o tema *diversidade* é bastante presente na pauta do portal UnB, sendo, inclusive, mencionado no texto que divulga os *Valores* e a *Missão* da Universidade.

> 51. [Uma das ações sugeridas pelo documento sobre o acolhimento da diversidade] é o oferecimento aos alunos não indígenas de residência durante as férias, como uma atividade de extensão, em comunidades indígenas, quilombolas e

> assentamentos de reforma agrária. "A gente lida com a diversidade ao receber o outro. Mas é uma oportunidade riquíssima permitir que os alunos pisem esse chão da diversidade do país, que a gente ouve falar, mas não conhece a realidade de fato", pontua [Leila Chalub, professora da UnB e integrante da Comissão Permanente de Acompanhamento de Ingressos Especiais]. [**PgC.Amp_7/UnB**]

O que me chamou atenção no excerto 51 (PgC.Amp_7/UnB) foi a menção explícita ao lugar da diversidade. Isto é, de acordo com a voz atribuída à professora da UnB, a diversidade é trazida para a universidade pelo "outro" (alunos indígenas), "a gente" (comunidade acadêmica não indígena, portanto) não é diversa, não tem diversidade. A diversidade está nas "comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos de reforma agrária", que são o "chão da diversidade do país". Por outro lado, essa menção ao lugar da diversidade é interessante na medida em que parece haver aí um certo reconhecimento por parte da comunidade acadêmica e talvez – só talvez – também por parte do portal UnB de que até bem pouco tempo, conforme discutido no *primeiro capítulo*, a universidade era de fato formada por um "grupo social restrito e homogêneo, quer em termos das suas origens sociais, quer em termos dos seus destinos profissionais" (SOUSA SANTOS, 1999, p. 183).

Em síntese, da perspectiva indígena, os principais fatores de exclusão dos povos indígenas do ensino superior atualmente são: a qualidade das escolas indígenas (ensino fundamental e médio), a falta de investimento do governo, a falta de apoio das universidades, o preconceito aos povos indígenas. Da perspectiva do portal UnB, por outro lado, no lugar da inadequação do sistema educacional brasileiro para os povos indígenas, é a "realidade diferente" (que nunca é definida em termos específicos) e o "choque cultural" é que estão na origem das dificuldades enfrentadas pelos alunos indígenas na universidade. Quem exclui os povos indígenas da universidade, do ponto de vista dos textos do portal UnB parecem ser, em última análise: os próprios indígenas e a singularidade (choque cultural, realidades diferentes etc.) das etnias – diversidade, em outras palavras.

Quer dizer, as dificuldades expostas pelos participantes indígenas não são apenas distintas das dificuldades que ganham destaque nos textos do portal UnB que foram analisados. Nos textos desse portal, como busquei demonstrar nas análises, operam-se apagamentos de inúmeras ordens. As vozes indígenas tratam basicamente de questões de

injustiças sociais, de discriminação, de desrespeito aos povos indígenas, não de tradições ou de cultura ("choque cultural", "peculiaridades culturais"), como os excertos analisados parecem comprovar. Mas essas questões não têm lugar na perspectiva do portal UnB. Por meio de diversos recursos da linguagem, as dificuldades de ingresso e de permanência no ensino superior enfrentadas pelos alunos indígenas são desvinculadas de qualquer causalidade social ou histórica, ou seja, são tratadas não como relações de forças desiguais com os povos indígenas, construídas ao longo da história, mas como algo "natural", que faz parte do "mundo" – do mundo indígena, claro. Resultado: a universidade é eximida da responsabilidade pelas dificuldades de ingresso e de permanência de alunos indígenas no ensino superior.

5.2 *Egressos, regressos e outros projetos*

Se, por um lado, a análise da representação acerca do ingresso e da participação de alunos indígenas na universidade apontou a relevância de ser analisada a maneira como os textos que formam o *corpus* representam a exclusão dos povos indígenas do ensino superior, por outro, revelou também a pertinência de incluir, neste estudo, a forma como os propósitos do ingresso (inclusão) de alunos indígenas na universidade são apresentados por esses textos. É para esta questão que esta seção se volta.

A mobilização dos povos indígenas por acesso e participação no ensino superior, como já discutido na *Introdução* e no *primeiro capítulo*, inscreve-se nas lutas desses povos em busca de interações horizontais com a sociedade não indígena, de inclusão em postos importantes de controle e de poder da nação, bem como de sua participação na produção de riquezas e acesso a bens e serviços. Trata-se, portanto, de uma pauta claramente política. Da perspectiva das universidades, contribuir com o ingresso e com a participação de alunos indígenas na esfera de atividades acadêmicas é uma forma de

“compensar experiências históricas negativas de discriminação, injustiças e opressões sofridas por minorias [...]” (CARVALHO, 2006, p. 39).

Asseverar interesses e objetivos é uma forma de estar à frente coletivamente da construção de seus próprios projetos (CABEZAS, 2011) e decisões quanto ao ensino superior. É atribuir coletivamente sentido à universidade, ao ingresso e à permanência dos povos indígenas nessa esfera de atividade. Os excertos, a seguir, reveladores neste sentido, são representativos da forma como as páginas indígenas analisadas definem os objetivos do ingresso dos alunos indígenas no ensino superior.

52. Graça Tapajós - Povo Tapajó - Santarem Para - Territorio Cobra Grande disse:

23 de junho de 2009 às 22:01

[...] Atualmente as universidades vem abrindo as portas para a inserção de estudantes indígenas que com seus saberes consolidam a presença de uma nata intelectual indígena que, sistematicamente vão construindo e valorizando estes saberes dentro da academia. [espaço para interatividade da **PgInd_1**]

53. Os participantes do congresso também destacaram a importância da presença indígena nas universidades, como forma de ultrapassar os universos restritos de conhecimento e de obter a pluralização do espaço universitário [**PgInd_2**]

54. mateus terena disse:

4 de novembro de 2009 às 7:02

cordialmente alunos indigenas da UnB,

[...] [o centro de convivência indígena da UnB] será o canal para fortalecimento da unidade sobre a discussão da política indigenista. Onde também surgirão grandes lideres intelectuais indígenas. [espaço para interatividade da **PgInd_9**]

55. [...] a contribuição dos que se formam pode não estar só no retorno às aldeias, mas também na possibilidade de participar do movimento indígena mais amplo. O acesso ao ensino superior não deve estar restrito aos que vivem nas aldeias, devendo incorporar também aqueles que, mantendo vínculos com elas, transitam entre aldeias e cidades [**PgC.Amp_2/Ind**]

Enumero, a seguir, excertos representativos da maneira como os textos do portal UnB definem os objetivos do Convênio Funai/FUB.

> 56. Mutaí Matos, 30 anos, estuda Administração na UnB e também pretende usar o que aprendeu para ajudar sua comunidade no município de Coroa Vermelha, na Bahia. "Antes mesmo de pensar no mestrado, eu quero voltar para a aldeia e aplicar meus conhecimentos lá mesmo", conta o índio pataxó. Mutaí conseguiu sua vaga a UnB por meio do "vestibulíndio", como é conhecido o Vestibular Indígena. [**PgUnB_1**]

> 57. Educação indígena significa a emancipação dos povos [título da **PgUnB_2**]

> 58. Segundo Mulholland [vice-reitor da UnB à época], a expectativa é que os índios capacitados pela UnB regressem às suas aldeias e comunidades e apliquem os conhecimentos para a melhoria da condição de vida dessas populações.
> É justamente isso que pretende Manoel Moreno Carvalho, aluno do 3° semestre de Relações Públicas no Iesb e um dos candidatos que fará a prova para entrar na UnB. O índio Xerente (TO) afirma que sua intenção ao procurar o ensino superior foi obter conhecimento e levá-lo de volta para a aldeia. [**PgC.Amp_1/UnB**]

Da perspectiva dos sites indígenas, portanto, o ingresso de alunos indígenas no ensino superior visa: estabelecer novas bases para o diálogo com a sociedade não indígena, consolidar "a presença de uma nata intelectual indígena" que deverá construir e valorizar os saberes dentro da academia (cf. excerto 52 – PgInd_1), possibilitar o surgimento de "grandes líderes intelectuais indígenas" (cf. excerto 54 – PgInd_9), "ultrapassar os universos restritos de conhecimento", "obter a pluralização do espaço universitário" (cf. excerto 53 – PgInd_2) e, consequentemente, maior participação na sociedade. Na perspectiva do portal UnB, por outro lado, o ingresso desses alunos na universidade nada tem a ver com novos diálogos e novas formas de participação social, nem com valorização dos saberes indígenas na academia, tampouco com pluralização do universo acadêmico. Pelo contrário, a ideia parece ser a de que eles venham das suas comunidades e para elas retornem, sem nada alterarem na universidade. Nos textos desse portal, o ingresso de alunos

indígenas no ensino superior visa possibilitar-lhes o acesso a conhecimentos científicos que deverão ser levados para as comunidades de forma a melhorar a vida dos povos indígenas.

O ensino superior é apresentado, na perspectiva do portal UnB, portanto, como uma forma de possibilitar que os alunos indígenas adquiram/obtenham conhecimentos científicos, "levem de volta" para suas comunidades esses conhecimentos e os apliquem "lá"[111]. Ou seja, o propósito do Convênio, segundo a visão dos textos do portal UnB, não é a busca dos povos indígenas por novas formas de participar da esfera de atividades acadêmicas ou por mudanças na forma como a sociedade não indígena se relaciona com os povos indígenas. Neste sentido, as palavras de Gersem Luciano e de Daniel Munduruku são importantes: "a formação acadêmica de indígenas tem ajudado a [diminuir] o desequilíbrio nas relações dos povos indígenas com o Estado e a sociedade nacional [...]" (LUCIANO, 2012, p. 11) e a relação do Estado com os povos indígenas começou a mudar no momento em que jovens indígenas "passaram a freqüentar as escolas, a ter o diploma universitário, fazerem cursos técnicos que lhes ofereciam um olhar diferenciado sobre a sociedade brasileira e sobre a participação cidadã numa sociedade em transformação" (MUNDURUKU, 2012, p. 116). Pontos de vista que assinalam a importância da formação superior enquanto ferramenta a serviço dos povos indígenas em sua busca por posicionamentos horizontais nas relações com a sociedade não indígena.

Outro aspecto que chama atenção nos textos do portal UnB é a recorrência com que anunciam que o ingresso de alunos indígenas deverá converter-se em melhorias da vida dos povos indígenas. Note-se que, em nenhum dos textos do portal UnB, entretanto, menciona-se a melhoria das relações que a sociedade não indígena mantém com esses povos. É como se os problemas enfrentados pelos povos indígenas tivessem seu princípio e fim neles mesmos, sem qualquer interferência do seu entorno. Trata-se do apagamento dos embates que a sociedade não indígena tem historicamente travado contra os povos

[111] Um ponto levantado por Bauman (2001) parece interessar para esta discussão: trata-se da mudança radical, que ele chama de vingança do nomadismo, sobre a relação binária entre nomadismo e assentamento. Enquanto as comunidades nômades foram, ao longo da era moderna, ferozmente combatidas por alguns países do mundo ocidental em detrimento de comunidades assentadas, atualmente faz-se um movimento oposto, ou seja, a elite nômade é que tem prestígio. No caso dos universitários indígenas, ao que parece, não é dada a possibilidade de uma vida nômade. Eles devem vir estritamente da comunidade e devem assumir o compromisso de voltar para a comunidade.

indígenas, que, por sua vez, lutam em posições desiguais de poder, embates dos quais decorre, em boa parte, os problemas enfrentados hoje por esses povos. Neste sentido, as palavras de Maher (2007, p. 257-8) são claras – e incontestáveis: mesmo "fortalecidos politicamente e amparados legalmente, os grupos minoritários" somente conseguem assumir de fato novos posicionamentos e exercer sua cidadania se o entorno[112] for educado para respeitá-los social, cultural e politicamente. Dito de outra forma, não faz sentido falar em melhoria da vida dos povos indígenas sem atrelá-la à mudança na forma como a sociedade não indígena se relaciona com esses povos. Não faz sentido dizer que um diploma e alguns conhecimentos científicos, "aplicados [...] para a melhoria da condição de vida" (cf. excerto 58 – PgC.Amp_1/UnB), voltados, portanto, unicamente para "dentro" de uma comunidade, poderão alterar circunstâncias claramente desfavoráveis cuja origem, em grande medida, está na relação do entorno com essa comunidade.

[112] "Entorno", no sentido conferido por Maher (2007), diz respeito a grupos com os quais as minorias sociais travam confrontos em torno da construção de significados de si e do mundo. Grupos que podem ou não contornar espacialmente essas minorias.

6. Sexto post: protagonismo, pautas e mais exclusões

Assumir-se como um lugar do qual os povos indígenas passam a fazer parte significa reconhecê-los como atores sociais do universo acadêmico, valorizando sua participação em práticas próprias da academia, seu protagonismo na formulação de diretrizes e na execução dessas diretrizes, conferindo-lhes o papel de agentes de seu ingresso e de sua participação nesse espaço e de sujeitos de suas decisões e de seus projetos. É exatamente sobre "assumir-se como um lugar do qual os povos indígenas fazem parte" que este capítulo trata.

O estudo da representação de atores sociais nos textos que formam o *corpus* valeu-se das categorias propostas por van Leeuwen (1997). Trata-se de um conjunto bastante completo e detalhado de categorias para a análise das formas pelas quais os participantes de determinada prática social são representados no texto. As duas primeiras categorias dessa proposta são *inclusão* e *exclusão*. É a partir delas que todas as outras derivam. Van Leeuwen (1997, p. 172) descreve um conjunto de escolhas representacionais "ligadas a realizações linguísticas ou retóricas específicas" utilizadas para incluir ou excluir os participantes da representação de determinada prática social. Dito de outro modo, uma vez excluído um participante, trata-se de analisar a forma como este processo se deu no texto, se o participante for incluído na representação de uma prática social, parte-se para o estudo da(s) maneira(s) como essa inclusão ocorreu. Os processos de exclusão e de inclusão, segundo o autor, partem de categorias sociológicas, mas é lançando mão de fenômenos linguísticos e retóricos, capazes de servir a interesses bem específicos de quem representa, ou seja, de quem escreve o texto, que esses processos são postos em ação nesse texto.

Van Leeuwen (1997) alerta que algumas *exclusões* podem ser motivadas exclusivamente por questões de ordem textual, como uma forma de evitar redundância, por

exemplo, assim como podem ser resultado da falta de domínio do autor do texto em relação ao funcionamento da linguagem em determinado gênero discursivo. Outras exclusões, entretanto, servem a interesses e propósitos bem específicos que aquele que representa (autor do texto e organização a qual se vincula) tem em relação aos leitores, tais como: apagar o ator social responsável por determinado processo, ofuscar o grupo que sofre injustiças sociais, bloquear o acesso a certas informações, entre outras.

Mas é na *inclusão*, segundo van Leeuwen (1997), que se concentra boa parte da força política da representação de atores sociais (participantes). Isso pode ser explicado pelo fato de ser a partir da inclusão de um ator social em determinado discurso – que pode ser realizada de inúmeras formas e com diversos propósitos – que suas ações (ou melhor, as ações que o discurso lhe atribui) se tornam presentes para aqueles que não participaram das práticas sociais que o texto apresenta (p. ex. eventos acadêmicos, reuniões etc.). A questão não é, portanto, analisar apenas a exclusão (ausência) de certos indivíduos/grupos na representação de uma prática social, mas analisar as escolhas representacionais a partir das quais esses indivíduos/grupos são incluídos/se incluem em determinado texto. À medida que as análises forem sendo apresentadas, as categorias utilizadas para analisar os dados serão definidas.

No tocante à análise das imagens, esta pesquisa se valeu da Gramática Visual formulada por Kress e van Leeuwen (2006), na qual são descritas as maneiras com que atores sociais, coisas e lugares são combinados em um "texto imagético" enquanto totalidade constitutiva de sentido. Nessa Gramática, os autores buscam, por um lado, fazer um levantamento das principais estruturas composicionais que, segundo eles, foram, ao longo da história da Semiótica Visual, transformando-se em convenções e, por outro, descrever a maneira como criadores contemporâneos de *marketing* empregam determinados recursos semióticos para construir significados em domínios particulares. As categorias de análise propostas por Kress e van Leeuwen (2006) serão descritas conforme a apresentação das análises for se desenvolvendo.

Faz-se mister destacar também que empreendi a análise da "representação visual" por concordar com van Leeuwen (1997, p. 171) quando sustenta que "com a

crescente utilização da representação visual numa enorme variedade de contextos, torna-se cada vez mais urgente ser capaz de formular as mesmas questões críticas em relação às representações quer verbais quer visuais". Por outro lado, fique logo dito que, em função da minha pouca familiaridade com os fundamentos e procedimentos interpretativos para o estudo do "discurso visual" (BUITONI, 2011), para a análise das fotografias que compõem o *corpus* considerei um número lamentavelmente reduzido de elementos, o que significa dizer que tantos outros, que mereceriam ser contemplados neste estudo, foram negligenciados.

Importa sublinhar também que, para a análise das fotografias dos textos do portal UnB, levei em conta o fato de se tratarem de fotos jornalísticas, ou seja, imagens orientadas pela relevância social e política que o veículo de comunicação atribui-lhe, por sua relação com a atualidade e por seu caráter noticioso, conforme explica Buitoni (2011). A respeito do papel que o jornalismo confere à fotografia, as palavras de Buitoni (2011, p. 27) são novamente esclarecedoras: "o jornalismo, pelo menos enquanto pretensão geral, utiliza a fotografia como prova e testemunho do real. Embora use tantas imagens meramente ilustrativas ou até publicitárias e mesmo ficcionais, a grande justificativa é o registro do real". Buitoni (2011, p. 21) sustenta ainda que "para compreender adequadamente uma fotografia, não basta recuperar suas significações mais evidentes; é preciso decifrar o excedente de significação que revela traços do simbólico de uma época, de uma classe, de um grupo artístico". No caso das fotografias veiculadas nos textos do portal UnB analisados, pode-se dizer que esse grupo é o acadêmico.

Em relação às imagens veiculadas nos sites indígenas analisados, parti dos seguintes princípios, novamente com base nas discussões de Buitoni (2011): primeiro, as fotografias fazem parte da construção de identidades coletivas e, segundo, as fotografias que um grupo, tal como o de universitários indígenas da UnB, tira de si constroem uma crônica de si mesmo. Trata-se de "uma coleção [...] de imagens que testemunha [a] coesão do grupo" e que constroi sua "narrativa imagética" (SONTAG, 1981 *apud* BUITONI, 2011, p. 44, a palavra isolada por colchetes é inserção minha).

6.1 *Protagonismo, passividade e outras pautas*

Entre o ingresso na universidade e o "regresso", temas discutidos no capítulo anterior, há inúmeras maneiras de "permanecer" na esfera de atividades acadêmicas. Esta seção volta-se para a análise do modo como os textos que formam o *corpus* representam a participação dos alunos indígenas na Universidade, suas iniciativas, suas pautas, suas atividades, enfim, o lugar que aí ocupam, ou melhor dizendo, o lugar no qual cada uma das perspectivas aqui estudadas situam esses alunos em suas representações. Parto do princípio, discutido no *segundo capítulo*, de que as formas escolhidas para representar um ator social (participante), seu grupo, suas pautas, suas organizações e suas atividades em determinada esfera de ação constroem diferentes lugares para o participante e seu grupo nessa esfera.

Apresento, a seguir, a análise da representação acerca de reuniões realizadas na UnB, e das quais participaram representantes da Associação dos Acadêmicos do Distrito Federal e representantes da reitoria da UnB. Seguem-se, primeiro, excertos dos textos indígenas nos quais a pauta dessas reuniões é definida.

> 59. A pauta da reunião foi a reivindicação dos estudantes para o cumprimento de alguns itens do convênio FUB [...] e FUNAI [...] e a construção de um Centro de Convivência indígena batizado de "Maloca UnB". As principais questões levantadas pelos estudantes durante a reunião foram a aquisição de fotocópias, sala de apoio pedagógico e moradia [**PgInd_6**]

> 60. Encontro Reitor e estudantes da Universidade de Brasília [título]

Figura 3

[...] Os estudantes Indígenas da Universidade de Brasília propuseram então uma reunião com o Reitor José Geraldo, para explanar as dificuldades encontradas dentro da universidade. [...] As reivindicações dos estudantes foram: acompanhamento pedagógico, socio-psicológico para os alunos, moradia da Casa do Estudante, Restaurante Universitário, livros, local de convivência para os estudantes (uma espécie de centro acadêmico). [**PgInd_7**]

61. Como era de se esperar a demanda de estudantes dentro da Universidade vem aumentando a cada ano, e através da convivência dos estudantes no dia-a-dia, vem se observando que algumas coisas poderiam obter condições melhores, exemplo: monitorias, assistência pedagógica, aulas de reforço, informática entre outros, que são processos básicos para que o aluno tenha um bom rendimento dentro da universidade. [**PgInd_8**]

Apresento, a seguir, um excerto que revela a forma como a pauta dessa reunião é definida pela perspectiva do portal UnB.

62. DIVERSIDADE

Figura 4

Olavo Batista emocionou os presentes ao falar das dificuldades enfrentadas na UnB [legenda da fotografia]

Alunos indígenas pedem maior assistência [título]

Estudantes reivindicam cumprimento integral de convênio assinado entre a Funai e a UnB em 2004 [linha-fina]

Representantes da administração da UnB e alunos indígenas definiram, na última sexta-feira, agenda para garantir melhores condições de moradia e aprendizado aos estudantes. Segundo a Associação de Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal (AAIDF), o convênio assinado entre a UnB e a [Funai] em 2004, para assegurar a formação e qualificação profissional de índios, não vem sendo cumprido. Problemas com moradia, falta de salas de estudo e acessos a fotocópias gratuitas, além da construção de um centro de convivência, estão entre as principais reivindicações. [**PgUnB_7**]

A análise da fotografia que compõe o texto da PgInd_7 (cf. Figura 3 – excerto 60) revela que a forma de representar visualmente a relação entre o reitor e os universitários indígenas corresponde à maneira de representá-la verbalmente, conforme ficará claro mais adiante (cf. análise dos excertos 69 e 70), ou seja, a representação verbal e a visual andam na mesma direção. O processo de ação, nessa fotografia, é voltado para o viewer (leitor) (KRESS, VAN LEEUWEN, 2006), isto é, todos os participantes olham na mesma direção, o que, em termos de representação visual, pode significar que compartilham os mesmos propósitos. As roupas usadas pelos participantes indígenas e pelos não indígenas não os diferenciam. Além disso, todos os participantes se posicionam no mesmo plano horizontal, estão todos abraçados e olhando para o leitor. Tudo isso compõe, em termos de

representação dos participantes, a ideia de horizontalidade entre eles, de alguma simetria em suas relações.

Na fotografia principal da PgUnB_7 (cf. Figura 4 - excerto 62), por outro lado, o reitor, a figura institucional, vestindo terno e gravata, é o ator social que acolhe, que ampara o aluno indígena. Esse aluno, por sua vez, representa o grupo minoritário, usa peças (colares e cocar) que indicam o grupo aí representado. A ação aí representada é a de acolhimento, de inclusão, de apoio, na qual o reitor está incluindo uma minoria étnica, afastada dessa esfera de ação. Destaque-se que o olhar do reitor é para o participante indígena, enquanto que o olhar do aluno é *intransitivo*, ou seja, não é dirigido a nenhum participante da imagem, nem ao leitor (KRESS, VAN LEEUWEN, 2006). A partir da análise desta fotografia fica bastante evidente, parece-me, quem olha e quem é olhado na academia. Trata-se de uma fotografia que reafirma, juntamente com o texto verbal, a identidade, juntamente com o texto verbal, a identidade vanguardista e acolhedora da UnB.

Quanto às reivindicações dos universitários indígenas, note-se que, em princípio, parece que os textos do portal UnB e os textos dos sites indígenas apresentam os mesmos pontos, quais sejam: moradia, salas de estudo, monitorias, assistência pedagógica, aulas de reforço, informática, acesso a fotocópias (gratuitas) e a construção de um centro de convivência. Mas a forma escolhida por cada uma das perspectivas para mencionar essas reivindicações é totalmente distinta. Primeiro, as reivindicações dos alunos, da perspectiva indígena, dizem respeito à falta de cumprimento de "alguns itens do convênio" (cf. excerto 59) e não à falta de cumprimento "do convênio", conforme descrito no texto da PgUnB_7 (cf. excerto 62). A propósito, o texto da PgInd_7 (cf. excerto 60) sequer faz referência a "não cumprimento", pelo contrário, aí é dito que "a UnB tem cumprido com suas promessas", conforme mostrará o excerto 69. Diga-se, de passagem, que, no Google, a ocorrência da expressão "cumprimento integral" se dá, em geral, no âmbito jurídico, associado aos verbos "exigir" e "cobrar" (uma liminar). E também associado a "cumprimento de contrato".

Segundo, nos textos indígenas, as "principais questões levantadas" (cf. excerto 59 – PgInd_6, ou as "reivindicações" cf. excerto 60 ou ainda as "coisas que poderiam obter

condições melhores" cf. excerto 61) dizem respeito a: aulas de reforço, informática, acompanhamento/assistência pedagógico/a, sócio-psicológico, moradia na Casa do Estudante, Restaurante Universitário, livros, local de convivência para os estudantes (centro acadêmico) e monitorias. Já o texto da PgUnB_7 menciona que "entre as principais reivindicações" estão os "*problemas* com moradia, *falta* de salas de estudo e acessos a fotocópias *gratuitas*, além da construção de um centro de convivência" (cf. excerto 62). Ou seja, ao destacar as "questões", ou melhor, os "problemas" elencados pelos alunos indígenas, o texto do portal UnB invisibilizam as demandas que dizem respeito diretamente à UnB.

Trata-se de detalhes que, à primeira vista, parecem irrelevantes, mas, considerando o conjunto total de textos analisados, são detalhes que, em última análise, constroem concepções bastante distintas do grupo de alunos indígenas, situando-os em lugares também distintos. A partir desses "detalhes", que são escolhas representacionais, nos textos indígenas, os alunos são situados no lugar de quem "levanta questões" em busca de melhorias para seu grupo, de quem "propõe reuniões", de quem "explana dificuldades" etc. Lugar de quem formula suas pautas e empreende esforços concretos para reverter aspectos desfavoráveis ao seu grupo. O texto da PgUnB_7, por sua vez, situa os alunos indígenas no lugar de quem "reclama", de quem "exige", de quem "pede", ou seja, o lugar da passividade, daí a necessidade de tutela, e o lugar dos que, mesmo sendo beneficiados pela ação de outros, reclamam, reivindicam, pedem e assim por diante, como ficará evidente ao longo deste capítulo.

A diferença dos papéis que as diferentes perspectivas aqui estudadas atribuem aos alunos indígenas pode ser observada também nos excertos que tratam da construção de um centro de convivência indígena na UnB.

> 63. Hoje 12 de junho de 2009, uma comissão dos universitários indígenas se dirigiu à reitoria para entregar o projeto de construção de um Centro de Convivência Indígena na UnB. Entregamos o projeto e marcamos uma reunião com o Reitor José Geraldo na próxima semana 19/06. [**PgInd_5**]

64. Recentemente os alunos apresentaram também o projeto MALOCA UNB, trata-se de um Centro de Convivência onde será construído na Universidade de Brasília, a UnB acatou com sucesso o projeto e incluirá no plano de metas da Universidade. [**PgInd_7**]

65. [...] os estudantes indígenas da UnB, propuseram a criação do Maloca UnB ou Centro de Convivência Indígena, que têm como objetivo principal dar condições estruturais e pedagógicas para os estudantes. Nesta quarta-feira foi a entrega do Projeto Arquitetônico do "maloca", para a UNB, representadas pelo Chefe de gabinete Nielsen, e a SEPLAN (Secretaria de Planejamento). Estiveram presentes também estudantes indígenas, professores que acompanham os mesmos e a FUNAI (cuja a UnB quer entrar em parceria para aquisição de recursos e patrocínios). [**PgInd_8**]

O excerto, a seguir, diz respeito à perspectiva do portal UnB.

66. Indígenas terão centro de convivência [título]

UnB será pioneira na criação do espaço, que ficará pronto até outubro de 2010. Ideia é valorizar a cultura e apoiar alunos [linha-fina]

Universidade de Brasília será a primeira instituição de ensino superior do Brasil a ter um centro de convivência para a comunidade acadêmica indígena. As obras para a construção da Maloca, como os alunos batizaram o lugar, começam em março de 2010 e devem terminar em outubro. Em reunião com representantes dos estudantes e da Reitoria, o plano arquitetônico apresentado pelo Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan) – responsável pelas construções nos campi – foi aprovado esta semana.

[...] "O projeto ficou lindo, do jeito que a gente queria", comemorou [Tanielson Poran, estudante de Engenharia Florestal e presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal (AAI/DF)].

[...] A professora ressalta a mobilização dos alunos para conquistar o espaço. "Apesar de o convênio (com a Funai) ter começado em 2004, até pouco tempo eles não tinham uma sala sequer. [**PgUnB_8**].

A respeito da construção deste Centro de Convivência, os textos indígenas assinalam que foi com base na proposta apresentada pelos universitários indígenas (cf. excerto 63), que a UnB elaborou o projeto do Centro, mas no discurso do portal UnB, a esses alunos cabe apenas a ação de "batizar" o lugar e comemorar as realizações da UnB, conforme revela a análise do texto da PgUnB_8. Aí é totalmente ofuscado o protagonismo

desses alunos em relação à construção desse Centro. Todo o processo relatado nos textos divulgados na PgInd_5, PgInd_6, PgInd_7 e PgInd_8 foi excluído dos textos do portal UnB. Sublinhe-se que, mesmo quando o texto da PgUnB_8 menciona, por meio da voz atribuída a uma professora da Universidade, a mobilização dos alunos (cf. excerto 66), ele o faz de forma a ofuscar a agência desses alunos. Primeiro, por meio da *nominalização* ("mobilização"), recurso que, segundo Hodge e Kress (1993), serve para enfatizar não o processo, mas sim o estado, não a atividade, mas sim o objetivo, não o concreto, mas sim o abstrato. Além disso, pela relativa vagueza do processo *nominalizado* (mobilização) e pela falta de referência às ações concretas empreendidas pelo grupo para a conquista desse espaço, a agência dos universitários indígenas assume caráter ainda mais abstrato ao processo, o que invisibiliza esses atores sociais frente à construção do Centro de Convivência Indígena. Resultado: o foco não está nos atores sociais que se mobilizaram, mas sim na mobilização, que, por sua vez, não diz quase nada a respeito das ações desses atores.

Por fim, chamo atenção para um aspecto bastante relevante nos textos indígenas que tratam da construção do Centro de Convivência: a ênfase no compromisso do reitor da Universidade com os universitários indígenas e no diálogo direto estabelecido entre eles, conforme revelam os excertos a seguir.

> 67. Hoje 12 de junho de 2009, uma comissão dos universitários indígenas se dirigiu à reitoria para entregar o projeto de construção [...]. Fomos bem recebidos pelo professor NIELSEN DE PAULA (chefe de gabinete), e logo após resolvida toda questão, nos é oferecido um cafezinho como "cortesia". "Vou fazer o possível para que esse projeto saia o mais rápido", disse o chefe de gabinete. Isso é muito importante para nós universitários, fico feliz em saber que os indígenas sempre são bem vindos na reitoria da UnB. [**PgInd_5**]

> 68. O reitor da universidade se comprometeu com os estudantes de resolver as questões reivindicadas, e confirmou o apoio da universidade para projeto de construção do Centro de Convivência Indígena- Maloca UnB. Propôs ainda que a Universidade e os estudantes juntamente com a FUNAI, façam audiências públicas para avaliar o convênio e a buscar meios para a questão da moradia. [**PgInd_6**]

69. Eis o encontro que protagonizou o compromisso da Universidade de Brasília com os estudantes indígenas [...] O encontro protagonizou o compromisso direto entre a universidade e os estudantes. [...] Certo de que algumas delas poderiam ter sido resolvidas rapidamente, a UnB tem cumprido com suas promessas, mas a luta ainda continua. [**PgInd_7**]

Segue-se um excerto que revela a forma como a interação entre o reitor e os universitários indígenas é apresentada pela perspectiva do portal UnB.

70. Como resposta, o reitor José Geraldo de Sousa Junior pediu aos membros da Comissão de Assuntos Indígenas, criada no início do semestre, uma agenda de compromissos para garantir os benefícios aos alunos. "Temos que trazer a Funai para debater a aplicação do convênio e levantar melhorias", afirmou. O reitor ainda ordenou o cumprimento imediato da gratuidade das fotocópias, por meio de convênio entre a UnB e estabelecimentos do campus, e da escolha de uma sala para aulas de reforço, que deve ficar no pavilhão João Calmon. [**PgUnB_7**]

Nos textos dos sites indígenas, como fica claro nos excertos acima, é reafirmado o compromisso da UnB, nas figuras do "chefe de gabinete" (cf. excerto 67 – PgInd_5) e do reitor (cf. excertos 68 – PgInd_ 6 – e 69 – PgInd_7) com o grupo de universitários indígenas. Na PgInd_6, por exemplo, o reitor é representado como se reportando diretamente aos alunos indígenas e com eles se comprometendo. Aí os estudantes são incluídos no "debate" com a UnB e a Funai para "avaliar o convênio e a buscar meios para a questão da moradia" (cf. excerto 68). Ou seja, os alunos são representados assumindo papel ativo nos debates, decisões e execução das questões que inscrevem na agenda da Universidade, registros que comprovam a importância da valorização do protagonismo do grupo.

Mas esta não parece ser a perspectiva do portal UnB. No texto da PgUnB_7, o reitor é representado se reportando aos membros da Comissão e não aos alunos, conforme revela o excerto 70. Aí, só lhes cabe "pedir", "reivindicar" etc. ou, na melhor das possibilidades, batizar o Centro de Convivência e comemorar a ação da UnB (cf. excerto

66). São poucas as vezes que os textos desse portal incluem os alunos indígenas em suas representações, ativando-os em relação à formulação de diretrizes e à execução. Em geral, nos textos desse portal, os participantes indígenas figuram como atores sociais passivos, que se beneficiam da ação da UnB. Na PgUnB_7, por exemplo, o enunciado "Temos que trazer a Funai para debater" (cf. excerto 70) parece indicar (nós, UnB e não nós – UnB – e vocês, alunos indígenas). Assim como no título e na linha-fina do texto da PgUnB_8 "Indígenas" são *passivados* por *beneficiação* em relação a "ter centro de convivência", enquanto a "UnB" é agente em relação a "ser pioneira na criação do espaço" (cf. excerto 66). Em síntese: o texto confere à UnB um papel ativo frente a processos que geram resultados concretos e papel passivo aos alunos indígenas, sendo incluídos na representação como atores sociais que se beneficiam das ações da UnB.

Assumir-se (e ser assumido) como protagonista na esfera de atividades acadêmicas requer que se vá além de reuniões no âmbito administrativo da Universidade. Trata-se também de participar de outras práticas sociais que aí são empreendidas com objetivos distintos daqueles que motivam reuniões como as que analisei anteriormente. É neste sentido que destaco *a I Semana Indígena da UnB*, um evento realizado na Universidade, promovido, conforme assinalam os textos que formam o *corpus*, pela Associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal em parceria com a UnB.

É para a forma como esse evento é representado pelos textos indígenas e pelos do portal UnB que o foco desta seção se volta a partir de agora. Enumero, a seguir, excertos que encerram os aspectos que mais chamam atenção neste conjunto de textos. Antes, porém, convém chamar atenção para uma categoria bastante frequente no conjunto de excertos representativos dos textos do portal UnB: a *exclusão* de atores sociais.

Como anunciado anteriormente, nem todas as *exclusões* têm como fim apenas a coesão textual ou decorrem da falta de domínio do autor em relação ao gênero do discurso (VAN LEEUWEN, 1997). Muitas *exclusões*, especialmente aquelas empreendidas em textos jornalísticos, servem a interesses e propósitos bem específicos do jornalista e da organização para a qual trabalha. Segundo van Leeuwen (1997), as *exclusões* podem apagar totalmente os atores sociais (*supressão*) responsáveis por determinado processo ou aqueles

que são afetados por esse processo ou dele se beneficiam, ou podem colocar os atores sociais em segundo plano (*encobrimento*). Daí a *exclusão* ter se mostrado uma categoria altamente produtiva em pesquisas críticas do discurso voltadas para a forma como atores sociais e suas atividades são excluídos da representação acerca de práticas sociais valorizadas em instituições de prestígio (VAN LEEUWEN, 1997).

Uma estratégia bastante recorrente, nos textos selecionados no portal UnB, para excluir participantes indígenas é a o *encobrimento* – recurso a partir do qual, conforme explica van Leeuwen (1997), os atores são mencionados em partes do texto em relação a algumas ações e, em outras partes e frente a outras ações, são apagados ou mencionados de forma indireta ou mesmo ambígua. Resultado: a agência desses atores perde visibilidade. Note-se que, nas formulações de van Leeuwen (1997), o mecanismo utilizado no *encobrimento* é a elipse, enquanto que os mecanismos de *supressão* – que seria a exclusão radical dos atores sociais em um texto – basicamente são: apagamento do agente da passiva, orações infinitivas empregadas como participante gramatical, nominalizações, uso de nomes de processos, para mencionar apenas os recursos observados nos dados. Faz-se mister esclarecer que, ao longo da análise do *corpus* desta pesquisa, esses mecanismos de *supressão* foram observados também para colocar os atores sociais em segundo plano (*encobrimento*) e, por isso, nesta tese, são classificados como *encobrimento*, independentemente do mecanismo empregado para isso, todos os casos em que os atores sociais são mencionados de forma explícita em relação a algumas ações e, frente a outras, omitidos de tal sorte que não se possa ter certeza de sua participação no processo representado. Por outro lado, os casos em que não é possível recuperar, no texto, os atores sociais responsáveis, afetados ou beneficiados por determinado processo são classificados como *supressão*. Convém assinalar que os casos de *supressão* são bem menos frequentes, no *corpus* de pesquisa, do que os de *encobrimento*.

71. SEMANA INDÍGENA NA UNB [título]

Figura 5

Dias 11 e 12 de agosto de 2010, a Universidade de Brasília contará com um evento especial, realizado pela Associação dos Acadêmicos Indígenas- AAIDF com apoio da Fundação Universidade de Brasília. O evento estará recheado de palestras, vídeos, painéis, danças tradicionais entre outros. [**PgInd_10**]

72. Semana Indígena na UnB-2 dias para marcar a UNB [título]

Figura 6

A associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal- AAIDF em conjunto com a Universidade de Brasília promoveram a SEMANA INDÍGENA que por sua vez era composta por exposições, danças, rituais, comidas típicas, debates, exposições de artesanatos, painéis, entre outros. [...]

[...] Em seguida estudantes dançaram o Toré – principal dança indígena de algumas regiões do Nordeste, debates, exposições e oficina de pintura corporal também compuseram esse primeiro dia. [...]

O segundo dia foi composto por uma dança originada na região do Alto Rio Negro-Amazonas, e foi apresentada pelas indígenas Barés da universidade. Logo em seguida foi dado início a mais um debate que tinha como convidados Álvaro Tukano- Liderança Indígena, Edilson Baniwa- Doutorando em Linguistica UnB e Prof. Arion Rodrigues- Depto Laboratório de Linguas Indígenas. Para finalizar o dia foi oferecido o TEMBI'U (comida, ou o famoso cofee-break indígena), repleto de comidas típicas a todos os gostos!!

Figura 7

Oficina de Pintura Corporal [legenda da fotografia]

[**PgInd_11**]

Apresento, a seguir, excertos em que a agência de participantes indígenas frente a certos processos é *encoberta*.

73. Semana Indígena promove integração entre estudantes [título]

Danças, artesanatos, pintura corporal e fotografias farão parte das atividades promovidas pela associação de estudantes indígenas [linha-fina]

[...] A ideia é aproximar culturas por meio de danças, rituais, fotografias e debates. A abertura das atividades será às 11h desta quarta-feira, 11 de agosto, no Restaurante Universitário. A programação segue até quinta-feira, 12. A iniciativa marca as comemorações da *Semana Internacional dos Povos Indígenas.* [...]

A abertura será no RU e seguirá para o Anfiteatro 9, onde quatro etnias apresentarão o Toré, uma dança sagrada de povos das regiões Norte e Nordeste do país. [**PgUnB_9**]

74. A abertura da *1ª Semana Indígena da UnB* foi realizada na manhã desta quarta-feira, 11 de agosto. Reunidos no Restaurante Universitário (RU), alunos indígenas dançaram e cantaram músicas tradicionais de suas etnias. [...]

DEBATE – Na hora do almoço foi a vez dos estudantes debaterem o tema Ações afirmativas e cotas no contexto indígena. Foram discutidos temas como o preconceito, além da inclusão de temáticas que reflitam a realidade desses estudantes na universidade. Ana Paz, doutoranda da Faculdade de Educação, mediou o debate. [**PgUnB_10**]

Considerando que, da perspectiva do portal UnB, "a ideia [da *Semana Indígena* seria] aproximar culturas por meio de danças, rituais, fotografias e debates", parece-me crucial saber a quem os textos desse portal atribuem essas atividades. Antes de apresentar a análise desta questão, cabe salientar que nem o texto da PgUnB_9, nem o da PgUnB_10 permitem que o leitor saiba a quem é atribuída a "ideia" ou a "iniciativa" de promover a *Semana Indígena*. No texto da PgUnB_9, por exemplo, por meio de *nominalizações* seguidas do *apagamento do agente da passiva*, os atores sociais são suprimidos: "a ideia é aproximar culturas" – ideia de quem? – "a iniciativa marca as comemorações" – iniciativa de quem? (cf. excerto 73).

Talvez fosse possível dizer que o texto atribui essa ideia/iniciativa à "associação de estudantes indígenas". Por outro lado, note-se que o evento contaria tanto com atividades artísticas (danças, artesanato etc.), quanto com debates e apresentação de painéis. Mas, ao mencionar "danças, artesanatos, pintura corporal e fotografias farão parte das atividades promovidas pela associação de estudantes indígenas", o texto atribui à associação de estudantes indígenas à ação de promover as atividades artísticas, e não os debates. Esta interpretação encontra respaldo na análise dos seguintes enunciados: "os 54 alunos indígenas [...] terão a oportunidade de mostrar um pouco de sua cultura para os colegas", "quatro etnias apresentarão o Toré, uma dança sagrada [...]" (cf. excerto 73), "Reunidos no Restaurante Universitário (RU), alunos indígenas dançaram e cantaram músicas tradicionais de suas etnias" (cf. excerto 74 – PgUnB_10).

Por outro lado, ao apresentarem os debates, os textos da PgUnB_9 e PgUnB_10, ou *suprimem* totalmente os atores sociais, como no caso do excerto 73, no qual se afirma que "duas mesas de debate abrirão espaço para discussões sobre ações afirmativas e a presença dos indígenas na universidade", ou esses textos *suprimem* o adjetivo "indígena" de forma que o leitor não pode saber se os atores sociais que debateriam são indígenas ou não, como no caso do excerto 74 ("Na hora do almoço foi a vez dos estudantes debaterem o tema Ações afirmativas e cotas no contexto indígena. [...] Ana Paz, doutoranda da Faculdade de Educação, mediou o debate"). Fica evidente nos excertos 73 e 74, portanto, o *encobrimento* dos participantes indígenas frente a determinadas atividades realizadas na *Semana Indígena*.

Duas estratégias de representação de atores sociais merecem atenção na análise do *corpus*: a *ativação* e a *passivação* (VAN LEEUWEN, 1997). Ao ser ativado, conforme esclarece o autor, o ator social é representado como um agente dinâmico e ativo em relação a determinado processo, enquanto que, na *passivação*, o participante é representado como o ator social que sofre, é afetado ou se beneficia da ação realizada por outros. Mas não se trata apenas de analisar se os atores sociais são ou não ativados, mas também em relação a quais atividades cada ator social é ativado. A análise do *corpus* revela que, nos textos do portal UnB, os participantes indígenas são frequentemente ativados em relação a práticas "místicas" ou "ritualísticas". Por exemplo, no texto da PgInd_11, a dança do Toré não é qualificada como "sagrada", como mostra o excerto 72: "estudantes dançaram o Toré – principal dança indígena de algumas regiões do Nordeste", no texto do portal UnB, por outro lado, lê-se: "quatro etnias apresentarão o Toré, uma dança sagrada de povos das regiões Norte e Nordeste do país" (cf. excerto 73). Da mesma forma que as frutas oferecidas aos participantes da *Semana Indígena* são "típicas", na perspectiva dos sites indígenas (cf. excerto 72), e "exóticas", na perspectiva do portal UnB (cf. excerto 75 - PgUnB_9).

Note-se, por fim, que, no texto da PgUnB_9, os participantes indígenas são incluídos por meio de *identificação*, ou seja, quando são referidos em termos das principais categorias estabelecidas pela sociedade para diferenciar os grupos (gênero, idade, origem,

classe social etc.). Ao mencionar atores sociais por meio de sua origem étnica, como "quatro etnias apresentarão" (cf. excerto 73), por exemplo, o texto confere-lhes um conjunto de diferenças que, a princípio, os distinguem do "nós", isto é, do grupo ao qual se vincula o autor do texto e ao qual esse autor vincula seus leitores.

Outro recurso recorrentemente empregado nos textos do portal UnB para incluir participantes indígenas, e que também tem a ver com eles serem ativados em relação a atividades "místicas", é a *impersonalização*. Trata-se de uma escolha representacional que se realiza por referência metonímica, conforme revelam os excertos abaixo.

75. PROGRAMAÇÃO – A 1ª Semana Indígena da UnB contará com exposição e venda de artesanatos, além de mostra de *banners* e fotografias de 19 etnias. "Cada etnia trouxe registros fotográficos e narrativas de sua cultura e, a partir disso, produzimos os painéis", explica Lucila.

Duas mesas de debate abrirão espaço para discussões sobre ações afirmativas e a presença dos indígenas na universidade. [...]

Pinturas corporais com jenipapo, rituais sagrados e comidas típicas completarão a semana. No encerramento será servido um lanche. Pratos como beiju, tapioca, paçoca de carne e cremes de frutas exóticas farão parte do cardápio. [...] [**PgUnB_9**]

76. Tradição indígena ensina comunidade acadêmica a lidar com diferenças [título]

Primeira Semana Indígena da Universidade é marcada pela integração entre universitários [linha-fina]

Figura 8

> [...] Uma oficina de pintura atraiu cerca de 50 pessoas que saíram com o corpo marcado por símbolos indígenas feitos com jenipapo. [...] [**PgUnB_10**]

Quanto à análise das fotografias da PgInd_11 (cf. excerto 72) e da PgUnB_10 (cf. excerto 76), destaque-se que mesmo que o foco da fotografia (cf. Figura 7 – PgInd_11) – a ação de pintar o corpo – escolhida para representar a "Oficina de Pintura Corporal" seja o mesmo daquela apresentada na PgUnB_10 (cf. Figura 8), o ator social que desempenha essa ação no texto do portal UnB é totalmente distinto daquele que a realiza na fotografia da PgInd_11, como revelam essas imagens. Enquanto o participante indígena da PgUnB_10 (cf. Figura 8) está em evidente contraste com a participante não indígena, tanto em termos de saliência e de saturação das cores, quanto em termos do conjunto de peças que usa para cobrir ou enfeitar o corpo, o ator social na ação apresentada na PgInd_11 (cf. Figura 7 – excerto 72) praticamente não se diferencia da participante não indígena, objeto de sua ação.

Um parêntese, um pouco extenso, talvez, mas necessário: "Exigir" que os universitários indígenas se caracterizem conforme as representações, ideologicamente congeladas, que a sociedade não indígena constroi e mantém acerca dos povos indígenas é uma estratégia que enfraquece a pauta política desses povos e ofusca seus esforços em torno da superação das relações historicamente servis contra às quais os povos indígenas têm lutado contra. Restaria saber, conforme problematiza Sampaio (2006), como é que esses alunos dialogam com as exigências e com as representações que, *a priori*, desfavorecem suas pautas e seus esforços. Se os universitários indígenas, geralmente (para não dizer quase sempre), figuram usando peças tipicamente indígenas (colares e cocares, por exemplo) nas fotografias dos textos do portal UnB analisados é porque esses alunos levaram essas peças para a Universidade e, em algum momento da reunião com o reitor e da *Semana Indígena*, eles as vestiram. Isso poderia significar que eles, ao invés de contrapor essas representações congeladas, tendem a reproduzi-las. Como esta discussão

não é o foco da minha análise, limito-me a citar, como resposta a essa questão, um trecho do texto "Etnia, pra que te quero", publicado na *Revista de História*[113]:

> Percebendo os benefícios que terão ao atender às expectativas externas, o grupo corresponde a elas para atingir seus próprios interesses. Isto é ruim? Não para a historiadora Lilia Schwarcz. Pelo contrário, parece-lhe um sinal de vitalidade cultural. "Por que só nós nos julgamos no direito de agenciar a cultura?", questiona. "Eles também manipulam intencionalmente elementos que a cultura branca sempre valorizou. 'Quer que a gente produza cestas? A gente produz'. Eles absorvem o que lhes chega, reelaboram, recriam e passam a 'agenciar' também. As culturas estão vivas, não são quadros de museu na parede. [...] Se transformam em sujeitos e criam auto-estima. É ridículo acreditar na lógica de que 'nós' alteramos a cultura, e 'eles' preservam", comenta.

É sob este prisma que interpreto a fotografia utilizada no cartaz para divulgação da *Semana Indígena* (cf. Figura 5 – excerto 71 – PgInd_10), na qual o grupo de universitários indígenas parece ter se vestido de maneira a corresponder às representações ideologicamente congeladas acerca dos povos indígenas com as quais a sociedade não indígena opera. Por outro lado, essa fotografia fora editada de tal modo que a saturação e intensificação das cores foi tanta que praticamente desconfigurou os participantes aí incluídos. O tratamento digital que o grupo de alunos indígenas deu à fotografia desse cartaz parece uma maneira de dizer algo como: "se é somente desta maneira que conseguimos visibilidade, então pronto". Tanto isso é verdade que, ao contrário das fotografias que representam a *Semana Indígena* no portal UnB, das seis fotografias sobre esse evento divulgadas na PgInd_11, apenas uma apresenta os participantes indígenas usando peças indígenas, ainda assim, o foco dessa fotografia não é essas peças. Independente da natureza do site no qual a fotografia de um universitário indígena seja veiculada, registro que concordo com Pietroforte (2004, p. 51): "quem aparece na foto torna-se uma personagem da história que ela conta". Felizmente na *web* várias – e, às vezes, antagônicas – histórias são contadas. Fecha-se aqui o parêntese.

[113] Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/etnia-pra-que-te-quero Acesso em: 22 fev. 2010.

Vale assinalar também que o participante indígena da fotografia da PgUnB_10 (cf. Figura 8) é o mesmo que figura na imagem da PgInd_11 (cf. Figura 6), usando camiseta vermelha, sob a faixa de divulgação do evento, sendo que em uma, como já dito, ele é a metonímia de "tradição indígena" e, "por isso", não poderia figurar aí sem colares ou sem pinturas no corpo. Caso contrário, da perspectiva do portal UnB, o aluno "causaria estranheza entre seus pares e no restante da comunidade acadêmica", como revela a análise do excerto 79, que apresento mais adiante.

Quanto à fotografia principal da PgUnB_10 (cf. Figura 8 – excerto 76), pode-se dizer que o aluno indígena incluído nesta representação visual é uma metonímia de "tradição indígena", da mesma forma que a aluna não indígena incluída nesta representação visual é uma metonímia de "comunidade acadêmica". No processo de ação, o aluno indígena é o ator porque é dele que parte o vetor (a ação de ensinar), e a aluna não indígena é objeto, isto é, quem recebe a ação, ou seja, "aprender a lidar com diferenças". Da mesma forma que o participante indígena (Raoni) da fotografia da PgC.Amp_6/UnB (cf. Figura 9 – excerto 77) representa "tradição" e o participante não indígena (reitor) representa "ciência". Para Buitoni (2011, p. 22),

> a fotografia recorta, circunscreve. Um clique separa a cena do resto do mundo. No entanto, o resto do mundo conserva uma presença 'virtual'. O espaço fora de campo [...] está ausente da representação, mas ao mesmo tempo sabemos e imaginamos sua presença. A imagem fotográfica, sendo sempre parcial, pressupõe a presença de uma exterioridade em seu entorno.

Mas será que sabemos mesmo tudo o que está à volta de uma fotografia como as que os textos do portal UnB veiculam? Por exemplo, terão os leitores da PgUnB_10 (cf. excerto 74) imaginado que outros alunos indígenas estavam fazendo pintura corporal ao lado daquele que figura na fotografia (cf. Figura 8) sem, no entanto, estarem vestidos "a caráter", como é o caso da fotografia que compõe o texto da PgInd_11, conforme a Figura 7 (cf. excerto 72)?

Antes de seguir adiante, cumpre destacar o enunciado da linha-fina do texto da PgUnB_10, que fala da "integração dos estudantes", termo que lembra a noção de escola

enquanto mecanismo de integração dos povos indígenas à chamada comunhão nacional, conforme discutido no *primeiro capítulo*, e também a ideia amplamente alardeada de Brasil como "caldeirão cultural", país da cordialidade e da integração de raças. Neste sentido, as palavras de Carvalho (2006, p. 22) se sobressaem:

> [O] discurso oficial do Brasil, desde a década de trinta até recentemente, consistiu numa celebração culturalista da mestiçagem e de uma suposta cordialidade de convívio inter-racial, paralelas a um silenciamento sistemático da desigualdade de vantagens imposta aos negros e aos índios. Meditar sobre a ausência atual de negros e índios na universidade é ousar revisar os pressupostos dessa brasilidade que ocultou deliberadamente um de nossos problemas mais graves como nação (CARVALHO, 2006, p. 22).

Quanto à análise dos textos verbais, note-se que, no texto da PgUnB_9 (cf. excerto 75), os alunos indígenas são ativados em relação a "trazer registros fotográficos e narrativas de sua cultura", enquanto "[nós] produzimos os painéis". Fique logo esclarecido que este "nós" não inclui os alunos indígenas, haja vista que, no parágrafo anterior, a mesma professora se refere aos alunos indígenas como "eles", então este "nós" não os inclui. Trata-se da construção e da *naturalização* da "passividade" desses alunos, em que qualquer ação por parte deles é totalmente desnecessária. Resultado: a *naturalização* da subalternidade do grupo à academia e, quem sabe, a aceitação das condições desfavoráveis. Além disso, o texto não fala nada sobre a preparação das mesas de debate, das palestras e atividades de mesma natureza. Os participantes indígenas são situados no espaço das apresentações "culturais", tradicionais, emocionais, enquanto os participantes não indígenas dominam o espaço das atividades tipicamente acadêmicas e o discurso dito científico.

No texto da PgUnB_9 (cf. excerto 73) tem-se: "Danças, artesanatos, pintura corporal e fotografias farão parte das atividades promovidas pela associação de estudantes indígenas", aí a associação de estudantes indígenas é ativada em relação a "promover as atividades", quais sejam: "danças, artesanatos e pintura corporal". E é a essas atividades que o texto confere maior visibilidade, em detrimento tanto de outras atividades (debate, por exemplo), quanto dos atores sociais que as realizam. Isto se dá, primeiro, em função de essas atividades estarem em posição temática (no início da frase), o que implica ocupar

posição de destaque no enunciado e, segundo, pelo uso da voz passiva ("atividades promovidas pela associação"), escolha que enfraquece a agência dos atores sociais e tira-lhes a visibilidade em relação à prática apresentada.

Em contrapartida, no texto da PgInd_11 ("A associação dos Acadêmicos Indígenas do [DF] – AAIDF em conjunto com a Universidade de Brasília promoveram a SEMANA INDÍGENA que por sua vez era composta por exposições, danças, rituais, comidas típicas, debates, exposições de artesanatos, painéis, entre outros") é "Associação dos Acadêmicos do [DF]" e sua agência em relação ao ato de "promover" o evento que ganham visibilidade (cf. excerto 72). Além disso, a sequência de atividades aí listadas inclui "debates e painéis", práticas bastante comuns da esfera de atividades acadêmicas. Atividades que, em geral, não são atribuídas aos participantes indígenas incluídos nos textos do portal UnB.

A importância atribuída pelos autores do texto indígena à atividade "debate", enquanto prática acadêmica, que fica evidente, por exemplo, na PgInd_11, cujo texto, além de mencioná-la, destaca os debatedores, enquanto que, na PgUnB_9, "debate" vem por último, o que resulta em perda de força no enunciado em relação às outras atividades listadas na sequência. O texto da PgInd_10, por exemplo, anuncia: "O evento estará recheado de palestras, vídeos, painéis, danças tradicionais entre outros" (cf. excerto 71). Aí "palestras" é a primeira, ao passo que no texto da PgUnB_9 "danças" (cf. excerto 73) encabeça a lista de atividades – lista que, aliás, não inclui "palestras" ou qualquer outra atividade que lembre debate ou discussão. Em síntese, trata-se de incluir os participantes indígenas e ativá-los em relação a práticas "místicas", representados, portanto, como agentes ativos dessas práticas, mas de excluí-los de práticas de cunho acadêmico ou de debates em torno de questões políticas. Parece-me evidente que a forma como os textos dos sites indígenas apresentam as atividades realizadas na *Semana Indígena* é totalmente distinta da perspectiva do portal UnB.

Em relação aos textos da PgUnB_9 e da PgUnB_10 (cf. excertos 75 e 76), ao invés de representarem os universitários indígenas como agentes das "cerimônias sagradas" ou "danças rituais", esses textos incluem estes atores sociais *impersonalizando-os*, isto é,

fazendo referência a elementos diretamente associados às práticas que a sociedade não indígena costuma vincular aos povos indígenas, por exemplo: "Pinturas corporais com jenipapo, rituais sagrados e comidas típicas completarão a semana", "[...] cremes de frutas exóticas farão parte do cardápio" (cf. excerto 75 – PgUnB_9). É por meio dessas referências que os alunos indígenas são incluídos na representação da *Semana Indígena* realizada na UnB. É, portanto, no lugar do exótico que o discurso do portal UnB situa esses alunos. Mas o que, ao fim e ao cabo, interessa a este estudo não é tanto o fato de os participantes indígenas serem representados por *impersonalização*, mas sim a análise das práticas ou elementos escolhidos para incluir esses atores sociais nos textos do portal UnB. O texto da PgInd_10 (cf. excerto 71), por exemplo, também inclui os participantes indígenas por meio da referência a uma sequência de atividades, a diferença é que, entre "danças", "pintura corporal", esses textos mencionam "debates", "painéis", "palestras" etc.

Convém assinalar que, partindo do princípio de que as atividades que um discurso atribui a determinados atores sociais dizem respeito ao lugar no qual esse discurso situa os atores que representa, a análise das atividades que ganham destaque nos textos que tratam da *Semana Indígena* pode ser reveladora das diferentes perspectivas escolhidas para representar a participação dos universitários indígenas na Universidade. Sob este foco é que teço as observações a seguir.

Uma das *inclusões* dos participantes indígenas por *impersonalização* que chama atenção no excerto 75 (PgUnB_9) é a referência a: "duas mesas de debate abrirão espaço para discussões sobre ações afirmativas e a presença dos indígenas na universidade". Ou seja, é às "mesas de debate" que o texto atribui a responsabilidade pelas discussões de ordem social e política, não aos estudantes. Até porque os atores sociais que comporiam essas mesas são *suprimidos* na representação, tanto no texto da PgUnB_9, quanto no da PgUnB_10, que, ao *suprimir* o adjetivo "indígena"na referência aos estudantes ("Na hora do almoço foi a vez dos estudantes debaterem o tema *Ações afirmativas e cotas no contexto indígena*" – cf. excerto 46 – pg. 155), não permite que o leitor saiba se os estudantes ativados em relação a "debater" são indígenas. Aliás, esta supressão do adjetivo "indígena" é um recurso bastante recorrente nos textos do portal UnB analisados, conforme ficará

evidente mais adiante. A análise dos excertos acima revela, portanto, que a agência dos alunos indígenas em relação à promoção e à realização das atividades na *Semana Indígena* é ofuscada, quando não apagada, por meio de inúmeras estratégias, entre elas a *impersonalização*.

Por meio dessa mesma estratégia, a *impersonalização*, os textos do portal UnB incluem, não raramente, participantes indígenas por meio da referência à "tradição". Ou seja, por meio de referências às práticas de transmissão de conhecimento historicamente atribuídas aos povos indígenas (p. ex. "Tradição indígena ensina comunidade acadêmica a lidar com diferenças", cf. excerto 76 – PgUnB_10, "representantes dos povos tradicionais do Brasil vão debater novos caminhos para a construção do saber. Conhecimentos tradicionais e ciência acadêmica serão o foco do encontro que vai reunir 700 pesquisadores de origem indígena, entre os dias 14 e 17 de julho", cf. excerto 88 – PgUnB_1). Convém consultar, mais uma vez, o Dicionário Aulete digital (cf. nota 4), no qual "tradição" é definida como: "transmissão oral de cultura, costumes, história etc. de geração em geração (tradição indígena)", "costume arraigado", "conjunto dos valores morais, espirituais etc., transmitidos à descendência", "o que é feito por costume, uso", "lembrança, memória: histórias guardadas na tradição do povo". Antes de discutir as implicações da inclusão de participantes indígenas por meio da referência a "tradições", proponho mais dois excertos que parecem emblemáticos neste sentido.

77. SUSTENTABILIDADE

Figura 9

Ciência e tradição unem-se contra usina de Belo Monte [título]
Índios e especialistas discutem impactos ambientais e sociais da usina. Abaixo-assinado com mais de 500 mil assinaturas será entregue para a presidente Dilma amanhã ” [linha-fina da **PgC.Amp_6/UnB**]

Quer dizer, novamente os participantes indígenas são ativados, ainda que sem muita visibilidade, em relação a expressões culturais que, em alguma medida, podem ser classificadas pela sociedade não indígena como “pouco convencionais” na esfera de atividades acadêmicas. Parece-me razoável dizer que se trata de um modo de diferenciar as práticas indígenas de transmissão de conhecimento das práticas acadêmicas, que, pelo que revela a análise, são, por definição, práticas não indígenas. Note-se, de passagem, que, considerando as definições acima expostas, “tradição” não é exatamente a forma de transmitir conhecimento valorizada pela comunidade acadêmica não indígena.

Ainda em relação ao excerto 77 da PgC.Amp_6/UnB , parece-me oportuno ressaltar que, sob o prisma da Semântica, quando pessoas ou grupos são separados em categorias, eles passam a ser individualizados e, ao serem ligados, em uma sequência, por meio da partícula “e”, essas categorias, segundo Ilari (2003), se tornam auto-excludentes. Dito de outra forma, ser incluído em uma categoria implica ser excluído das outras. Outro exemplo dessa sequência é o excerto incluído a seguir.

78. Índios e especialistas discutem impacto de Belo Monte [título]

Memorial Darcy Ribeiro vai abrigar seminário sobre consequências da construção da maior usina hidrelétrica do país [linha-fina]

Índios, autoridades, especialistas e ativistas estarão reunidos na UnB na segunda-feira, 7 de fevereiro, para discutir o impacto da construção da usina de Belo Monte nas terras próximas ao rio Xingu, onde habitam povos indígenas. [**PgC.Amp_5/UnB**]

Pode-se dizer, portanto, que os textos da PgC.Amp_5/UnB e da PgC.Amp_6/UnB não deixam dúvida: se for "índio", não é "especialista" e também não é "autoridade" e nem "ativista" (cf. excerto 78) e se for "ciência", não é "tradição" (cf. excerto 77).

O excerto que apresento a seguir é esclarecedor em pelo menos três aspectos: um, a relação entre o texto verbal e o texto imagético que muitas vezes é estabelecida nas páginas do portal UnB analisadas, dois, ao papel que os textos desse portal atribuem aos participantes indígenas e, três, à maneira como as pautas indígenas são aí apresentadas.

79. [...] Reunidos no Restaurante Universitário (RU), alunos indígenas dançaram e cantaram músicas tradicionais de suas etnias. Todos estavam a caráter. Menos o estudante de Engenharia Florestal Olavo Wapichana. Ele começou a discursar vestido de terno e causou estranheza entre seus pares e no restante da comunidade acadêmica presentes no RU. Depois de explicar que a roupa não deveria ser um diferencial entre as pessoas, Olavo tirou o terno e vestiu-se com trajes indígenas.

Figura 10
Estudante indígena de terno se despe representando a volta às origens [legenda da fotografia]

"Não importa o que nós vestimos, seremos sempre índios", defende. "O que define ser indígena é a alma, o espírito. Para ser indígena é preciso se sentir indígena". Segundo Olavo, a sociedade deve reavaliar a forma como interage com os povos tradicionais. [**PgUnB_10**]

Dizer que o aluno indígena "causou estranheza entre seus pares e no restante da comunidade acadêmica presentes" por estar vestido de terno e não a caráter[114], como os outros alunos indígenas, implica considerar que o "normal" dos indígenas é vestir trajes indígenas. Se não estiver assim, causa estranheza em seus pares e no restante da comunidade acadêmica. "Depois de explicar que a roupa não deveria ser um diferencial entre as pessoas, Olavo tirou o terno e vestiu-se com trajes indígenas", quer dizer, o aluno indígena, nessa perspectiva, teria se submetido ao lugar que a sociedade espera que ele ocupe, pois mesmo depois de explicar, ele se vestiu conforme o esperado. Quanto à legenda dessa fotografia ("Estudante indígena de terno se despe representando a volta às origens" – cf. Figura 10), chama atenção que, segundo a voz atribuída ao aluno indígena nesse texto (cf. excerto 79 – PgUnB_10), as ações de despir-se do terno e vestir-se com peças indígenas não objetivaram representar "a volta às origens", mas sim criticar a forma preconceituosa como a sociedade não indígena se relaciona com os povos indígenas, sobretudo com indígenas que não se vestem conforme as expectativas não indígenas.

A voz atribuída ao universitário indígena serviria para contestar a forma como os textos do portal UnB incluem, visual e verbalmente, em suas representações acerca da Universidade, os alunos indígenas: sempre "vestidos de diversidade" (colar, cocar, tinta de jenipapo no corpo e outras peças indígenas, ativados em relação a práticas que o discurso hegemônico classifica como exóticas ou místicas e a partir de elementos exóticos. Essa voz, entretanto, fora esvaziada no texto em função de ter sido inserida, em discurso direto, somente depois da representação de todo o cenário e, em boa medida, desligada da fotografia, uma vez que a esta altura ele já tinha retirado a roupa supostamente não indígena. Trata-se de um posicionamento claramente político, que busca colocar na agenda a discussão sobre a discriminação histórica que está na base das relações que a sociedade não indígena, e sobretudo a comunidade acadêmica, estabelece com os povos indígenas, e

[114] Note-se, de passagem, que um breve paralelo entre "todos estavam a caráter" com o seguinte trecho da PgUnB_5, que descreve estudantes que participavam do Congresso da UNE, "Um grupo veio vestido a rigor. Rapazes de terno e gravata, moças de terninho, meia-calça e salto-alto. Vinham de um evento do Instituto Rio Branco, em que universitários de todo o Brasil simulam a atuação em comitês diplomáticos da ONU", evidencia que o vestir-se "a rigor" do universitário não indígena não é o mesmo do vestir-se "a caráter" dos universitários indígenas.

a exclusão desses povos no que se refere à educação escolar. Mas, nos textos do portal UnB, a pauta política é apagada.

Aliás, a análise do *corpus* me permite dizer que a maneira com que as pautas indígenas são representadas pelos textos do portal UnB só se assemelha à forma como são definidas pelos textos indígenas quando se referem à "reivindicações" (pedir, querer etc.), como é o caso dos textos que tratam das reuniões entre universitários indígenas e representantes da reitoria da Universidade, conforme revelam os excertos analisados anteriormente. Qualquer outra pauta na qual não esteja explícito que se trata de "reivindicação" dos participantes indígenas ganha outros "pontos de vista" nos textos desse portal.

Saliente-se, à margem desta análise, que a voz atribuída ao aluno inserida em relato direto no texto da PgUnB_10 (cf. excerto 79) ("Não importa o que nós vestimos, seremos sempre índios" e "O que define ser indígena é a alma, o espírito. Para ser indígena é preciso se sentir indígena") contradiz a legenda da fotografia ("Estudante indígena de terno se despe representando a volta às origens" – cf. Figura 10). Não era de "volta às origens" que a manifestação do aluno tratava. Da perspectiva dos textos indígenas, a pauta definitivamente não era essa.

Outra diferença entre a perspectiva indígena e a do portal UnB que chama atenção é a maneira como é descrita a atividade de encerramento do primeiro dia da *Semana Indígena*. Os excertos abaixo são contundentes neste sentido.

> 80. A noite foi recheada de uma fogueira que a Liderança Álvaro Tukano a representou como a força que está sempre em nossos conhecimentos, e que todo o preconceito fosse jogado naquela fogueira!! E foi assim que todos os presentes fizeram q logo depois dançaram o Parixara (Dança indígena de Roraima) e o Toré. [**PgInd_11**]

> 81. ENCERRAMENTO – O primeiro dia do encontro terminou com uma cerimônia sagrada ao redor de uma fogueira construída no Teatro de Arena. Liderado pelo curandeiro Álvaro Tucano, o ritual teve um significado de renovação a partir do fogo. "Estamos aqui para queimar o preconceito e todo tipo de mentira que existe na história do país", protestou. "Estamos aqui para transformar o país". Tucano

> acrescentou ainda que os estudantes indígenas poderão ser as futuras lideranças que irão proteger os direitos desses povos. [**PgUnB_10**]

Da perspectiva do texto indígena não se trata, como revela o excerto 80, de enfatizar o caráter supostamente sagrado ou ritualístico da atividade em questão, mas sim o propósito dos participantes em relação a essa atividade, que, nessa perspectiva, tinha mais a ver com reflexão sobre injustiças sociais do que com cerimônia sagrada. Convém sublinhar que os estudantes indígenas debateram sobre discriminação, fizeram encenações sobre o tema, incitaram a reflexão sobre a forma como a comunidade acadêmica não indígena se relaciona com os povos indígenas, mas o que o texto da PgUnB_10 (cf. excerto 81) destaca é "o fogo[115] sagrado" como a atividade que, para esses estudantes, queimaria o preconceito.

A respeito do participante Álvaro Tukano, note-se que ele é ativado, no texto da PgUnB_10 (cf. excerto 81), em relação a "protestar" contra o preconceito e mentira, mas os agentes desse preconceito e dessa mentira, são suprimidos no texto. A fala de Álvaro Tukano, na PgUnB_10 ("Estamos aqui para queimar o preconceito e todo tipo de mentira que existe na história do país"), inserida no intertítulo "encerramento", tem claramente viés social e político, assim como as vozes atribuídas aos participantes indígenas mencionados neste texto. Destaque-se também que em "o ritual teve um significado de renovação a partir do fogo" (cf. excerto 81), esse texto exclui os atores sociais ou os fenômenos que sofreriam, ou deveriam sofrer, essa renovação protestou. E, por fim, contra quem ou o que o participante Álvaro Tukano protestou, dizendo: "Estamos aqui para queimar o preconceito e todo tipo de mentira que existe na história do país"?

Ainda em relação aos excertos 80 e 81 (PgInd_11 e PgUnB_10), chama atenção a diferença das formas escolhidas para incluir o participante indígena Álvaro Tukano. Os

[115] Enquanto as vozes dos universitários indígenas, tanto nos textos do portal UnB, quanto nos sites indígenas me lembram o seguinte trecho da música "Índios", da banda Legião Urbana: "Quem me dera ao menos uma vez explicar o que ninguém consegue entender, que o que aconteceu ainda está por vir e o futuro não é mais como era antigamente". O discurso do portal UnB me lembra a música "Brincar de Índio", gravada pela apresentadora Xuxa: "Vem pintar a pele para a dança começar. Pego meu arco e flecha, minha canoa e vou pescar. Vamos fazer fogueira, comer do fruto que a terra dá". Nos textos do portal UnB, no entanto, o "vamos brincar de índio" não seria o convite para a brincadeira do faz-de-conta, cuja função é promover a integração social das crianças e possibilitar-lhes vivenciar diferentes papéis sociais.

dois textos o incluem por *funcionalização*, isto é, quando o ator social é mencionado por alguma atividade que exerça, neste caso, "curandeiro". A *funcionalização* (VAN LEEUWEN, 1997) é uma escolha representacional que pode servir para enfatizar certa profissão exercida pelo participante em detrimento de outras, que são aí ofuscadas, conforme os propósitos de quem representa. Fazer referência ou caracterizar o ator social representando-o por meio de uma ocupação dotada de status social no campo onde o texto circulará é uma forma de valorizar esse participante.

A título de contextualização, assinalo que Álvaro Tukano é uma das lideranças indígenas do Brasil mais influentes politicamente, atuando em vários segmentos (governamentais e não governamentais), é autor de livros, ministra palestras e desempenha tantos outros papéis importantes no movimento indígena. Em síntese, é um dos grandes nomes na luta dos povos indígenas para assumir posições de força na arena social e de poder. O texto do portal UnB, no entanto, seleciona "curandeiro" para fazer menção a esse ator social, ocupação definida da seguinte forma pelo dicionário Aulete digital (cf. nota 4): "Aquele a quem se atribui a capacidade de curar por meio de rezas e feitiçarias. (Pejorativo) Médico de má qualidade e de formação ética duvidosa". Cabe lembrar que são estas as concepções que em geral a comunidade acadêmica – a quem o texto se destina – atribui a "curandeiro".

Esta concepção, somada ao absolutismo acadêmico característico da comunidade acadêmica não indígena, como já discutido no *primeiro capítulo*, é razoável dizer que "curandeiro" é uma escolha representacional que situa o participante indígena Álvaro Tukano no lugar da tradição oral, do conhecimento não científico e em outros lugares pouco valorizados enquanto práticas de produção e de transmissão de conhecimento científico. No texto da PgInd_11, em contraste, o participante Álvaro Tukano é mencionado como "liderança" ("posição, função ou caráter de líder"; "capacidade de liderar, autoridade", segundo o dicionário Aulete digital), o que significa, não apenas da perspectiva indígena, mas talvez principalmente dela, situá-lo no lugar da luta social e política contra injustiças históricas e no lugar do protagonismo frente às demandas dos povos indígenas. Trata-se, portanto, de uma escolha representacional que valoriza o

protagonismo político desse ator social e atribui-lhe um papel social totalmente distinto daquele que lhe é atribuído nos textos do portal UnB analisados.

Outra diferença marcante entre os dois discursos aqui analisados diz respeito aos propósitos da *Semana Indígena* que cada uma apresenta. É a partir dos excertos que se seguem que focalizo essa diferença.

> 82. E é assim, com muita satisfação que nós estudantes indígenas da universidade de Brasília compartilhamos um pouco do nosso movimento na Universidade de Brasília, dizendo essa semana foi repleta de alegria, companherismo, força e coragem para amplificar nossas raízes dentro de um "sistema leigo" na causa indígena como é as universidades federais do Brasil, e que isso fique de espelho para que outros estudantes, professores possam erguer forças para que nossa rede de luta seja ampliando em todo nosso país!! AIAIAaaa! [**PgInd_11**]

> 83. Os 54 alunos indígenas de 20 etnias que estão matriculados na UnB terão a oportunidade de mostrar um pouco de sua cultura para os colegas universitários na *1ª Semana Indígena da Universidade*. [...]
>
> A professora Lucila Souto Mayor, diretora de Esporte, Arte e Cultura, acredita que a semana é uma forma de a universidade acolher essas tradições. "Eles são os guardiões dessa cultura, e é nosso papel preservar e valorizar essa abertura", disse Lucila. A professora conta que a preparação do evento foi um momento de grande aprendizado para toda a equipe. "Eles tomam decisões coletivas, têm um grande respeito uns pelos outros e têm uma relação diferente com o tempo", comenta. [**PgUnB_9**]

A análise dos dados me permite dizer que, da perspectiva dos textos indígenas, o principal objetivo do evento seria promover discussões a respeito da relação que a sociedade não indígena e, especialmente, a comunidade acadêmica, mantém com os povos indígenas. Dito de modo mais direto, chamar atenção para o preconceito, a discriminação que os alunos indígenas enfrentam no universo acadêmico, conforme evidenciado no fechamento do texto da PgInd_11 (cf. excerto 82): "essa semana foi repleta de alegria, companheirismo, força e coragem para amplificar nossas raízes dentro de um "sistema leigo" na causa indígena como é as universidades federais do Brasil" e na descrição da atividade proposta por um liderança indígena no encerramento do primeiro dia do encontro

(cf. excerto 80): jogar "todo o preconceito" em uma fogueira, que, segundo o texto, fora acesa no campus para representar "a força que está sempre em nossos conhecimentos".

Parece-me razoável dizer que, da perspectiva de professores da UnB e do portal UnB, o propósito da *Semana Indígena* seria possibilitar que os alunos indígenas mostrassem "como funcionam as tradições e os costumes indígenas", e ensinassem a comunidade acadêmica a "lidar com as diferenças".

A análise da voz atribuída ao participante indígena nos textos do portal UnB, associada à análise da PgInd_11, me permite dizer que, na perspectiva dos universitários indígenas, o objetivo da *Semana Indígena* seria: buscar visibilidade para o grupo de alunos indígenas da Universidade, de forma a promover o respeito à diversidade e a consciência da natureza plural da Instituição, afirmar a presença indígena na academia, participar efetivamente dessa esfera de atividade e promover a reflexão da comunidade acadêmica a respeito de seu preconceito contra os povos indígenas.

Já no discurso do portal UnB, parece que o objetivo é mostrar as tradições indígenas para a comunidade acadêmica – ação frequentemente atribuída a participantes indígenas – seria um dos principais objetivos da *Semana Indígena*, além de "acolher, preservar e valorizar" as tradições e a cultura indígena, mostrar que a UnB valoriza e respeita a cultura trazida pelos estudantes indígenas. Convém assinalar que, no texto da PgUnB_10 (cf. excerto 107 – pg. 221), a voz atribuída à professora pressupõe que a UnB valoriza e respeita a cultura dos indígenas, a questão é apenas "mostrar isso" e também que não se trata de "valorizar e respeitar" os estudantes indígenas, mas sim "a" cultura trazida por eles. Saliente-se que, entre as definições de "acolher" listadas pelo dicionário Houaiss, encontram-se: (a) "oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico; proteger(-se), abrigar(-se), amparar(-se)"; (b) "dar ou receber hospitalidade; hospedar(-se), alojar(-se), recolher(-se)". Enquanto aos alunos indígenas não cabe ação alguma. Cabe-lhes ser.

Quanto às atividades desse evento, destaque-se que, como fica evidente no excerto 73 (pg. 179 – PgUnB_9 define como o objetivo das atividades da *Semana Indígena* a aproximação de culturas – que não se sabe quais são – não de "aproximar" os grupos, as discussões, mas sim "culturas". Aí não se menciona preconceito, discriminação ou qualquer

tema de cunho social ou político. São as atividades, digamos, artísticas, tradicionais ou supostamente exóticas é que ganham destaque. Da mesma forma que a atividade que encerrou o primeiro dia da *Semana Indígena* é apresentada pela PgUnB_10 como uma crítica, mas sim como algo sagrado, cujo significado seria a "renovação" (cf. excerto 81). E aí, mais uma vez fica a pergunta: "renovação" do quê e/ou de quem? Esta resposta parece não caber na pauta da agência de notícias do portal UnB.

Supondo que estas *práticas de diversidade*, digamos assim, fossem de fato o que diferencia os universitários indígenas dos não indígenas, o que os povos indígenas querem mostrar ou ensinar para a comunidade acadêmica não indígena e as únicas práticas que cabem aos alunos indígenas na esfera de atividade acadêmica, ainda assim só faria sentido os textos do portal UnB conferirem-lhes tanta ênfase se estes rituais, cerimônias, pinturas corporais, fogueiras etc. fossem assim compreendidos pelos alunos indígenas. Mas, pelo que revela a análise dos textos indígenas que compõem o *corpus*, debates sobre questões de injustiça social podem dividir espaço com pintura corporal, danças indígenas podem conviver sem problemas com palestras sobre discriminação, ou seja, da perspectiva dos sites indígenas, práticas indígenas de forma alguma são inconciliáveis com as práticas habituais da esfera da universidade, assim como tradição e ciência podem viver, não só em uma mesma esfera de atividade, mas também em um mesmo ator social, sem representarem duas forças opostas ou auto-excludentes.

6.2 *Congressos, participantes e outros projetos*

A realização e a participação de eventos acadêmicos, tais como congressos, são atividades bastante valorizadas na esfera de ação acadêmica. Segundo o dicionário Aulete digital (cf. nota 4), congresso, no sentido empregado nos textos analisados, é uma "reunião de representantes ou especialistas de determinada área de atividade para debater assuntos

importantes dessa área, apresentar novas informações, ou resultados de pesquisas, produtos etc.". Trata-se, portanto, de analisar os "representantes e especialistas" incluídos na representação de um evento desta natureza, os "assuntos importantes" aí debatidos e os participantes para quem "novas informações, ou resultados de pesquisa" são apresentados. É exatamente para isto que esta seção se volta, valendo-se, principalmente, dos textos que tratam do *I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas* e dos que abordam a *I Semana Indígena da UnB*. Isto posto, apresento, a seguir, excertos que revelam o lugar que os textos do portal UnB atribuem aos participantes indígenas ao representá-los na esfera de atividades acadêmicas.

Um evento acadêmico não é feito apenas de "representantes e especialistas" de uma área de atividade ou do conhecimento, mas também de estudantes e de profissionais que, de uma forma ou de outra, se vinculam à área em questão. Em relação à categoria "profissionais", parece-me bastante óbvio considerar que, se o nome do evento é *I Congresso brasileiro de acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas*, os participantes desse evento, *a priori*, são acadêmicos, pesquisadores e profissionais indígenas.

Os excertos que proponho a seguir são representativos da forma como universitários e profissionais indígenas são representados nos textos que formam o *corpus*.

> 84. [...] políticas voltadas para a permanência desses estudantes é hoje um grande desafio, para todos, com isso todos nós profissionais e estudantes, temos uma grande responsabilidade na construção dessas políticas voltadas para o acompanhamento dos estudantes perante a Universidade. Com isso venho divulgar esse congresso que de certa forma é o primeiro passo para grandes conquistas relacionadas a esse assunto [...] bastante amplo. [**PgInd_1**]

> 85. I CONGRESSO BRASILEIRO DE ACADÊMICOS, PESQUISADORES E PROFISSIONAIS INDÍGENAS [título]
>
> O I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas aconteceu de 14 a 17 de julho de 2009, na Universidade de Brasília (UnB), e reuniu mais de 700 participantes, entre acadêmicos, lideranças comunitárias e do movimento indígena, profissionais, pesquisadores e sabedores indígenas. [**PgInd_2**]

86. Universitários Indígenas Surui Paiter participam do Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas em Brasília. [título]

Acadêmicos e Profissionais da Etnia Surui Paiter de Cacoal – Rondônia: Amauri Napakoba Surui (Adm de Empresa), Chicoepab Surui (Gestão Ambiental), Gasodá Surui (Bacharel em Turismo), Rubens Naraikoe Surui (Direito) e Urariwe Surui (Adm Geral), estiveram participando do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas na Universidade de Brasília - UNB entre os dias 14 a 17 de julho. O encontro reuniu cerca de 600 participantes, entre lideranças de organizações, comunidades indígenas, estudantes, pesquisadores, técnicos e profissionais de 70 povos de todo o Brasil. [**PgInd_3**]

87. [O Congresso Indígena] teve como objetivo não apenas congregar acadêmicos indígenas, mas também realizar a integração da perspectiva acadêmica com a perspectiva da luta coletiva dos povos indígenas no Brasil. Por isso, incluiu a participação de lideranças comunitárias e do movimento indígena, profissionais, pesquisadores e sabedores indígenas. [**PgC.Amp_2/Ind**]

Fica evidente o destaque que os textos selecionados em sites indígenas conferem a "profissionais", enquanto participantes do *Congresso Indígena*. O texto da PgInd_1, por exemplo, atribui a profissionais (e estudantes) "grande responsabilidade na construção dessas políticas voltadas para o acompanhamento [...]". (cf. excerto 84). No caso do texto da PgInd_2 (cf. excerto 85), além da categoria "profissionais", são incluídos "lideranças comunitárias e do movimento indígena" e "sabedores indígenas". O texto da PgInd_3 além de mencionar "acadêmicos e profissionais da etnia [...]", inclui cada um dos participantes da etnia "Surui Paiter de Cocal" por meio de referência aos seus nomes e às áreas às quais se vinculam (cf. excerto 86). Quer dizer, "profissionais" se refere, nos textos indígenas, a atores sociais que têm papel ativo em relação à participação indígena no ensino superior, o que revela a importância da categoria "profissionais" para os participantes do *Congresso*.

Vejamos, agora, como essa categoria é representada nos textos do portal UnB analisados.

88. Pesquisadores indígenas se reúnem na UnB [título]

Mais de 700 acadêmicos estarão no 1º Congresso Nacional de Pesquisadores Indígenas, em julho [linha-fina]

[...]

Em julho, o *campus* Darcy Ribeiro também sediará o *1º Congresso Acadêmico de Pesquisadores Indígenas*, uma reunião onde representantes dos povos tradicionais do Brasil vão debater novos caminhos para a construção do saber. Conhecimentos tradicionais e ciência acadêmica serão o foco do encontro que vai reunir 700 pesquisadores de origem indígena, entre os dias 14 e 17 de julho.

[...] Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), ONG que organiza o Congresso de Pesquisadores Indígenas junto com a UnB. [...]

O Congresso dos Pesquisadores Indígenas acontece simultaneamente ao *51º Congresso da União Nacional dos Estudantes* (UNE), também na UnB. [**PgUnB_1**]

89. Educação indígena significa a emancipação dos povos [título]

Abertura do I Congresso Brasileiro sobre o tema destaca a necessidade de políticas para garantir a formação intelectual das etnias nacionais [linha-fina]

[...] A colocação feita por Teresinha Pereira da Silva, durante a abertura do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores, e Profissionais Indígenas, na manhã desta terça-feira, resume o objetivo do encontro realizado na Universidade de Brasília.

[...] "Temos aqui estudantes e pesquisadores especializados na questão. É preciso deixar a relação hegemonista de lado e buscar novas formas de tornar o mundo mais justo", afirmou o reitor, [...]. [**PgUnB_2**]

90. O campus que carrega o nome de um brasileiro apaixonado pelas causas indígenas se transformou numa grande aldeia. [...] o som de maracás e vozes potentes indicam a presença de visitantes no Darcy Ribeiro. Ouvida de longe, a cantoria revela a origem dos hóspedes [...] Acampados no estacionamento do pavilhão João Calmon, boa parte dos participantes do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos e Pesquisadores Indígenas aproveitam a convivência para dividir experiências. [**PgUnB_3**]

91. Congresso da UNE, conferência de acadêmicos indígenas e festa dos calouros transformam sonho de Darcy Ribeiro em realidade [linha-fina]

[...] Pesquisadores indígenas encerraram seu primeiro congresso acadêmico. [**PgUnB_6**]

O que os excertos 88 a 91 parecem comprovar, à exaustão, é a sistemática *exclusão*, salvo raras exceções – que são só isso, exceções – da categoria "profissionais".

Nenhum dos textos indígenas analisados se refere ao evento excluindo uma das três categorias, como fica evidente nos excertos 84, 85 e 86.

O texto da PgUnB_1, por exemplo, faz referência ao *Congresso Indígena* de três formas diferentes, nenhuma, no entanto, inclui "profissionais". Isto poderia ser resultado da falta de informações precisas por parte do jornalista ou em função de o nome do congresso não estar definido. Esta possibilidade, no entanto, não se sustenta uma vez que o texto da PgInd_1, publicado em 27 de maio de 2009, apresenta o nome correto do evento, o que implica considerar que seu nome já era conhecido quando o texto da PgUnB_1 fora publicado. Somente na PgUnB_2, depois de quatro menções incorretas, o nome do *Congresso Indígena* é anunciado de maneira correta, sem excluir qualquer uma das categorias, pesquisadores, acadêmicos e profissionais – qualquer não, que, na verdade, apenas a categoria "profissionais" foi excluída nos textos desse portal.

Considerando que boa parte dos participantes do *Congresso Indígena*, conforme revela o Relatório do Cinep, estaria integrada à categoria "profissionais", o que pode ser comprovado também pela importância que os textos selecionados nos sites indígenas lhe conferem, conforme análise dos excertos acima, parece-me necessária uma observação: não ser incluído nos textos pelos quais a Universidade, onde esse *Congresso* fora realizado, representa o evento, implica ser *excluído* daquilo que esta instituição de poder apresenta publicamente como real. E aí, ser *excluído* não é, como dito anteriormente, estar ausente desse evento, é inexistir na história que a Universidade escolheu registrar sobre ele. Quer dizer, se, por meio de seu site, como discutido no *terceiro capítulo*, a universidade registra, na *web*, quase que para sempre, sua história[116], situando nela cada um dos diferentes grupos que a formam, é razoável dizer que os "profissionais" que participaram do *Congresso Indígena* inexistem na história que a Universidade conta, no universo da *web*, sobre esse evento que, conforme assinalado em textos indígenas, seria "o primeiro passo para grandes conquistas" (cf. excerto 84 – pg. 199 – PgInd_1) e traria "mais força, união, enriquecimento e valorização" para o movimento indígena (cf. excerto 23 – pg. 127 – espaço para interatividade da PgInd_1).

[116] Repetindo: a história que a universidade escolheu registrar, oficializar e eternizar.

Mas um evento acadêmico não é formado apenas por profissionais. Vejamos, então, como são incluídas, se o são, as outras categorias que participaram dos eventos realizados na UnB representados nos textos que formam o *corpus*. Uma das escolhas representacionais mais frequentes, nos textos do portal UnB analisados, para incluir atores sociais é a *funcionalização*, isto é, a inclusão de um participante por meio de referência a alguma atividade. Este é o caso de "visitantes", item lexical (palavra) usada para mencionar alguns participantes indígenas do *Congresso Indígena* (cf. excerto 90 – PgUnB_3). "Visitante" significa, segundo o Dicionário Houaiss, a "pessoa que percorre um museu, uma exposição, um lugar, para conhecê-lo e apreciá-lo", ou seja, não é alguém que faz parte do lugar, que veio para ficar. É alguém que visita um lugar, uma instituição para apreciá-la e sair dela, a priori, sem modificá-la em nada. Assim como "hóspedes", que, de acordo com o mesmo dicionário, é o "indivíduo que se acomoda por tempo provisório em casa alheia, hotel, albergue etc." ou "que ou aquele que é estranho, alheio; peregrino".

Parece-me oportuno realçar que a universidade não é um hotel. Afirmação que parece estar no limite da obviedade, mas não está se considerar-se a perspectiva do portal UnB. Dito de outro modo, em um hotel, os hóspedes ingressam, passam aí algum tempo e vão embora, deixando o lugar exatamente como o encontraram. Nenhum hóspede está, salvo raras exceções, autorizado a mudar a ordem das coisas (seja lá que coisa for), a deixar marcada aí sua presença, a introduzir no lugar novas diretrizes ou ações. E, ainda que algum deles tenha alterado a configuração inicial do quarto ou mesmo do hotel, assim que registrar sua saída, fizer o *checkout*, em outras palavras, em poucos minutos todo o espaço voltará a ser exatamente igual ao que era antes de seu ingresso. Por este ângulo, é bastante razoável dizer que as funções sociais da universidade não se assemelham em nada, ou quase nada, às funções de um hotel. Ao contrário, na universidade, alunos, professores, pesquisadores e profissionais, uma vez fazendo parte das atividades acadêmicas, são agentes, cada um a sua maneira, da construção do conhecimento e da identidade dessa instituição. O excerto, a seguir, corrobora a ideia de que, para a perspectiva do portal UnB, os indígenas são "visitantes" na Universidade.

92. [...] nesta segunda-feira, 7 de fevereiro. Kaiapós, jurunas, araras, terenas, tukanos, macuxis, guajararás e kaigongs uniram-se em coro para mostrar aos brancos o temor que a construção das barragens ao longo do rio Xingu provoca. [...].

"Se a Belo Monte for construída, os indígenas e as florestas serão prejudicados. Não estamos acostumados a criar bichos. Comemos o que há na mata", disse Raoni Metyktire, líder kaiapó. [...] Ele estava na plateia, mas foi convidado pelo diretor do Instituto de Ciências Sociais, Gustavo Lins Ribeiro, para se sentar na mesa de debates. [**PgC.Amp_6/UnB**]

Note-se que o título do texto da PgC.Amp_6/UnB (cf. excerto 77 – pg. 189) anuncia: "Ciência e tradição unem-se contra usina de Belo Monte", mas ao longo do texto fica claro que, em princípio, não se trata de "união de saberes" (cf. excerto 92), haja vista que, aos participantes indígenas, cabe ouvir o que os "especialistas" teriam a dizer sobre o assunto, haja vista que o participante indígena Raoni, que divide a mesa com o reitor, "estava na platéia", lugar de quem assiste e não de quem fala, e foi "convidado" por um representante da UnB para se sentar à mesa de debates.

Voltando à análise da *funcionalização*, enquanto escolha representacional para incluir participantes indígenas, o excerto exibido abaixo me parece também revelador.

93. Segundo a técnica em educação escolar indígena Rita Gomes do Nascimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o pesquisador indígena não é visto com bons olhos quando deseja estudar assuntos que envolvem sua realidade. "Meus orientadores diziam que eu não tinha cara de índia. As pessoas ainda enxergam nosso povo sob a perspectiva colonial", explica Rita, representante da aldeia potiguar. [...]

OPORTUNIDADE – Quem participou do Congresso teve acesso aos artesanatos dos índios. Colares, brincos e ferramentas podem ser comprados pelo custo de R$ 10 a R$ 45. "Esses eventos são uma oportunidade de sobrevivência. Ás vezes vendemos nossa arte por R$ 1 para podermos comer", desabafa Evani Santos Ferreira, da aldeia Coroa Vermelha, localizada em Porto Seguro. Em sua casa, moram 20 pessoas que possuem o artesanato como única fonte de renda. "É triste um filho te pedir algo que você não tem condições de oferecer", explica a artesã que costuma ir aos eventos indígenas para divulgar seu trabalho. [**PgUnB_4**]

Este excerto mostra a inclusão da participante indígena por meio da referência a seu "grau de titulação" – técnica/o. Cumpre esclarecer que a participante Rita Gomes do

Nascimento, à época em que o texto fora publicado, se já não era doutora em Educação, estava prestes a finalizar seu doutorado, mas no texto da PgUnB_4 (cf. excerto 93) ela é anunciada como "técnica em educação escolar indígena". Ainda que não se trate de uma *funcionalização* que vincula a participante a atividades místicas, "técnico" é um nível de formação que goza de pouco prestígio na universidade quando comparado à titulação dos membros da comunidade acadêmica. Ou seja, novamente uma participante indígena é situada, em um texto do portal UnB, em lugar relativamente pouco valorizado no universo da universidade. Tanto é verdade que a formação acadêmica ou titulação dos atores sociais representados pelos textos do portal UnB é importante que, se determinada categoria, na perspectiva desse portal, não for suficientemente "nobre" para a representação acerca das atividades empreendidas na universidade, ela poderá ser excluída ou ofuscada. Um exemplo? A categoria "profissional", conforme revelam os excertos acima.

Outro aspecto que chama atenção, no excerto 93, da PgUnB_4, é a evidência dada à venda de artesanatos realizada por participantes indígenas no *Congresso*, bem como a forma como o texto faz referência a isso. Trata-se não apenas de conferir visibilidade à venda de artesanatos, mas, sobretudo, de tirar o foco das questões centrais do evento e também de criar um lugar que está fora da esfera de atividades acadêmicas para aí situar a participante indígena. É como dizer: os indígenas estão neste evento realizado nesta universidade, mas estão aqui com outros objetivos e fazendo "outras atividades", que não são atividades acadêmicas.

Mas as formas de conferir visibilidade a um ator social frente a uma atividade vão muito além das diferentes maneiras de fazer referências à sua ocupação ou titulação. A ausência do adjetivo "indígena" na escolha representacional de participantes indígenas em posições que me parecem bastante estratégicas nos textos do portal UnB é outra exclusão bastante recorrente. Aí os participantes responsáveis por uma ação são colocados em segundo plano, perdendo, assim, visibilidade nos processos de ação representados no texto, como discutido anteriormente. A este propósito, a análise revelou que, de forma recorrente, os textos selecionados no portal UnB não só excluem o adjetivo "indígena" em momentos estratégicos, mas também o incluem estrategicamente, como mostram os excertos a seguir.

94. José Geraldo destacou ainda a formulação de uma agenda política, cultural e social para aumentar inclusão dos indígenas no sistema de ensino brasileiro como um dos objetivos do encontro, que segue até 17 de julho no Centro Comunitário Athos Bulcão. "Temos aqui estudantes e pesquisadores especializados na questão. É preciso deixar a relação hegemonista de lado e buscar novas formas de tornar o mundo mais justo", afirmou o reitor, [...] [**PgUnB_2**]

95. [...] todos se mostraram satisfeitos com a passagem pela UnB. Além dos conhecimentos do congresso, que conta com especialistas e pesquisadores em educação indígena, todos voltarão com uma bagagem de vida mais rica. [**PgUnB_3**]

Na voz atribuída ao reitor da UnB (cf. excerto 94 – PgUnB_2), não se sabe se os "estudantes e pesquisadores especializados na questão [inclusão no ensino superior]" são indígenas. Da mesma forma que o texto da PgUnB_3 (cf. excerto 95) não deixa claro se os "especialistas e pesquisadores em educação indígena" são indígenas ou não. Além disso, tem-se aí uma oração infinitiva funcionando como participante gramatical "É preciso deixar a relação hegemonista de lado e buscar novas formas [...]", estratégia linguística que serve para suprimir o agente responsável pelo processo (VAN LEEUWEN, 1997). Não é possível recuperar no texto os atores sociais a quem a afirmação se dirige. Dito de outro modo, não se sabe se quem precisa deixar a relação hegemonista de lado são os "estudantes e pesquisadores especializados na questão" – que, como dito, também não se sabe se são indígenas – ou o público que assistia à mesa de abertura do *Congresso Indígena* e que, era formado, em boa medida, por participantes indígenas. A *exclusão* de "indígenas" por *encobrimento* é tão frequente e tão evidente nos textos do portal UnB que uma análise que se limitasse ao título e à linha-fina desses textos já revelaria muito a este respeito. Os dois excertos, a seguir, são exemplos disso.

96. Indígenas reclamam do preconceito na universidade [título]
Estudantes, bacharéis e pesquisadores dizem que o meio acadêmico ainda tem dificuldades para aceitar a presença de índios [linha-fina da **PgUnB_4**]

97. ENSINO SUPERIOR

Figura 11

Índios querem universidades nas suas regiões [título]

Pesquisadores fizeram proposta durante encerramento de Congresso na UnB. Reivindicações serão encaminhadas ao MEC e à Funai [linha-fina]

Pesquisadores e profissionais indígenas querem a criação de universidades específicas para índios e a participação das etnias na elaboração dos projetos políticos pedagógicos das instituições públicas de ensino superior. [lide da **PgUnB_5**]

O que fica evidente nestes excertos é que o adjetivo "indígena" é incluído quando os atores sociais desempenham algumas atividades e não quando empreendem outras. No título do texto da PgUnB_4, por exemplo, "indígena" é ativado em relação a "reclamar do preconceito", mas, na linha-fina – onde "preconceito" é definido como "o meio acadêmico ainda tem dificuldades para aceitar a presença de índios" e, portanto, apagado – a ação "dizer que o meio acadêmico ainda tem dificuldades [...]" é atribuída a "estudantes, bacharéis e pesquisadores", que não se sabe, como dito, se são indígenas ou não (cf. excerto 96). Mais uma vez, a categoria "profissionais" é excluída do título e da linha-fina do texto.

Da mesma forma que, no excerto 97 (PgUnB_5), "índios" são ativados em relação a "querer universidades" e excluídos quanto a "fazer proposta", uma vez que não se tem certeza de que os "pesquisadores" mencionados são indígenas. E também *suprimidos* no processo de "encaminhar reivindicações ao MEC e à Funai", haja vista o emprego de

uma *nominalização* associada ao *apagamento do agente da passiva*. Recurso por meio do qual o foco nos "participantes e causadores do processo é deslocado para o processo" (HODGE, KRESS, 1993, p. 27).

Sublinhe-se que o *lide*[117] do texto da PgUnB_5 inclui "indígena" para qualificar "pesquisadores e profissionais", por outro lado, aí eles são novamente ativados em relação a "querer". É neste sentido que retomo a análise da PgC.Amp_2/UnB (cf. excerto 40), na qual, ao discutir o enunciado "Cunha [antropólogo da Funai] lamenta ainda que**,** apesar de a Funai financiar [...], ainda existem muitas reclamações [...]", destaco a frequência com que os textos do portal UnB analisados atribuem aos participantes indígenas a ação de "reclamar". A propósito, o título e a linha-fina do texto da PgUnB_7 (cf. excerto 62) também apontam neste sentido: "Alunos indígenas pedem maior assistência" e "Estudantes reivindicam cumprimento integral de convênio assinado entre a Funai e a UnB em 2004".

O lugar que o título do texto da PgUnB_5 (cf. excerto 97), a linha-fina e o lide atribuem aos participantes indígenas é o mesmo que a fotografia (cf. Figura 11) que compõem esse texto lhes confere. Trata-se de uma mesa composta em sua grande maioria por participantes não indígenas – considerando que os indígenas, na lógica da representação visual dos textos do portal UnB, necessariamente usam peças indígenas[118] – que falam a um público composto essencialmente por indígenas, haja vista o foco nos cocares. A propósito, esta é uma representação visual bastante recorrente nos textos do portal UnB analisados, conforme revelam as fotografias apresentada a seguir.

A propósito das fotografias veiculadas nas páginas do portal UnB analisadas, saliente-se a frequência com que participantes indígenas são inseridos na representação visual na posição de quem participa de eventos acadêmicos para ouvir o que participantes

[117] *Lide* é a parte do texto jornalístico que consiste em uma ou duas frases curtas, dispostas, *a priori*, no início da matéria (que sempre é uma das partes mais visíveis de um texto) para destacar o tema da notícia, fornecer informação básica sobre o tema do texto e provocar o interesse no leitor (MARCONDES FILHO, 2009). Conforme explicações que recebi de membros da agência de notícias da UnB, o lide deve ser constituído pelas informações mais relevantes e importantes da notícia. Daí a atenção que busquei conferir a esse elemento dos textos do portal UnB analisados, entendendo que aí são apresentadas as informações que essa agência julgou mais importantes acerca dos eventos noticiados.

[118] E se os participantes indígenas não usarem peças indígenas, causam "estranheza entre seus pares e no restante da comunidade [acadêmica]", conforme o texto da PgUnB_10.

não indígenas teriam a dizer sobre as demandas indígenas. A imagem a seguir é um exemplo disso.

98. PESQUISA

Figura 12

Educação indígena significa a emancipação dos povos [título]

Abertura do I Congresso Brasileiro sobre o tema destaca a necessidade de políticas para garantir a formação intelectual das etnias nacionais [linha-fina da **PgUnB_2**]

Na fotografia da PgInd_2 (cf. Figura 13) a maioria dos participantes que assistem à mesa de discussão não está usando vestimentas indígenas. Ao contrário das fotografias divulgadas na PgUnB_2 (cf. Figura 12) e PgUnB_5 (cf. Figura 11). Na fotografia da PgInd_4 (cf. Figura 14), debatedores indígenas compõem a mesa de discussão sem vestimentas tradicionais. Neste sentido, as palavras de Carvalho (2006, p. 22-3) são esclarecedoras:

> A imagem de uma sala onde existe algum cientista ou intelectual pensando, seja em Biologia, História ou Física, era, até uma geração atrás, a de um homem branco. Incluímos agora a imagem de uma mulher branca no lugar do cientista e continuamos com a imagem de uma platéia formada por pessoas brancas que escutam esses brancos. Basicamente, esta é a imagem, assimilada e reproduzida acriticamente, do que é o mundo universitário no Brasil.

Com base na análise das fotografias veiculadas na PgUnB_2 (cf. Figura 12) e na PgUnB_5 (cf. Figura 11), pode-se dizer que a plateia é formada por indígenas. Isso poderia ser um avanço em relação à imagem que se tem do mundo universitário não fosse o fato de a essa plateia ser atribuída as seguintes ações: pedir, reivindicar e assistir a pesquisadores não indígenas. Considerando que o público com quem as fotografias das páginas do portal UnB analisadas se comunicam (ou foram produzidas para se comunicarem) – a comunidade acadêmica não indígena – parece-me bastante óbvio o foco dessas representações visuais.

Vejamos, a seguir, a representação visual do *Congresso Indígena* por páginas de sites indígenas analisadas.

99. Durante quatro dias, foram discutidas questões que giram em torno do acesso e da permanência de indígenas no ensino superior e dos conteúdos ofertados pelas universidades, sua ligação com as temáticas de interesse dos povos e as formas de transmiti-los. O evento foi constituído por mesas de discussão, debates, apresentações culturais, grupos de trabalho e assembléia geral.

Figura 13
I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas
[**PgInd_2**]

100. I Congresso de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas [título]

Figura 14

[...] O evento iniciou com uma conferência sobre o Ensino Superior Indígena no Brasil Contemporâneo: desafios atuais e perspectivas futuras tendo como palestrante o doutorando em Antropologia Gersen Baniwa presidente do Cinep e Coordenador de Educação escolar Indígena do Mec. O Congresso contou com uma organização [**PgInd_4**]

Na fotografia da PgInd_2 (cf. Figura 13 – excerto 99), a maioria dos participantes que assistem à mesa de discussão não está usando vestimentas indígenas. Assim como na fotografia da PgInd_4 (cf. Figura 14 – excerto 100), os debatedores indígenas compõem a mesa de discussão sem vestimentas tradicionais. Perspectivas totalmente distintas da perspectiva proposta pelas fotografias que compõem os textos do portal UnB analisados, como revelam as imagens dos excertos acima exibidos.

Apresento, a seguir, a análise da forma como os estudantes indígenas, enquanto participantes do *Congresso Indígena*, são representados em textos do portal UnB que tratam do evento.

101. UnB vira aldeia para receber indígenas [título]

Acampados no estacionamento do pavilhão João Calmon, participantes do congresso dividem experiências e cultuam a diversidade [linha-fina]

[...] O campus que carrega o nome de um brasileiro apaixonado pelas causas indígenas se transformou numa grande aldeia. [...] o som de maracás e vozes potentes indicam a presença de visitantes no Darcy Ribeiro. Ouvida de longe, a cantoria revela a origem dos hóspedes [...]

O clima sob a lona das tendas armadas é amistoso. Entre colchonetes e varais para secar roupas, um adolescente do Amazonas corta a penugem que lhe cresce no rosto

com uma gilete. A poucos metros dali, enquanto um grupo traça desenhos na pele com tinta de jenipapo – que chega a ficar 15 dias no corpo – um homem toca músicas sertanejas no violão. [...].

"Mais do que um lugar para dormir e tomar banho, aqui a gente convive com crianças, jovens, adultos e idosos de diferentes etnias. Muitos de nós não conhecemos a realidade de outras comunidades", afirmou a estudante de Medicina e Tukano Lucélia Dias, que veio do Amazonas de avião.

A rotina na aldeia urbana, montada pela organização do congresso, começa às 7h, com o café da manhã [...]. Para o lanche, frutas variadas. A hora mais disputada para o banho, que ocorre em uma estrutura com nove chuveiros por gênero, é o fim da tarde, quando a água está morna por causa do sol. [...]

Ao cair da noite de terça-feira, enquanto os recém chegados representantes dos Puruborá e Miguelenos, etnias de Rondônia, montavam barracas no João Calmon, uma mulher do Paraná dava o peito para uma criança mamar. O Baré e estudante de Odontologia, Gilmar Alcântara, explica que, ali, a música rompe as diferenças e reúne todos à luz da lua. [...].

Uma lembrança de Brasília, no entanto, vai ficar: a das noites frias. "A gente não imaginava que fizesse tanto frio assim. Uma fogueira seria o ideal para enfrentar a madrugada", comentou Davi Gomes que, assim como boa parte dos presentes, veio de regiões onde o clima é mais quente. [**PgUnB_3]**

Parece-me razoável dizer que, na falta de "cerimônias sagradas" e outras atividades ritualísticas às quais os participantes indígenas possam ser ativados, práticas comuns, digamos assim, aos estudantes universitários em geral são transformadas, nos textos do portal UnB analisados, em "práticas de diversidade", conforme revela o excerto 101, da PgUnB_3.

Destaque-se que os participantes indígenas não são ativados em relação ao processo de "transformar" a UnB em aldeia, é atribuída à UnB a agência nessa transformação, foi a Universidade que se transformou em "aldeia" para receber os participantes indígenas. Quem muda é a UnB. Até porque os indígenas não podem mudar, eles devem "voltar sempre às origens" (cf. excerto 79 – pg. 191). Mas, como não poderia deixar de ser, esses atores sociais são ativados em relação a "dividir experiências e cultuar a diversidade" (cf. excerto 101 – PgUnB_3).

Ao descrever o participante como alguém que "corta a penugem que lhe cresce no rosto", o texto da PgUnB_3 (cf. excerto 101) o representa por *impersonalização* (VAN LEEUWEN, 1997), uma vez que é apresentado com características não humanas. Ou seja,

por que não dizer barba ou pêlo? Apesar de poder ser usado como "camada de penas, pêlos ou cabelos que nascem primeiro, freq. sedosos", esse é apenas um dos três verbetes que o Houaiss apresenta para o vocábulo "penugem", sendo que os outros dois dizem respeito à plumagem das aves. Ele deveria cortá-la com o quê? Uma navalha? Um pedaço de pau-brasil? No caso da participante indígena mencionada no texto da PgUnB_3 (cf. excerto 101), "que veio do Amazonas de avião", fica a pergunta: por ela ser indígena, o esperado era que ela tivesse viajado de canoa? É importante a informação de que ela "dava o peito para uma criança mamar", afinal, sendo indígena, poderia estar dando o peito para uma criança fazer outra coisa. E dizer "uma criança" dá a entender que é qualquer criança e não a criança dela, ou melhor, o bebê dela.

Mas o que os excertos acima – um deles bastante longo – parecem comprovar à exaustão é a ativação de participantes indígenas em relação a práticas que, *a priori*, não são exclusividade de um grupo específico, ou de eventos acadêmicos desse ou daquele grupo de universitários, mas que, em função da maneira como são aí inseridas, constroem a arquitetura do lugar que, da perspectiva do portal UnB, cabe (ou deveria caber) aos alunos indígenas na universidade. Quer dizer, práticas absolutamente comuns a encontros de estudantes universitários são mencionadas como se fossem exóticas: tocar chocalho, falar alto, cantar, dançar, acampar no estacionamento da universidade, montar barracas, dormir em colchonetes, estender varais para secar roupas, jovens fazendo a barba, fazer tatuagens temporárias (a de henna, por exemplo, que chega a ficar vinte dias no corpo), tocar música sertaneja no violão, presença de crianças, jovens, adultos, idosos, viajar de avião para o evento, banheiros químicos, uma mãe amamentando seu bebê (cf. excerto 101 – PgUnB_3). Da mesma forma que qualidades que não são exclusividade deste ou daquele grupo, tais como: tomar decisões coletivas e respeitar os outros (cf. excerto 83 – pg. 196 – PgUnB_9), são inseridas como se fossem "peculiaridades" dos povos indígenas. A análise da "relação diferente com o tempo" característica dos alunos indígenas vai ficar para estudos futuros.

Ou seja, muitos dos traços usados para representar os alunos indígenas não são exclusivos desses alunos. Trata-se, na verdade, de perpetuar ângulos a partir dos quais os povos indígenas deverão ser vistos pela sociedade não indígena. Ângulos que, ao fim e ao

cabo, se afirmam ou se representam como homogêneos, sem conflito cultural e, por que não dizer, "meio europeus" – haja vista o destaque ao *frio* de Brasília, "que vai ficar na lembrança" dos participantes indígenas representados no texto da PgUnB_3 (cf. excerto 101). Este aspecto, aliás, é tão útil quando a tarefa é se diferenciar do "Brasil" (e se aproximar da Europa?) que, mesmo que muitos dos participantes indígenas tenham vindo da região sul do país, o texto insere uma voz atribuída a um participante indígena que diz: "a gente não imaginava que fizesse tanto frio assim". Quer dizer, da mesma forma que o texto (cf. excerto 101 – PgUnB_3) cria aspectos para caracterizar os participantes indígenas como "diferentes", cria também aspectos, tal como o frio, para diferenciar a Universidade, ou melhor, a cidade onde ela se situa, da cidade de origem desses participantes.

A título de curiosidade, destaco o trecho que selecionei em um texto[119] do portal UnB – divulgado na mesma data da publicação do texto da PgUnB_3 – cujo foco são os participantes do Congresso da UNE, que ocorreu, como já dito, na mesma data do *Congresso Indígena*: "Para refrescar do calor, os sul-matogrossenses trouxeram o Tereré, a bebida com erva mate e gelo servida em uma guampa de chifre de boi." Resumindo, enquanto a representação dos participantes indígenas inclui referência ao "frio" de Brasília, a representação dos participantes do Congresso da UNE faz referência ao calor. Sobre fenômenos como esta "variação climática", Benedict Anderson (2008, p. 65) é insuperável: "Ler um jornal [ou textos escritos por uma agência de notícias] é como ler um romance cujo autor tenha desistido de qualquer intenção de escrever um enredo coerente".

Estudar as representações produzidas e mantidas pela universidade acerca dos povos indígenas implica politizar as representações estabelecidas nessa arena de produção, reprodução [e reprovação] de conhecimentos/saberes acerca dos diferentes grupos que dela fazem parte, das atividades que aí desenvolvem e do lugar no qual aí são situados. Daí as comparações eventualmente tecidas entre a forma como são apresentados participantes indígenas e participantes não indígenas pelos textos do portal UnB, tal como o faço a seguir. Destaque-se, a propósito, um texto sobre o Congresso da UNE, publicado no portal

[119] Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1994 Acesso em: 23 out. 2012.

UnB em 14-07-2009 e em 15-07-2009[120], descrevem o acampamento dos participantes desse *Congresso* e suas rotinas de forma totalmente diferente daquela escolhida para apresentar os participantes do *Congresso Indígena*. Naqueles lê-se: "as refeições serão feitas tanto no restaurante universitário da UnB quanto no ginásio Nilson Nelson". E nada é dito sobre o lugar onde os estudantes fazem suas "necessidades". Qual o objetivo desse tipo de informação anunciada no texto da PgUnB_3 (cf. excerto 101)? Além disso, "Ouvida de longe, a cantoria..." parece lenda. A busca jornalística do "elemento exótico", só pode ser. Os participantes indígenas representados pelos textos do portal UnB, dada as circunstâncias em que essas representações são produzidas e veiculadas, parecem ter pouco a ganhar com essa suposta exoticidade.

Em síntese, por meio da linguagem, verbal e imagética, os textos do portal UnB ressignificam a noção de exótico. E, dado o prestígio que um portal desta natureza tem, é razoável dizer que essa ressignificação tem grande chance de ser assumida tanto por quem lê o texto e vê ali o exótico, como por quem figura como exótico nesse texto e assume essa representação como uma via de mobilização ou mesmo de participação nessa esfera de atividade.

Enquanto a escola, em busca da confortável "homogeneização e [...] padronização", tende, segundo Candau (2008, p. 16), a silenciar e neutralizar a diversidade, os textos do portal UnB tendem a salientar a diversidade quando se trata de representar participantes indígenas. Essa tendência, no entanto, não parece ser motivada pelo respeito à diversidade ou o debate sobre a diferença. Ao invés disso, trata-se, a bem da verdade, de reafirmar a identidade da UnB, de responsabilizar as diferenças culturais dos alunos indígenas – que, afinal, não competem a ninguém – pelas dificuldades que eles enfrentam ao longo do ensino superior, eximindo-se, portanto, de qualquer responsabilidade neste sentido e, por fim, de ofuscar ou mesmo apagar sua agência em atividades próprias da esfera de ação acadêmica. Se "a palavra diversidade é até agora uma palavra vazia na boca

[120] Disponível em: http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1994
Acesso em: 18 set. 2011.

de nossos governantes", conforme adversa Carvalho (2006, p. 122), "na boca" dos textos do portal UnB analisados, diversidade é uma palavra repleta de significado.

A observação acerca do esvaziamento da voz atribuída ao participante indígena decorrente da posição que ocupou no texto, desvinculada da fotografia (cf. Figura 10 – excerto 79 – pg. 191 – PgUnB_10), enseja outra questão, cuja relevância ficou evidente ao longo da análise: o emprego de recursos relativos à organização textual para conferir visibilidade ou para ofuscar determinados participantes. São desses recursos que trato, brevemente, a seguir.

O primeiro comentário diz respeito ao texto da PgUnB_1.

> 102. Pesquisadores indígenas se reúnem na UnB [título]
> Mais de 700 acadêmicos estarão no 1º Congresso Nacional de Pesquisadores Indígenas, em julho [linha-fina]
> O sociólogo Boaventura de Sousa Santos falou na UnB nesta quinta-feira, 4 de junho, sobre seus estudos acerca da Sociologia das Emergências, em que as culturas nascidas no Hemisfério Sul assumem papel preponderante nas transformações sociais. [primeiro parágrafo – **PgUnB_1**]

O texto da PgUnB_1, conforme mostra o excerto 102, o título e a linha-fina anunciam "acadêmicos/pesquisadores indígenas", mas o ator social que ganha visibilidade – por ser apresentado no primeiro parágrafo do texto, recebendo, portanto, mais atenção dos leitores – é o sociólogo português (informação que não é usada para representá-lo neste texto[121]) Boaventura de Sousa Santos, que havia ministrado uma palestra na UnB na data da publicação do texto. Quer dizer, ainda que esse sociólogo trate de questões que dizem respeito ao ingresso de grupos minoritários na esfera social da academia, não é um intelectual indígena e não faria parte do *Congresso* divulgado.

As duas observações, a seguir, dizem respeito ao texto da PgUnB_2.

[121] O fato é que Boaventura de Sousa Santos é português, aspecto que poderia ser empregado para apresentá-lo, uma vez que se trata de uma diferença entre o ator social e o "nós" (UnB), da mesma forma que a origem étnica é um dos aspectos mais recorrentes nos textos do portal UnB analisados para representar os atores sociais indígenas de forma a diferenciá-los do "nós" (UnB).

103. Educação indígena significa a emancipação dos povos [título]

Abertura do I Congresso Brasileiro sobre o tema destaca a necessidade de políticas para garantir a formação intelectual das etnias nacionais [linha-fina]

Se os índios não dominarem as técnicas de produção e transmissão de conhecimento, eles serão eternamente representados pela voz dos brancos. E para alcançar a autonomia de pensamento há um único caminho: a educação. A colocação feita por Teresinha Pereira da Silva, durante a abertura do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores, e Profissionais Indígenas, na manhã desta terça-feira, resume o objetivo do encontro realizado na Universidade de Brasília. [lide – **PgUnB_2**]

No lide (cf. nota 117) do texto da PgUnB_2, parte com grande visibilidade no texto, o objetivo do *Congresso Indígena* é definido por meio da voz atribuída a uma participante indígena (Teresinha Pereira da Silva – cf. excerto 103), que, acredita-se, estava presente na mesa de abertura do evento, uma vez que o texto informa: "A colocação feita por Teresinha [...], durante a abertura do I Congresso [...], resume o objetivo do encontro [...]". O que chama atenção neste lide é que ele dá visibilidade a uma participante que, de acordo com o relatório do evento (cf. PgC.Amp_2/Ind), não fez parte da mesa de abertura do *Congresso* – aliás, o nome "Teresinha Pereira da Silva" tampouco está entre os coordenadores dos GTs ou entre os participantes que apresentaram trabalhos. Ainda assim é essa participante que ganha visibilidade no texto, não outros participantes indígenas que fizeram parte da mesa de abertura, tal como Gersem Baniwa. Por que motivos o texto confere lugar de destaque, ao descrever a abertura do evento, a uma participante que não fez parte da mesa de abertura? Certamente não é apenas pelo fato de se tratar de uma participante indígena, pois a mesa foi composta por vários participantes indígenas. Possivelmente tenha sido a pauta da agência de notícias da UnB que determinou a visibilidade conferida a essa participante no texto, uma vez que a voz atribuída a ela corresponde à pauta do portal UnB.

A respeito da visibilidade conferida aos participantes indígenas e a suas atividades, o texto da PgUnB_6 é revelador.

104. Um campus que faz orgulho a seu fundador [título]

Congresso da UNE, conferência de acadêmicos indígenas e festa dos calouros transformam sonho de Darcy Ribeiro em realidade [linha-fina]

Darcy Ribeiro era, confessadamente, carente de elogios. Se pudesse estar no campus que leva seu nome, nesta sexta-feira 17 de julho, ficaria envaidecido. Num mesmo dia, calouros do 2º semestre de 2009 comemoraram a entrada na vida universitária com ovos, tinta e muita festa. Pesquisadores indígenas encerraram seu primeiro congresso acadêmico. O Congresso da UNE trouxe estudantes de todas as regiões à UnB. Eles tomaram o Minhocão com debates sobre o futuro da educação, do Brasil e – por que não? – do mundo.

Em plenas férias letivas, jovens distribuíam-se em rodinhas de animadas conversas. Nos gramados, nos bancos, embaixo das árvores. Alguns estranhavam coisas que só existem na UnB. Um grupo de estudantes do Rio Grande do Sul estranhou três bicicletas amarelas soltas na entrada norte do ICC. "É Bicicleta Livre, mano", explicou um rapaz de cabelos longos que vendia artesanato debaixo de uma árvore. "Pode pegar e andar, é só deixar dentro do campus depois". Os gaúchos riram e se afastaram, sem acreditar que fosse verdade. A alguns metros dali, universitários indígenas faziam uma dança ritual para comemorar a elaboração de uma carta de propostas que será encaminhada ao MEC e à Funai. [**PgUnB_6**]

Ainda que Darcy Ribeiro tenha sido um "apaixonado pelas causas indígenas", conforme anunciado no texto da PgUnB_3, os participantes indígenas ganharam bem menos visibilidade no texto da PgUnB_6 do que os outros mencionados, a saber: participantes do Congresso da UNE e calouros. Aí os participantes do *Congresso Indígena* ocupam 03 linhas do texto, exibidas no excerto 104. Os participantes do Congresso da UNE, por outro lado, ocupam mais de 20 linhas desse texto e os calouros, 06. Fica bastante evidente, portanto, que aos participantes indígenas é atribuída muito menos visibilidade do que aos outros participantes. Além disso, os universitários indígenas, apesar de elaborarem – ou estarem comemorando a elaboração de – uma carta de propostas ao MEC e à Funai, são excluídos dos grupos mencionados a partir do intertítulo "Revolução", que lista alguns nomes de "organizações políticas".

Vale assinalar também que, mais uma vez, os "universitários indígenas" são ativados em relação a "fazer uma dança ritual para comemorar". Mas as ações de elaborar uma carta de propostas e encaminhá-la ao MEC e à Funai não (cf. excerto 104 – PgUnB_6). Aliás, essas ações são representadas por *nominalização*, o que implica suprimir os atores sociais responsáveis pela ação e dar ênfase ao estado e não ao processo. Não se sabe se

foram eles que a elaboraram. Mas ainda que tivesse ficado claro que eles eram os autores, seria estranho comemorar a elaboração de uma carta. "Encaminhada" por quem? Chama atenção a forma como os participantes do Congresso da UNE são incluídos neste texto "tomaram o Minhocão com debates", não com "cantoria que pode ser ouvida de longe", como o texto da PgUnB_5 (cf. excerto 101) apresenta os participantes do *Congresso Indígena*.

Parece-me particularmente instigante a perspectiva favorável com que a metáfora de guerra (revolução) é utilizada para caracterizar o Congresso da UNE, conforme revela o excerto abaixo.

> 105. REVOLUÇÃO - A entrada sul do ICC foi tomada por barracas que vendiam cultura e, principalmente, revolução. Organizações políticas como Liga Bolchevique Internacionalista, Partido Comunista Revolucionário, Frente 5 de Julho e Juventude Comunista Avançando faziam do Udefinho a sua trincheira. Um estande tinha dezenas de modelos de camisetas com a foto de Che Guevara.
>
> A barraca que vendia filmes piratas não tinha nenhum blockbuster. Os filmes à venda mostravam desde Cidadão Kane até Ganga Zumba, passando por Noam Chomsky, Glauber Rocha, Michael Moore e Pedro Almodóvar. Outras banquinhas vendiam números atrasados de "Caros Amigos" e "Carta Capital". No corredor central do ICC, grandes placas lembravam os mortos pela ditadura militar brasileira. No CA de Agronomia, música sertaneja e cerveja a R$ 2. [**PgUnB_6**]

Aí, trincheira, revolução qualificam positivamente os participantes do Congresso da UNE, enquanto que o texto da PgUnB_6 (cf. excerto 105), ao caracterizar o local onde se hospedaram os participantes indígenas do *Congresso Indígena*, destaca: "O clima sob a lona das tendas armadas é amistoso". Quer dizer, não são todas as "revoluções", todas as "lutas" e todos os "revolucionários" que merecem virar notícia e serem registrados na história da Universidade. Outro ponto a ser sublinhado é que aqui, a revolução parece contar mais do que a cultura, haja vista o intertítulo *Revolução* e o enunciado "barracas que vendiam cultura e, *principalmente*, revolução". A título de "curiosidade", destaco que enquanto uns são revolucionários porque montam barracas que vendem "filmes piratas", dos quais "nenhum [é] blockbuster" (cf. excerto 105 – PgUnB_6),

outros – que postam comentários em sites indígenas, tais como os que apresento no excerto 106 (espaço para interatividade da PgInd_1) – não são apresentados como revolucionários.

106. Luiz Tukano disse:
28 de maio de 2009 às 15:10
Isso é verdade, acredito que quanto mais ampliarmos nossa aliança, maior vai ser as conquistas dos povos indígenas em geral, pois sabemos que são muitos os desafios. Exemplo de tecnologia, posso citar a filmagem que o Indígena da Raposa Serra do Sol fez, dos arrozeiros atirando nos parentes. Essa filmagem foi uma grande chave no Julgamento da Raposa no Supremo. Então podemos afirmar que, os debates nas Universidades (federais-estaduais-particulares), escolas, internet (como esse site, ou grupos de emails) entre outros, são fontes de comunicação importantes nessa caminhada pela conquista dos povos indígenas.

sebastian disse:
28 de maio de 2009 às 18:16
Essa filmagem da truculência contra os índios de raposa foi filmada por um indígena que "através de um ponto de cultura viva" se armou digitalmente e com sua tradicional coragem encarou a morte para salvar a vida de seus parentes! Assim como esse índio que filmou essa cena…Vejo a você Luiz e outros indígenas como verdadeiros corajosos guerreiros antenados com o mundo e pulsando pelo Planeta! Seus textos neste meio, suas partilhas com os internautas, são de um belo semear de amor que eu agradeço! [espaço para interatividade da **PgInd_1**]

Nesta mesma direção, está a maior visibilidade que os textos do portal UnB, ao tratarem da *Semana Indígena*, conferem, sistematicamente, a atividades voltadas para manifestações tradicionais indígenas ("arte corporal" etc.) em detrimento de atividades do tipo "debate" (cf. PgUnB_9 e PgUnB_10.).

Para finalizar, retomo dois propósitos da UnB anunciados como *valores* da Instituição são: "entrelaçar as diversas formas de saber" e ser "respeitosa com todas as formas de saber". Partindo do princípio de que a universidade é um dos principais espaços de fomento do conhecimento crítico, é de se esperar que, em busca da superação de relações de forças historicamente desiguais, sejam aí empreendidas interlocuções inovadoras. É chegado o momento, então, de tecer algumas considerações sobre o entrelaçamento e o respeito a "diferentes formas de saber" postos em ação nos textos do

portal UnB e nos textos dos sites indígenas selecionados para este estudo. O foco dos comentários que se seguem é: o que povos indígenas e comunidade acadêmica ensinam um ao outro, da perspectiva dos textos do portal UnB.

A análise do *corpus* mostrou alguns pressupostos recorrentes nos textos do portal UnB em relação aos conhecimentos e desconhecimentos dos participantes indígenas. Primeiro, eles não dominam técnicas de produção e de transmissão de conhecimento e não têm autonomia de pensamento, conforme ilustra o lide do texto da PgUnB_2 (cf. excerto 103): "Se os índios não dominarem as técnicas de [...], eles serão eternamente [...].") pressupõe, por meio do acionador de pressuposição "se..., (então)...", que "os índios" não dominam as técnicas de produção e transmissão de conhecimento. Além disso, por meio da construção "para alcançar autonomia, só há um caminho: a educação", o texto sugere também que os povos indígenas "não têm autonomia de pensamento".

Segundo, os participantes indígenas ensinam a comunidade acadêmica a: "tomar decisões coletivas", "respeitar os outros" e "ter uma relação diferente com o tempo", conforme o texto da PgUnB_9 (cf. excerto 83 – pg. 196) e também a "lidar com diferenças" (cf. excerto 76 – pg. 182 – PgUnB_10).

Outros conhecimentos que, da perspectiva dos textos do portal UnB, cabem aos participantes indígenas dizem respeito a plantas, natureza e passado. A UnB, por outro lado, ensina-lhes conhecimentos técnico-científicos, como mostra o excerto abaixo.

> 107. Rachel Nunes, decana de Assuntos Comunitários, acredita que o aprendizado pode ser compartilhado. "Os indígenas vêm para a universidade buscar o conhecimento técnico-científico. Mas a universidade também deve buscar conhecer os saberes trazidos por eles", afirma. A professora acredita que a *Semana Indígena* é uma forma de mostrar que a UnB valoriza e respeita a cultura trazida pelos indígenas.
>
> ARTE CORPORAL – A tarde do primeiro dia do encontro foi marcada por integração entre universitários. Uma oficina de pintura atraiu cerca de 50 pessoas que saíram com o corpo marcado por símbolos indígenas feitos com jenipapo. As estudantes Lorrayne Porciúncula, de Relações Internacionais, e Eliane Vieira Santos, de Pedagogia, aprovaram a oficina. "É uma forma de nos aproximarmos mais dos indígenas e até da própria UnB", diz Lorrayne, se referindo ao fato de que o jenipapo tinha sido extraído de uma árvore dos jardins do ICC que ela nunca havia notado.

> Já Eliane se identificou com a trajetória dos indígenas. "É uma cultura que faz com que a gente resgate um pouco da nossa história", diz. "Conhecer a cultura indígena é uma forma de conhecer nossos próprios antepassados", completa. [**PgUnB_10**]

> 108. Segundo [a decana de Ensino de Graduação, Márcia Abrahão], [...] sentimos que estamos contribuindo para o desenvolvimento do país e, por outro lado, estamos ganhando, aprendendo com a cultura desses estudantes", explica. [**PgC.Amp_4/UnB**]

Na fala atribuída à decana (cf. excerto 107 – PgUnB_10), "indígenas" são ativados em relação aos processos de "vir para a universidade" e "buscar o conhecimento técnico-científico", mas passivados em relação aos "saberes" que trazem, ou melhor, "trazidos". Quanto à distribuição de papéis, note-se que os participantes indígenas são ativados em relação a "trazer a cultura" e a UnB ativada frente a "valorizar e a respeitar essa cultura". A ideia de que a cultura, as tradições dos povos indígenas e o conhecimento sobre plantas são a contribuição dos alunos indígenas para a universidade é recorrente no discurso do portal UnB, o excerto 107, da PgUnB_10 é um exemplo disso. Além disso, uma coisa é "buscar o conhecimento", que, neste contexto, parece significar "tratar de obter, procurar adquirir", ou ainda "pôr as mãos em (alguém ou algo); apanhar, pegar", conforme verbetes para o verbo "buscar" apresentados no dicionário Houaiss, outra coisa é dizer "buscar conhecer os saberes", definido pelo mesmo dicionário como: "fazer tentativa para; esforçar-se por; empenhar-se, pretender". A UnB "valoriza e respeita a cultura trazida" por eles e "deve buscar conhecer os saberes trazidos por eles", o que não significa dizer que a UnB deve "valorizar e respeitar" esses saberes.

Por meio da linguagem, verbal e imagética, os textos do portal UnB ressignificam a noção de exótico. É razoável dizer que essa ressignificação tem grande chance de ser assumida tanto por quem lê o texto e é levado a ver ali o exótico, transferindo esse exótico para fora do texto – que é o que parecem revelar, por exemplo, a voz atribuída à professora na PgUnB_9 (cf. excerto 83 – pg. 196) e as atribuídas às alunas não indígenas na PgUnB_10 (cf. excerto 107) – como por quem figura como exótico nesse texto e assume essa representação como uma via de mobilização ou mesmo de participação nessa esfera de

atividade – que parece ser o caso do cartaz criado para a divulgação da *Semana Indígena* (cf. Figura 5 – excerto 71 – pg. 177 – PgInd_10).

> 109. Durante a abertura do seminário *Perspectivas sobre Belo Monte*, o reitor José Geraldo de Sousa Junior afirmou que a UnB foi criada para abrigar debates como esse. "A Universidade de Brasília sente-se fiel a sua missão quando abre espaço para um discussão como essa. Somos assim, um lugar onde há o cruzamento de todos os modos de interpretar o mundo".[**PgC.Amp_6/UnB**]

Fica evidente, na análise do *corpus*, o significado que o discurso do portal UnB atribui à presença indígena na universidade: relação com a natureza, passado, história perdida, cultura congelada. Isto é, um povo que não mudou, afinal, a aluna diz que "é uma forma de conhecer [seus] próprios antepassados". O que tem tudo a ver com "serem guardiões da cultura" (cf. excerto 83 – pg. 196 – PgUnB_9). As "diferentes formas de saber" que cabem aos indígenas na universidade, nos textos desse portal, são: conhecimentos tradicionais, conhecimento da natureza. E o lugar que os conhecimentos indígenas ocupam na esfera da universidade é o das manifestações "tipicamente" culturais, o dos rituais etc. Quer dizer, o respeito à diversidade e a consciência da natureza plural da Universidade que os textos do portal UnB promovem não é outra coisa senão uma diversidade homogênea e uma pluralidade singular.

Considerando os pressupostos, revelados na análise, sobre os conhecimentos e os desconhecimentos dos participantes indígenas e dos não indígenas representados pelos textos do portal UnB, parece-me razoável dizer que, da perspectiva do portal UnB, a comunidade acadêmica indígena ensina a comunidade acadêmica não indígena a lidar com a diferença, ensinam sobre plantas, natureza e passado e também a ensinam a tomar decisões coletivas, a respeitar o outro e a ter uma relação diferente com o tempo e ensinam a comunidade acadêmica. A comunidade acadêmica não indígena, por outro lado, ensina à comunidade acadêmica indígena: técnicas de produção e transmissão de conhecimento, autonomia de pensamento e conhecimentos técnico-científicos.

Se considerarmos que “os discursos e os sistemas de representações constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2000, p. 17), não rejeitaremos a ideia de que adotar o sistema de cotas para alunos indígenas significa, *a priori*, assumir-se, discursivamente, como um lugar do qual os povos indígenas passam a fazer parte sob um novo ângulo: o do protagonismo. Para isso, é imprescindível que a universidade renuncie a dinâmica colonial que está na essência das relações que estabeleceu com os povos indígenas (BANIWA, 2010), lançando-se ao diálogo – tanto nos planos da formulação de diretrizes e da execução, quanto no plano da representação – com grupos socioculturais dos quais esta instituição mantinha distância.

Postagens finais

Houve momentos, ao longo da pesquisa aqui descrita em que acreditei que *exclusão* seria a palavra mais precisa para definir as representações presentes nos textos do portal UnB acerca do ingresso e da participação de alunos indígenas nessa universidade. O que mais me chamou atenção nas primeiras análises desses textos – concebidos como parte da história que o portal conta sobre a Universidade e os grupos que a formam – foi a ausência de questões que, a meu ver, estariam no âmago de qualquer debate sobre representação acerca do ingresso e permanência de alunos indígenas na universidade. Questões que dizem respeito à exclusão dos povos indígenas do ensino superior, à necessidade de cotas para esses alunos na universidade, às dificuldades que enfrentam para ingressar nesta esfera de atividade e para aí permanecer, entre outras. Mas, no lugar dessas questões, o que a análise dos textos do portal UnB me apresentava eram silenciamentos, apagamentos, exclusões, portanto – nem todas da mesma natureza ou com a mesma intensidade, mas todas na mesma direção.

As razões da necessidade de serem adotadas cotas para povos indígenas no ensino superior são categoricamente negligenciadas nos textos do portal UnB. Aí vozes atribuídas a participantes indígenas que apontam, por exemplo, a insuficiência de apoio financeiro para universitários indígenas são contestadas por cifras descontextualizadas que falam em milhões ou questionadas por meio de vozes oficiais, tais como "dados do MEC" ou da Funai.Os responsáveis pela situação desfavorável da educação escolar indígena nos níveis que antecedem ao superior são excluídos dos textos do portal UnB.

Condições claramente adversas enfrentadas pelos estudantes indígenas são *naturalizadas* no discurso do portal UnB, isto é, são apresentadas como situações *normais*, que nada tem a ver com injustiças sociais e históricas, tampouco com as dificuldades de ingresso e de permanência desses estudantes na universidade. Essas dificuldades não são

apenas desvinculadas de qualquer causalidade social ou histórica, mas são também abordadas como algo que faz parte do "mundo" – do mundo indígena, claro.

Uma questão que ocupa lugar central na agenda da comunidade acadêmica indígena é o preconceito e a discriminação que os povos indígenas enfrentam na esfera de atividades acadêmicas. E esta é mais uma questão sistematicamente ofuscada nos textos do portal UnB, que, além de raramente aparecerem nesses textos, quando aparecem, suprimem-se os agentes dessa discriminação e colocam em *segundo plano* os atores sociais que enfrentam esse preconceito. Ou, com muita frequência, inserem vozes atribuídas a participantes indígenas que sinalizam o preconceito da comunidade acadêmica não indígena, mas o fazem de modo oblíquo, conferindo-lhe significados distintos ou diluindo a questão. A este respeito, Carvalho (2006, p. 117-8) chama atenção para a inação e o cinismo da elite branca brasileira "diante da prática cotidiana do racismo [que] engana e desfoca o conflito racial exposto, porque apresenta uma fachada de inconsciência que de fato não existe".

Quanto ao ingresso de alunos indígenas no ensino superior, da perspectiva dos sites indígenas, esse ingresso visa estabelecer novas bases para o diálogo com a sociedade não indígena, consolidar "a presença de uma nata intelectual indígena" que deverá construir e valorizar os saberes dentro da academia, "ultrapassar os universos restritos de conhecimento", "obter a pluralização do espaço universitário" e buscar "maior participação na sociedade". Na perspectiva do portal UnB, por outro lado, o ingresso desses alunos na universidade nada tem a ver com a pluralização do espaço acadêmico e a inscrição de ângulos, historicamente negligenciados na academia, capazes de oxigenar as decantadas perspectivas a partir das quais a ciência costuma ver o mundo, nem com novos diálogos e novas formas de participação social. Nos textos desse portal, o ingresso de alunos indígenas no ensino superior visa possibilitar-lhes o acesso a conhecimentos científicos que deverão ser levados para as comunidades de forma a melhorar a vida dos povos indígenas. A este respeito, cumpre salientar que, ao mencionar que o ingresso de alunos indígenas deverá converter-se em melhorias da vida dos povos indígenas, nenhum dos textos do portal UnB se refere a melhorias das relações que a sociedade não indígena mantém com esses povos.

É como se os problemas enfrentados pelos povos indígenas tivessem seu princípio e fim neles mesmos, sem qualquer interferência do seu entorno.

As análises que empreendi me permitem dizer que o apagamento operado pelo discurso do portal UnB não se limita aos atores sociais indígenas; aí é também apagada a pauta política dos povos indígenas em relação à educação como um todo. O que, a meu ver, é muito mais grave do que o apagamento da agência de indivíduos. Aliás, a maneira com que as pautas indígenas são representadas pelos textos do portal UnB só se assemelha à forma como são definidas pelos textos indígenas quando se referem à "reivindicações" (pedir, querer etc.), como é o caso dos textos que tratam das reuniões entre universitários indígenas e representantes da reitoria da Universidade. Qualquer outra pauta que não diga respeito explicitamente a "reivindicação" dos povos indígenas ganha, como vimos, outros "pontos de vista" no discurso desse portal.

Mas nem só de apagamentos é feita a história que os textos do portal UnB contam sobre a exclusão, o ingresso e a participação dos povos indígenas do ensino superior. Aí os próprios povos indígenas e sua "singularidade cultural", por exemplo, figuram, por vezes, como responsáveis por essa exclusão e pelas dificuldades enfrentadas na universidade. *Inclusões* como essa revelaram a necessidade de substituir a noção de *exclusão* pela de *visibilidade*, uma vez que as análises passaram a evidenciar que os atores sociais indígenas não são excluídos da representação acerca de universidade pelo discurso desse portal, pelo contrário, em boa parte das fotografias que compõem os textos da UnB aqui analisados, por exemplo, os participantes indígenas ocupam o primeiro plano da representação visual, bastante visíveis, portanto. A questão central, então, passou a ser "quando os textos do portal UnB conferem visibilidade aos universitários indígenas"?

Em outras palavras, as *exclusões* operadas no discurso do portal UnB, que eu acreditava, na fase inicial da análise do *corpus*, estarem no centro das discussões sobre representações acerca dos universitários indígenas, não estavam. Há exclusões nos textos do portal UnB, e não são poucas e nem insignificantes, como revela a discussão acima, mas essas *exclusões* parecem fazer parte do jogo de visibilidades. Então, se fosse necessário definir, em uma palavra, o que ficou mais evidente para mim nesta tese, possivelmente

seria *visibilidade*. É em busca principalmente de visibilidade que universidade e universitários indígenas se lançam ao universo *on-line*. A visibilidade está também na pauta *off-line* dos universitários indígenas: "*Queremos mostrar para a comunidade acadêmica [...] que fazemos parte da Universidade", explica o presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB, Tanielson Rodrigues. "Ainda temos pouca visibilidade", completa* (PgUnB_9).

Sob este prisma, as análises se voltaram para a *visibilidade* que os textos que formam o *corpus* conferem aos participantes incluídos nas representações da Universidade, às ações e às pautas atribuídas a cada um. A análise dos textos do portal UnB que compõem o *corpus* revela uma série de recursos para construir representações favoráveis à imagem ativa e dinâmica da Universidade e da comunidade acadêmica não indígena e, por outro lado, bem pouco favoráveis ao protagonismo dos participantes indígenas, salvo quando se trata de ativá-los em relação a ações como "pedir", "querer", "reivindicar" ou "exigir".

Sobre o lugar que as perspectivas aqui estudadas situam os universitários indígenas na esfera de atividades da universidade, pode-se dizer que, nos textos indígenas, os alunos são situados no lugar de quem "levanta questões" em busca de melhorias para seu grupo, de quem "propõe reuniões", de quem "explanam dificuldades" etc. Lugar de quem formula suas pautas e empreende esforços concretos para reverter aspectos desfavoráveis ao seu grupo.

Já nos textos do portal UnB, a agência dos alunos indígenas é ofuscada por meio de inúmeros recursos, representados como atores sociais que se beneficiam das ações da UnB, a quem os textos do portal costumam conferir um papel ativo e dinâmico frente a processos que geram resultados concretos. Trata-se de incluir os participantes indígenas e ativá-los em relação a práticas "místicas", representados, portanto, como agentes ativos dessas práticas, mas de excluí-los de práticas de cunho acadêmico ou de debates em torno de questões políticas. Os alunos indígenas são situados no espaço das apresentações "culturais", tradicionais, emocionais, ocupam o lugar de quem "reclama", de quem "exige", de quem "pede", necessitando, portanto, de tutela, e o lugar dos que, mesmo sendo beneficiados pela ação de outros, reclamam, reivindicam, pedem e assim por diante. Isto

ilustra a participação desses alunos em processos, que, nesses casos, conferem a outros atores sociais o poder de resolver, de propor ações para solucionar as demandas dos povos indígenas. Em síntese, são basicamente dois os lugares nos quais o discurso do site da Universidade situa os alunos indígenas: no lugar de "reclamões" e no lugar da celebração do sagrado, do exótico, do ritualístico, onde materializam a proclamada diversidade e se diferenciam da comunidade acadêmica não indígena em termos de produção e transmissão de conhecimento.

Os participantes não indígenas, por outro lado, dominam o espaço das atividades tipicamente acadêmicas e o discurso dito científico. No discurso do portal UnB, a comunidade acadêmica não indígena é que dá respostas às demandas dos povos indígenas. O verdadeiro conhecimento é produzido pela UnB. Os modos de produzir e transmitir conhecimento. É a partir deles, assimilando-os, que as comunidades indígenas poderão conseguir sua autonomia. Quer dizer: "Quer ter autonomia? Faça o que eu faço e como eu faço."

Se os universitários indígenas têm sido protagonistas na formulação de diretrizes, no plano da representação parece não haver muito espaço para o protagonismo desses alunos na Universidade. Quer dizer, quando a tarefa é apresentar o protagonismo desses alunos à comunidade acadêmica e à sociedade não indígena, cabem aos universitários indígenas os papéis de figurante, por vezes, os de cenário. De cenário da diversidade.Sabe-se que é exigida da universidade pública uma conduta ativa na necessária transformação do quadro social brasileiro. Abrir-se para o diálogo com esses alunos e mobilizar-se para dar conta de suas demandas encerra, em si, o caráter ativo. Mas ser ativo não significa estar sempre à frente das decisões e das iniciativas. Não significa assumir a autoria de todas as ações, tampouco invisibilizar a agência de determinados grupos.

Os indígenas parecem figurar nos textos do portal UnB para cumprir basicamente uma tarefa: *atuarem como "ícones da diversidade e do pluralismo"*. Diversidade e pluralidade que, sendo representadas pelos participantes indígenas, ou melhor, pela cultura – assim mesmo no singular – *trazida* por eles, promove uma diversidade homogênea e uma pluralidade singular. Essa suposta celebração da diversidade

não passa de uma forma de afirmar a identidade criada para esta Universidade desde sua fundação.

É neste sentido que me pareceu imprescindível olhar com desconfiança para formas de representar o "acolhimento da diversidade" no âmbito acadêmico que se propõem a dar espaço unicamente a manifestações culturais "típicas", ou seja, que não fazem parte das práticas habituais da esfera de atividades acadêmicas. Desconfiança que me parece imprescindível para este estudo, interessado na forma como membros de grupos historicamente excluídos do ensino superior são representados pelo discurso da universidade. E quando se tem, entre os dados, textos jornalísticos, essa questão é ainda mais pertinente, haja vista que a busca por algum "elemento exótico" é uma estratégia utilizada pelos jornalistas para conferir relevância ao que é noticiado, segundo assinala Marcondes Filho (2009). Além disso, como alerta esse mesmo autor (2000, p. 109), "jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo, ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los". É o clichê, o estereótipo, portanto, que orienta a busca e a produção da notícia.

Eu diria que chegam a ser melancólicas descrições tais como "a hora mais disputada para o banho, [...] é o fim da tarde, quando a água está morna por causa do sol" (PgUnB_3), para mencionar a rotina dos participantes indígenas do *I Congresso Brasileiro de Pesquisadores, Acadêmicos e Profissionais Indígenas*. Melancolia que só ocorre no âmbito da representação acerca do evento pelo portal UnB, porque, a bem dizer, não foi disponibilizado chuveiro elétrico ou qualquer outro chuveiro que aquecesse a água do banho. Na verdade, banho com água aquecida pelo sol, maracás, fogueira, frutas exóticas, pinturas corporais com jenipapo, cantorias à luz da lua e assim por diante, são elementos que compõem de maneira, digamos, harmônica o universo indígena com o qual a sociedade não indígena é acostumada a "lidar". Trata-se da manutenção de pontos de vista historicamente impostos desde os processos de colonização.

Há uma necessidade de congelar as culturas, ou melhor, "a cultura" indígena, de modo que se sustente a diversidade da Universidade. Afinal, se os universitários indígenas não forem diferentes dos universitários não indígenas, cadê a diversidade para

respeitarmos?Representar os universitários e pesquisadores indígenas conforme representações congeladas construídas e mantidas, de acordo com concepções de cultura indígena e especificidades culturais ideologicamente impressas pela sociedade não indígena, é uma estratégia para invisibilizá-los na universidade, uma vez que, no dia-a-dia, esses alunos não andam com seus corpos pintados com tinta de jenipapo ou com cocares na cabeça. Ou seja, por mais concretos que sejam os encontros que se tem com os alunos indígenas no espaço físico da universidade, discursos como o do portal UnB parecem intermediar esses encontros, ou melhor, impedi-los. Os alunos indígenas ingressam *aqui* sem saírem de *lá*. Ou melhor, podem sair, mas devem voltar para *lá*.

Quanto à representação acerca do "entrelaçamento de diferentes formas de saber", uma das *missões* da UnB, conforme anunciado no portal dessa Universidade, a análise dos dados me permite dizer que as práticas indígenas de transmissão de conhecimento são colocadas em oposição às práticas acadêmicas, que, pelo que revela a análise, são, por definição, práticas não indígenas. Mas, pelo que revela a análise dos textos indígenas que compõem o *corpus*, debates sobre questões de injustiça social podem dividir espaço com pintura corporal, danças indígenas podem conviver sem problemas com palestras sobre discriminação, ou seja, da perspectiva dos sites indígenas, práticas indígenas de forma alguma são inconciliáveis com as práticas habituais da esfera da universidade, assim como tradição e ciência podem viver, não só em uma mesma esfera de atividade, mas também em um mesmo ator social, sem representarem duas forças opostas ou auto-excludentes.

Democratizar, valorizar e respeitar o acesso à universidade e a permanência nela precisa ser sinônimo de compartilhar o poder de definir pautas, metas, significa compartilhar a visibilidade em todos os espaços, incluindo o espaço *on-line*. Trata-se de respeitar os projetos formulados por outros grupos, projetos que, destaque-se, fazem sentido para cada grupo em sua busca por posicionamentos sociais e políticos horizontais. Cabe lembrar que valorizar essa participação não está apenas no âmbito das práticas sociais, está também – e este não é qualquer também, é um TAMBÉM!!! – na forma como essas práticas são representadas. Sob este prisma, é razoável dizer que cabe aos povos indígenas

determinar as razões pelas quais querem investir em formação superior e definir os caminhos que tomarão ao receber o diploma.

Trata-se de, primeiro, reconhecer que há uma situação histórica de discriminação e tentativa de silenciamento na universidade; segundo, de reconhecer seu próprio papel na manutenção dessa situação; terceiro, de ouvir – e deixar que se ouçam –, na esfera acadêmica, vozes sistematicamente abafadas e, por fim, de assumir-se, perante a sociedade, como o lugar de onde essas vozes falam. Isso significa permitir-se travar debates mais simétricos em torno da construção de significados de mundo, de si e dos outros, ver interlocutores. Somente assim será possível construir uma identidade intelectual brasileira que possa expressar, em primeira pessoa do plural, a pluralidade do Brasil.

No discurso do portal UnB, o ingresso de alunos indígenas no ensino superior é visto como uma forma de valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e possibilitar-lhes o acesso a conhecimentos técnico-científicos da sociedade não indígena. Acesso a conhecimento não é sinônimo de produção de conhecimento. Não há dúvidas também sobre a importância do papel que a Universidade cumpre em relação à transmissão de conhecimentos científicos – o que quer que isso seja. Mas duas das principais funções sociais da academia dizem respeito à produção de conhecimento e à formação de sujeitos capazes de gerar novos conhecimentos. Neste sentido, cabem algumas observações: primeira, não foram identificados nos textos do portal UnB analisados registros que vinculem o ingresso de alunos indígenas no ensino superior à produção de conhecimento ou à formação de sujeitos indígenas capazes de gerar novos conhecimentos.

Segunda, as representações de algumas iniciativas para integrar conhecimentos tradicionais indígenas à universidade não propõem alteração sobre as maneiras aceitas de produção de conhecimentos ou sobre quem tem *legitimidade* para produzi-los. O conhecimento produzido por pesquisadores indígenas é desautorizado. Considerando o preconceito que, em geral, subjaz as reações da comunidade acadêmica não indígena frente a pesquisas empreendidas por pesquisadores indígenas (cf. discussão de Cavalcanti, 2006, no *primeiro capítulo*), parece-me razoável dizer que é preciso muito *pioneirismo* e bastante

coragem para legitimar vozes de pesquisadores indígenas perante essa comunidade. Neste sentido, as explicações de Carvalho (2001, p. 116-17) parecem-me fundamentais:

> [A] questão de deparar-se com uma verdadeira fuga do lugar centrado, hegemônico (caricaturizado no olhar masculino, branco, europeu, construído nas colônias como o olhar universal), costuma ser mais complicada na periferia que na metrópole, porque construiu-se com mais energia essa ilusão de um lugar puramente acadêmico. Quem estuda o que sobre quem? E quem sabe quais aspectos de sua realidade – cultural, social, política, ambiental, econômica – estão sendo estudados... por quem? (CARVALHO, 2001, p. 116-17).

Em relação à representação acerca da *diversidade*,a análise dos dados revela que, no discurso do portal UnB, a diversidade é enfatizada, mas não é *qualquer* diversidade. Trata-se de uma diversidade bem específica, milimetricamente costurada por um discurso que, destaque-se, nada tem a ver com "sujeitos e atores políticos" (BANIWA, 2010, p. 43). Isto é, os propósitos da ênfase na diversidade não parecem ser a democratização ou a pluralização da esfera acadêmica, tampouco a valorização de "diferentes formas de saber". No discurso desse portal, a diversidade, materializada pela presença de participantes indígenas na universidade, parece por em ação uma retórica oficial desta Universidade que diz respeito à sua natureza vanguardista. Trata-se de reafirmar sua tão almejada identidade plural, mas reservando espaços de invisibilidade a agentes políticos da pluralidade.

A universidade é fundamentalmente a esfera de debates "estruturados" sobre os problemas do mundo. É, por excelência, o espaço da formação do conhecimento crítico, é de se esperar que sejam aí empreendidos projetos e ações inovadores em busca da superação de relações de forças historicamente assimétricas. Não se fala de interação de saberes, de respeito a diferentes saberes, nem de questões de discriminação e injustiças sociais históricas impostas aos povos indígenas. Retratar eventos aí realizados, destacando unicamente rituais sagrados e práticas supostamente exóticas, não é celebrar a pluralidade na esfera acadêmica, mas sim afirmar ideologicamente atributos que, no fim das contas, servem para discriminar.

O modo superficial com que a diversidade e a diferença são representadas pelo portal UnB não faz nenhum favor à luta dos povos indígenas para participar agentivamente de esferas de atividades de poder, tampouco presta qualquer favor aos esforços da UnB para contribuir com a luta desses povos. Essas representações remam contra as tentativas de inserir, na pauta da universidade, o respeito aos diferentes saberes e a desconstrução do absolutismo acadêmico e dificultam ações capazes de possibilitar posicionamentos políticos a grupos minoritários. Trata-se de um discurso que contribui significativamente para invisibilizar os universitários indígenas e sua agência nessa esfera.

As notícias que a universidade divulga sobre si em seu site são determinantes para o apoio que suas ações e projetos receberão da sociedade, assim como balizam, em alguma medida, a forma como a sociedade olha os grupos representados nessas notícias e com eles se relaciona. Por este ângulo, pode-se defender que é difícil argumentar em favor da necessidade de reformulações sociais quando a próprio site da universidade apresenta as reformulações da instituição, tomando como base representações historicamente desfavoráveis ao grupo que se pretende fortalecer. Isso é exigir que o *novo* corresponda a velhas expectativas. Romanticamente, é esvaziar a originalidade e o vigor do *novo*. Politicamente, é esvaziar a construção de *novos* projetos de sociedade. Os desafios enfrentados pela universidade e pelos alunos indígenas, em boa medida, tangenciam, então, questões de representação.

Não há dúvidas, pelo menos não para mim, de que a UnB não está indiferente à enorme demanda histórica e social e aos esforços dos povos indígenas em torno de novas formas de ocupar espaços prestigiados socialmente, onde as políticas e ações são decididas. É natural que ações inovadoras como essas exijam constantes revisões. Uma dessas revisões, parece-me claro, é a representação acerca dos alunos indígenas que está sendo construída no portal da Universidade. Representações que, ao invisibilizarem a agência dos universitários indígenas no âmbito da universidade, trabalham contra as tentativas da Universidade para dar conta das demandas históricas e sociais dos povos indígenas. A forma como os universitários indígenas são representados pelos textos da agência de notícias da UnB deveria ser balizada pelas propostas das políticas e ações voltadas para o

ingresso desses grupos no ensino superior. Do contrário, é como remar em direção oposta a dessas políticas. Daí que estudos acerca da forma como instituições públicas representam grupos cujo protagonismo fora historicamente invisibilizado, quando não inviabilizado na esfera pública, deveriam estar no centro das discussões sobre políticas e ações de inclusão social, nunca à margem delas.

Enfim, ficou evidente, para mim, a importância de serem inscritas, nas notícias que uma universidade divulga em seu site, novas histórias, novas narrativas e saberes de grupos que até então só eram representados pela voz da própria academia. Para tanto, os setores responsáveis pelos sites das universidades brasileiras – que parecem desconhecer seu caráter social, haja vista estarem submetidos a uma instituição cujas funções são primordialmente sociais – talvez devam ser reorientados, de modo que passem a encaminhar as notícias que divulgam na *web* sobre a universidade para uma agenda mais próxima a da universidade e de suas atribuições sociais. Setores que precisarão aprender a compartilhar os lugares de visibilidade com grupos historicamente excluídos do ensino superior. Aprendizagem que passa necessariamente por debates sobre diversidade e diferença sob a perspectiva dos compromissos sociais e políticos da universidade.

A forma desfavorável, digamos assim, com que o portal UnB representa os universitários indígenas em seus textos talvez seja, em última análise, reflexo de que indígenas ainda não ocupam o espaço do jornalismo no Brasil. O que significa dizer que, apesar de poderem ver indígenas "bem de perto" e observarem sua movimentação na universidade, aqueles que escrevem sobre eles os veem a partir de um ponto de vista distante e estático. Resultado: visões distorcidas e sem movimento, que acabam por manter injustiças e excluir esses atores do espaço de poder.

Estudar as representações produzidas e mantidas pelo portal de uma universidade acerca do ingresso e da participação dos povos indígenas na esfera de atividades acadêmicas pareceu-me o início de um processo que poderá possibilitar novos projetos não apenas de universidade, mas também de sociedade. E foi buscando contribuir para projetos desta natureza que empreendi a pesquisa que aqui se encerra.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras. 2008.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade:** um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena: Estado e movimentos sociais. **Revista da FAEEBA**: educação e contemporaneidade. **Revista da FAEEBA**: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 33, p. 35-49, jan./jun. 2010. Disponível em: http://www.ppgeduc.com/revistadafaeeba/anteriores/numero33.pdf Acesso em: 23 mar. 2011.

____. A Lei de Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Laced**: Laboratório de pesquisas em etnicidade, cultura e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ. Nov. 2012. Disponível em: http://laced.etc.br/site/2012/11/26/a-lei-das-cotas-e-os-povos-indigenas-mais-um-desafio-para-a-diversidade/ Acesso em: 10 mar. 2013.

BARBOZA, Elza Maria F.; NUNES, Eny Marcelino de A.; SENA, Nathália Kneipp. *Web sites* governamentais, uma esplanada à parte. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 1, p. 118-125, jan./abr. 2000.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Invenção ou renascimento?: gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. *In*: OLIVEIRA, J. P. de. (org.) **A viagem da volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 91-136.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

____. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEVILAQUA, Ciméa B. Entre o previsível e o contingente: etnografia do processo de decisão sobre uma política de ação afirmativa. **Revista de Antropologia**. São Paulo, n. 1, v. 48, p. 167-225, jun. 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila; Eliana L. de Lima Reis; Glaucia R. Gonçalves. 4ª. reimp. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism**: perspective and method. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1969 *apud* FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BOURDIEU, Pierre.. **A economia das trocas linguísticas:** o que falar quer dizer. Tradução Sergio Miceli *et. al*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados da Pesquisa das Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar – 2008**: Manual do Usuário. Brasília, DF, 2010.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. **Fotografia e jornalismo**: a informação pela imagem.São Paulo: Saraiva, 2011.

CABELLO, Floren; FRANCO, Marta G.; HACHÉ, Alex. Hacia una web social libre y federada: el caso de Lorea. **Revista Teknokultura**: Revista de cultura digital y movimientos sociales. v. 9, n. 1, p. 19-43. 2012. Disponível em: http://teknokultura.net Acesso em: 29 ago. 2012.

CABELLO, Patricio; DURÁN, Miguel A.; HEIBER, Rafael. Teknokultura: la relevancia de investigar y difundir conocimiento sobre tecnología y cultura. Entrevista a Heidi J. Figueroa Sarriera. **Revista Teknokultura**: Revista de cultura digital y movimientos sociales. v. 8, n. 1, p. 105-119. 2011. Disponível em: http://teknokultura.net Acesso em: 07 abr. 2012.

CABEZAS, Almudena. Asamblea Popular del 15M en Plaza Dalí: trabajamos en la Plaza de El Corte Inglés, trabajamos en los intersticios. **Revista Teknokultura**: Revista de cultura digital y movimientos sociales. v. 8, n. 2, p. 207-221. 2011. Disponível em: http://teknokultura.net Acesso em: 07 abr. 2012.

CALDAS AULETE. Aulete digital na internet: www.aulete.com.br Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

CARVALHO, José Jorge. Poder e silenciamento na representação etnográfica. **Série Antropologia**, Brasília, v. 316, p. 1-20. 2002.

____. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. 2.ed. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

CAVALCANTI, Marilda C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. *In*: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 233-252.

CHAKRABARTY, Dipesh. Provincializing Europe: Postcoloniality and the Critique of History. **Cultural Studies**, n. 6, p. 337–57, 1992 *apud* COSTA, C. de L. A urgência do

pós-colonial e os desafios dos feminismos latino-americanos. **Terceira Margem**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 70-85, jan./jul. 2009.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

COLLET, Celia L. G. Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico. *In*: GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 115-129.

CORNEJO-POLAR, Antonio. Una heterogeneidad no dialéctica: sujeto y discurso migrantes en el Perú moderno. **Revista Iberoamericana**, Pittsburgh, EUA, v. LXII, n. 176-177, p. 837-844, jul./dic. 1996.

COSTA, Claudia de Lima. A urgência do pós-colonial e os desafios dos feminismos latino-americanos. **Terceira Margem**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 70-85, jan./jul. 2009.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Contra a ditadura na escola. *In*: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 155-162.

DIAZ, Raúl.; ALONSO, Graciela. Cultura, pedagogia e política. Algunas reflexiones acerca de los cruces entre interculturalidad y educación popular. **XX Encuentro Nacional de Antropologia Social**. La Plata, ago. 1998 *apud* COLLET, Celia L. G. Interculturalidade e educação escolar indígena: um breve histórico. *In*: GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 115-129.

DIZARD Jr., Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FABRÍCIO, Branca F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem. *In*: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 45-65.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenação da tradução, revisão técnica e prefácio Izabel Magalhães, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GABRIEL, Carmen Teresa; MOEHLECKE, Sabrina. Conexões de Saberes: uma outra visão sobre o ensino superior. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v.2, p. 1-9, dez. 2006. Disponível em: http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero2/artigos/smoehlecke.pdf Acesso em: 05 abr. 2010.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativista. Tradução Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GRUPIONI, Luís Donisete B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. *In*: ____ (org.) **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 39-68.

HALL, Stuart. The work of representation. *In*: ____ (org.) **Representation**: cultural representations and signifying practices. London: SAGE, 1997. p. 15-74.

HATHERLY, Ana. **463 Tisanas**. Lisboa: Quimera, 2006.

HODGE, Robert; Kress, Gunther. **Language as ideology**. 2 ed. London/New York: Routledge. 1993.

HOUAISS, Antônio; SALLES VILLAR, Mauro de. Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM

ILARI, Rodolfo. **Introdução à Semântica**: brincando com a gramática. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KALIMAN, Ricardo J. O que há de 'interessante' nos Estudos Culturais na América Latina. Tradução Amanda Francisco. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, n. 11, p. 25-38, jul./set. 2000.

KLEIMAN, Ângela B. A construção de identidade em sala de aula: um enfoque interacional. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras; SP: Fapesp, 1998. p. 267-302.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KOMESU, Fabiana C. Blogs e as práticas de escrita sobre si na Internet. *In*: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. dos S. (orgs.) **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 110-119.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading images**: the grammar of visual design. 2. ed. Londres e Nova Yorque: Routledge, 2006.

KUNSCH, Margarida Maria K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

LASÉN, Amparo; MARTÍNEZ DE ALBENIZ, Iñaki. Movimientos, *mobidas* y móviles: un análisis de las masas mediatizadas. *In*: SADABA, I.; GORDO, Á. (coords). **Cultura digital y movimientos sociales**. Madrid: Catarata. 2008. p. 243-266.

LOPES, Marilene. **Quem tem medo de ser notícia?** São Paulo: Makron Books, 2000.

LUCIANO, Gersem J. dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo**: entre a escola ideal e a escola real Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. 2011. 370 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MAHER, Terezinha M. **Ser professor sendo índio***:* questões de língua(gem) e identidade. 1996. 261 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

____ . A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. *In*: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (org.). **Lingüística Aplicada**: suas faces e interfaces. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 255-270.

MARCONDES FILHO, Ciro. MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2000.

_____. (org.) **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In*: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. dos S. (orgs.) **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 13- 67.

MAZZON, José A. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual.** São Paulo: Fipe-USP, 2009 (Relatório Analítico Final).

MELO, Patrícia Bandeira de. O Índio na mídia: discurso e representação social. *In*: PRIMERAS JORNADAS SOBRE REPRESENTACIONES SOCIALES: INVESTIGACIÓN Y PRÁCTICAS, 1., 2003, Buenos Aires/Argentina. **Anais Primeiras Jornadas sobre representaciones sociales**: investigación y prácticas. Buenos Aires/Argentina: MSPS Integración, 2003. p. 1-17.

MEY, Jacob L. Etnia, identidade e língua. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras; SP: Fapesp, 1998. p. 69-88.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo *online* e os espaços do leitor**: um estudo e caso do NetEstado. 1998. Dissertação (Mestre) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____ . Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguísta aplicado. *In*: ____. (org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006a. p. 13-44.

_____ . Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: ____. (org.). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006b. p. 85-107.

_____. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. **Trabalhos em Linguística Aplicada.** Campinas, v. 49, n. 2, p. 393-417, jul./dez. 2010.

MONTEIRO, Graça França. A notícia institucional. *In*: DUARTE, J. (org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia**. São Paulo: Atlas, 2003. p. 140-60.

MUNDURUKU, Daniel. "Posso ser quem você é sem deixar de ser o que sou": a gênese do movimento indígena brasileiro. *In*: LUCIANO, G. dos S.; HOFFMANN, M. B.; OLIVEIRA, J. C. de. (orgs.) **Olhares indígenas contemporâneos II**. Brasília: Cinep, 2012. p. 104-118.

NASCIMENTO, Márcia. A questão da identidade indígena no 3º grau indígena: a experiência dos Kaingáng. **Cadernos de educação escolar indígena**: 3º grau indígena, Barra do Bugres, MT: Unemat, v. 2, n. 1, p. 52-55, 2003.

NORTON, Bonny. Social identity, investment, and language learning. **TESOL Quarterly**, v. 29, n. 1, p. 9–31, Spring 1995.

_____. **Identity and language learning**: gender, ethnicity and educational change. Harlow: Longman, 2000.

PAULINO, Marcos. **Povos indígenas e ações afirmativas**: o caso do Paraná. 2008. 162 f. Dissertação (Mestre) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PENNYCOOK, Alastair. Uma Linguística Aplicada transgressiva. *In*: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

PENTEADO, Cláudio Luis de C.; SANTOS, Marcelo B. P. dos Santos; ARAÚJO, Rafael de P. A. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análise das eleições presidenciais de 2006 e do Movimento "Cansei". **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 17, n. 34, p. 159-181, out. 2009.

PIETROFORTE, Antonio V. O semi-simbolismo na fotografia. *In*: ___ **Semiótica visual**: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto, 2004. p. 23-64.

PRIMO, Alex . Blogs e seus gêneros: Avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa. *In*: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** - Intercom 2008, Natal. Anais, 2008.

RIGHETTI, Sabine. CGI.br: uma história de sucesso. *In*: Ministério da Ciência e Tecnologia (coord.). **Revista do .br**. ano 2, 3 ed. 2010, p. 10-17. Disponível em: http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/cgibr-revistabr-ed3.pdf Acesso em: 19 mar. 2012.

SÁDABA, Igor; RIVERA, Javier de. Editorial: Más allá de miedos y esperanzas. **Revista Teknokultura**: Revista de cultura digital y movimientos sociales. v. 9, n. 1, p. 11-18. 2012. Disponível em: http://teknokultura.net Acesso em: 29 ago. 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAMPAIO, José Augusto L. O "resgate cultural" como valor: reflexões antropológicas sobre a formação de professores indígenas. *In*: GRUPIONI, L. D. B. (org.). **Formação de professores indígenas**: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 165-174.

SARUP, Madan. **Identity, culture and the Postmodern World**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996 *apud* CAVALCANTI, Marilda C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. *In*: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 233-252.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário) – Introdução. *In*: ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 9-17.

SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: ____ (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

____ . **O currículo como fetiche**: a poética e política do texto curricular. 3ª reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

____ . **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed., 10ª reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

SILVA, Rosa Helena Dias da.; HORTA, José Silvério Baia. Licenciaturas específicas para formação de professores indígenas nas instituições de ensino superior públicas da Amazônia brasileira: participação e protagonismo compartilhado. **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.1, p.182-194, jan./jun. 2010. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm Acesso em: 28 abr. 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Da ideia de Universidade à Universidade de ideias. *In*: ___ **Pela mão de Alice**: o social e o político na Pós-Modernidade. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999. p. 163-201.

_____ . **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2000 *apud* CAVALCANTI, Marilda C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em linguística aplicada: implicações éticas e políticas. *In*: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 233-252.

TALMY, Steven; RICHARDS, Keith. Introduction. Theorizing Qualitative Research Interviews in Applied Linguistics. **Applied Linguistics**. Oxford University Press. n. 25, p. 1-5, 2010.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

____ . A nova visibilidade. Tradução Andrea Limberto. **Matrizes**: Perspectivas autorais nos estudos de comunicação II. São Paulo, v.1, n. 2, p. 15-38, abr. 2008. Disponível em: http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/40/pdf_22 Acesso em: 21 mai. 2011.

TRAJANO FILHO, Wilson. Introdução. *In*: ____ (org.) **Lugares, pessoas e grupos**: as lógicas do pertencimento em perspectiva interacional. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010, p. 07-24.

VAN DIJK, Teun A. Discourse and the denial of racism. **Discourse & Society**, London, Newbury Park and New Delhi, v. 3, n. 1, p. 87-118, Jan. 1992.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. *In*: PEDRO, E. R. (org.) **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução. *In*: SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2003 *apud* COSTA, C. de L. A urgência do pós-colonial e os desafios dos feminismos latino-americanos. **Terceira Margem**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 70-85, jan./jul. 2009.

ANEXOS

Categoria | **Geral**

I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, pesquisadores Profissionais Indígenas- Confira a Programação

Postado em 27 maio 2009. Tags: Abertura

A demanda de estudantes indígenas no Ensino Superior vem crescendo muito nos últimos anos, a luta do movimento indígena nas universidades, para que houvesse formas "diferenciadas" no ingresso do estudante indígena, tanto em ações afirmativas quanto sistemas de cotas, fizeram com que a presença indígena se torna-se grandiosa. Porém politicas voltadas para a permanência desses estudantes é hoje um grande desafio, para todos, com isso todos nós profissionais e estudantes, temos uma grande responsabilidade na construção dessas politicas voltadas para o acompanhamento dos estudantes perante a Universidade. Com isso venho divulgar esse congresso que de certa forma é o primeiro passo para grandes conquistas relacionado a esse assunto que bastante amplo.

O I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas está a cargo do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas, cuja responsável é a Jô Cardoso de Oliveira.
PROGRAMAÇÃO

Dia 14 de julho de 2009
8: 00 – Mesa de abertura

10:00 – Conferência: O Ensino Superior Indígena no Brasil Contemporâneo: desafios atuais e perspectivas futuras.
Coordenador/Debatedor: João Pacheco de Oliveira (MN/UFRJ) (*)
Palestrante: Gersem Luciano Baniwa (Centro Indígena de Estudos e Pesquisas-Cinep)

14:00 –Mesa Redonda 1– "Experiências, levantamentos e diagnósticos"

16:00- Mesa Redonda 2 – – "Políticas culturais e a diversidade cultural indígena"

20:00 – Projeção de filmes, apresentação de música, dança, e outras manifestações culturais indígenas.

Dia 15 de julho de 2009
8:00 – Mesa Redonda 3 – "Ser profissional indígena no Brasil de hoje: tradição, mudança, e perspectivas para o futuro"

10:00 – Mesa Redonda 4 – "O movimento Indígena e o Ensino Superior de Indígenas: o compromisso dos jovens e o compromisso com os jovens."

14:00- Grupos temáticos – SABERES E FAZERES SOBRE:

▪ ARTES E TÉCNICAS
▪ HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
▪ SAÚDE DIREITOS
▪ LÍNGUAS
▪ GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO
▪ AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
▪ IDENTIDADE E DIVERSIDADE
▪ COMIDAS
▪ MÚSICAS
▪ RELIGIÕES
▪ VIDA NAS CIDADES
▪ EDUCAÇÃO

Os grupos temáticos constituirão espaços de troca de experiências entre os participantes com foco em suas vidas universitárias, em suas trajetórias

profissionais e em suas vivências como sabedores da tradição e especialistas indígenas. Os grupos temáticos discutirão os significados de estar no ensino superior e como superar obstáculos pertinentes à temática proposta; e concluirão enfocando os estudos e trabalhos que os participantes vêm desenvolvendo em torno daquele tema, promovendo assim debates interculturais e intercientíficos.

20:00 – Projeção de filmes, apresentação de música, dança, e outras manifestações culturais indígenas.

Dia 16 de julho de 2009
8:00 – Mesa Redonda 5 – "O fomento aos pesquisadores indígenas: Pesquisas Indígenas e Pós-Graduação"

10:00- Grupos temáticos – Saberes e fazeres sobre: (continuação)

14:00 – Grupos temáticos – Saberes e fazeres sobre: (continuação e conclusão dos trabalhos)

20:00 – Projeção de filmes, apresentação de música, dança, e outras manifestações culturais indígenas.

Dia 17 de julho de 2009
8:00 – Painel de apresentação do resultado dos grupos temáticos para instituições e organizações.

10:00 – Assembléia Geral e encerramento do Congresso

Para mais informações:

(61) 3224-6685 (CINEP)

(61) 32246538

jo@cinep.org. br

oliveirajo@uol. com.br

Parceria: Museu Nacional do Rio de Janeiro/Laced, Institudo
Internacional de Educação do Brasil – IIEB, Fundação Nacional do Índio
– FUNAI e Ministério da Educação/Secad.

Luiz Tukano e Antonio Kaimbé

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net

Curtir Enviar Seja o primeiro de seus amigos a curtir isso.

0

Este post foi escrito por

- escreveu 599 materias em Índios Online.

Entre em contato com o autor

8 Respostas para "I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, pesquisadores Profissionais Indígenas- Confira a Programação"

1. *Luiz tukano* disse:
28 de maio de 2009 às 9:59

   Atenção!!

   Quem tiver sua barraca…..traga….pois será bastante útil!!!!

2. *Leandro José da Cruz* disse:
28 de maio de 2009 às 13:26

   TENHO ESTUDADO SOBRE A HITÓRIA E A CULTURA DO INDIO BRASILEIRO NA FACULDADE ONDE ESTUDO, E POSSO LHES DIZER QUE, A CADA NOVA DESCOBERTA QUE TENHO FEITO, TENHO FICADO CADA VEZ MAIS SURPREENDIDO COM A REALIDADE ATUAL DO ÍNDIO QUE ATÉ ENTÃO EU DESCONHECIA. FICO FELIZ EM SABER QUE A POPULAÇÃO INDIGINA TEM ENCONTRADO MEIOS DE SE IMPOR DIANTE DA SOCIEDADE, SE ARTICULANDO NO MEIO POLÍTICO, UNIVERSITÁRIO E ABRINDO ESPAÇO NA INTERNET PARA AQUELES QUE QUEREM APRENDER SOBRE SUA CULTURA.

3. *Luiz Tukano* disse:
28 de maio de 2009 às 15:10

Isso é verdade, acredito que quanto mais ampliarmos nossa aliança, maior vai ser as conquistas dos povos indígenas em geral, pois sabemos que são muitos os desafios. Exemplo de tecnologia, posso citar a filmagem que o Indigen da Raposa Serra do Sol fez, dos arrozeiros atirando nos parentes. Essa filamgem foi um grande chave no Julgamento da Raposa no Supremo. Então podemos afirmar que, os debates nas Universidades (federais-estaduais-particulares), escolas, internet (como esse site, ou grupos de emails)entre outros, são fontes de comunicação importantes nessa caminhada pela conquista dos povos indígenas.

4. *sebastian* disse:
28 de maio de 2009 às 18:16

Essa filmagem da truculencia contra os indios de rapossa foi filmada por um indigena que "atraves de um ponto de cultura viva" se armou digitalmente e com sua tradicional coragem encaro a morte para salvar a vida de seus parentes!
Assi como esse indio que filmou essa cena…Vejo a voce Luiz e outros indigenas como verdadeiros corajosos guerreiros antenados com o mundo e pulsando pelo Planeta! Seus textos neste meio, suas partilhas com os internautas, são de um belo semear de amor que eu agradeço!

5. *Irembé Potiguara* disse:
29 de maio de 2009 às 9:16

Valeu meninos em colocar a matéria.
É muito importante a divulgação desse evento que vai contribuir muito para os acadêmicos indígenas e seus povos. Eu vou participar!!!

6. *Potiguara-pb* disse:
29 de maio de 2009 às 11:34

Estou fazendo pós-graduação em História da Brasil, e a minha monografia é sobre a cultura indígena dos Potiguara. Acredito que esse Seminário vai ser simplesmente agradavel pela discussão dos temas que vão ser abordados. estopu ancioso em participar e espero trazer dele muita bagagem para as minhas pesquisas e para minha monografia.

7. *Iannuzy Tapajos Mota - Povo Tapajó - Territorio Cobra Grande - Santarém Para* disse:
23 de junho de 2009 às 21:59

É muito bom compartilhar os nossos conhecimentos com os parentes de diversas etinias e culturas, quero parabenizar a iniciativas dessas entidades por serem parceiras e proporcionarem oportunidades de nós mostrarmos os nossos conhecimentos tradicionais específicos dentro de cada área que nós atuamos. E dizer que esse evento, vem trazer mais força, união, enriquecimento e valorização no nosso movimento.

8. *Graça Tapajós - Povo Tapajó - Santarem Para - Territorio Cobra Grande* disse:
23 de junho de 2009 às 22:01

Os saberes indígenas assistematicamente tiveram garantidos seus espaços no saber fazer de cada povo e cada cultura. Atualmente as universidades vem abrindo as portas para a inserção de estudantes indígenas que com seus saberes consolidam a presença de uma nata intelectual indígena que, sistematicamente vão construindo e valorizando estes saberes dentro da academia . Este Congresso vem de forma qualitativa oportunizar a socialização de diversas experiências para a construção do conhecimento e o fortalecimento das populações indígenas. Parabéns pelo evento.

Trackbacks/Pingbacks

Deixe uma Resposta

Nome (required)

E-mail (n&ailde;o será publicado) (required)

Site

CINEP
centro indígena de estudos e pesquisas

O Cinep
Projetos e Relatórios
Cursos e Eventos
Biblioteca Virtual
Acadêmicos e Profissionais Indígenas
Observatório dos Direitos Indígenas
Notícias
Parceiros
Fale Conosco

Boletins

Eventos

25 a 27/11 II Seminário Nacional sobre Direitos e Políticas para Crianças e Adolescentes Indígenas
3 a 5/9 - Oficina Regional Nordeste

CURSOS E EVENTOS

I CONGRESSO BRASILEIRO DE ACADÊMICOS, PESQUISADORES E PROFISSIONAIS INDÍGENAS

O I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas aconteceu de 14 a 17 de julho de 2009, na Universidade de Brasília (UnB), e reuniu mais de 700 participantes, entre acadêmicos, lideranças comunitárias e do movimento indígena, profissionais, pesquisadores e sabedores indígenas. O congresso foi uma iniciativa foi do Cinep, realizado em parceria com o Departamento de Antropologia e o Instituto de Ciências Sociais da UnB, como atividade de extensão universitária.

Durante quatro dias, foram discutidas questões que giram em torno do acesso e da permanência de indígenas no ensino superior e dos conteúdos ofertados pelas universidades, sua ligação com as temáticas de interesse dos povos e as formas de transmiti-los. O evento foi constituído por mesas de discussão, debates, apresentações culturais, grupos de trabalho e assembléia geral.

I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas

A maneira como foi organizado procurou fornecer informações sobre as políticas já existentes voltadas ao ensino superior de indígenas, ao etnodesenvolvimento e à valorização dos conhecimentos tradicionais; os diagnósticos sobre experiências em curso na formação de indígenas no ensino superior; os relatos de trajetórias indígenas que auxiliem a repensar as atuais estratégias; e as reflexões que permitam a inserção futura dos profissionais indígenas e sua articulação com o movimento indígena.

O espaço mais importante, do ponto de vista da concepção do evento, foi formado pelos grupos de trabalho, concebidos no sentido de avançar nas pautas específicas dos grandes temas definidos como prioritários para os projetos de futuro dos povos indígenas, e a possível serventia ou não dos espaços de formação superior para isso. No total foram discutidas 13 grandes temáticas.

Da perspectiva do Cinep, a importância de reunir indígenas no espaço da universidade esteve na possibilidade de produzir condições políticas para uma reflexão autônoma, superando o colonialismo e as práticas tutelares que dividem os povos indígenas, e gerar maiores espaços de interlocução e possibilidades mais amplas de conceber projetos futuros. Os participantes do congresso também destacaram a importância da presença indígena nas universidades, como forma de ultrapassar os universos restritos de conhecimento e de obter a pluralização do espaço universitário.

Dentre as muitas propostas resultantes dos debates, uma adquire caráter mais amplo na busca pela formação de lideranças indígenas: a criação de uma universidade indígena que

seja pensada por indígenas, dotada de modelos culturais, intelectuais (de produção e de transmissão) dos povos indígenas, constituída por seus doutores e sabedores e capaz de contribuir na formulação de projetos próprios.

Clique aqui para ter acesso à versão resumida do relatório das atividades realizadas no período.

Voltar

CINEP 2009 © - Todos os direitos reservados.

Compartilhar 0 mais Próximo blog»

GÃMEB.. PAITER

"A cultura de um povo é o seu maior patrimônio Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as n vivam sob as trevas do anonimato." Nildo Lage

terça-feira, 21 de julho de 2009

Universitarios Indigenas Surui Paiter participam do Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indigenas em Brasilia.

Acadêmicos e Profissionais da Etnia Surui Paiter de Cacoal - Rondônia Amauri Napakoba Surui (Adm de Empresa) Chicoepab Surui (Gestão Ambiental), Gasodá Surui (Bacharel em Turismo), Rubens Naraikoe Surui (Direito) e Urariwe Surui (Adm Geral), estiveram participando do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indigenas na Universidade de Brasilia - UNB entre os dias 14 a 17 de julho. O encontro reuniu cerca de 600 participantes, entre lideranças de organizações, comunidades indigenas, estudantes, pesquisadores, técnicos e profissionais de 70 povos de todo o Brasil. O objetivo do congresso foi o de coletar subsidios para uma politica de Estado de educação superior para os povos indigenas, proporcionar espaço amplo para a troca de experiências de estudantes nas universidades e valorizar os conhecimentos tradicionais no meio acadêmico.

Os participantes do encontro também sugeriram a criação de universidades em áreas indigenas, a adoção de cotas em concursos públicos e a concessão de bolsas de estudos para pesquisadores da área.

Postado por Gasodá Surui às 10:49

Um comentário:

o estudo e o futuro 9 de dezembro de 2009 06:38

E necessário citar, também que estamos em busca de direitos socias e culturais presentes entre os povos indígenas. Além do mais através desse congresso tem como base reconher os objetivos de cada acadêmico indígena de várias etnias das regiões do Brasil, na qual estavam presentes.

Responder

Digite seu comentário...

Comentar como: Conta do Google

Publicar Visualizar

Links para esta postagem

Criar um link

Postagem mais recente Inicio Postagem mais antiga

Assinar: Postar comentários (Atom)

Quem sou eu

Gasod

Cacoal, R

Indigena B
Povo Paite
em Turism
Lucas de Porto Velho -
Coordenador de Cultur
pelo Projeto de Elabora
Paiter na Associação M
Surui.

Visualizar meu perfil co

I Power Blogger

Modelo Awesome Inc.. Tecnologia do Blogger.

Anexo 4 – PgInd_4

Compartilhar 0 mais Próximo blog» Criar um blog Login

Arte e Identidade

Quem sou eu

Arissana Pataxó
Salvador, Bahia, Brazil
Graduada em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes - UFBA

Visualizar meu perfil completo

Encontre aqui

- acrílica (3)
- aquarela (1)
- Aulas na EBA (1)
- carvão (1)
- Cerâmica (1)
- eventos (2)
- exposição (1)
- EXPOSIÇÕES (2)
- grafite (1)
- gravura (1)
- guache (1)
- lápis de cor (1)
- monotipia (1)
- nanquim (1)
- Oficinas (3)
- pastel (2)
- Pataxó (1)
- técnica mista (2)
- Vídeos (2)

Seguidores

Participar deste site
Google Friend Connect

Membros (48) Mais

Já é um membro? Fazer login

Arquivo do blog

- ▶ 2012 (1)
- ▶ 2011 (2)
- ▶ 2010 (3)
- ▼ 2009 (16)
  - ▶ Dezembro (1)
  - ▼ Julho (15)

domingo, 26 de julho de 2009

I Congresso de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas

Foto Arissana

I Congresso de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas

Aconteceu em Brasília nos dias 14, 15, 16 e 17 de Julho o I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas no campus da Universidade de Brasília organizado pelo CINEP (Centro Indígena de Estudos e Pesquisas-Articulação dos Povos Indígenas) com a presença de mais de 600 participantes de 70 etnias do Brasil.
O evento iniciou com uma conferência sobre o Ensino Superior Indígena no Brasil Contemporâneo: desafios atuais e perspectivas futuras tendo como palestrante o doutorando em Antropologia Gersen Baniwa presidente do Cinep e Coordenador de Educação escolar Indígena do Mec..
O Congresso contou com uma organização de quatro mesas redondas: "Experiências, levantamentos e diagnósticos", "Políticas Culturais e a diversidade cultural Indígena", "Ser profissional Indígena no Brasil de hoje: tradição, mudanças e perspectivas para o futuro" e "O Movimento Indígena e o Ensino Superior de Indígenas". Além de de fazerem parte da mesa representantes da Secad-Mec, Sesu-Mec, Funai, Laced-MN/UFRJ, UnB, IEB marcaram presença os representantes indígenas : Mauro de Barros Terena (Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Fernanda Kaingang(Instituto Brasileiro para Propriedade Intelectual-Inbrapi), Romancil Gentil Cretã (Articulação dos Povos Indígenas do Sul-Arpinsul), Daniel MunduruKu (Inbrapi), Lisio Lili (Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal),Paulo Pankararu(Coordenação Geral de Defesa dos Direitos Indígenas - CGDDI/Fundação Nacional do Índio-Funai), Rosilene Tuxá(Secretaria da Educação do Estado da Bahia-SEC/BA), Vilmar Guarani (Cinep), André Baniwa (Vice-Prefeito de São Gabriel da Cachoeira), Tonico Benitez Guarani Kaiowa(Doutorando em Antropologia Social-MN/UFRJ), Sandro Tuxá (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), Otoniel Ricardo(Rede de Saberes e Vereador/MS).
Durante o evento ocorreram 13 Grupos Temáticos de diferentes áreas: onde os representantes indígenas puderam socializar experiências e discutir proposta de encaminhamentos especialmente no que se refere ao ensino superior.
Esse evento foi um marco na história do movimento Indígena, pois reuniu vários estudantes indígenas universitários, pois há um tempo não se imaginava que o "índio" poderia fazer parte desse universo acadêmico. Porém hoje somos quase seis mil estudantes universitários no Brasil, quebrando barreiras e aos poucos rompendo os muros que separa as comunidades indígena do ensino superior.
Arissana Braz - Pataxó

Postado por Arissana Pataxó às 26.7.09
Marcadores: eventos

4 comentários:

Floriano 26/07/09 09:32

Arissana Querida, aposto que nem todos os universitarios indigenas têm teu talento.
Um abraço do Floriano, com saudades de Coroa

Pesquisar este blog

Pesquisar

arissanapataxo

Flickr Error: Invalid API Key (Key has expired)

Categoria | **Geral**

INDIGENAS SÃO RECEBIDOS PELO CHEFE DE GABINETE DA UNB

Postado em 12 junho 2009. Tags: Abertura

Hoje 12 de junho de 2009, uma comisão dos universitários indígenas se dirigiram a reitoria para entregar o projeto de construção de um Centro de Convivência Indígena na UnB. Entregamos o projeto e marcamos uma reunião com o Reitor José Geraldo na próxima semana 19/06. Fomos bem recebidos pelo professor NIELSEN DE PAULA (chefe de gabinete), e logo após resolvida toda questão, nos é oferecido um cafèzinho como "cortesia". "Vou fazer o possivel para que esse projeto saia o mais rápido", disse o chefe de gabinte. Isso é muito importante para nós universitarios, fico feliz em saber que os indígenas sempre são bem vindos na reitoria da UnB. Agora é só esperar a vitória.

EQUIPE:
PORAN POTIGUARA
tanipotiguara@gmail.com

LUIZ TUKANO
luizsgc@gmail.com

ANTONIO KAIMBÉ
antonio.kaimbe@yahoo.com.br

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net

Este post foi escrito por

0

- escreveu 599 materias em Índios Online.

Entre em contato com o autor

5 Respostas para “INDIGENAS SÃO RECEBIDOS PELO CHEFE DE GABINETE DA UNB”

1. *sebas* disse:
13 de junho de 2009 às 17:44

   MASSA!

   Vamos torcer!!!!

2. *sandra Pankararu* disse:
14 de junho de 2009 às 16:05

   Muito bem meus parentes!!!
   Foi-se dado mais um passo. rumo a um centro de convivência indígena na UnB, o que é muito importante para nós indigenas.

   Saudades de vcs. Da lembraças minhas ai os parentes indigenas Junior, Olavo, Haunir, larissa e os demais. Fico na torida pelo centro de convivência indígena na UnB.

   Abraços.

3. *Irembé Potiguara* disse:
16 de junho de 2009 às 15:47

   Tenho cetez que vsi dar certo
   E vamos fazer grandes encontros aí!!!!

4. *Luiz Tukano* disse:
16 de junho de 2009 às 16:07

   A idéia é essa…….ter um espaçao para que vários povos de todos os lugares do Brasil e do mundo possam visitar até mesmo realizar encontros culturais e tecnicos.
   Agradecemos o apoio de todos!

5. *elianepotiguara* disse:
19 de junho de 2009 às 0:58

   É muito bonito ver jovens determinados como essa equipe, tomanmdo o destino em suas mãos, parabéns.Vocês são os nossos lideres e porta-vozes legítimos. Eliane Potiguara

Trackbacks/Pingbacks

Deixe uma Resposta

Nome (required)

E-mail (n&ailde;o será publicado) (required)

Site

Índios Online Um portal de diálogo intercultural

Categoria | **Geral**

Encontro do Reitor da Universidade de Brasília (UnB) e Estudantes Indígenas

Postado em 23 junho 2009. Tags: Abertura

No dia 19 de junho às 12:00hs, a reitoria da Universidade de Brasília recebeu os estudantes indígenas representados pela associação (Associação dos Acadêmicos do Distrito Federal- AAIDF). A pauta da reunião foi a reivindicação dos estudantes para o cumprimento de alguns itens do convênio FUB (Fundação Universidade de Brasília) e FUNAI (Fundação Nacional do Indio) firmado em 2004 (com o propósito de ingressar estudantes indígenas na UnB) e a construção de um Centro de Convivência indígena batizado de "Maloca UnB". As principais questões levantadas pelos estudantes durante a reunião foram a aquisição de fotocópias, sala de apoio pedagógico e moradia.
Alguns depoimentos de professores também marcaram a reunião, o prof. Humberto Eusébio do Instituto de biologia explicou um pouco das dificuldades "Nós temos tempo, mas falta espaço físico para acompanhar os alunos", observou o coordenador pedagógico dos alunos indígenas.
Uma fala representativa do estudante de engenharia Florestal Olavo Wapichana, marcou a todos os presentes durante a reunião, chegando a emocionar alguns e até mesmo o chefe de gabinete, Olavo explicou a dificuldades e declarou "Temos um sonho enquanto povo, mas enfrentamos essa triste realidade"(…) "É difícil para nós que estamos vivendo a realidade".
O reitor da universidade se comprometeu com os estudantes de resovler as questões revindicadas, e confirmou o apoio da universidade para projeto de contrução do Centro de Convivência Indígena- Maloca UnB. Propôs ainda que a Universidade e os estudantes juntamente com a FUNAI, façam audiências públicas para avaliar o convênvio e a buscar meios para a questão da moradia.

maloca unb

terça-feira, 18 de agosto de 2009

Encontro Reitor e estudantes da Universidade de brasília

Eis o encontro que protagonizou o compromisso da Universidade de Brasília com os estudantes indígenas. Hoje em dia se observa muitos programas de inserção de estudantes indígenas nas Universidades, porém muitas delas não se preocupam com a permanência do mesmo. Dessa forma muitos estudantes acabam por abandonar seus cursos, pois possuem dificuldades em seguir o fluxo, problemas sociais, financeiros, entre diversos outros problemas.
Os estudantes Indígenas da Universidade de Brasília, propuseram então uma reunião com o Reitor José Geraldo, para explanar as dificuldades encontradas dentro da universidade. o encontro protagonizou o compromisso direto entre a universidade e os estudantes. As reivindicações dos estudantes foram: acompanhamento pedagogico, socio-psicológico para os aluno, moradia da Casa do Estudante, Restaurante Universitário, livros, local de convivencia para os estudantes (uma espécie de centro academico). Certo de que algumas delas poderia ter sido resolvido rapidamente, a unB tem cumprido com suas promessas, mas a luta ainda continua. Recentemente os alunos apresentaram também o projeto MALOCA UNB, trata-se de um Centro de Convivência onde será construido na Universidade de Brasilia, a UnB acatou com sucesso o projeto e incluirá no plano de metas da Universidade.

Luiz Tukano

postado por estudantes indígenas unb às 07:08

seguidores

Participar deste site
Google Friend Connect

Membros (23) Mais »

Já é um membro? Fazer login

arquivo do blog

- ► 2010 (4)
- ▼ 2009 (10)
  - ► Novembro (1)
  - ► Outubro (1)
  - ► Setembro (2)
  - ▼ Agosto (6)
    - Recepção dos calouros indígenas 2°/2009
    - Encontro Reitor e estudantes da Universidade de br...
    - Camisa estudantes Indígenas UnB
    - Roda de conversa- Acampamento Terra Livre
    - Logo tipo Universidade de Brasília
    - Acampamento terra livre 2009

quem sou eu

Estudantes Indígenas UnB

Olá caros parentes, somos os estudantes indígenas da universidade de brasília, e criamos esse espaço para compartilhar

Categoria | **Geral**

Projeto Maloca na UnB- A luta continua…

Postado em 21 agosto 2009.

Já é de nosso conhecimento que a Universidade de Brasilia possue vagas para estudantes indígenas de todo Brasil, limitando-se em um numero de 10 vagas dividido em 5 cursos. Esse convênio firmado em 2004, já obteve 4 turmas de 10 alunos cada, para os cursos de Medicina, biologia, enfermagem, agronomia, eng. florestal e nutrição.

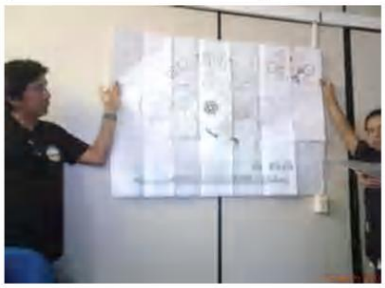
Como era de se esperar a demanda de estudantes dentro da Universidade vem aumentando a cada ano, e através da convivência dos estudantes no dia-a-dia, vem se observando que algumas coisas poderiam obter condições melhores, exemplo: monitorias, assistência pedagógica, aulas de reforço, informática entre outros, que são processos básicos para que o aluno tenha um bom rendimento dentro da universidade.

Desta forma, os estudantes indígenas da UnB, propuseram a criação do Maloca UnB ou Centro de Convivência Indígena, que têm como objetivo principal dar condições estruturais e pedagógicas para os estudantes. Nesta quarta-feira foi a entrega do Projeto Arquitetônico do "maloca", para a UNB, representadas pelo Chefe de gabinete Nielsen, e a SEPLAN (Secretaria de Planejamento). Estiveram presentes também estudantes indígenas, professores que acompanham os mesmos e a FUNAI (cuja a UnB quer entrar em parceria para aquisição de recursos e patrocinios).

Nós estudantes indígenas da UnB, estamos bastante convictos de que se conseguimos esse projeto, servirá de uma ponte para outras instituições do Brasil, pois sabemos que o maior desafio não é as vagas mas sim o acompanhamento do estudante dentro da universidade.

Vale lembrar que a representatividade indígena também está incluído dentro do projeto, perfil do Arquiteto Juracy que já fez projeto em outras localizações do Brasil, como a Casa de Cultura na comunidade Tukano, Balaio, na terra indígena do Alto Rio Negro-AM, especificamente em São Gabriel da Cachoeira-AM, entre outros.

Para ser concluído o projeto na UnB, precisamos de apoio que depende de nós estudantes e principalmente do movimento indígena de todo o Brasil. Junte-se a nós…!!!!



Apresentação do projeto aos estudantes

Estudantes Indígenas durante a apresentação.

Na sequência: Engenheiro/Arquiteto Juarez, Gustavo CGE/FUNAI Brasília, Prof. Débora Centro de Convivência Negra e representante dp Decano-Reitoria e Chefe de Gabinete Nielsen.

Apresentação a Secretaria de Planejamento da UnB.

Nossa Meta!!!!

A Luta continua…

Até irandé!!!

Equipe:

Antônio Kaimbé

Tanielson Poran

Luiz Tukano

Olavo Wapichana

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net

Este post foi escrito por

0

Luiz Tukano - escreveu 30 materias em Índios Online.

Indígena do Povo Tukano. Natural de São Gabriel da Cachoeira- Amazonas- Brasil. Estudante de Biologia pela Universidade de Brasília- DF

Entre em contato com o autor

Uma resposta para "Projeto Maloca na UnB- A luta continua…"

1. *Irembé Potiguara* disse:
   23 de agosto de 2009 às 12:47

   Parabénsss meninos, esperamos que consigam eecutar esse projeto que será de grande importancia para todos nós.

Trackbacks/Pingbacks

Deixe uma Resposta

Nome (required)

E-mail (n&ailde;o será publicado) (required)

Site

Anexo 9 – PgInd_9

- Oca
- NOTA DA GESTÃO
- Arquivos
- Quem Somos
- Participe
- Contato

digite aqui... >>BUSCAR

ÍNDIOS ONLINE

Índios Online Um portal de diálogo intercultural

Categoria | **Geral**

Centro de convivência Indígena na Universidade de Brasília- MALOCA UNB

Postado em 24 outubro 2009.

Como nós divulgamos aqui nos indiosonline há algum tempo. Nós estudantes indígenas da UnB, conseguimos com apoio de muitas pessoas, mas principalmente da união dos estudantes, o nosso Centro de Convivência Indígena-MALOCA UNB.

O projeto foi apresentado nesta quarta dia 21\109 pelo Centro de Planejamento da UNB- CEPLAN.

O recurso para construção é de aproximadamente R$ 600,000,00 reais. O MALOCA não se resume a um espaço para os alunos, mas sim para a aproximação do movimento indígena do Brasil na Universidade. Isso também serve como incentivo para outras universidade do país.

A UNB será a pioneira a realizar esse projeto, como foi divulgado em seu portal:

Indígenas terão centro de convivência

Imagem projetada pelos arquitetos do CEPLAN.

UnB será pioneira na criação do espaço, que ficará pronto até outubro de 2010. Ideia é valorizar a cultura e apoiar alunos
João Campos – Da Secretaria de Comunicação da UnB

A Universidade de Brasília será a primeira instituição de ensino superior do Brasil a ter um centro de convivência para a comunidade acadêmica indígena. As obras para a construção da Maloca, como os alunos batizaram o lugar, começam em março de 2010 e devem terminar em outubro. Em reunião com representantes dos estudantes e da Reitoria, o plano arquitetônico apresentado pelo Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan) – responsável pelas construções nos campi – foi aprovado esta semana. Com a verba assegurada, a licitação será feita imediatamente.

O centro de convivência terá formato circular, semelhante a uma oca, e contará com cinco salas de estudo, laboratório de informática, arena para manifestações culturais, copa e banheiros. "O espaço vai nos unir e permitir que a gente traga um pouco de nossa cultura para a universidade. É uma necessidade grande do nosso grupo", afirmou Tanielson Poran, estudante de Engenharia Florestal e presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal (AAI/DF). "O projeto ficou lindo, do jeito que a gente queria", comemorou.

O prédio será feito de madeira e terá dois pavimentos. Ficará próximo ao Centro de Convivência Negra da UnB, ao lado do posto de gasolina do campus do Plano Piloto. Segundo o professor Alberto de Faria, diretor do Ceplan, o Decanato de Assuntos Financeiros (DAF) já liberou os R$ 600 mil

que serão usados na concretização do projeto. "Em um ano o centro estará pronto", garantiu. "Buscamos projetar um lugar que atenda às necessidades básicas do grupo e proporcione melhor integração dos indígenas com a universidade", comentou o professor e arquiteto.

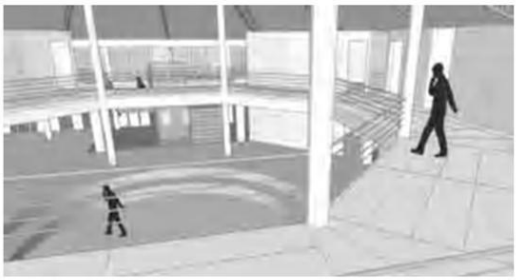


Imagem projetada pelos arquitetos do CEPLAN.

REFORÇO – A assessora de Diversidade da UnB, Deborah Santos, ressalta a importância da Maloca para o desenvolvimento acadêmico dos alunos. "Por virem de uma realidade diferente, em muitos casos há um choque cultural que dificulta a integração com a comunidade e a absorção do conteúdo em sala de aula. Nesse espaço, pioneiro no país, eles poderão ter aulas de reforço e acompanhamento pedagógico adequado", comentou.

A professora ressalta a mobilização dos alunos para conquistar o espaço. "Apesar de o convênio (com a Funai) ter começado em 2004, até pouco tempo eles não tinham uma sala sequer. O centro é a realização de um sonho", garante.

Segundo informações da AAI/DF, há outras universidades que dispõem de espaços dedicados aos indígenas, como a UFG e a UFMG. "Em todas, esse lugar se resume a uma sala. Na UnB, teremos um edifício inteiro para receber e valorizar a nossa cultura. Queremos que o espaço seja de todos, por meio da troca de experiências com toda a comunidade", comentou Antônio Kaimbé.

Fonte: **UnB Agência**

http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=2510

Equipe:

Luiz Tukano

Tanielson-PORAN

Antônio Kaimbé

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net

Este post foi escrito por

0

Luiz Tukano - escreveu 30 materias em Índios Online.

Indígena do Povo Tukano. Natural de São Gabriel da Cachoeira- Amazonas- Brasil. Estudante de Biologia pela Universidade de Brasília- DF

Entre em contato com o autor

6 Respostas para "Centro de convivência Indígena na Universidade de Brasília- MALOCA UNB"

1. *Potyra Tê Tupinambá* disse:
24 de outubro de 2009 às 9:35

Luiz,

Parabéns pelas matérias publicadas!!! Fico muito feliz em ver o seu compromisso com a Rede Índios on Line e com os indígenas da Unb ao nos deixar informados do que ocorre com os parentes que estão ai em Brasília.

É uma felicidade enorme ver que vc que foi um dos selecionados para celulares indigenas vem cumprindo com o seu compromisso assumido ao receber o celular. Gostaria de ver videos tambem… vc tem alguma dificuldade? Se tiver nos contacte!!!

gestao-indiosonline@googlegroups.com

Aqui é Potyra Tê Tupinambá, sou umas das Gestoras da Rede Indios on Line, juntamente com outros 7 parentes.

2. *Irembé Potiguara* disse:
24 de outubro de 2009 às 14:42

Pessoal como sempre não posso deixar de comentar suas materias, não só em nome de Luizinho como Potyra bem lembrou, mas como de todos os outros,Poran e Kaimbé que juntos formam uma equipe muito massa.
Nossa rede está muito feliz por estar com vocês fazendo parte e sendo sempre atuantes.
Abraço forte e esperamos estar vendo ao vivo este projeto tão sonhado!!!

3. *Akanawã Baènã Titiáh* disse:
24 de outubro de 2009 às 15:11

Uma residência indigena estudantil já está sendo construida na Bahia em Feira de Santana, foi através de uma Emenda Parlamentar do Deputado Luis Alberto do movimento Negro.

4. *Ybotyrapotiguara* disse:
24 de outubro de 2009 às 15:25

otimooo
realmente as materias de vcs são otimass.
e a maloca vai ser muito importantes pra os estudantes indigenass.
parabenssssss

5. *Ana Paz (Anita)* disse:
27 de outubro de 2009 às 11:38

Parabéns a todos nós pela Maloca,projeto pioneiro que conta com apoio do Reitor da UnB , prof. Dr. José Geraldo de Souza Jr.e do Chefe de Gabinete Prof. Nielsen de Paula Pires, dos professores e pesquisadores aliados e especialmente da união e da articulação dos estudantes indígena na UnB, é a concretização de um sonho, o sonho de trazer para os espaços universitários, a tradição indígena representada, o dialógo de saberes respeitoso e produtivo entre não-índios e os povos indígenas.
Parabens também à equipe dos celulares indígenas, Luiz, Kaimbé e Poran, que não deixam passar nada sem que esteja registrado para os indiosonline, parabéns turma.Para fortalecer a equipe aqui,só faltam Olavo Wapichana e Hauni Karipuna, alguém sabe se eles foram contemplados? Um abraço Profa. Ana Paz

6. *mateus terena* disse:
4 de novembro de 2009 às 7:02

cordialmente alunos indigenas da UnB,

em nome do movimento e estudantes indigenas brasileiros, gostaria parabenizar e compartilhar os trabalho de alunos indigenas da UnB, onde vem encarando a realidade enfrentadas pelos mesmos dentro da universidade. No caso a construçao da maloca indigena é de grande relevancia não so para os alunos indigenas, mais sim, busca de aproximação de diversidade culturais na comunidade academica.
este trabalho, naompode ser esquecido, tem quer sempre lembrado com lideranças tradicionais num determinado discusões do movimento indigena, pq nesse sera o canal para fortalecimento da unidade sobre a disicussao da politica indigenista.Onde tbem surgira grande lideres intelectuais indigenas.

agradeço

mateus terena

Trackbacks/Pingbacks

Deixe uma Resposta

Nome (required)

E-mail (n&ailde;o será publicado) (required)

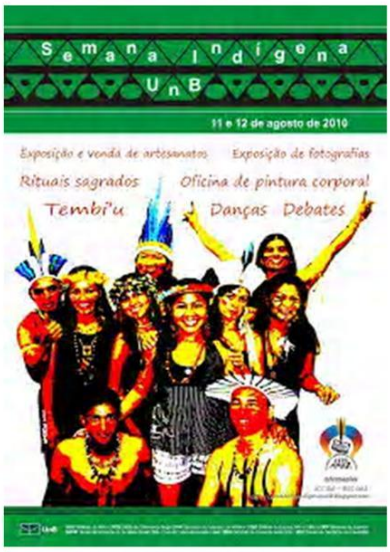
Site

Compartilhar 0 mais Próximo blog» Criar um blog Login

maloca unb

segunda-feira, 12 de julho de 2010

SEMANA INDÍGENA NA UNB



Dias 11 e 12 de agosto de 2010, a Universidade de Brasília contará com um evento especial, realizado pela Associação dos Acadêmicos Indígenas- AAIDF com apoio da Fundação Universidade de Brasília. O evento estará recheado de palestras, vídeos, painés, danças tradicionais entre outros.

PROGRAMAÇÃO SEMANA INDÍGENA 11 e 12 de agosto de 2010:

QUARTA-FEIRA 11/08

9:00 às 16:00 hs - Local: ICC/SUL - Exposição e venda de artesanatos;

11:00 hs - Local: Térreo RU - Abertura e exposição permanente de banners e fotografias;

11:30 hs - Local: RU - Caminhada ao Anfiteatro 09 - Dança Toré;

12:00 hs - Local - Anf 09 - Debate: Ações afirmativas e Cotas no contexto indígena. Convidados: Gersem Baniwa (SECAD/MEC),

seguidores

Participar deste site
Google Friend Connect

Membros (23) Mais »

Já é um membro? Fazer login

arquivo do blog

▼ 2010 (4)

▼ Julho (2)

SEMANA INDÍGENA NA UNB

ENCONTRO DE SABERES NA UNB- 13 à 16 de JULHO DE 2...

► Janeiro (2)

► 2009 (10)

quem sou eu

Estudantes Indígenas UnB

Olá caros parentes, somos os estudantes indígenas da universidade de brasília, e criamos esse espaço para compartilhar nossas caminhadas na cidade de Brasília. Espero que todos possam comentar e sugerir algo dentro de nosso blog... Sucesso para todos!!! Até irandé

Visualizar meu perfil completo

Deborah Santos (ADAC), Maria Helena de Biaso (CGE/FUNAI) e Nina Paula Ferreira Laranjeira (DEG/DAIA). Moderadora: Profª Ana Paz.

14:00 às 16:00 hs – Local: Tenda Praça Maior – ICC/SUL – Oficina de pintura corporal – Hauni Monteiro Karipuna;

18:00 hs – Teatro de Arena UnB – Momento espiritual: Ritual sagrado – Santuário dos Pajés e acadêmicos indígenas.

QUINTA-FEIRA 12/08

9:00 às 16:00 hs - Local: ICC/SUL - Exposição e venda de artesanatos;

11:00 às 14:00 hs – Local RU - Exposição permanente de banners e fotografias;

12:00 hs - Local - Anf 09 – Dança típica

12:10 hs - Local - Anf 09 – Debate: A universidade e as comunidades indígenas.

Convidados: Edilson Baniwa – Doutorando em linguística – UnB, Prof. Aryon Rodrigues (LALI), Profª Ana Suelly Cabral (LALI) e Álvaro Tukano (Liderança Indígena). Moderador: Josinaldo Atikum (estudante indígena).

13:40 hs – Local Anf 09 – Palavra do presidente da AAIDF- Tanielson Poran – Potiguara

13:50 hs – Local Anf 09 – Tembi'u.

Local: Universidade de Brasília
Debates e danças- ANF: 09;
Restaurante Universitário (RU)- Exposição de painéis e fotos.
ICC SUL- Exposição de artesanatos.

Datas: 11 e 12 de agosto de 2010.

Participem....!

postado por estudantes indígenas unb às 10:30

nenhum comentário:

postar um comentário

Digite seu comentário...

Comentar como: Conta do Google

Publicar Visualizar

Início Postagem mais antiga

Assinar: Postar comentários (Atom)

Categoria | **Geral**

Semana Indígena na UnB-2 dias para marcar a UNB

Postado em 12 agosto 2010.

A associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal- AAIDF em conjunto com a Universidade de Brasília promoveram a SEMANA INDÍGENA que por sua vez era composta por exposições, danças, rituais, comidas típicas,, debates, exposições de artesanatos, painéis, entre outros.

Muitos estudantes indígenas e não- indígenas, professores, e publico em gral participaram ativamente deste evento que está marcado na história da UNB.

O primeiro dia contou com uma apresentação do estudante indígena Olavo Wapichana, vestido de palitó que representava a cultura dos não indíos (empresários, doutores etc), e com ajuda de uma indígena seu palitó foi trocado por seus trajes tradicionais, até ser finalizado com seu cocal. Dessa forma o estudante indígena iniciou os dois dias de evento com a seguinte frase: "POSSO SER O QUE VOCÊ É, SEM DEIXAR DE SER QUEM SOU!!!" Em seguida estudantes dançaram o Toré – principal dança indígena de algumas regiões do Nordeste, debates, exposições e oficina de pintura corporal também compuseram esse primeiro dia. A noite foi recheada de uma fogueira que a Liderança Alvaro Tukano a representou como a força que está sempre em nossos conhecimentos, e que todo o preconceito fosse jogado naquela fogueira!! E foi assim que todos os presentes fizeram q logo depois dançaram o Parixara (Dança indígena de Roraima) e o Toré.

O segundo dia foi composta por uma dança originada na região do Alto Rio Negro- Amazonas, e foi apresentada pelas indígenas Barés da universidade. Logo em seguida foi dado início a mais um debate que tinha como convidados Alvaro Tukano- Liderança Indígena, Edilson Baniwa- Doutorando em Linguistica UnB e Prof. Arion Rodrigues- Depto Laboratório de Linguas Indígenas. Para finalizar o dia foi oferecido o TEMBI'U (comida, ou o famoso cofee-break indígena), repleto de comidas típicas a todos os gostos!!

E é assim, com muita satisfação que nós estudantes indígenas da universidade de Brasília compartilhamos um pouco do nosso movimento na Universidade de Brasília, dizendo essa semana foi repleta de alegria, companherismo, força e coragem para amplificar nossas raízes dentro de um "sistema leigo" na causa indígena como é as universidades federais do Brasil, e que isso fique de espelho para que outros estudantes, professores possam erguer forças para que nossa rede de luta seja ampliando em todo nosso país!! AIAIAaaa!

Dança do Toré no Restaurante Universitário- UnB

Debates no Anfiteatro 09.

Oficina de Pintura Corporal

Ritual na fogueira- Campus Darcy Ribeiro UnB

Tembi'u

Repercussão:

Tradição indígena ensina comunidade acadêmica a lidar com diferenças

Primeira Semana Indígena da Universidade é marcada pela integração entre universitários

http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=3721

Esta matéria foi publicada originalmente na Rede Índios on Line - www.indiosonline.net

Este post foi escrito por

0

Luiz Tukano - escreveu 30 materias em Índios Online.

Indígena do Povo Tukano. Natural de São Gabriel da Cachoeira- Amazonas- Brasil. Estudante de Biologia pela Universidade de Brasília- DF

Entre em contato com o autor

2 Respostas para "Semana Indígena na UnB-2 dias para marcar a UNB"

1. *leonardo santos salgado* disse:
   6 de fevereiro de 2012 às 9:15

   Gostaria de receber imagens em vídeo da semana indígena de 2010,"palestra" no anfitetro 9 entre 11/agosto;Ações Afirmativas e Cotas no Contexto Indígena,com Maria Helena de Biase(CGF/Funai),Deborah Santos(ADAC),Nina Paula Ferreira Laranjeira(DEG/DAIA) e Ana Paz como moderadora,desde já,grato!!!tel:61-84368331

2. *leo waldlöfer* disse:
   20 de julho de 2012 às 12:24

   Poxa,gostaria de receber áudioe ou o vídeo da palestra do dia 11/08 no anfiteatro 9;Ações Afirmativas e Cotas no Contexto Indígena,pois houve plágio de algumas coisas que êxpus e gostaria de entrar em contato com quem spalhou o áudio,desde já,grato!!!

Trackbacks/Pingbacks

Deixe uma Resposta

Nome (required)

E-mail (n&ailde;o será publicado) (required)

Site

Enviar Comentário

CAMPANHA

Anexo 12 – PgUnB_1

Universidade de Brasília

UnB Agência

UNB E SOCIEDADE - 04/06/2009

Pesquisadores indígenas se reúnem na UnB

Mais de 700 acadêmicos estarão no 1º Congresso Nacional de Pesquisadores Indígenas, em julho

Leonardo Echeverria- Da Secretaria de Comunicação da UnB

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos falou na UnB nesta quinta-feira, 4 de junho, sobre seus estudos acerca da Sociologia das Emergências, em que as culturas nascidas no Hemisfério Sul assumem papel preponderante nas transformações sociais.

Em julho, o *campus* Darcy Ribeiro também sediará o *1º Congresso Acadêmico de Pesquisadores Indígenas*, uma reunião onde representantes dos povos tradicionais do Brasil vão debater novos caminhos para a construção do saber. Conhecimentos tradicionais e ciência acadêmica serão o foco do encontro que vai reunir 700 pesquisadores de origem indígena, entre os dias 14 e 17 de julho.

Sidney Monzila, de 27 anos, é um deles. Bacharel em Direito desde 2007, ele se prepara para a próxima seleção do curso de especialização em Desenvolvimento Sustentável e Indigenismo na UnB. Monzila já trabalha na área, como coordenador do Observatório dos Direitos Indígenas, projeto social que recebe denúncias das comunidades e faz articulações no Congresso Nacional.

O rapaz é da tribo Umutina, uma aldeia de 450 pessoas, no município de Barra do Bugres, em Mato Grosso. Aos 12 anos, foi à cidade terminar o ensino fundamental. Quando a faculdade Unicen de Cuiabá passou a oferecer bolsas de estudo para indígenas, Sidney e seu primo deixaram a tribo e aproveitaram a oportunidade. Hoje, ele já pensa na sua área de mestrado: Direito Ambiental.

Mutaí Matos, 30 anos, estuda Administração na UnB e também pretende usar o que aprendeu para ajudar sua comunidade no município de Coroa Vermelha, na Bahia. "Antes mesmo de pensar no mestrado, eu quero voltar para a aldeia e aplicar meus conhecimentos lá mesmo", conta o índio pataxó. Mutaí conseguiu sua vaga a UnB por meio do "vestibulíndio", como é conhecido o Vestibular Indígena.

No Brasil, existem atualmente 420 mil índios vivendo em aldeias, além de outros 300 mil que moram nas cidades. "O maior benefício de termos indígenas cursando uma graduação é que teremos mais ferramentas para conseguirmos a autonomia das comunidades, de forma que eles possam gerir seu próprio patrimônio, seja ele territorial ou cultural", afirma Vilmar Guarany, secretário-executivo do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), ONG que organiza o Congresso de Pesquisadores Indígenas junto com a UnB.

Segundo Vilmar, as tribos nativas do Brasil têm muito a oferecer à academia. Os conhecimentos tradicionais dos índios podem trazer novas idéias nas áreas de Biologia, Biodiversidade, Agronomia, remédios e até cosméticos. No Direito, um dos objetivos é criar uma jurisdição indígena, onde a comunidade possa criar e administrar o seu próprio sistema de leis, de acordo com seu sistema de valores.

O Congresso dos Pesquisadores Indígenas acontece simultaneamente ao *51º Congresso da União Nacional dos Estudantes* (UNE), também na UnB.

Anexo 13 – PgUnB_2

Universidade de Brasília

UnB Agência

PESQUISA - 14/07/2009

Educação indígena significa a emancipação dos povos

Abertura do I Congresso Brasileiro sobre o tema destaca a necessidade de políticas para garantir a formação intelectual das etnias nacionais

João Campos- Da Secretaria de Comunicação da UnB

Daiane Souza/UnB Agência

Se os índios não dominarem as técnicas de produção e transmissão de conhecimento, eles serão eternamente representados pela voz dos brancos. E para alcançar a autonomia de pensamento há um único caminho: a educação. A colocação feita por Teresinha Pereira da Silva, durante a abertura do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores, e Profissionais Indígenas, na manhã desta terça-feira, resume o objetivo do encontro realizado na Universidade de Brasília.

Teresinha é índia potiguara de uma aldeia do semi-árido cearense. Graduada em Antropologia e com pós-graduação em Educação Indígena estava entre os cerca de mil índios, dos quatro cantos do Brasil, que chegaram à capital para o congresso. O reitor da UnB, professor José Geraldo de Sousa Junior, ressaltou o acolhimento à iniciativa como um fato marcante na reflexão sobre as questões indígenas. "No século XVII, o debate era se índio era gente ou não. Hoje, a luta é pelo reconhecimento de uma identidade sólida", afirmou.

José Geraldo destacou ainda a formulação de uma agenda política, cultural e social para aumentar inclusão dos indígenas no sistema de ensino brasileiro como um dos objetivos do encontro, que segue até 17 de julho no Centro Comunitário Athos Bulcão. "Temos aqui estudantes e pesquisadores especializados na questão. É preciso deixar a relação hegemonista de lado e buscar novas formas de tornar o mundo mais justo", afirmou o reitor, que destacou a presença de parte dos 40 alunos indígenas da UnB.

FORMAÇÃO INTELECTUAL - Ponto alto na manhã de abertura do congresso, a palestra do pesquisador e representante do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep), Gersem Baniwa, traçou um perfil histórico da educação indígena no Brasil. "A colonização portuguesa trouxe, além do genocídio, um atraso muito grande na formação intelectual dos povos", afirmou. "A presença de índios no Ensino Superior vem de cinco anos para cá. Muito recente se comparada a países vizinhos, como a Venezuela, colonizada por espanhóis", completou.

Daiane Souza/UnB Agência

O filósofo ressaltou o caráter elitista que acompanhou o acesso às universidades nos últimos séculos. "Sempre tivemos um modelo europeu,

Segundo Baniwa, um terço dos universitários indígenas não contam com apoio do Estado

excludente. Pouco a pouco essa realidade começa a mudar e chegar às classes menos favorecidas", afirmou. Munido de estatísticas, Gersem denunciou a situação precária em que se encontra a educação dos índios. "Um terço dos alunos indígenas das universidades não contam com apoio do Estado. E o ensino médio enfrenta a falta de professores e de oferta", afirmou.

Dados do Ministério da Educação (MEC) mostram que há cerca de 6 mil indígenas no ensino superior brasileiro. Desses, 961 contam com bolsas em faculdades particulares, pelo Prouni. Cerca de mil recebem a bolsa em universidades públicas por meio de convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e outros 1,6 mil professores indígenas recebem ajuda do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind). O ensino médio, porta de entrada para a graduação superior, conta com apenas 7 mil alunos. Já o ensino fundamental agrega 180 mil crianças indígenas.

O secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, André Lázaro, reconhece a deficiência no modelo. "É um círculo vicioso: a falha no ensino médio prejudica a acesso às universidades, que por sua vez dificulta a formação de docentes para as escolas". Para ele, a voz do índio deve ser a primeira na transformação. "Começamos a trabalhar com a a singularidade das etnias e não mais por divisão no estado. Isso vai facilitar a aproximação de programas de apoio", destacou.

PROTESTO E CULTURA – Apesar dos esforços do governo federal, um protesto dos alunos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), na Bahia, chamava a atenção para a falta de apoio para os 15 indígenas da instituição. "Tudo que temos vem da universidade que já passa dificuldades para nos manter. Procuramos a Funai e secretaria de Educação, mas não somos ouvidos", reclamou o tuxá Dorival Vieira, estudante de História.

A abertura do congresso também teve um momento cultural com o grupo Magutá. Formado por indígenas da aldeia Umariassú, que fica na beira do Rio Solimões, em Tabatinga (AM), os músicos apresentaram três canções de autoria própria que cantavam a luta pelo orgulho indígena. "Há três anos tocamos para divulgar nossas raízes. Apesar de morarmos em Manaus para estudar, não esquecemos de onde viemos", afirmou a cantora e estudante de licenciatura em Informática, Djuena Tikuna.

Daiane Souza/UnB Agência

Alunos da UEFS protestaram contra a falta de apoio para os 15 indígenas da instituição

Universidade de Brasília

UnB Agência

COMUNIDADE - 15/07/2009

UnB vira aldeia para receber indígenas

Acampados no estacionamento do pavilhão João Calmon, participantes do congresso dividem experiências e cultuam a diversidade

João Campos - Da Secretaria de Comunicação da UnB

Daiane Souza/UnB Agência

No acampamento montado na UnB, indígenas se pintam para apresentações

O campus que carrega o nome de um brasileiro apaixonado pelas causas indígenas se transformou numa grande aldeia. Desde segunda-feira, o som de maracás e vozes potentes indicam a presença de visitantes no Darcy Ribeiro. Ouvida de longe, a cantoria revela a origem dos hóspedes: "Cheguei agora, vim da minha aldeia. Vim do meu reinado, foi Deus quem me deu (...)". Acampados no estacionamento do pavilhão João Calmon, boa parte dos participantes do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos e Pesquisadores Indígenas aproveitam a convivência para dividir experiências.

Daiane Souza/UnB Agência

As canções tocadas pelo Guajajara Davi indicam barreiras rompidas entre culturas

O clima sob a lona das tendas armadas é amistoso. Entre colchonetes e varais para secar roupas, um adolescente do Amazonas corta a penugem que lhe cresce no rosto com uma gilete. A poucos metros dali, enquanto um grupo traça desenhos na pele com tinta de jenipapo – que chega a ficar 15 dias no corpo – um homem toca músicas sertanejas no violão. As canções, da moda, indicam barreiras rompidas. "Gosto de Vitor e Léo e Amado Batista. Mas a gente toca o que o povo quer cantar", disse o professor Guajajara Davi Gomes.

A grande aldeia na Universidade de Brasília reúne cerca de 500 índios, de diversos estados brasileiros. Divididos por região, eles ocupam duas grandes tendas de lona e dezenas de barracas espalhadas ao redor. "Mais do que um lugar para dormir e tomar banho, aqui a gente convive com crianças, jovens, adultos e idosos de diferentes etnias. Muitos de nós não conhecemos a realidade de outras comunidades", afirmou a estudante de Medicina e Tukano Lucélia Dias, que veio do Amazonas de avião.

A rotina na aldeia urbana, montada pela organização do congresso, começa às 7h, com o café da manhã servido no Centro Comunitário Athos Bulcão. Depois das atividades do evento, durante a manhã e tarde, os participantes

almoçam e jantam no Restaurante Universitário (RU). Para o lanche, frutas variadas. A hora mais disputada para o banho, que ocorre em uma estrutura com nove chuveiros por gênero, é o fim da tarde, quando a água está morna por causa do sol. As necessidades são feitas em banheiros químicos.

Ao cair da noite de terça-feira, enquanto os recém chegados representantes dos Puruborá e Miguelenos, etnias de Rondônia, montavam barracas no João Calmon, uma mulher do Paraná dava o peito para uma criança mamar. O Baré e estudante de Odontologia, Gilmar Alcântara, explica que, ali, a música rompe as diferenças e reúne todos à luz da lua. “Enquanto dançamos o Toré (dança típica de louvor), ocorrem as conversas sobre os costumes de cada um”, disse ele, que espera mais interação até o fim do congresso, na sexta-feira.

Daiane Souza/UnB Agência

Para Baré Gilmar, a música rompe as diferenças existentes no acampamento

BRASÍLIA – A maioria dos participantes não conhecia a capital do país. Daqui só tinham ouvido falar histórias distantes sobre um lugar bem organizado e reto. “De onde a gente vem tem muito morro. Aqui é tudo bem organizado, plano. Parece um grande condomínio. Quero ter mais tempo para visitar a cidade”, comentou Lucélia, que estuda em Manaus, mas nasceu em São Gabriel da Cachoeira (AM). Assim como ela, boa parte dos visitantes gostaria de mais tempo para conhecer melhor a capital de JK.

Uma lembrança de Brasília, no entanto, vai ficar: a das noites frias. “A gente não imaginava que fizesse tanto frio assim. Uma fogueira seria o ideal para enfrentar a madrugada”, comentou Davi Gomes que, assim como boa parte dos presentes, veio de regiões onde o clima é mais quente. Mas, faça sol ou chuva, todos se mostraram satisfeitos com a passagem pela UnB. Além dos conhecimentos do congresso, que conta com especialistas e pesquisadores em educação indígena, todos voltarão com uma bagagem de vida mais rica.

Anexo 15 – PgUnB_4

Universidade de Brasília

UnB Agência

CONGRESSO - 15/07/2009

Indígenas reclamam do preconceito na universidade

Estudantes, bacharéis e pesquisadores dizem que o meio acadêmico ainda tem dificuldades para aceitar a presença de índios

Mariana Cordeiro- Estagiária da UnB Agência

No primeiro dia de debates do 1º Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas, a polêmica do preconceito não foi deixada de lado. Estudantes e pesquisadores contaram como foi a difícil adaptação da vida na aldeia para o ambiente universitário.

Para Mauro de Barros Terena, bacharel em Direito e representante da Articulação dos Povos Índigenas do Brasil (Apib), a questao indígena é abordada de forma precária dentro da sala de aula. “Não podemos nos curvar diante do preconceito e da discriminação”, opinou Terena, referindo-se a um colega da graduação que insinuou que sua presença na universidade era incômoda. “Precisamos sensibilizar a sociedade e mostrar que temos uma cultura, uma índole e uma identidade que contribui com a diversidade étnica do Brasil”, afirmou.

PERSPECTIVA COLONIAL - Segundo a técnica em educação escolar indígena Rita Gomes do Nascimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o pesquisador indígena não é visto com bons olhos quando deseja estudar assuntos que envolvem sua realidade. “Meus orientadores diziam que eu não tinha cara de índia. As pessoas ainda enxergam nosso povo sob a perspectiva colonial”, explica Rita, representante da aldeia potiguar.

O pataxó Luís Antônio Oliveira, bacharel em Letras pela Universidade Católica de São Paulo, diz que a maior dificuldade que sofreu foi quando sentiu a deficiência das escolas públicas em que estudou, próximas às aldeias. Assim que se formou, em 2007, voltou à sua tribo para ensinar o que aprendeu na cidade. "Eu não me sentiria satisfeito se usasse meus conhecimentos para ensinar as pessoas da elite, em escolas particulares. O índio tem que ter meta de vida, não pode pensar apenas no diploma, mas em oferecer melhores condições de vida para a sua comunidade", afirmou.

“A educação escolar indígena é organizada de maneira incorreta. Enquanto o governo define a educação conforme o município, o território das aldeias ultrapassa as fronteiras do Estado”, disse André Lázaro, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Lázaro focou o discurso na reserva das cotas raciais. “As lideranças indígenas estão ausentes no debate e precisam defender a sua posição”, apontou.

OPORTUNIDADE – Quem participou do Congresso teve acesso aos artesanatos dos índios. Colares, brincos e ferramentas podem ser comprados pelo custo de R$ 10 a R$ 45. “Esses eventos são uma oportunidade de sobrevivência. Ás vezes vendemos nossa arte por R$ 1 para podermos comer”, desabafa Evani Santos Ferreira, da aldeia Coroa Vermelha, localizada em Porto Seguro. Em sua casa, moram 20 pessoas que possuem o artesanato como única fonte de renda. “É triste um filho te pedir algo que você não tem condições de oferecer”, explica a artesã que costuma ir aos eventos indígenas para divulgar seu trabalho.

Universidade de Brasília

UnB Agência

ENSINO SUPERIOR - 17/07/2009

Índios querem universidades nas suas regiões

Pesquisadores fizeram proposta durante encerramento de Congresso na UnB. Reivindicações serão encaminhadas ao MEC e à Funai

Kennia Rodrigues- Da Secretaria de Comunicação da UnB

Daiane Souza/UnB Agência

Pesquisadores e profissionais indígenas querem a criação de universidades específicas para índios e a participação das etnias na elaboração dos projetos políticos pedagógicos das instituições públicas de ensino superior. As reivindicações compõem uma lista de 32 propostas apresentadas no encerramento do I Congresso Brasileiro de Acadêmicos, Pesquisadores e Profissionais Indígenas, na sexta-feira, 17 de julho, no Centro Comunitário da Universidade de Brasília.

Daiane Souza/UnB Agência

"Precisamos ter o índio na universidade, porque só assim vamos construir a cátedra do saber indígena", disse Marcos Terena, articulador de direitos indígenas e membro da Cátedra Indígena Itinerante. "A academia brasileira ainda não está preparada para o encontro do saber científico com os valores culturais e o orgulho de sua identidade étnica. Por isso trabalha com as cotas", defendeu Terena.

O documento sobre a inclusão de indígenas na educação brasileira será encaminhado ao Ministério da Educação e a Fundação Nacional do Índio. Desde o dia 14 de julho, participantes do congresso trabalharam na

PROPOSTAS

- Criação de universidades nas regiões indígenas, para que o indígena não saia da sua região;
- Criação de marco legal para garantir o direito à educação indígena;
- Cotas para índios em concursos públicos;
- Participação de indígenas na elaboração do Projeto Político Pedagógico das universidades públicas;
- Banco de dados específico para teses e dissertações relacionados à temática indígena;
- Ampliação e garantia de bolsas do CNPq e da Capes para pesquisadores indígenas;
- Inclusão da língua indígena nas seleções de mestrado e doutorado de universidades públicas;
- Ampliação de bolsas para garantir a permanência dos índios nas universidades;
- Inclusão da disciplina de antropologia indígena no currículo dos cursos das universidades;
- Inclusão digital de estudantes.

Marcos defende a construção da cádedra do saber indígena

elaboração de propostas de melhorias da vida indígena nas tribos e nas cidades. No total, 12 grupos temáticos pensaram e trabalharam em sugestões de políticas públicas para Educação, Saúde, Direitos, Gestão Territorial, Cultura, Línguas, Identidade e Diversidade, entre outros temas.

Os acadêmicos ainda propuseram a aprovação de leis para garantir o direito à educação indígena, cotas para índios em concursos públicos, banco de dados específico para teses e dissertações relacionados à temática indígena e a ampliação de bolsas do CNPq e da Capes para pesquisadores indígenas. Também foi pedido que os programas de pós-graduação das universidades públicas incluam a língua indígena nas seleções de mestrado e doutorado e o aumento no valor das bolsas para garantir a permanência dos índios nas universidades.

"Além da questão material, existe também a da adaptabilidade do índio ao mundo urbano e acadêmico. Por isso, os programas devem incluir orientação ao índio também", disse o pesquisador e representante do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep), Gersem Baniwa. "Também é necessário o investimento na qualidade no ensino médio para que acompanhem melhor os conteúdos da graduação", afirmou.

Daiane Souza/UnB Agência

Para Baniwa, a adaptabilidade do índio deve ser melhor estudada

ENCERRAMENTO - Além das propostas do grupo de trabalho, os participantes do congresso elaboraram uma moção a favor da aprovação do projeto de lei 180/2008 que obriga as universidades a reservarem cotas para negros, pardos e índios. O documento será encaminhado ao Senado Federal, onde o projeto é analisado. A proposta já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

"Vamos acolher todas as propostas e tentar incluí-las no orçamento do Plano Plurianual da Funai", afirmou o presidente da Fundação Nacional do Índio, Márcio Meira, que esteve no encerramento do congresso. Segundo ele, no ano passado, a verba total do órgão no ano passado foi de R$ 6 milhões.

O encerramento contou com uma manifestação cultural que emocionou os participantes. "Vocês, estudantes, não podem perder essa força. Vão voltar para suas aldeias, mas sem esquecer disso. Somos guerreiros. O espírito do índio não morreu, está aqui no meio de nós", disse Marcos Terena.

Daiane Souza/UnB Agência

Estudantes de várias etnias participaram da dança dos povos ao final do congresso

Anexo 17 – PgUnB_6

Universidade de Brasília

UnB Agência

COMUNIDADE - 17/07/2009

Um campus que faz orgulho a seu fundador

Congresso da UNE, conferência de acadêmicos indígenas e festa dos calouros transformam sonho de Darcy Ribeiro em realidade

Leonardo Echeverria- Da Secretaria de Comunicação da UnB

Darcy Ribeiro era, confessadamente, carente de elogios. Se pudesse estar no campus que leva seu nome, nesta sexta-feira 17 de julho, ficaria envaidecido. Num mesmo dia, calouros do 2º semestre de 2009 comemoraram a entrada na vida universitária com ovos, tinta e muita festa. Pesquisadores indígenas encerraram seu primeiro congresso acadêmico. O Congresso da UNE trouxe estudantes de todas as regiões à UnB. Eles tomaram o Minhocão com debates sobre o futuro da educação, do Brasil e – por que não? – do mundo.

Em plenas férias letivas, jovens distribuíam-se em rodinhas de animadas conversas. Nos gramados, nos bancos, embaixo das árvores. Alguns estranhavam coisas que só existem na UnB. Um grupo de estudantes do Rio Grande do Sul estranhou três bicicletas amarelas soltas na entrada norte do ICC. "É Bicicleta Livre, mano", explicou um rapaz de cabelos longos que vendia artesanato debaixo de uma árvore. "Pode pegar e andar, é só deixar dentro do campus depois". Os gaúchos riram e se afastaram, sem acreditar que fosse verdade. A alguns metros dali, universitários indígenas faziam uma dança ritual para comemorar a elaboração de uma carta de propostas que será encaminhada ao MEC e à Funai.

No Teatro de Arena, o rastro de caixas de ovos e sujeira de tinta mostrava que o rito de ingresso na universidade continua sendo praticado. Futuros alunos comemoravam com pais e avós, outros choravam a oportunidade perdida. Muitos calouros aproveitaram para conhecer a universidade. Um rapaz emporcalhado da cabeça aos pés, com o rosto vermelho de tinta e cabelo branco de farinha, parou em frente o DCE para espiar o debate sobre descriminalização das drogas que acontecia no Anf 11.

REVOLUÇÃO - A entrada sul do ICC foi tomada por barracas que vendiam cultura e, principalmente, revolução. Organizações políticas como Liga Bolchevique Internacionalista, Partido Comunista Revolucionário, Frente 5 de Julho e Juventude Comunista Avançando faziam do Udefinho a sua trincheira. Um estande tinha dezenas de modelos de camisetas com a foto de Che Guevara.

A barraca que vendia filmes piratas não tinha nenhum blockbuster. Os filmes à venda mostravam desde Cidadão Kane até Ganga Zumba, passando por Noam Chomsky, Glauber Rocha, Michael Moore e Pedro Almodóvar. Outras banquinhas vendiam números atrasados de "Caros Amigos" e "Carta Capital". No corredor central do ICC, grandes placas lembravam os mortos pela ditadura militar brasileira. No CA de Agronomia, música sertaneja e cerveja a R$ 2.

Um grupo veio vestido a rigor. Rapazes de terno e gravata, moças de terninho, meia-calça e salto-alto. Vinham de um evento do Instituto Rio Branco, em que universitários de todo o Brasil simulam a atuação em comitês diplomáticos da ONU. Mais à frente, no Anf 8, um debate sobre Reforma Universitária esquentou. "Oposição, eu não me engano, é vermelhinha mas tem bico de tucano", cantavam dezenas de jovens para um pequeno grupo que, mesmo portando megafone, teve seus gritos de ordem abafados. O debate no Anf 4 foi o que reuniu mais gente, com o tema 'desenvolvimento nacional e crise mundial'.

E porque isso tudo envaideceria Darcy? Porque era isso o que ele queria, como expressou em discurso proferido na UnB quando recebeu o título de *doutor honoris causa*. "Olhando para o futuro, nostálgico de mim e dos velhos tempos, o que peço é que voltem ao Campus Universitário Darcy Ribeiro aquela convivência alegre, aquele espírito fraternal, aquela devoção profunda ao domínio do saber e a sua aplicação frutífera. Éramos uns brasileiros apaixonados pelo Brasil, prontos a refazê-lo como um projeto próprio, que fosse a expressão da vontade dos brasileiros". Palavras do mestre.

Universidade de Brasília

UnB Agência

DIVERSIDADE - 22/06/2009

Alunos indígenas pedem maior assistência

Estudantes reivindicam cumprimento integral de convênio assinado entre a Funai e a UnB em 2004

João Campos- Da Secretaria de Comunicação da UnB

Roberto Fleury/UnB Agência

Olavo Batista emocionou os presentes ao falar das dificuldades enfrentadas na UnB

Representantes da administração da UnB e alunos indígenas definiram, na última sexta-feira, agenda para garantir melhores condições de moradia e aprendizado aos estudantes. Segundo a Associação de Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal (AAIDF), o convênio assinado entre a UnB e a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2004, para assegurar a formação e qualificação profissional de índios, não vem sendo cumprido. Problemas com moradia, falta de salas de estudo e acessos a fotocópias gratuitas, além da construção de um centro de convivência, estão entre as principais reivindicações.

Roberto Fleury/UnB Agência

Josinaldo diz que bolsa paga pela Funai não assegura permanência dos estudantes na UnB

O aluno de medicina da etnia Atikun, Josinaldo da Silva, explica que a bolsa paga pela Funai – R$ 350 para alunos do DF e R$ 900 para os de outras regiões - não assegura a permanência dos estudantes na UnB. "Não dá para pagar um aluguel e se alimentar com esse valor", afirmou. A burocracia para alugar um imóvel no Plano Piloto é outro entrave aos cotistas. "A gente precisa de três fiadores, por exemplo, mas chegamos na cidade sem conhecer ninguém. Muitos até ficam sem casa", completou Silva, que aproveitou o encontro no gabinete do reitor para pedir que a UnB intervenha junto à Funai nas negociações.

A falta de salas de estudo para tutoria e de acesso às fotocópias gratuitas no campus também compromete o desenvolvimento acadêmico dos 38 estudantes índios, de 14 etnias. "Nós temos tempo, mas falta espaço físico para acompanhar os alunos", observou o coordenador pedagógico dos alunos indígenas e professor da Faculdade de Saúde, Umberto Eusébe. Em discurso no gabinete do reitor, o estudante de engenharia florestal e representante da etnia Wapichana, Olavo Batista, emocionou os presentes ao falar das dificuldades enfrentadas pelos índios na UnB. "Temos um sonho enquanto povo. Mas enfrentamos essa triste realidade",

declarou.

Como resposta, o reitor José Geraldo de Sousa Junior pediu aos membros da Comissão de Assuntos Indígenas, criada no início do semestre, uma agenda de compromissos para garantir os benefícios aos alunos. “Temos que trazer a Funai para debater a aplicação do convênio e levantar melhorias”, afirmou. O reitor ainda ordenou o cumprimento imediato da gratuidade das fotocópias, por meio de convênio entre a UnB e estabelecimentos do campus, e da escolha de uma sala para aulas de reforço, que deve ficar no pavilhão João Calmon.

A seleção para o ingresso de estudantes indígenas na UnB ocorre desde 2004, ano que marcou o convênio entre a UnB e a Funai. A cada semestre, 10 estudantes tem vagas asseguradas pelo sistema de cotas. Pela peculiaridade cultural e social dos alunos, muitos vindos de outras unidades da Federação, a parceria entre as instituições garante prevê os benefícios e estímulos para garantir a permanência dos calouros durante o período acadêmico.

Roberto Fleury/UnB Agência

Reitor afirma que será criada uma agenda de compromissos para garantir os benefícios aos alunos

Convivência

A pauta de reivindicações entregue pelos estudantes à administração da UnB inclui ainda a construção do Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas na UnB, batizado de Maloca. O projeto, que prevê uma construção em formato circular, com capacidade para 100 pessoas, está sob análise no Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan). “É um belo projeto, com espaços para manifestações culturais e atividades acadêmicas, mas temos que ver o local adequado e realizar audiências públicas antes de começar”, ponderou o reito José Geraldo.

Anexo 19 – PgUnB_8

Universidade de Brasília

UnB Agência

DIVERSIDADE - 23/10/2009

Indígenas terão centro de convivência

UnB será pioneira na criação do espaço, que ficará pronto até outubro de 2010. Ideia é valorizar a cultura e apoiar alunos

João Campos - Da Secretaria de Comunicação da UnB

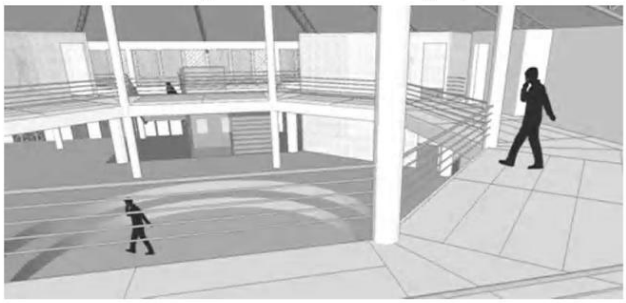
Divulgação/ Ceplan UnB

A Universidade de Brasília será a primeira instituição de ensino superior do Brasil a ter um centro de convivência para a comunidade acadêmica indígena. As obras para a construção da Maloca, como os alunos batizaram o lugar, começam em março de 2010 e devem terminar em outubro. Em reunião com representantes dos estudantes e da Reitoria, o plano arquitetônico apresentado pelo Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan) – responsável pelas construções nos campi – foi aprovado esta semana. Com a verba assegurada, a licitação será feita imediatamente.

O centro de convivência terá formato circular, semelhante a uma oca, e contará com cinco salas de estudo, laboratório de informática, arena para manifestações culturais, copa e banheiros. “O espaço vai nos unir e permitir que a gente traga um pouco de nossa cultura para a universidade. É uma necessidade grande do nosso grupo”, afirmou Tanielson Poran, estudante de Engenharia Florestal e presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas do Distrito Federal (AAI/DF). “O projeto ficou lindo, do jeito que a gente queria”, comemorou.

O prédio será feito de madeira e terá dois pavimentos. Ficará próximo ao Centro de Convivência Negra da UnB, ao lado do posto de gasolina do campus do Plano Piloto. Segundo o professor Alberto de Faria, diretor do Ceplan, o Decanato de Assuntos Financeiros (DAF) já liberou os R$ 600 mil que serão usados na concretização do projeto. “Em um ano o centro estará pronto”, garantiu. “Buscamos projetar um lugar que atenda às necessidades básicas do grupo e proporcione melhor integração dos indígenas com a universidade”, comentou o professor e arquiteto.

Divulgação/ Ceplan UnB



REFORÇO – A assessora de Diversidade da UnB, Deborah Santos, ressalta a importância da Maloca para o desenvolvimento acadêmico dos alunos. “Por virem de uma realidade diferente, em muitos casos há um choque cultural que dificulta a integração com a comunidade e a absorção do conteúdo em sala de aula. Nesse espaço, pioneiro no país, eles poderão ter aulas de reforço e acompanhamento pedagógico adequado”, comentou.

A professora ressalta a mobilização dos alunos para conquistar o espaço. “Apesar de o convênio (com a Funai) ter começado em 2004, até pouco tempo eles não tinham uma sala sequer. O centro é a realização de um sonho”, garante.

Segundo informações da AAI/DF, há outras universidades que dispõem de espaços dedicados aos indígenas, como a UFG e a UFMG. "Em todas, esse lugar se resume a uma sala. Na UnB, teremos um edifício inteiro para receber e valorizar a nossa cultura. Queremos que o espaço seja de todos, por meio da troca de experiências com toda a comunidade", comentou Antônio Kaimbé.

Universidade de Brasília

UnB Agência

CULTURA - 10/08/2010

Semana Indígena promove integração entre estudantes

Danças, artesanatos, pintura corporal e fotografias farão parte das atividades promovidas pela associação de estudantes indígenas

Thais Antonio- Da Secretaria de Comunicação da UnB

Os 54 alunos indígenas de 20 etnias que estão matriculados na UnB terão a oportunidade de mostrar um pouco de sua cultura para os colegas universitários na *1ª Semana Indígena da Universidade*. A ideia é aproximar culturas por meio de danças, rituais, fotografias e debates. A abertura das atividades será às 11h desta quarta-feira, 11 de agosto, no Restaurante Universitário. A programação segue até quinta-feira, 12. A iniciativa marca as comemorações da *Semana Internacional dos Povos Indígenas*.

"Queremos mostrar para a comunidade acadêmica não só como funcionam as tradições e os costumes indígenas, mas que fazemos parte da Universidade", explica o presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB, Tanielson Rodrigues. "Ainda temos pouca visibilidade", completa. O estudante de Engenharia Florestal veio da Paraíba, onde fica a aldeia da etnia Potiguara em que viveu por toda a vida até entrar na universidade.

Na aldeia, Tanielson é conhecido como Poran. Ele está no segundo semestre do curso e acha que falta comunicação entre os universitários. "Na aldeia, passar por alguém e não falar é falta de respeito", diz. "Aqui é tudo muito individualista e todo mundo tem medo de todo mundo". Tanielson explica que a semana é uma chance de aproximar os estudantes indígenas. Além disso, será uma oportunidade de mostrar as tradições desses povos para a comunidade acadêmica.

A professora Lucila Souto Mayor, diretora de Esporte, Arte e Cultura, acredita que a semana é uma forma de a universidade acolher essas tradições. "Eles são os guardiões dessa cultura, e é nosso papel preservar e valorizar essa abertura", disse Lucila. A professora conta que a preparação do evento foi um momento de grande aprendizado para toda a equipe. "Eles tomam decisões coletivas, têm um grande respeito uns pelos outros e têm uma relação diferente com o tempo", comenta.

PROGRAMAÇÃO – A 1ª Semana Indígena da UnB contará com exposição e venda de artesanatos, além de mostra de *banners* e fotografias de 19 etnias. "Cada etnia trouxe registros fotográficos e narrativas de sua cultura e, a partir disso, produzimos os painéis", explica Lucila.

Duas mesas de debate abrirão espaço para discussões sobre ações afirmativas e a presença dos indígenas na universidade. A abertura será no RU e seguirá para o Anfiteatro 9, onde quatro etnias apresentarão o Toré, uma dança sagrada de povos das regiões Norte e Nordeste do país.

Pinturas corporais com jenipapo, rituais sagrados e comidas típicas completarão a semana. No encerramento será servido um lanche. Pratos como beiju, tapioca, paçoca de carne e cremes de frutas exóticas farão parte do cardápio. "Vai ser uma espécie de *coffee break*, mas não quisemos colocar o nome em inglês, preferimos em Tupi antigo", explica Tanielson. Tembi'u, que significa comida em Tupi, foi o nome escolhido para o lanche. "Xe Porabyky Katu", disse Tanielson ao convidar a comunidade a conhecer o seu "belíssimo trabalho".

Quarta-feira, 11 de agosto

HORA	LOCAL	ATIVIDADE
9h às 16h	Entrada do ICC Sul	Exposição e venda de artesanatos
11h	Térreo do RU	Exposição permanente de banners e fotografias
11h30	Caminhada do RU para Anfiteatro 9	Apresentação de Toré
12h	Anfiteatro 9	Debate: Ações afirmativas e cotas no contexto indígena

14h às 16h	Tenda ao lado do ICC Sul (Praça Maior)	Oficina de pintura corporal
18h	Teatro de Arena	Ritual Sagrado: Santuário dos Pajés e acadêmicos indígenas

Quinta-feira, 12 de agosto

HORA	LOCAL	ATIVIDADE
9h às 16h	Entrada do ICC Sul	Exposição e venda de artesanatos
11h às 14h	Térreo do RU	Exposição permanente de banners e fotografias
12h	Anfiteatro 9	Dança típica
12h10	Anfiteatro 9	Debate:A universidade e as comunidade indígenas
13h40	Anfiteatro 9	Palavra do Presidente da AAIDF (Tanielson Poran-Potiguara)
13h50	Anfiteatro 9	Tembi'u (comidas típicas)

Universidade de Brasília

UnB Agência

COMUNIDADE - 11/08/2010

Tradição indígena ensina comunidade acadêmica a lidar com diferenças

Primeira Semana Indígena da Universidade é marcada pela integração entre universitários

Thais Antonio- Da Secretaria de Comunicação da UnB

Luiz Filipe Barcelos/UnB Agência

A abertura da *1ª Semana Indígena da UnB* foi realizada na manhã desta quarta-feira, 11 de agosto. Reunidos no Restaurante Universitário (RU), alunos indígenas dançaram e cantaram músicas tradicionais de suas etnias. Todos estavam a caráter. Menos o estudante de Engenharia Florestal Olavo Wapichana. Ele começou a discursar vestido de terno e causou estranheza entre seus pares e no restante da comunidade acadêmica presentes no RU. Depois de explicar que a roupa não deveria ser um diferencial entre as pessoas, Olavo tirou o terno e vestiu-se com trajes indígenas.

Luana Lleras/UnB Agência

Estudante indígena de terno se despe representando a volta às origens

"Não importa o que nós vestimos, seremos sempre índios", defende. "O que define ser indígena é a alma, o espírito. Para ser indígena é preciso se sentir indígena". Segundo Olavo, a sociedade deve reavaliar a forma como interage com os povos tradicionais.

Para ele, o acesso ao ensino é o ponto mais grave da desigualdade. "Seria importante melhorar os estudos na base, dentro das aldeias, para que os indígenas não precisassem sair de suas comunidades para estudar", afirma. Olavo acrescenta que os métodos de avaliação desconsideram os saberes tradicionais. "Quando vão medir o desempenho dos alunos indígenas, as notas nem sempre são as melhores", diz. "É preciso levar em conta a cultura e a tradição milenar que também fazem parte do nosso conhecimento".

Rachel Nunes, decana de Assuntos Comunitários, acredita que o aprendizado pode ser compartilhado. "Os indígenas vêm para a universidade buscar o conhecimento técnico-científico. Mas a universidade também deve buscar conhecer os saberes trazidos por eles", afirma. A professora acredita que a *Semana Indígena* é uma forma

de mostrar que a UnB valoriza e respeita a cultura trazida pelos indígenas.

ARTE CORPORAL – A tarde do primeiro dia do encontro foi marcada por integração entre universitários. Uma oficina de pintura atraiu cerca de 50 pessoas que saíram com o corpo marcado por símbolos indígenas feitos com jenipapo. As estudantes Lorrayne Porciúncula, de Relações Internacionais, e Eliane Vieira Santos, de Pedagogia, aprovaram a oficina. "É uma forma de nos aproximarmos mais dos indígenas e até da própria UnB", diz Lorrayne, se referindo ao fato de que o jenipapo tinha sido extraído de uma árvore dos jardins do ICC que ela nunca havia notado.

Já Eliane se identificou com a trajetória dos indígenas. "É uma cultura que faz com que a gente resgate um pouco da nossa história", diz. "Conhecer a cultura indígena é uma forma de conhecer nossos próprios antepassados", completa.

DEBATE – Na hora do almoço foi a vez dos estudantes debaterem o tema *Ações afirmativas e cotas no contexto indígena*. Foram discutidos temas como o preconceito, além da inclusão de temáticas que reflitam a realidade desses estudantes na universidade. Ana Paz, doutoranda da Faculdade de Educação, mediou o debate. "Precisamos criar espaços de interação e troca de saberes", afirma. "É preciso validar o conhecimento indígena. Assim, as pessoas que se interessam poderão se aproximar cada vez mais".

ENCERRAMENTO – O primeiro dia do encontro terminou com uma cerimônia sagrada ao redor de uma fogueira construída no Teatro de Arena. Liderado pelo curandeiro Álvaro Tucano, o ritual teve um significado de renovação a partir do fogo. "Estamos aqui para queimar o preconceito e todo tipo de mentira que existe na história do país", protestou. "Estamos aqui para transformar o país". Tucano acrescentou ainda que os estudantes indígenas poderão ser as futuras lideranças que irão proteger os direitos desses povos.

O evento continua nesta quinta-feira, 12 de agosto.